MÁRMORE
2 000 ANOS DE HISTÓRIA

VOLUME II
A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL, OS SEUS AGENTES ECONÓMICOS E A APLICAÇÃO NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

COORDENAÇÃO
ANA CARDOSO DE MATOS
DANIEL ALVES

THEYA

A exploração e utilização dos mármores tem sido ao longo da história uma atividade intermitente, influenciada pelos ciclos económicos, sociais, políticos e culturais.

Os mármores foram, desde a antiguidade clássica, elemento nobre de adorno estético e arquitetónico, escolhido entre as rochas ornamentais. O seu uso tem estado igualmente associado à afirmação e desígnio social, económico, militar e até religioso.

O estudo do Património, e da História da Indústria dos Mármores, desenvolvido por uma equipa de investigadores do CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património desde 2012, tem sido reconhecido como pioneiro entre as investigações relativas a esta temática a nível internacional. Neste estudo multidisciplinar, foi possível reunir informação para a arqueologia e a história de um sector económico relevante para a economia portuguesa.

Cumprindo o objetivo estratégico de afirmar o património e a história da região do Anticlinal dos Mármores do Alentejo, os investigadores deste projeto realizaram novos estudos, reunidos nesta obra, como prova evidente da importância da investigação em ciências sociais e humanas para a valorização do território e dos seus recursos endógenos, enquanto elementos diferenciadores do território.

Carlos Filipe

MÁRMORE

2 000 anos de história

VOLUME II

A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL, OS SEUS AGENTES ECONÓMICOS E A APLICAÇÃO ARTÍSTICA NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

THEYA

COORDENAÇÃO DO VOLUME

Ana Cardoso de Matos e Daniel Alves

CONCEÇÃO DA CAPA

Índice Consultores Lda.

FOTOGRAFIA DA CAPA

Estremoz - Quinta de Dona Maria - Escultura de Neptuno

DESIGN E PAGINAÇÃO

Carolina Grilo

EDIÇÃO

Theya Editores

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Joana Balsa de Pinho e José Bernardino

TRADUÇÃO

José Bernardino, José Luís de Almeida Monteiro e Júlia Bogado

REVISÃO

Ana Rita Araújo, Carlos Serra, Maria José Figueiredo e Patrícia Pereira

ISBN

978-989-99164-4-9

DEPÓSITO LEGAL

DATA DA EDIÇÃO

2019

THEYA EDITORES
Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes – IECCPMA
Rua Professor João Barreira, n.º 18 – 8.º A, 1600-637 Lisboa
theyaeditores@gmail.com . 934 323 983

MÁRMORE

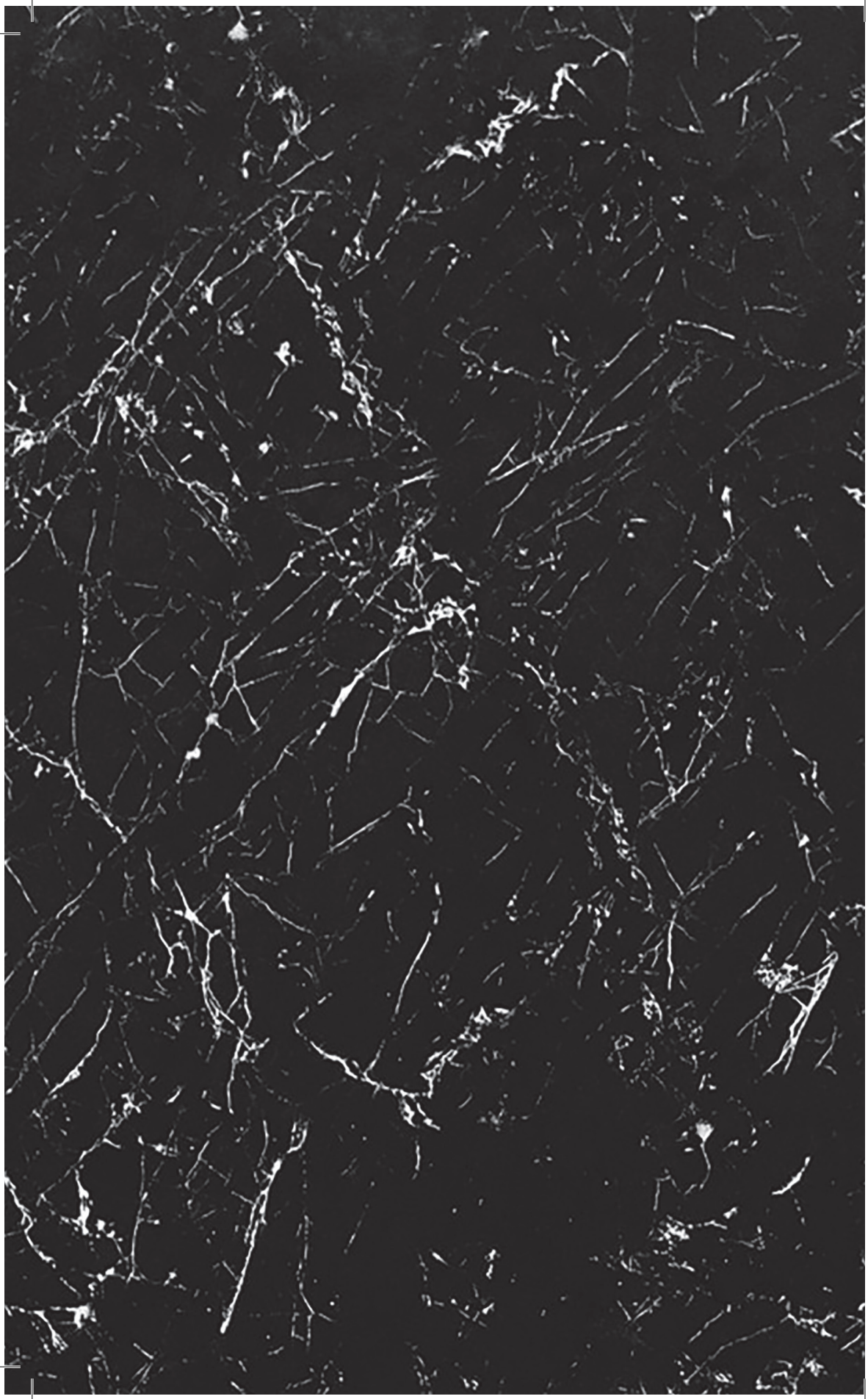
2 000 anos de história

VOLUME II

A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL, OS SEUS AGENTES ECONÓMICOS E A APLICAÇÃO ARTÍSTICA NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

Coordenação do volume
Ana Cardoso de Matos
Daniel Alves

THEYA



ÍNDICE

INTRODUÇÃO 7

PARTE I
A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL 11

A afirmação do mármore alentejano em contexto nacional e internacional (do século XVIII a 1945)
ANA CARDOSO DE MATOS E ARMANDO QUINTAS 13

A indústria das pedreiras na Regeneração: Estado e obras públicas (1850-1890)
CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DE SOUSA 123

PARTE II
A APLICAÇÃO ARTÍSTICA NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA 157

A fachada grandiloquente do paço ducal de Vila Viçosa: cenário de mármore para as comemorações centenárias de 1940
CLARA MOURA SOARES, RUTE MASSANO RODRIGUES E MARIANA PENEDO DOS SANTOS 159

As rochas ornamentais nas obras do real palácio da Ajuda (1796-1865): a presença dos mármores do anticlinal de Estremoz
RUTE MASSANO RODRIGUES E CLARA MOURA SOARES **221**

PARTE III
A APLICAÇÃO DAS HUMANIDADES DIGITAIS AO ESTUDO DO MÁRMORE **275**

Humanidades digitais e investigação em história: o centro de documentação e o roteiro digital sobre a indústria do mármore
DANIEL ALVES **277**

INTRODUÇÃO

O estudo do Património e História da Indústria dos Mármores. Contributos para um caminho percorrido, mas não finalizado!

Os vários artigos incluídos nesta obra são consequência do trabalho de uma equipe transdisciplinar, que reuniu informação para estudo do Património e História da Indústria dos Mármores (PHIM), desenvolvido no âmbito de uma candidatura aprovada pelo programa Alentejo2020, que decorreu entre 2017 e 2019. Este será certamente um importante contributo para o conhecimento e valorização do património e da história do Alentejo, com relevo para a geografia do chamado anticlinal dos mármores, que envolve cinco concelhos.

Este estudo foi projectado para ser realizado em fases cronológicas e temáticas. A primeira fase do PHIM, concretizado entre 2012 e 2015, foi dedicada ao período cronológico de 1850 a 1986, de modo a apresentar as várias dinâmicas pelas quais foi passando esta indústria, bem como o espaço geográfico em que se foi desenvolvendo.

A segunda fase foi desenvolvida tendo em consideração os séculos I a IV e XVI a XX, com o contributo das seguintes áreas de especialização: arqueologia romana e arqueologia industrial; história da arte; história da construção; história das técnicas e tecnologias; cartografia; georreferenciação; levantamento fotográfico e humanidades digitais.

Uma das principais dimensões do trabalho desenvolvido, consubstanciou-se num repositório de informação nas diversas áreas de especialização do projecto. Este importante recurso, no qual foi concentrado o trabalho dos vários investigadores, será associado um portal web (https://marmore-cechap.pt) e permitirá a consulta de informação relevante disponibilizada em diversos suportes.

Neste portal foi reunido um conjunto de informações, consultáveis através desse interface web, relativa à geografia, topónimos, achados arqueológicos, pedreiras, indústria transformadora e exportadora, actores da indústria, empresas, cartografia, arquitectura dos monumentos e do espaço urbano, evolução das técnicas, transporte dos recursos, ofícios e as artes de lavrar e talhar o mármore, as memórias deixadas pelos antigos actores da indústria.

Procurou-se desde o primeiro momento que este estudo, considerado pioneiro à escala nacional e internacional, fosse de âmbito global

e integrador com a intervenção de diversas ciências nas suas diferentes especialidades, que convergiriam na identificação e tratamento da informação, possibilitando o cruzamento de dados cronológicos, geográficos e históricos.

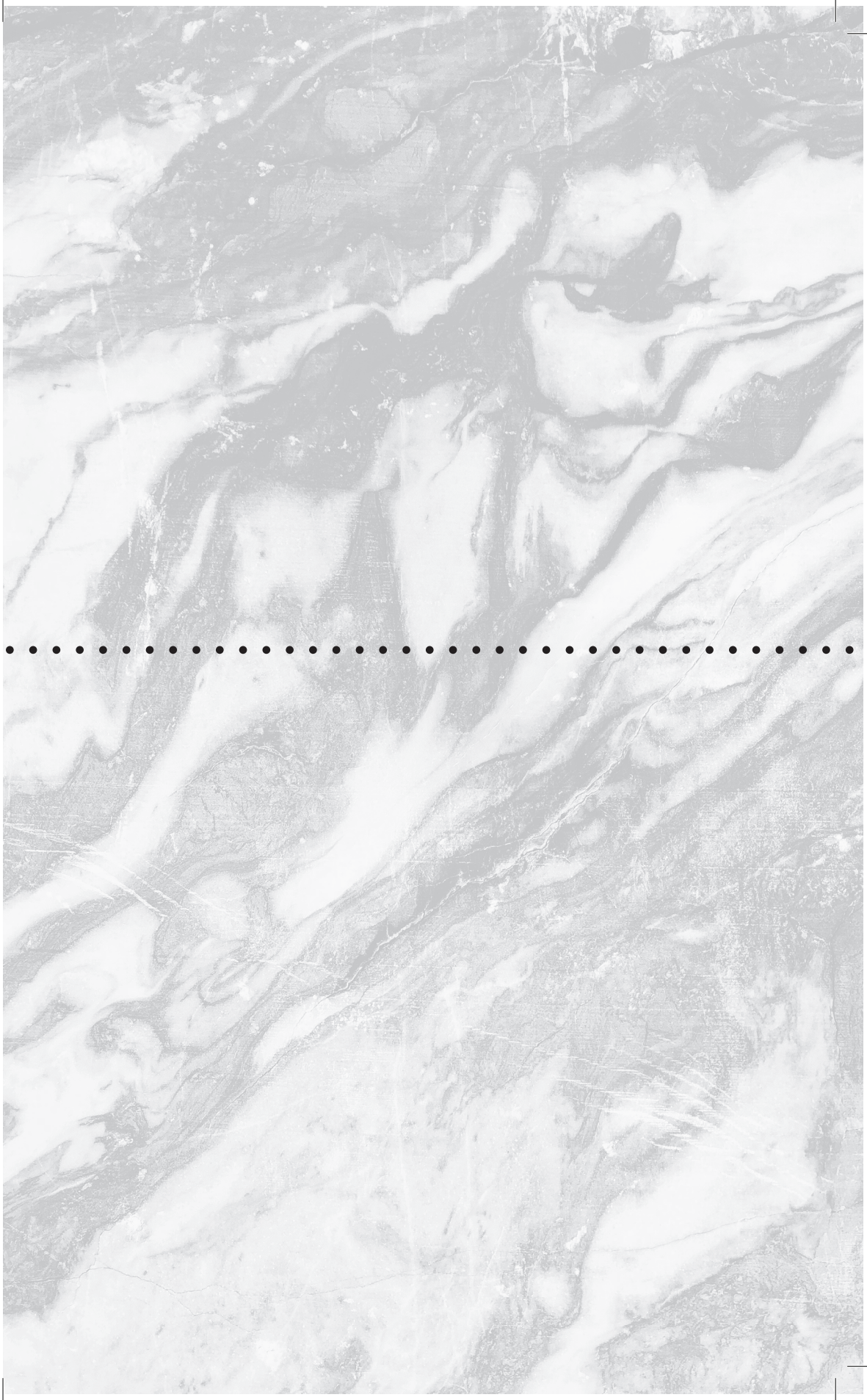
Esta investigação tem alcançado reconhecimento, a nível nacional e internacional, fruto da comunicação dos resultados da pesquisa em foros académicos, em Portugal, na Europa e na América, onde está a despertar o interesse por esta problemática.

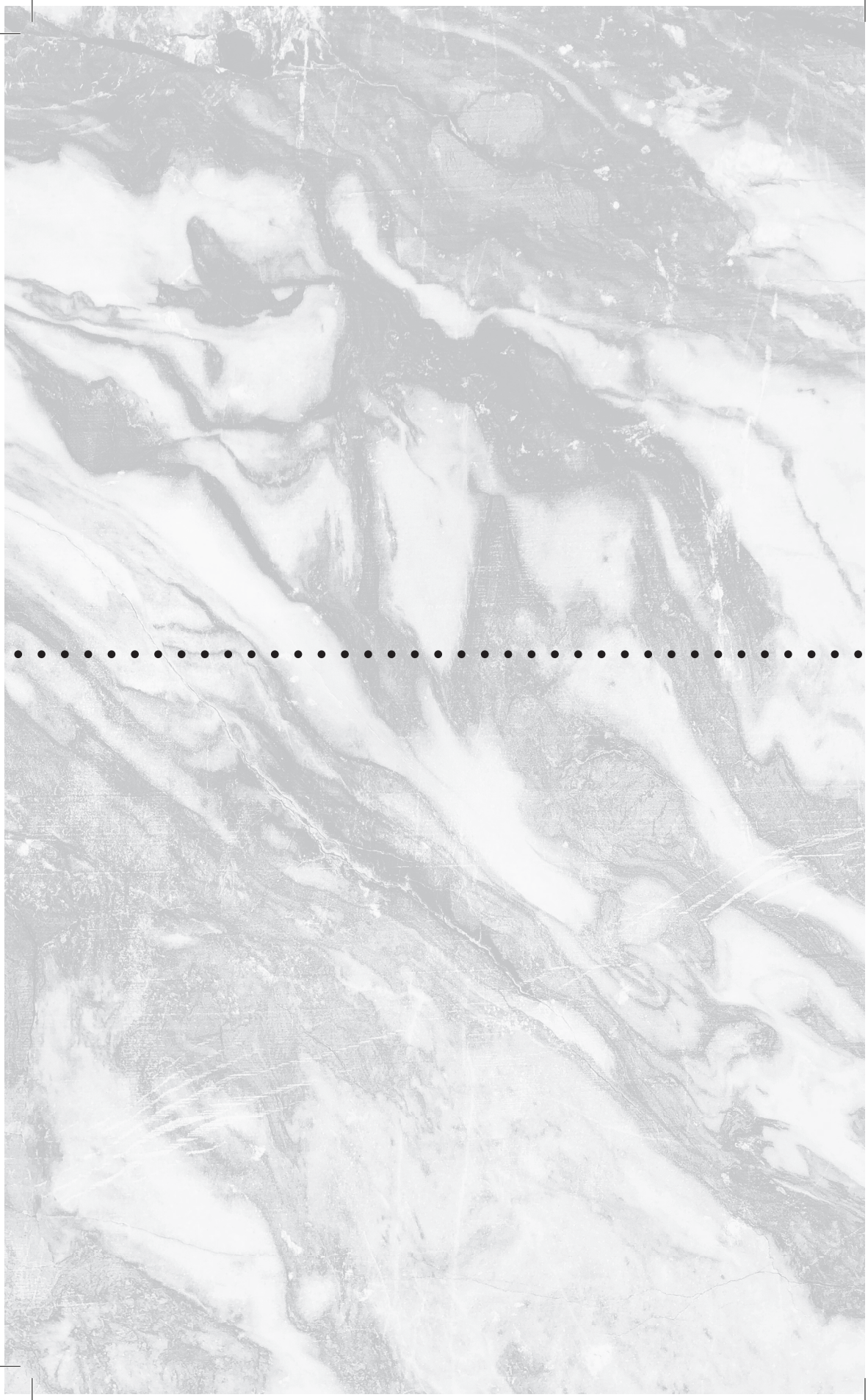
O PHIM beneficiou da aprovação das suas candidaturas através do Quadro de Apoio Comunitário e dos seus instrumentos financeiros: cofinanciamento pelo QREN, no âmbito Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao abrigo do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 – INALENTEJO; e o cofinanciamento pelo no âmbito Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ao abrigo do Programa Operacional do Alentejo2020.

Finalmente não podíamos deixar de expressar o nosso agradecimento a uma vasta equipa, sem a qual este trabalho não teria sido possível, composta por professores universitários, colegas investigadores e técnicos especialistas em diversas áreas, que participaram nesta fase do PHIM de uma forma ou de outra. Do CIDEHUS – Universidade de Évora, Ana Cardoso de Matos, André Carneiro e Armando Quintas. Do IHC – Universidade Nova de Lisboa, Daniel Alves e Carlos Sousa. Do ARTIS-IHA da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vítor Serrão, Clara Moura Soares, Patrícia Monteiro, Rute Rodrigues e Mariana Santos. Do CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Joana Balsa de Pinho, Lina Oliveira, Carolina Grilo. Do CECHAP os colegas Armando Quintas, José Calado, Carlos Pernas, Joaquina Peixinhos, Fátima Ramos, Ana Maria Barroso, Ricardo Hipólito, João Pires Lopes, João Solas, Tiago Pires e Miguel Silva.

Um agradecimento também aos membros do CECHAP, aos parceiros e a todas as entidades que têm ao longo destes últimos anos colaborado de diversas formas para a valorização da história e da cultura, em que o Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património tem sido um motor de desenvolvimento da ciência e da cultura, ao serviço do País e, em particular, do Alentejo.

CARLOS FILIPE





PARTE I

A evolução industrial

A afirmação do mármore alentejano em contexto nacional e internacional (do século XVIII a 1945)

ANA CARDOSO DE MATOS[1]
ARMANDO QUINTAS[2]

[1] CIDEHUS – Universidade de Évora.
[2] CIDEHUS – Universidade de Évora.

L'affirmation du marbre de l'Alentejo dans un contexte international (du XVIII^{ème} siécle à 1945)

L'industrie des marbres de l'Alentejo (Estremoz, Borba e Vila Viçosa), qui est actuellement reconnue et renommée au plan international, est passée par un processus lent et long d'affirmation depuis la période classique

A partir du XVIII^{ème} siècle les marbres portugais ont été divulgues à travers de témoignages écrits, lesquels aujourd'hui nous permettent de savoir qu'à cette époque ces marbres étaient exploités, au même temps qu'ils nous transmettent la façon dont différents auteurs, aussi bien portugais qu'étrangers décrivaient les carrières de pierre de marbre, les différentes qualités et leurs utilisations multiples. Dans les différents ouvrages écrits à cette époque, depuis la *Corografia Portugueza*, do prêtre António Carvalho da Costa, publié en 1706, aux descritptions de voyageurs étrangers qui rendaient visite au pays dans la première moitié du XVIII^{ème} siècle, comme ce fut le cas avec Charles Merveilleux ou D. João de Colmenar, sont soulignés l'émerveillement devant la beauté des marbres portugais, la référence à l'existence de plusieurs exploitations et à l'importance économique de cette ressource naturelle, ainsi que l'indication de l'application de matériel dans des édifications de grande importance.[1]

De même dans les *Memórias Paroquiais* de 1758, une enquête élaborée après le grand tremblement de terre survenu trois ans auparavant, pour calculer les effets de cette grande catastrophe dans les différentes régions du royaume, on souligne la valeur de ces marbres, en particulier ceux exploités à Bencatel, dans le canton de Vila Viçosa. [2]

Dans la deuxième moitié du XVIII^{ème} siècle, les témoignages de plusieurs voyageurs étrangers, parmi lesquels l'aristocrate anglais William Beckford, l'architecte irlandais James Murphy et le naturaliste allemand Heinrich Friedrich Link, soulignenent aussi la valeur de ces marbres comme un élément important à être utilisé dans les édifications et comme une ressource importante pour l'économie de la région.[3]

---

[1] Costa, P.^{e} António Carvalho da. *Corografia Portugueza e descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações.* Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, Tomo Segundo, 444.

[2] ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758*, Estremoz – vol. 14, n.º 100, 701; Borba - vol. 7, n.º 38, 998-999 e Santa Ana de Bencatel, concelho de Vila Viçosa – vol. 7, n.º 3, 731.

[3] Batista de Castro, João. *Mappa de Portugal antigo e moderno.* Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, vol. 1, 74, 174. Beckford, William. *Italy: whit sketches of Spain and Portugal.* London: Richard Bentley, 1834, vol. 2, 129-133. Murphy, James. *A General view of the state of Portugal: containing a topographical description...*London: T. Cadell Jun. and W. Davies, 1798, 11, 46. Link, Heinrich Frederich. *Travels in Portugal and through France and Spain: With a Dissertation on the Literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese*

Vu le manque d'information concernant cette période cette période (jusqu'aux années 1830), les récits de voyage sont la principale source d'information, et la répétition des références aux marbres, (les bleus d'Estremoz, les blancs de Montes Claros ou les verts de Vila Viçosa), qui apparaissent dans cette typologie narrative nous permettent d'affirmer que leur connaissance devenait de plus en plus internationale.

Avec la fin de la guerre civile et la victoire des libéraux, c'est affirmait un nouveau modèle d'organisation de l'économie de l'Etat, basée sur la connaissance des ressources du pays et sur de politiques de développement économique, en particulier dans le domaine industriel. Ainsi, à partir de 1837 ont été réalisées des enquêtes à l'industrie et ont été organisés les services miniers et géologiques dans le but d'avoir une meilleure connaissance du sous-sol et de l'exploitation des ressources naturelles.[4] De son côté la société civile, en particulier les entrepreneurs agricoles et industriels, ont cherché à créer des sociétés et des associations qui avaient comme objectif de promouvoir le développement agricole et industriel.

C'est dans ce contexte qu'en 1848 a été créée la Commission Géologique et Mineralogique dont le directeur fut l'ingénieur français Charles Bonnet, en 1852, avec le gouvernement de la Régénération, le Ministère des Travaux Publics, Commerce et Industrie dans lequel s'est établi une répartition des mines. En cette même année a été promulguée une nouvelle loi des mines, réglementée l'année suivante, laquelle a été actualisée en 1884[5].

Ces mesures et la conjoncture favorable de l'époque ont donné lieu à de nouvelles exploitations de marbre dans la zone d' Estremoz et de Borba

---

Languages. Translated from the German by John Hinckley. London: printed by Nochols and Sons, for T.N. Longman and O. Rees., 1801, 146.

[4] Matos, Ana Cardoso de. "A Indústria no distrito de Évora, 1836-1890." *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3.º-4.º), 562-568. Matos, Ana Cardoso de "Sociedade e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial", *Análise Social*, vol XXXI (136-137), 1996, 397-412; Alves, Jorge Fernandes Alves, "O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)", *Análise Social* (136-137) 1996, 527-544. Sousa, Fernando de, e Alves, Jorge Fernandes, *Associação Industrial Portuguesa. Para uma história do Associativismo empresarial*. Lisboa: AIP, 1999, 1-89. Matos, Ana Cardoso de. "Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX." *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*, n.º 69 (29), 1 de Agosto de 2000, 4-5.

[5] Carneiro, Ana; Mota, Teresa Salomé; Leitão, Vanda. *O Chão que pisamos. A Geologia ao Serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: CIUHCT, 2013, 23-30. *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. Decreto de 31 de Dezembro de 1852 (Lei de Minas). *Diário do Governo* n.º 2, de 3 de Janeiro de 1853, 909-918. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Decreto de 9 de Dezembro de 1853 (Regulando a lei de Minas). *Diário do Governo* n.º 293 de 14 de Dezembro de 1853, 738-351. Decreto de 6 de Março de 1884, *Diário do Governo* n.º 57 de 11 de Março de 1884, 54-57.

orientées vers l' exportation, par plusieurs entrepreneurs, en particulier Pedro Bartolomeu Déjante[6].

A la fin du XIX^{ème} siècle l'enquête industrielle de 1890, permet de vérifier que les carrières de marbre de Borba, Estremoz et Vila Viçosa, étaient en activité et que la majorité du marbre était ensuite transporté vers Lisbonne, pour être traité dans les scieries y existantes, où la technologie utilisée était déjá significative et dont le travail final était destiné aux monuments funèbres ou à l'ornementation. Un grand pourcentage de cette production était destiné à l'exportation vers des pays comme la Belgique et le Brésil[7].

Toute au longue de ce période a aussi développé une intense activité de promotion de l'industrie des marbres, à la fois dans les expositions tenues au Portugal et dans les Expositions Universelles et Internationales qui fonctionnaient comme de véritables vitrines de produits de chaque pays. Par leur dimension et par le public qui était attiré par ces évènements ils ont joué un rôle important dans la consommation croissante de marbre dans la construction et dans la fabrication de mobilier, contribuant, pour cela, de manière très significative dans l'intérêt croissant envers les marbres portugais qui a eut lieu dans les circuits du commerce international[8].

Avec une présence constante dans les différentes expositions, depuis l'exposition de Produits de l'Industrie Portugaise qui a eut lieu à Lisbonne en 1849, en passant par les Expositions Universelles de Londres en 1851, Paris 1855, Exposition Industrielle de Porto en 1865, Paris 1867, Vienne 1873, Philadelphie 1876, Paris 1878, Exposition Nationale des Industries, Lisbonne en 1888, Anvers 1894, jusqu'à l'Exposition Universelle de Paris en 1900, les marbres portugais, surtout ceux de l'Alentejo, se sont affirmés de plus en plus, et ont reçu de nombreux prix.

Des entrepreneurs comme Pedro Bartolomeu Déjante, Charles Bonnet, José Germano de Sales, António Moreira e Rato, André Domingos Gonçalves, et des entreprises, comme la *Sociedade Exploradora*

---

[6] Arquivo Municipal de Estremoz, Câmara Municipal, Procurações, Livro de Recebimentos de pedreira de Mármore, 1854-1860. Arquivo Distrital de Évora, Governo Civil, caixa 220, peça 10 – Registo de Minas / Mapas de pedreiras – 1872, Correspondência, "Correspondência e mapas concelhios sobre a lavra das pedreiras". Arquivo Distrital de Évora, Governo Civil, caixa 222, peça 18.

[7] "A exploração do mármore na segunda metade do século XIX" In "*Mármore Património para o Alentejo: Contributos para a sua história (1850-1986)*", coord. Daniel Alves, CECHAP, 2015, 48. *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, vol. 1 – Indústrias extractivas Minas e Pedreiras, 213-215

[8] Matos, Ana Cardoso de. "As Exposições Universais: espaços de divulgação dos progressos da Ciência, da Técnica e da Indústria e a sua influência na opinião pública portuguesa" in Mourão, José Augusto; Matos, Ana Maria Cardoso de; Guedes, Maria Estela. *O Mundo Ibero-Americano nas Grandes Exposições*. Lisboa: Vega, 1999. Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900*. Lisboa: Edições Colibri, 2011. Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900,* 65.

de Mármores de Estremoz, se sont affirmées par sa participation aussi bien dans ces expositions et par la présentation d'échantillons et de produits élaborés de grande qualité et beauté.

En plus de la connaissance du sous-sol et de la divulgation de leurs produits, des améliorations techniques ont été introduites dans l'exploitation des carrières de marbre qui ont été rendu possible de répondre à la demande croissante de marbre, faisant augmenter sensiblement leurs exportations. Brésil, Italie et Angleterre mais aussi les États-Unis ont été à partir de la décennie de 1850, les destinations préférentielles des marbres de l'Alentejo. [9]

Jusqu'à l'arrivée du chemin de fer en Alentejo les entreprises exploitant les carrières de marbre se sont confrontées à de grandes difficultés dans son acheminement vers Lisbonne. Avec l'arrivée du train, le transport du marbge d'Estremoz vers la capitale est devenu plus facile et moins cher, ce qui a permis de fournir aux usines de plus grandes quantités de ce produit à des prix plus bas. En conséquence ces usines ont pu exporter plus de marbre en brut ou transformé[10].

Au long du XIX^{ème} siècle, l'industrie des marbres a assisté à une authentique révolution dans la manière d'exploiter et de transformer les marbres. A la fin de la première Guerre Mondiale (1914-1918) le scénario a commencé lentement à changer et l'industrie des marbres au Portugal a connu un grand développement accompagné par un saut qualitatif dans les processus d'extraction du marbre, ce qui a permis de fournir des marbres de manière plus régulière et dans de plus grandes quantités pour le commerce international.

Dans les années suivantes ont été crées plusieurs sociétés d'exploitation, lesquelles munies de nouvelles technologies et possédant la connaissance des circuits commerciaux ont provoqué une véritable révolution dans la manière d'exploiter en rupture avec la tradition existant qui remontait pratiquement à l'époque romaine[11].

---

[9] *Colecção Official de Legislação Portugueza, ano de 1873*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, 127-133. *Commercial Reports Received at the Foreign Office from her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce of Their Consular Districts*. London: Harrison and Sons, 1869, 571-573. *Building Stones of Portugal. The Building News*, vol. 28, January 29, 1875, 120. Barão de Santa Ana, A.E.G. *Notes on Portugal*, Philadelphia Catholic Publishing Company, 1876, 97-122. Smithsonian Institute. *Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution showing the operations expenditures and conditions of the institution for the year ending June 30, 1886*. United States Congressial Series. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1889, 237, 476-484.

[10] Violet, Adolphe. *Rapport sur les Marbres et les Machines à travailler le Marbre de L'Exposition Universelle en 1878*, Paris: E. Lacroix, 1879, 5, 41-52.

[11] Quintas, Armando. "As grandes empresas portuguesas e estrangeiras na exploração do Mármore do Anticlinal de Estremoz no século XX" in Relvas, Susana Rocha, Morgan-Tamosunas, Rikki e Gómez Bedoya, Maria (eds.), *Iberian Interconnections – Conference Proceedings*, 2016, Porto: Universidade Católica, 199-210.

L'installation entre 1918 et 1928 d'entreprises comme *Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba Lda*, *Mármores de Sousa Baptista*, *Sociedade dos Mármores de Portugal*, *Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa* ou *Sociedade Luso Belga*, a eu comme conséquence l'exploitation d'environ une vingtaine de carrières de marbre dans ces trois cantons. Une part significative de ces exploitations a commencé par se concentrer sur des locaux déjà connus et exploités auparavant.

Les grandes sociétés d'exploitation, indiquées plus haut, possédaient les capitaux et la capacité technique pour une exploitation plus grande et plus rentable, installant grâce au transfert technologique provenant d'autres zones d'Europe, la machinerie plus actualisée et plus efficace. Jusqu'à la Première Guerre Mondiale les directeurs de ces entreprises considéraient que le grand marché de exportation des marbres portugais était le Brésil. Le conflit achevé, ont commencé à être exploités, surtout à partir de 1923, les marbres vers le marche européen et ensuite vers l'Amérique du Nord. Dans la décennie suivante, cette exportation s'est élargie vers l' Allemagne, Maroc, Japan, Italie, Afrique du Sud et Suisse.

A cette épque les marbres de l'Alentejo étaient appliqués non seulement dans d'importantes oeuvres architecturales, telles que, l'hôtel Century d'Anvers, le Strand Palace de Londres, la Banque de Joannesburg, les maisons de thé "Lyon Thea" de Londres, diverses fontaines d'eau monumentales des Etats-Unis et encore dans le mémorial dédié à Benjamin Franklin à New York, mais aussi dans la décoration intérieure des Transatlantiques Bremen, Europe et Atlantique[12].

Au cours des premières décennies du XX^{ème} siècle ont a enregistré une augmentation significative dans la production des marbres à Estremoz, Borba e Vila Viçosa, la production passant de 121 tonnes en 1910, à 3.259 tonnes en 1939[13].

Ce développement de la production a été accompagné par l'augmentation des ouvriers qui travaillaient dans les carrières de marbre, qui en 1939, et considérant seulement l'exploitation directe des carrières de marbre s'élevait à 220 ouvriers. La majorité des ouvrières recevaient des salaires journaliers entre les 10 et les 15 escudos, des valeurs plus élevées que ceux qui étaient pratiqués dans les activités agricoles. En parallèle, par effet d'entraînement s'est vérifiée l'augmentation des usines de chantier, ayant enregistré entre 1900 et 1945, l'existence de 31 usines dans le district d' Évora, avec un total

[12] Ribeiro, Félix. *Os Mármores do Alentejo e a Legislação em vigor*. Lisboa: Congresso Alentejano em Évora, Oficinas Fernandes, 1933. *Idem*. *A indústria dos Mármores. Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional, realizado em Lisboa de 26 a 28 de Maio*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934. Portas, Leopoldo. "Os mármores de Vila Viçosa" In Album Alentejano, tomo II – Distrito de Évora. Lisboa: Imprensa Beleza, 481-482.

[13] *Anuário Estatístico de Portugal et Boletim de Minas* (1930 -1945).

de 62 ouvriers, revenant aux trois cantons des marbres, Estremoz, Borba et Vila Viçosa, 27 usines sur un total de 55 ouvriers se situant ainsi, la majorité des usines proches de la matière première.

Notes finales

Comme nous pouvons vérifier, l'industrie des marbres de l'Alentejo (cantons de Estremoz, Borba et Vila Viçosa), s'est consolidé au long des derniers deux siècles. Initialement les descriptions géographiques du XVII^{ème} siècle ont fait connaître l'existence de ces marbres, ultérieurement s'est vérifié sa divulgation dans des expositions internationaux.

Simultanément s'est vérifiée, depuis la première moitié du XIX^{ème} siècle, la préoccupation avec l'organisation administrative des ressources minières avec la plus grande capacité et la connaissance du sous-sol.

L'augmentation de l'exportation des marbres, en même temps que la consommation interne, notamment l'utilisation de ce matériau dans les édifices, les statues et plus tard dans l'art funéraire, a crée les conditions pour la modernisation des exploitations de marbres durant la deuxième moitié du XIX^{ème} siècle.

L'augmentation du commerce externe à la fin du XIX^{ème} siècle, révélait déjà un intérêt croissant envers ce type de matières-premières sur les marchés internationaux, stimulant l'extraction dans la région de l'Alentejo, qui était ensuite envoyée à Lisbonne, où les grandes usines de scierie se chargeaient de leur transformation.

Au XX^{ème} siècle, avec la fixation de grandes entreprises exploitant la zone des marbres de l'Alentejo, on a constaté une augmentation très significative de l'activité d'extraction qui a été suivie par l'augmentation des activités de transformation et de commerce. Ces sociétés en utilisant de nouvelles techniques, des connaissances et technologie ont élargie encore plus le commerce externe qui avait cours depuis le siècle dernier, en consolidant cette industrie et rendant cette activité permanente.

La période entre les deux guerres, 1918-1939, a marqué le véritable démarrage industriel au niveau national et international dans l'exploitation de ces marbres, créant les conditions possibles pour que dans les decennies suivantes se vérifie une croissance accentuée et que vers la fin du XX^{ème} on enregistre son dernier et plus récent apogée, avec des centaines de carrières de marbre en fonctionnement et des miliers de personnes occupées dans l'exploitation, transformation et application de ces calcaires cristallins. La situation après la Deuxième Guerre Mondiale a aussi marqué l'affirmation définitive du marbre portugais dans le marché international, à côté des grands pays exploitants comme la Belgique et surtout l'Italie.

The affirmation of marble from Alentejo in an international context (from the 18th century until 1945)

The Alentejo marbles industry (Estremoz, Borba and Vila Viçosa), currently famous and internationally renowned, has gone through a long and slow process of affirmation since the classical period.

From the 18th century, Portuguese marbles were disseminated through written testimonies, which now allow us to know that at that time these marbles were being explored, at the same time as they convey to us the way the various authors, both Portuguese and foreign, described the marble quarries, the different qualities and the multiple uses of marble. In the various works written at that time, from the *Corografia Portugueza* by the priest António Carvalho da Costa, published in 1706, to the descriptions of foreign travellers who visited the country in the first half of the 18th century, as was the case of Charles Merveilleux or D. João de Colmenar, the beauty of Portuguese marbles stands out, the reference to the existence of several quarries and the economic importance of this natural resource, as well as the indication of use of this material in buildings of great importance[1].

Also the *Memórias Paroquiais* from 1758, a survey conducted after the great earthquake three years earlier, in order to assess the effects of this catastrophe in the different regions of the kingdom, affirms the value of these marbles, particularly those exploited in the Parish of Bencatel, in Vila Viçosa[2].

In the second half of the 18th century, the testimonies of several foreign travellers, including the English aristocrat William Beckford, the Irish architect James Murphy and the German naturalist Heinrich Friedrich Link, also highlight the value of these marbles as an important element to be used in buildings and as an important resource for the region's economy[3].

---

[1] Costa, P.e António Carvalho da. *Corografia Portugueza e descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações.* Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes. Lisbon: 1706, Second vol.me, 444.

[2] ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758*, Estremoz – vol. 14, no. 100, 701; Borba - vol. 7, no. 38, 998-999 e Santa Ana de Bencatel, concelho de Vila Viçosa – vol. 7, no. 3, 731.

[3] Batista de Castro, João. *Mappa de Portugal antigo e moderno.* Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, vol. 1, 74, 174. Beckford, William. *Italy: whit sketches of Spain and Portugal.* London: Richard Bentley, 1834, vol. 2, 129-133. Murphy, James. *A General view of the state of Portugal: containing a topographical description...* London: T. Cadell Jun. and W. Davies, 1798, 11, 46. Link, Heinrich Frederich. *Travels in Portugal and through France and Spain: With a Dissertation on the Literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*. Translated from the German by John Hinckley. London: printed by Nochols and Sons, for T.N. Longman and O. Rees., 1801, 146.

Given the scarcity of data for this period up to the 1830s, travel accounts are the main source of information, and the recurrence of references to marbles (the Estremoz blue stones, the Montes Claros white stones, or the Vila Viçosa green stones) appear in this narrative typology allowing us to affirm that their awareness was slowly becoming internationalized.

With the end of the civil war and the victory of the liberals, there was a new organizational and economic model of the State, based on the knowledge of the country and the implementation of policies to encourage economic development, in particular industrial development. Thus, from 1837 onwards, surveys were carried out on the industry, and mining and geological services were organized in order to gain a better knowledge of the subsoil and the exploitation of natural resources[4]. For their part, civil society, particularly agricultural and industrial entrepreneurs, sought to create organizations and associations whose purpose was to promote agricultural and industrial development.

It was in this context that in 1848 a Geological and Mineralogical Commission was created for which the French engineer Charles Bonnet was appointed. In 1852, with the Regeneration Government, the Ministry of Public Works, Commerce and Industry was created, followed by a distribution of mines. In the same year a new mining law was enacted, regulated the following year, and updated in 1884[5].

These measures and the contemporary favourable conjuncture gave rise to new marble explorations in the area of Estremoz and Borba, in view of exportations, by several businessmen, such as Pedro Bartolomeu Déjante[6].

---

[4] Matos, Ana Cardoso de. "A Indústria no distrito de Évora, 1836-1890." *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3.º-4.º), 562-568. Matos, Ana Cardoso de "Sociedade e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial", *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, 397-412; Alves, Jorge Fernandes Alves, "O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)", *Análise Social* (136-137) 1996, 527-544. Sousa, Fernando de, and Alves, Jorge Fernandes, *Associação Industrial Portuguesa. Para uma história do Associativismo empresarial*. Lisboa: AIP, 1999, 1-89. Matos, Ana Cardoso de. "Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX." *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*, n.º 69 (29), 1 de Agosto de 2000, 4-5.

[5] Carneiro, Ana; Mota, Teresa Salomé; Leitão, Vanda. *O Chão que pisamos. A Geologia ao Serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: CIUHCT, 2013, 23-30. *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. Decree of December 31, 1852 (Law of Mines). *Diário do Governo* no. 2, January 3, 1853, 909-918. *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. Decree of December 9, 1853 (Regulation of the Law of Mines). *Diário do Governo* no. 293, December 14, 1853, 738-351. Decree of March 6, 1884, *Diário do Governo* no. 57, March 11, 1884, 54-57.

[6] Municipal Archive of Estremoz, Câmara Municipal, Procurações, Livro de Recebimentos de pedreira de Mármore, 1854-1860. Municipal Archive of Évora, Governo Civil, caixa 220, peça 10 – Registo de Minas / Mapas de pedreiras – 1872, Correspondência, "Correspondência e mapas concelhios sobre a lavra das pedreiras". Municipal Archive of Évora, Governo Civil, caixa 222, peça 18.

At the end of the 19th century the Industrial Survey of 1890 showed that the quarries of Borba, Estremoz and Vila Viçosa were in operation and that most of the marble was later transported to Lisbon to be worked in the existing sawmills where the technology in use was already significant, whose final work was destined to funeral monuments or ornamentation. A large proportion of this production was destined for export to countries such as Belgium and Brazil[7].

At the same time, an intense activity was developed to promote the marble industry, both in the industrial events held in Portugal, and in the International and Universal Exhibitions that functioned as true displays of the products existing in each country. Due to their size and the public these events attracted, it was an important incentive to increase the use of marble in construction and furnishings, thereby contributing in a very significant way to the growing interest in Portuguese marbles in international trade circuits[8].

With a constant presence in the various exhibitions, from the exhibition of Products of the Portuguese Industry that took place in Lisbon in 1849, through the Universal Exhibitions of London in 1851, Paris in 1855, Industrial Exhibition of Porto in 1865, Paris in 1867, Vienna of Austria in 1873, Philadelphia in 1876, Paris in 1878, National Exhibition of Industries, Lisbon in 1888, Antwerp in 1894 to the Universal Exhibition of Paris in 1900, Portuguese marbles, especially those of Alentejo, were becoming more and more prominent, receiving several medals.

Entrepreneurs such as Pedro Bartolomeu Déjante, Charles Bonnet, José Germano de Sales, António Moreira e Rato, André Domingos Gonçalves, and companies such as the Exploitation Company of Marbles of Estremoz, excelled in their participation in these exhibitions by the presentation of samples and elaborated products of great quality and beauty.

In addition to the knowledge of the subsoil and the dissemination of its products, technical improvements were introduced in the quarrying, which enabled it to respond to the increasing demand for marble, thus in-

---

[7] "A exploração do mármore na segunda metade do século XIX" In "*Mármore Património para o Alentejo: Contributos para a sua história (1850-1986)*", coord. Daniel Alves, CECHAP, 2015, 48. *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, vol. 1 – Indústrias extractivas Minas e Pedreiras, 213-215

[8] Matos, Ana Cardoso de. "As Exposições Universais: espaços de divulgação dos progressos da Ciência, da Técnica e da Indústria e a sua influência na opinião pública portuguesa" in Mourão, José Augusto; Matos, Ana Maria Cardoso de; Guedes, Maria Estela. *O Mundo Ibero-- Americano nas Grandes Exposições*. Lisboa: Vega, 1999. Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900*. Lisboa: Edições Colibri, 2011. Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900,* 65.

creasing its exports. From the 1850s on, Brazil, Italy and England, but also the United States, were the preferred destinations of Alentejo marbles[9].

Until the arrival of the railroad to Alentejo, the companies that exploited the quarries faced great difficulties in driving it to the city of Lisbon. With the arrival of the train, the transport of Estremoz marble to the capital became easier and cheaper, making possible for manufacturers to supply larger quantities of this product at lower prices. As a result, these workshops could now export more transformed marble or in works[10].

Since the dawn of the 20th century, the marble industry witnessed a real revolution in the way of exploiting and transforming marbles. After World War I (1914-1918), the scenario began to slowly change and the marble industry in Portugal experienced a boost accompanied by a qualitative leap in the processes of marble extraction, which allowed to supply marbles more regularly and in larger quantities for international trade.

During this period, a number of exploratory societies were formed, using new technologies and knowledge of the commercial circuits, and provoked a real revolution in the form of exploitation, cutting off the tradition dating back almost to Roman times[11].

The formation between 1918 and 1928 of companies such as *Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba Lda*, *Mármores de Sousa Baptista*, *Sociedade dos Mármores de Portugal*, *Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa* or *Sociedade Luso Belga*, resulted in the reactivation of around 20 quarries in these three municipalities. A significant proportion of these quarries began in previously known and previously exploited sites.

The large exploration companies above had the capital and the technical capacity for a larger and more profitable exploration, using more up-to-date and more efficient machinery thanks to the transfer of technology from other parts of Europe. Until World War I, the directors of these

---

[9] *Colecção Official de Legislação Portugueza, ano de 1873*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, 127-133. *Commercial Reports Received at the Foreign Office from her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce of Their Consular Districts*. London: Harrison and Sons, 1869, 571-573. *Building Stones of Portugal. The Building News*, vol. 28, January 29, 1875, 120. Barão de Santa Ana, A.E.G. *Notes on Portugal*, Philadelphia Catholic Publishing Company, 1876, 97-122. Smithsonian Institute. *Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution showing the operations expenditures and conditions of the institution for the year ending June 30, 1886*. United States Congressial Series. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1889, 237, 476-484.

[10] Violet, Adolphe. *Rapport sur les Marbres et les Machines a travailler le Marbre de L'Exposition Universelle em 1878*, Paris: E. Lacroix, 1879, 5, 41-52.

[11] Quintas, Armando. "As grandes empresas portuguesas e estrangeiras na exploração do Mármore do Anticlinal de Estremoz no século XX" in Relvas, Susana Rocha, Morgan-Tamosunas, Rikki and Gómez Bedoya, Maria (eds.), *Iberian Interconnections – Conference Proceedings*, 2016, Porto: Universidade Católica, 199-210.

companies considered that the main market for Portuguese marbles was Brazil. After that conflict, marbles began to be exported, especially from 1923, to the European market, and shortly afterwards to North America. In the following decade, this export expanded to Germany, Morocco, Japan, Italy, South Africa and Switzerland.

At this time, Alentejo marbles were used not only in important architectural works, such as the Century hotel in Antwerp, the Strand Palace in London, the Bank of Johannesburg, the "Lyon Thea" tea houses in London, several monumental fountains in the United States and also in the memorial to Benjamin Franklin in New York, but also in the interior decoration of the transatlantic ships Bremen, Europe and Atlantique[12].

During the first decades of the 20th century there was a significant increase in the production of marbles in Estremoz, Borba and Vila Viçosa, from 121 tons in 1910 to 3,259 tons in 1939[13].

This increase in exploitation was accompanied by an increase in the number of workers working in the marble quarries, which in 1939, and considering only the direct exploitation of the quarries, amounted to 220 workers. Most of them were masons who received daily wages between 10 and 15 escudos, a higher rate than in agricultural activities. In parallel, as a result of the dragging, there was an increase in construction workshops, and between 1900 and 1945 there were 31 workshops in the district of Évora, with a total of 62 workers, and in the three municipalities of marbles, Estremoz, Borba and Vila Viçosa there were 27 workshops with a total of 55 workers, thus placing most of the workshops near the location of the raw materials.

Final Notes

As we have seen, the Alentejo marble industry (in Estremoz, Borba and Vila Viçosa) has been consolidating over the last two centuries. Initially the 18th century geographical descriptions revealed the existence of these marbles, later they were disseminated in international events.

At the same time, since the early 19th century, there was a concern with the administrative organization of mining resources and the greater knowledge of the subsoil.

---

[12] Ribeiro, Félix. *Os Mármores do Alentejo e a Legislação em vigor*. Lisboa: Congresso Alentejano em Évora, Oficinas Fernandes, 1933. *Idem*. *A indústria dos Mármores. Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional, realizado em Lisboa de 26 a 28 de Maio*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934. Portas, Leopoldo. "Os mármores de Vila Viçosa" In Album Alentejano, tomo II – Distrito de Évora. Lisboa: Imprensa Beleza, 481-482.

[13] *Anuário Estatístico de Portugal e Boletim de Minas* (1930-1945).

The increase in the export of marble, along with domestic consumption, in particular the use of this stone in buildings, statues and later in funerary art, allowed in the second half of the 19th century a modernization of marble explorations.

The increase in foreign trade in the late 19th century already showed an increasing interest in this type of raw material in international markets, stimulating extraction in the Alentejo region, which was later sent to Lisbon, where large sawmills were in charge of the transformation processes.

In the 20th century, with the establishment of large exploration companies in the area of Alentejo marbles, there was a very significant increase in the extractive activity that was accompanied by the increase of manufacturing and commercial activities. These societies, using new techniques, knowledge and technology, further expanded the foreign trade underway since the previous century, consolidating this industry and making it permanent.

The interwar period, 1918-1939, marked the true national and international industrial start in the exploitation of these marbles, creating the conditions for the following decades for a marked growth and for the end of the 20th century to register its last and more recent peak, with hundreds of quarries in operation and thousands of workers in the exploration, transformation and use of these crystalline limestones. After World War II there was also a definitive affirmation of the Portuguese marble in the international market, next to the great exploring countries like Belgium and mainly Italy.

La afirmación del mármol Alentejano en contexto internacional (del siglo XVIII a 1945)

La industria de los mármoles alentejanos (Estremoz, Borba y Vila Viçosa), que actualmente es reputada y afamada a nivel internacional, pasó por un longo y lento proceso de afirmación desde el período clásico.

A partir del siglo XVIII los mármoles portugueses fueron divulgados a través de testimonios escritos, los cuales hoy nos permiten saber que en esa altura estos mármoles estaban a ser explorados, al mismo tiempo que nos transmiten la forma como los varios autores, tanto portugueses como extranjeros, describían las canteras de mármoles, las diferentes cualidades y las múltiples utilizaciones del mismo. En las varias obras escritas en esta altura, desde la *Corografía Portuguesa*, del padre António Carvalho da Costa, publicada en 1706, a las descripciones de viajantes extranjeros que visitaron el país en la primera mitad del setecientos, como fue el caso de Charles Merveilleux o D. João de Colmenar, sobresalen el deslumbramiento con la belleza de los mármoles portugueses, la referencia a la existencia de varias exploraciones y a las importancia económica de este recurso natural, bien como la indicación de la aplicación de este material en edificado de grande importancia[1].

También las *Memorias Parroquiales* de 1758, averiguación elaborado después el gran terremoto verificado tres años antes, para el contraste los efectos de aquella catástrofe en las diferentes regiones del reino, se afirma el valor de estos mármoles, particularmente los explorados en la Parroquia de Bencatel, concejo de Vila Viçosa[2].

En la segunda mitad del siglo XVIII, los testimonios de los varios viajantes extranjeros, entre los cuales se destacan el aristócrata inglés William Beckford, el arquitecto irlandés James Murphy y el naturalista alemán Heinrich Friedrich Link, también realzan el valor de estos mármoles como elemento importante a ser utilizado en el edificado y como un importante recurso para la economía de la región[3].

---

[1] Costa, P.e António Carvalho da. *Corografia Portugueza e descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações.* Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, Tomo Segundo, 444.

[2] ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758*, Estremoz – vol. 14, n.º 100, 701; Borba - vol. 7, n.º 38, 998-999 e Santa Ana de Bencatel, concelho de Vila Viçosa – vol. 7, n.º 3, 731.

[3] Batista de Castro, João. *Mappa de Portugal antigo e moderno.* Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, vol. 1, 74, 174. Beckford, William. *Italy: whit sketches of Spain and Portugal.* London: Richard Bentley, 1834, vol. 2, 129-133. Murphy, James. *A General view of the state of Portugal: containing a topographical description*...London: T. Cadell Jun. and W. Davies, 1798, 11, 46. Link, Heinrich Frederich. *Travels in Portugal and through France and Spain: With a Dissertation on the Literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese*

Pero ante la escasez de datos para este período que se extiende hasta la década de 1830, los relatos de viajes son la principal fuente de información, y la recurrencia de las referencias a los mármoles, (los azules de Estremoz, los blancos de Montes Claros o los verdes de Vila Viçosa), surgen en esta tipología narrativa nos permite afirmar que el conocimiento de los mismos se iba lentamente internacionalizando.

Con el fin de la guerra civil y la victoria de los liberales, surgió un nuevo modelo organizativo y económico del Estado, que se basó en el conocimiento del país y en la implementación de políticas de incentivo al desarrollo económico, en particular industrial. Así, a partir de 1837 se realizaron averiguaciones a la industria y fueron organizados los servicios mineros y geológicos con el objetivo de tener un mejor conocimiento del subsuelo y de la exploración de los recursos naturales[4]. Por su lado, la sociedad civil, particularmente los empresarios agrícolas e industriales, buscaron crear sociedades y asociaciones que tenían como objetivo promover el desarrollo agrícola e industrial.

Fue en este contexto que en 1848 se creó la Comisión Geológica y Mineralógica cuya dirección fue nombrado el ingeniero francés Charles Bonnet, creándose en 1852, con el gobierno de la Regeneración, el Ministerio de las Obras Públicas, Comercio e Industria en el cual se estableció una repartición de minas. En ese mismo año fue promulgada una nueva ley de minas, reglamentado en el año seguiste, siendo la misma actualizada en 1884[5].

Estas medidas y la coyuntura favorable de en altura dio origen a nuevas exploraciones de mármol en la zona de Estremoz y Borba orien-

---

Languages. Translated from the German by John Hinckley. London: printed by Nochols and Sons, for T.N. Longman and O. Rees., 1801, 146.

[4] Matos, Ana Cardoso de. "A Indústria no distrito de Évora, 1836-1890." *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3.º-4.º), 562-568. Matos, Ana Cardoso de "Sociedade e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial", *Análise Social*, vol XXXI (136-137), 1996, 397-412; Alves, Jorge Fernandes Alves, "O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)", *Análise Social* (136-137) 1996, 527-544. Sousa, Fernando de, e Alves, Jorge Fernandes, *Associação Industrial Portuguesa. Para uma história do Associativismo empresarial*. Lisboa: AIP, 1999, 1-89. Matos, Ana Cardoso de. "Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX." *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*, n.º 69 (29), 1 de Agosto de 2000, 4-5.

[5] Carneiro, Ana; Mota, Teresa Salomé; Leitão, Vanda. *O Chão que pisamos. A Geologia ao Serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: CIUHCT, 2013, 23-30. *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. Decreto de 31 de Dezembro de 1852 (Lei de Minas). *Diário do Governo* n.º 2, de 3 de Janeiro de 1853, 909-918. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Decreto de 9 de Dezembro de 1853 (Regulando a lei de Minas). *Diário do Governo* n.º 293 de 14 de Dezembro de 1853, 738-351. Decreto de 6 de Março de 1884, *Diário do Governo* n.º 57 de 11 de Março de 1884, 54-57.

tadas para la exportación, por varios empresarios, con destacada en Pedro Bartolomeu Déjante[6].

Al final del siglo XIX la averiguación Industrial de 1890, permite verificar que las canteras de Borba, Estremoz y Vila Viçosa, estaban en actividad y que la mayoría del mármol era posteriormente transportado para Lisboa para ser trabajado en las serruchado ahí existentes, donde la tecnología utilizada ya era significativa, cuyo trabajo final era destinado a monumentos fúnebres o la ornamentación. Un gran porcentaje de esta producción se destinaba a la exportación para países como Bélgica y el Brasil[7].

En simultáneo, fue siendo desarrollada una intensa actividad de promoción de la industria de los mármoles, tanto en las exposiciones industriales realizados en Portugal, como en las Exposiciones Universales e Internacionales que funcionaban como verdaderas muestras de los productos existentes en cada país. Por su dimensión y por el público que atraían a estos eventos eran un importante incentivo al aumento de la utilización do mármoles en la construcción y en el mobiliario, contribuyendo, por eso, de forma muy significativa para el intereses creciente por los mármoles portugueses verificado en los circuitos del comercio internacional[8].

Con una presencia constante en las varias exposiciones, desde la exposición de Productos de la Industria Portuguesa que tuvo lugar en Lisboa en 1849, pasando por las Exposiciones Universales de Londres en 1851, Paris 1855, Exposición Industrial de Porto en 1865, Paris 1867, Viena de Austria 1873, Filadelfia 1876, Paris, 1878, Exposición Nacional de las Industrias Fabril, Lisboa en 1888, Antuérpia 1894 hasta la Exposición Universal de Paris de 1900, los mármoles portugueses, sobre todo los de Alentejo, fueron- destacándose cada vez más, recibiendo varias medallas.

Empresarios como Pedro Bartolomeu Déjante, Charles Bonnet, José Germano de Sales, António Moreira y Rato, André Domingos Gonçalves, y empresas, como la *Sociedade Exploradora de Mármoles de Estremoz*, sobre

---

[6] Arquivo Municipal de Estremoz, Câmara Municipal, Procurações, Livro de Recebimentos de pedreira de Mármore, 1854-1860. Arquivo Distrital de Évora, Governo Civil, caixa 220, peça 10 – Registo de Minas / Mapas de pedreiras – 1872, Correspondência,"Correspondência e mapas concelhios sobre a lavra das pedreiras". Arquivo Distrital de Évora, Governo Civil, caixa 222, peça 18.

[7] "A exploração do mármore na segunda metade do século XIX" In "*Mármore Património para o Alentejo: Contributos para a sua história (1850-1986)",* coord. Daniel Alves, CECHAP, 2015, 48. *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, vol. 1 – Indústrias extractivas Minas e Pedreiras, 213-215.

[8] Matos, Ana Cardoso de. "As Exposições Universais: espaços de divulgação dos progressos da Ciência, da Técnica e da Indústria e a sua influência na opinião pública portuguesa" in Mourão, José Augusto; Matos, Ana Maria Cardoso de; Guedes, Maria Estela. *O Mundo Ibero– – Americano nas Grandes Exposições*. Lisboa: Vega, 1999. Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900*. Lisboa: Edições Colibri, 2011. Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900,* 65.

salieran en la participación tanto en estas exposiciones por la presentación de la muestras y productos elaborados de grandes cualidades y belleza.

En la medida del conocimiento del subsuelo y de la divulgación de los sus productos, fueron siendo introducidos mejoramientos técnicos en la exploración de las canteras que permitirán responder a la búsqueda creciente de mármol, aumentando de esta forma las exportaciones del mismo. Brasil, Italia e Inglaterra, pero también los Estados Unidos fueron, a partir de la década de 1850, los destinos preferenciales de los mármoles Alentejanos[9].

Hasta la llegada del ferrocarril al Alentejo las empresas exploradoras de las canteras se confrontaron con grandes dificultades en la conducción del mismo hasta la ciudad de Lisboa. Con la llegada del tren, el transporte del mármol de Estremoz para a capital pasó a ser más fácil y barato, lo que permitió abastecer los talleres mayores cuantidades de este producto a valores más bajos. Consecuentemente estos talleres pasaron a poder exportar más mármol en obra o transformado[10].

Con el despuntar de novecientos, las industrias de los mármoles asistieron a una auténtica revolución en forma de explorar y transformar los mármoles. Terminada la I Grande Guerra (1914-1918) el escenario comenzó lentamente a cambiar y la industria de los mármoles en Portugal conoció un florecimiento acompañado por un salto cualitativo e los procesos de extracción del mármol, lo que permitió abastecer los mármoles de forma más regular y en mayores cuantidades para el comercio internacional.

En este período se verifico la instalación de varias sociedades explotadoras, que prevista de nuevas tecnologías y del conocimiento de los circuitos comerciales, provocaron una verdadera revolución en la forma de exploración, cortando con la tradición entonces ahí existente y que venía prácticamente desde a la época romana[11].

---

[9] *Colecção Official de Legislação Portugueza, ano de 1873*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, 127-133. *Commercial Reports Received at the Foreign Office from her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce of Their Consular Districts*. London: Harrison and Sons, 1869, 571-573. *Building Stones of Portugal. The Building News*, vol. 28, January 29, 1875, 120. Barão de Santa Ana, A.E.G. *Notes on Portugal*, Philadelphia Catholic Publishing Company, 1876, 97-122. Smithsonian Institute. *Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution showing the operations expenditures and conditions of the institution for the year ending June 30, 1886*. United States Congressial Series. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1889, 237, 476-484.

[10] Violet, Adolphe. *Rapport sur les Marbres et les Machines a travailler le Marbre de L'Exposition Universelle em 1878*. Paris: E. Lacroix, 1879, 5, 41-52.

[11] Quintas, Armando. "As grandes empresas portuguesas e estrangeiras na exploração do Mármore do Anticlinal de Estremoz no século XX" in Relvas, Susana Rocha, Morgan-Tamosunas, Rikki e Gómez Bedoya, Maria (eds.), *Iberian Interconnections – Conference Proceedings*, 2016. Porto: Universidade Católica, 199-210.

La instalación entre 1918 y 1928 de empresas como *Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba Lda, Mármores de Sousa Baptista, Sociedade dos Mármores de Portugal, Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa e Sociedade Luso Belga*, se manifestó en la reactivación de cerca de unas veinte canteras en estes tres municipios en las canteras de mármol, que en 1939, y considerando apenas la exploración directa de las centenas de canteras en funcionamiento. Una parte significativa de esas exploraciones comenzó por incidir en locales ya conocidos y anteriormente explorados.

Las grandes sociedades exploradoras, arriba referidas, poseían capitales y capacidad técnica para una mayor e más rentable exploración, instalando gracias a la transferencia de tecnología proveniente de otras zonas de Europa, maquinas más actualizados y más eficaces. Hasta la I Guerra Mundial los directores de estas empresas consideraban que el gran mercado para la colocación de los mármoles portugueses era el Brasil. Terminado aquel conflicto, comenzaron a ser exportados, sobre todo a partir de 1923, mármoles para el mercado europeo y poco después para América del Norte. En la década siguiente, esta exportación se amplió para a Alemania, Marrocos, Japón, Italia, África del Sul y Suiza.

En esta altura los mármoles del Alentejo eran aplicados no solo en importantes obras arquitectónicas, tales como, el hotel Century de Antuérpia, o Strand Palace de Londres, el Banco de Johannesburgo, las casas de Té "Lyon Thea" de Londres, diversas fuentes monumentales en los Estados Unidos y también en el memorial a Benjamín Franklin en Nova York, pero también en la decoración interior de los Transatlánticos Bremen, Europeo y Atlantique[12].

A lo largo de las primeras décadas del siglo XX se registró un significativo aumento en la producción de mármoles en Estremoz, Borba y Vila Viçosa, pasando de 121 toneladas en 1910, para 3.259 toneladas en 1939[13].

Este incremento de exploración fue acompañado por el aumento del número de operarios que trabajaban en las canteras de mármol, que en 1939, y considerando apenas la exploración directa de las canteras, se elevaba a 220 operarios. Mayoría de ellos, canteros que recibían salarios diarios entre los 10 a 15 escudos, valores más elevados que los que eran practicados en las actividades agrícolas. En paralelo, por efecto de arrastramiento, se verificó el aumento de los talleres de cantero, habiéndose

[12] Ribeiro, Félix. *Os Mármores do Alentejo e a Legislação em vigor*. Lisboa: Congresso Alentejano em Évora, Oficinas Fernandes, 1933. Idem. *A indústria dos Mármores. Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional, realizado em Lisboa de 26 a 28 de Maio*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934. Portas, Leopoldo. "Os mármores de Vila Viçosa" In Album Alentejano, tomo II – Distrito de Évora. Lisboa: Imprensa Beleza, pp481-482.
[13] *Anuário Estatístico de Portugal e Boletim de Minas* (1930 -1945).

registrado, entre 1900 y 1945, la existencia de 31 talleres en el distrito de Évora, con un total de 62 operarios, cabiendo a los tres municipios de los mármoles, Estremoz, Borba y Vila Viçosa, 27 talleres en un total de 55 operarios, situándose así, la mayoría de los talleres cerca de la materia prima.

Notas finales

Como podemos verificar, la industria de los mármoles del Alentejo (municipios de Estremoz, Borba y Vila Viçosa), se fue consolidando a lo largo de los últimos dos siglos. Inicialmente las descripciones geográficas del setecientos dieron a conocer la existencia de estos mármoles, posteriormente se verificó su divulgación en eventos internacionales.

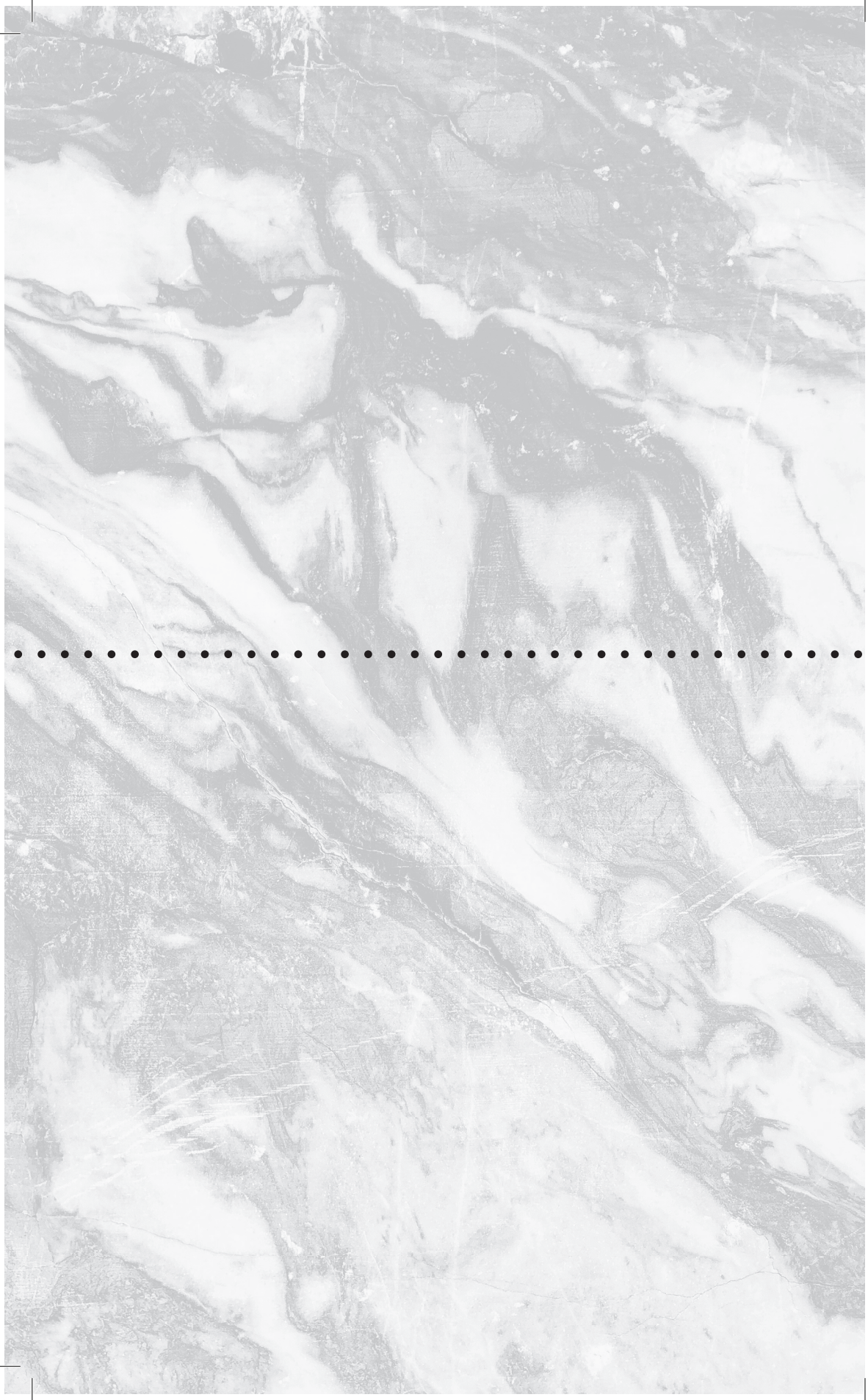
Simultáneamente se verificó, desde la primera mitad del siglo XIX la preocupación con la organización administrativa de los recursos mineros y con la mayor capacitación del conocimiento del subsuelo.

El aumento de la exportación de mármoles, a par del consumo interno, especialmente la utilización de esta piedra en lo edificado, en la estatuaria y posteriormente en el arte funeraria, permitió que en la segunda mitad del siglo XIX, se comenzó la modernizar a las exploraciones de mármoles.

El aumento del comercio externo a finales del ochocientos, ya revelaba un interés creciente por este tipo de materia-prima en mercados internacionales, estimulando la extracción en la región del Alentejo, que era posteriormente enviada a Lisboa, donde los grandes talleres de aserrado se encargaban de su transformación.

En el siglo XX, con la fijación de grandes empresas exploradoras en la zona de los mármoles alentejanos, se verificó un aumento muy significativo de la actividad extractiva que fue acompañada por el incremento de las actividades transformadora y comercial. Estas sociedades usando nuevas técnicas, conocimientos y tecnología, ampliaron aún más el comercio externo que se realizaba desde el sigilo anterior, consolidando esta industria y volviendo a su actividad permanente.

El período entre guerras, 1918-1939, marco el verdadero arranque industrial a nivel nacional e internacional en la exploración de estos mármoles, creando las condiciones para que en las décadas siguientes se verificase un crecimiento acentuado y para que al final del siglo XX se registrase su último y más reciente apogeo, con centenas de canteras en funcionamiento y millares de brazos ocupados en la exploración, transformación y aplicación de estos calcáreos cristalinos. El período después de la II Guerra Mundial también marcó la afirmación definitiva del mármol portugués en el mercado internacional, a lado de los grandes países exploradores como la Bélgica y sobre todo Italia.



INTRODUÇÃO

A indústria dos mármores alentejanos (Estremoz, Borba e Vila Viçosa), que atualmente é reputada e afamada a nível nacional e internacional, passou por um longo e lento processo de afirmação desde o período clássico. A partir do século XVIII, verificou-se uma intensa divulgação desta atividade através de testemunhos escritos, nomeadamente de vários viajantes que se deslocaram a Portugal, os quais inicialmente se limitavam a relatar a existência de algumas jazidas ou as várias aplicações do mármore. No século seguinte, as descrições sobre esta indústria ampliaram-se e diversificaram-se, passando a surgir referências à importância da mesma no contexto das políticas económicas da época, alusões à participação dos vários industriais nos grandes certames expositivos, nacionais ou internacionais, ou indicações sobre os países para onde era exportado o mármore. Por outro lado, a partir de finais do século XIX, na sequência da crescente utilização desta pedra na construção, na decoração e na arte, esta indústria vai ser objeto de uma maior atenção por parte de alguns empresários, que passaram a considerar economicamente interessante o investimento neste sector, incrementando a sua exploração em moldes cada vez mais modernos. No período entre as duas grandes guerras, o interesse pela indústria dos mármores foi crescente, criando-se as bases para que estes calcários cristalinos fossem definitivamente catapultados para o mercado mundial de pedras ornamentais.

PARTE I – DO SÉCULO XVIII AOS INÍCIOS DO SÉCULO XIX

1. As referências aos mármores do Alentejo nas descrições de viajantes, nas corografias e nas memórias paroquiais

A continuada utilização do mármore começou a ser testemunhada e divulgada com maior intensidade a partir da centúria de Setecentos, através dos relatos das viagens de estrangeiros a Portugal, das obras corográficas e das inquirições realizadas por iniciativa régia.

Em 1717, Charles Merveilleux (1682-1748), durante a viagem que fez a Portugal, visitou a obra de construção do monumental convento de Mafra, na qual estavam a ser aplicadas grandes quantidades de diversos tipos de mármore: italianos, franceses e portugueses, entre estes últimos, particularmente os do Alentejo. Na descrição que fez sobre aquelas obras, merece destaque a ênfase que este autor deu aos operários, tendo mesmo considerado que o elevadíssimo número de homens que trabalhavam a pedra acabaria por criar uma verdadeira escola de mestres canteiros. Refere concretamente a existência de "alunos portugueses em tão grande número, que não faltará no futuro canteiros e marmoristas, que poderão até ser fornecidos aos países vizinhos"[3].

A aprendizagem de muitos trabalhadores e aprendizes feita durante esta obra, ou seja, nesta "escola", anos mais tarde vai refletir-se no surgimento de muitas obras de mármore espalhadas pelo país que são claramente influenciadas pela instrução ali recebida. Vila Viçosa é um exemplo do que acabámos de dizer, pois aí se verificou, pouco depois, um conjunto de encomendas de obras de construção e de reforma do edificado aí existente, nas quais o mármore da região teve um grande destaque[4].

Mas, mesmo antes da construção do convento de Mafra se ter iniciado, a beleza do mármore da região do Alentejo já havia sido referenciada pelo cura António Carvalho da Costa (1650-1715) na sua *Corografia Portugueza*, dada à estampa em 1706. Nela se assinala, relativamente a Estremoz, o seguinte: "também seus mármores e jaspes finíssimos que recebem tal lustre e polimento, como espelhos, que lhes não levam vantagem os mais finos alabastros e pórfidos de outras regiões"[5].

---

[3] Merveilleux, Charles Fréderic de. *Mémoires Instructifs pour Un Voyageur dans le Divers États de l'Europe: Contenant des Anecdotes Curieuses très Propres à Éclaircir l'Histoire du tTemps; avec des Remarques sur le Commerce & l'Histoire Naturelle.* Amsterdam: H. Du Sauzet, vol. 2, 1738, 186-187.

[4] Filipe, Carlos. "O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento e construção". Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2015, 34.

[5] Costa, P.e António Carvalho da. *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as Noticias das Fundações.* Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, tomo II, 1706, 444.

Opinião secundada pelo espanhol D. Juan de Colmenar (1707-1741), que no ano seguinte publicou, na cidade holandesa de Leida, *Les Délices de l'Espagne et du Portugal*, obra resultante do périplo que tinha feito pela Península Ibérica anos antes, com o objetivo de conhecer as suas paisagens naturais e os seus monumentos. A propósito dos recursos minerais do reino de Portugal, o autor deixa-nos a seguinte descrição:

> As montanhas são fecundas em pedreiras e minerações, e encontramos diversos géneros de mármores e pedras preciosas, várias minas de diversos minerais, como o alúmen, enxofre, salitre, calamina e diversos tipos de sal, além do sal de mina, que é cozido no coração do país e sobre as costas, mais do que suficiente para todo o reino[6].

E tendo percorrido o país até Estremoz, dá-nos a sua visão sobre esta vila:

> As casas da vila são todas brancas por fora, o que produz um efeito agradável à vista. As principais habitações são ornamentadas por colunas de um belo mármore, que se pode mesmo encontrar no local, pois há uma rocha toda de mármore que tendo sido encontrada no lugar de um dos bastiões da vila baixa, impediu que se estendesse esse bastião o quanto longe ele poderia ter ido, de tal forma que faz um ângulo obtuso em vez de um ângulo agudo. Este mármore é perfeitamente belo, do qual se retirou uma grande quantidade para ornamentar os dois mosteiros reais, o Escorial e Belém.
> Vê-se em Estremoz uma torre construída toda neste mármore, por cuidados do Rei Dinis I. As pedras da qual ela é composta, receberam um grande polimento, que elas produzem um brilho maravilhoso, assim que elas são atingidas pelos raios do sol[7].

Décadas depois (1741), D. Juan de Colmenar, numa obra publicada em Amesterdão e intitulada *Annales d'Espagne et du Portugal*, voltou a referir-se aos mármores, repetindo as descrições sobre Estremoz que já tinha feito, mas acrescentando outras sobre Vila Viçosa, sobre a qual mencionou que, para além das pedreiras de um belo mármore verde, tinha outros aspetos dignos de realce, como a fertilidade das terras agrícolas[8]. Curiosamente, as informações sobre a vila de Estremoz voltam a repetir-se, uma vez mais, oito anos depois, numa obra publicada em Londres pelo escritor irlandês Udal Ap Rhys. Na realidade, estas descrições mais não eram do que um decalque das observações que Juan de Colmenar fizera na sua obra.

---

[6] Colmenar, Juan Álvarez de. *Les Délices de l'Espagne et du Portugal.* Leyde: Pierre Vander, vol. I, 1707, 832.

[7] Colmenar. *Les délices de l'Espagne et du Portugal*, vol. IV, 786-787.

[8] Colmenar, Juan Álvarez de. *Annales d'Espagne et du Portugal: Contenant Tout ce Qui s'Est Passé de plus Important dans ces Deux Royaumes & dans les Autres Parties de l'Europe [...]: avec la Description de Tout ce Qu'il y A de plus Remarquable en Espagne & au Portugal.* Amsterdam: François L'Honoré & Fils, vol. III, 1741, 280-281, 284-285.

Repetição que se percebe claramente do seguinte extrato da obra de Udal Ap Rhys: "E particularmente existe uma torre alta, construída por D. Dinis, toda de mármore polido, que cada vez que os raios do sol incidem diretamente nela, dá um brilho magnífico"[9].

Figura 1 - Estremoz em 1741, Fonte: *Annales d'Espagne et du Portugal, 342.*

Em meados da centúria, o conhecimento sobre os mármores da região foi ampliado com as informações fornecidas pelas *Memórias Paroquiais* de 1758, elaboradas com base nas respostas ao inquérito enviado aos prelados das várias paróquias do reino, com o intuito de averiguar os efeitos do grande sismo ocorrido três anos antes. Mas o âmbito do inquérito acabou por alargar-se, pedindo-se resposta a 27 perguntas de índole diversa. Assim, à identificação dos estragos provocados pelo sismo, somaram-se as informações sobre a existência, ou não, de edificado digno de menção, de antiguidades de destaque, de privilégios religiosos, nobiliárquicos ou outros. Foram ainda descritas as características da morfologia do território e as produções agrárias e minerais

[9] Rhys, Udal Ap. *An Account of the most Remarkable Places and Curiosities in Spain and Portugal.* London: J. Osborn, 1749, 249.

de cada região. Sobre a produção mineral, os párocos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa responderam da seguinte forma:

> [Freguesia Matriz de Estremoz] Nesta Vila e seu termo se acha a singularidade de notáveis minerais de pedra mármore, de que se faz em figuras, de ornatos de igrejas e casas de excelente maravilha[10].

> [Freguesia Matriz de Borba] Toda ela é um tesouro de canteiras de finíssimas pedras de extremada grandeza e de variedades de cores, e é certo, que são as mais preciosas que se descobrem em todo o Reino. Daqui são conduzidas a custa de grande dispêndio para Évora, para Lisboa, e para outras muitas partes[11].

> [Freguesia de Santa Ana de Bencatel, do concelho de Vila Viçosa] [...] há admiráveis minas de mármores brancos e azuis, matizados de branco, sitos na herdade da Vigária, e do Barrinho que são da casa do morgado de Peixinhos ou por outro nome dos Lucenas[12].

Por estas descrições pode constatar-se que, na época da realização destes inquéritos, a exploração do mármore estava ativa nestes concelhos. No caso de Vila Viçosa, ela seria suficientemente importante para se descriminarem os locais das pedreiras. Não era caso para menos, pois os locais mencionados já eram explorados no período romano e ainda hoje mantêm uma intensa exploração, o que revela bem a riqueza do filão marmóreo ali existente[13].

Uma posterior e interessante descrição surge na corografia de João Batista de Castro (1700-1775), editada em 1762, na qual os "finos mármores" surgem referidos a par de outras produções da região, tais como os trigos, os azeites, os vinhos e os afamados e cheirosos barros.

Sobre as diferentes pedras, entre as quais os mármores, existentes no Alentejo e noutras regiões do país, narra o autor o seguinte:

> Que diremos das grandes cantarias de tantas variedades de pedras, quantas vemos em todo o reino? Os mármores brancos tão admiráveis que se tiram da Vila de Estremoz, os pretos de Sintra, os vermelhos, azuis, amarelos e pardos de Pêro Pinheiro, com os quais se fabricou o Real Templo de Mafra, que, com o adorno de tanta diversidade de pedras, bem podemos dizer, que é uma joia preciosa, ou um vistoso ramalhete, em que está unida a robustez com a delicadeza, o natural com o artificioso. Com igual estimação vemos os

[10] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Memórias Paroquiais de 1758*, Memória Paroquial da Freguesia de Estremoz, vol. 14, n.º 100, 701.
[11] ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758*, Memória Paroquial da Freguesia de Borba, vol. 7, n.º 38, 998-999.
[12] ANTT, Memória Paroquial da Freguesia de Santa Ana de Bencatel, Concelho de Vila Viçosa, *Memórias Paroquiais de 1758*, vol. 7, n.º 3, 731.
[13] Carneiro, André. "Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa". *Callipole, Revista de Cultura* 21 (2014): 199-220.

pórfiros de Setúbal, e os celebrados mármores da serra da Arrábida, e os de Montes Claros, e os de Vila Viçosa, dos quais se tem aproveitado ainda os melhores edifícios de terras estranhas[14].

MAPPA
DE
PORTUGAL
ANTIGO, E MODERNO
JOAÕ BAUTISTA
DE CASTRO,
TOMO PRIMEIRO.
PARTE I. E II.
LISBOA,

Figura 2 - Primeiro tomo do *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro, 1762.

Para as últimas décadas de Setecentos, os testemunhos de cinco estrangeiros que percorreram o nosso país e escreveram várias observações sobre os mármores que tiveram oportunidade de apreciar são informações preciosas para conhecer a exploração e a aplicação dos mesmos nessa altura.

O primeiro destes viajantes, o militar Charles Dumouriez (1739-1823), fez uma descrição do reino de Portugal no ano de 1766, referindo-se ao Alentejo da seguinte forma: "a sua grande colheita é em grãos, em vinhos, em limões e laranjas, ela fornece belas pedras e belos mármores, tais como os mármores brancos de Estremoz, a pedra verde de Borba e de Vila Viçosa, a branca e vermelha de Setúbal e da Arrábida"[15].

Oito anos depois, a importância dos mármores surgiu também na descrição da viagem do escritor inglês Richard Twiss (1747-1821)[16]. Por sua vez, o aristocrata inglês William Beckford (1760-1844) expressou na sua obra o deslum-

[14] Batista de Castro, João. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno.* Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, vol. 1, 1762, 74, 174.
[15] Dumouriez, Charles. *État Présent du Royaume du Portugal en l'Année de 1766*. Lausanne: François Grasset & Comp., 1775, 39-40.
[16] Twiss, Richard. *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*. London: ed. Autor, 1775, 29.

bramento que sentiu perante a profusão de mármores existentes no edificado de Mafra, quando por ali passou em agosto de 1787:

> Nunca vi um aglomerado de belos mármores cintilando acima, abaixo e em volta de nós. Rosas de mármore branco e grinaldas de ramos de palmeiras, mais requintadamente esculpidas enriquecendo todas as partes do edifício. Eu nunca vi capitéis coríntios mais bem modelados, ou executados com mais precisão e nitidez do que estes nas colunas que sustentam a nave[17].

Outro testemunho sobre a localização das jazidas de mármores e a beleza que os mesmos adquiriam quando bem polidos deve-se a James Murphy (1760-1814), arquiteto e antiquário irlandês, que na obra que escreveu com base na viagem a Portugal, realizada em 1796, menciona os Mármores da Arrábida, assim como os existentes em Estremoz, Mafra, Oeiras e ainda em Colares, Lagarteira e Ega[18].

O último destes viajantes a que nos referiremos é o naturalista alemão Heinrich Friedrich Link (1767-1851), figura incontornável do panorama científico internacional das ciências químicas e botânicas. Na sequência da sua viagem a Portugal, realizada entre 1797 e 1799, escreveu algumas notas sobre as paisagens e os minérios da zona de Estremoz: "A montanha ergue-se novamente, e um calcário silicioso esbranquiçado ou mais escuro, que produz um muito bom mármore, é visto em rochas, em grandes quantidades"[19].

Para o século XIX, iremos observar até à década de '30 vários outros testemunhos. O primeiro deles é de José Cornide y Saavedra (1734-1803), geógrafo, naturalista e humanista espanhol, correspondente da Real Academia de História, que visitou Portugal entre 1799 e 1801. Na sua obra *Estado de Portugal en el Año de 1800* faz menção ao mármore que era empregue em diversas igrejas de Lisboa, assim como à coleção de amostras deste minério existente no gabinete de estudos estabelecido por Domingos Vandelli (1735-1816) na Ajuda, a qual se compunha de mais de 80 amostras de mármore português. José Cornide y Saavedra menciona ainda as pedreiras de mármore "fino" de Alcanede, bem como o mármore de

---

[17] Beckford, William. *Italy: with Sketches of Spain and Portugal*. London: Richard Bentley, vol. 2, 1834, 129-133.

[18] Murphy, James. *A General View of the State of Portugal: Containing a Topographical Description Thereof, in Which Are Included an Account of the Physical and Moral State of the Kingdom* [...]. London: T. Cadell Jun. and W. Davies, 1798, 11, 46.

[19] Link, Heinrich Frederich. *Travels in Portugal and through France and Spain: with a dissertation on the Literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*. London: Nichols and Sons, 1801, 146.

Estremoz existente na capela do convento de São Francisco em Santiago do Cacém[20].

Por sua vez, o engenheiro de minas francês, Cyprien Prosper Brard (1786-1838), identifica, no seu tratado de pedras datado de 1808, a geografia dos mármores europeus. No que respeita a Portugal, o autor afirma:

> Uma parte do solo de Portugal foi devastada por fogos vulcânicos, como os arredores de Lisboa, este país é pobre em mármores, ainda assim, podemos citar vários, tal como aquele que se encontra em Vila Viçosa, no Alentejo e que é salpicado de cinza, que se assemelha ao mármore do monte Atlas no norte de África[21].

Em 1815, o jornalista francês Jean Baptiste Joseph Breton de La Martinière (1777-1852), no seu livro *L'Espagne et le Portugal, ou Mœurs, Usages et Costumes des Habitants de ces Royaumes* (*Usos e Costumes de Portugal e Espanha)*, referia que a nossa produção mineral, por volta de 1808-1809, poderia ser bem maior se as minas não fossem negligenciadas em prol das saibreiras do Tejo e da exploração de algum ouro. Ainda assim, referia que eram exploradas diversas pedreiras de mármore, para além de uma importante mina de salitre, perto de Lisboa[22].

George Ladmann (1779-1854), engenheiro militar do exército inglês, que passou por Portugal entre 1808 e 1811, no âmbito da campanha militar contra os franceses, também fez alusão à existência de bons mármores, saídos de uma pedreira existente nas proximidades de Estremoz, a qual tinha fornecido pedra para os mosteiros de Belém e do Escorial[23]. Esta informação foi confirmada por Lourenço de Mesquita Pimentel Sotto-Maior e Castro (1758-?), que, no seu *Mappa Chronologico do Reino de Portugal e Seus Domínios,* também alude à utilização naqueles mosteiros do mármore muito branco e azul que era explorado em Estremoz[24].

Novas referências surgem na obra do geógrafo italiano Adrien Balbi (1782-1848), que, em 1822, publicou o *Essai Statistique sur le Royaumme de Portugal et d'Algarve*, no qual deixou o seguinte testemunho:

---

[20] Falece pouco tempo depois do seu regresso a Espanha. A sua obra só será editada postumamente, muitos anos depois, pela Real Academia de História. Ver: *Memorial Histórico Español, Colección de Documentos, Opúsculos y Antiguedades Que Publica la Real Academia de la Historia*. Madrid: Imprenta y Fundición de Manuel Tello, tomo XVII, 1894, 85, 223, 254.

[21] Brard, C. Prosper. *Traite des Pierres Précieuses. Des Porphyres, Granites, Marbres, Alabastres Et Autres Roches* [...]. Paris: F. Schoell, Librairie, vol. 2, 1808, 439.

[22] Martinière, Jean Baptiste de la. *L'Espagne et le Portugal, ou Mœurs, Usages et Costumes des Habitants de ces Royaumes.* Paris: A. Nepveu, vol. 6, 1815, 9.

[23] Landmann, George. *Historical, Military, and Picturesque Observations on Portugal, Illustrated by Seventy-Five Colored Plates, Including Authentic Plans of the Sieges and Battles Fought in the Peninsula during the Late War.* London: T. Cadell and W. Davies, vol. 2, 1818, 152.

[24] Castro, Lourenço de Mesquita Pimentel Sotto-Maior. *Mappa Chronologico do Reino de Portugal e Seus Domínios.* Lisboa: Imprensa de J. B. Morando, 1815, 44.

> Já se tirou partido dos belos mármores de Estremoz, da Arrábida, de Mafra, de Leiria, de Oeiras e já se descobriu pedreiras de uma qualidade superior na Lagarteira, em Ega, em Soure, em Porto de Mós, em Monte Redondo, em Ancião, em Cascais, em Cintra, etc. Aquele de Colares assemelha-se ao mármore de Paros e de Carrara. Em Estremoz encontra-se no seu território pedreiras de um mármore de excelente qualidade[25].

Ao longo das décadas seguintes, as referências a estes preciosos mármores continuaram a estar presentes em muitas outras obras, das quais podemos destacar os *Dicionários Geográficos de Portugal e Espanha* (1826-1829)[26] e os guias de viagem ingleses e franceses publicados entre 1826 e 1829[27].

As várias descrições que abordámos permitiram-nos perceber o conhecimento que no século XVIII e inícios do XIX se possuía sobre as zonas de exploração do mármore e a forma como o mesmo ia sendo apreciado nas várias narrativas. Os diferentes locais de publicação dos textos e a origem diversa dos viajantes indicam que o conhecimento sobre os "finos" mármores existentes em Portugal se ia internacionalizando, chegando a públicos leitores tanto de cidades inglesas e francesas, como de cidades espanholas, alemãs, holandesas ou suíças.

2. As dificuldades da indústria dos mármores nas primeiras décadas do século XIX

A instabilidade política, económica e social iniciada no país com as Invasões Francesas (1807-1810) foi depois agravada pela guerra civil entre os partidários do regime absolutista e os adeptos da instauração do liberalismo (1826-1834).

Terminada a guerra civil, com a vitória liberal de 1834, abriu-se um novo capítulo na história de Portugal. O desígnio nacional passou a ser a criação de um Estado liberal, ideal que assumiu uma maior expressão em meados do século XIX com a "Regeneração". Os governos liberais privi-

---

[25] Balbi, Adrien. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, Comparé aux Autres États de la Europe, et Suivi d'un Coup'oil sur l'État Actuel des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts parmi les Portugais des Deux Hémisphères*. Paris: Rey et Gravier Librairies, vol. 1, 1822, 71, 135; vol. 2, 183-184, 196.

[26] Como exemplo destes dicionários, podemos indicar: De Miñano, Sebastian. *Diccionario Geografico-Estadistico de España y Portugal.* Madrid: Pierart-Peralta, vol. 6, 1826, 108; Depping, M. *Dictionnaire Géographique de L'Espagne et du Portugal Suivi d'Un Itinéraire de ces Deux Royaumes.* Paris: Masson et Yonet Librairies, 1829, 25-26.

[27] Como exemplo, refiram-se os seguintes: Conder, Josiah. *The Modern Traveler. A Popular Description, Geographical, Historical, and Topographical, of the Various Countries of the Globe*. Edinburgh, Glasgow, Dublin: Temple Printing Office, vol. 19, 1830, 233-233; Audin, Jean-Marie-Vicent. *Guide du Voyageur en Espagne et en Portugal, Comprenant la Manière de Voyager dans ces Deux Royaumes; les routes de poste, etc.* Paris: Ponthieu et Cie., 1828-1829, 49.

legiaram a livre iniciativa, a promoção do progresso económico, nomeadamente o desenvolvimento da indústria, a modernização das infraestruturas urbanas, principalmente das grandes cidades, e a construção de redes viárias e ferroviárias que permitissem ligar os vários pontos do país, iniciativas para as quais o conhecimento do território era uma peça-chave.

Com a vitória do liberalismo foram desmanteladas as estruturas do Antigo Regime e extintas as ordens religiosas, sendo os seus bens confiscados e vendidos em hasta pública. Assim, uma grande parte das propriedades fundiárias, casas religiosas e conventos passaram para a posse de privados, enquanto outros edifícios das instituições religiosas passaram a alojar serviços públicos. Neste processo, liquidou-se definitivamente uma grande parte dos encomendadores de peças de mármore destinadas a revestir ou a decorar as igrejas e outros edifícios religiosos, o que se repercutiu no refrear do afã construtivo e ornamental deste tipo de construções, já de si debilitado pelas destruições e pilhagens provocadas pela guerra.

Apesar de se desconhecer, para o caso concreto dos mármores portugueses, as exatas repercussões da guerra e da instabilidade da primeira metade do século XIX, podemos apontar dois exemplos, um no estrangeiro e outro em Portugal, que ilustram situações de crise deste sector económico provocadas por instabilidade política e económica. Em primeiro lugar, o testemunho de abandono e decadência em que se encontravam as pedreiras de mármores franceses após o fim das Guerras Napoleónicas (1815). Outrora um florescente ramo da economia, a exploração dos mármores deste país encontrava-se, em 1822, em regressão e sofria de forma gravosa a concorrência italiana[28]. Em segundo lugar, as minas portuguesas administradas diretamente pelo Estado português encontravam-se na mesma situação alguns anos depois, facto que foi mencionado pelo barão de Eschwege (1777-1855) nas suas memórias publicadas em 1838[29].

A situação desfavorável em que se encontrava a exploração dos mármores portugueses pode ser uma das razões para que os mesmos não sejam mencionados em muitas das publicações estrangeiras. Refira-se, como exemplo, o tratado de construção *Traité Théorique et Pratique de l'Art de Bâtir*, publicado entre 1802 e 1817 por Jean-Baptiste Rondelet (1743-1829), arquiteto do panteão francês e membro do conselho de edifícios do Ministério do Interior de França. Nesta obra, para além dos conselhos

[28] Thury, M. Héricart de. *Rapport sur l'État Actuel des Carrières de Marbre de France*. *Annales de Mines, ou Recueil de Mémoire sur l'Exploitation des Mines et sur les Sciences Qui S'y Rapportent*. Paris: Imprimerie de Madame Huzard, vol. VIII, 1823.

[29] Eschwege, Wilhelm Ludwig von. *Memória sobre a história Moderna da Administração de Minas em Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1838.

práticos e das técnicas de construção que são descritas, são mencionados como materiais a serem usados nas várias obras os mármores oriundos tanto da própria França, como de Itália e Espanha, não havendo qualquer referência aos mármores de Portugal[30].

Outro caso é guia mercantil dos Estados Unidos da América para o ano de 1818, que descreve as trocas comerciais com vários países europeus, identificando a importação que na altura se fazia de mármores provenientes de Itália, Rússia, Espanha, França, Hungria, Holanda e Alemanha, mas que omite os mármores portugueses. Sobre Portugal, menciona o comércio de outros produtos, com grande destaque para o vinho do Porto, que constituía à época o artigo de origem portuguesa cuja importação por aquele país assumia maior importância, não fazendo qualquer referência aos mármores, o que significa que, na altura, a sua importação não devia ser interessante, quer por razões de gosto arquitetónico ou decorativo, quer por questões económicas[31].

PARTE II – O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DOS MÁRMORES NA CENTÚRIA DE OITOCENTOS

1. O reconhecimento dos recursos naturais e normalização da sua exploração

Na sequência da aplicação do modelo organizativo e de desenvolvimento económico que vinha tomando corpo com o Estado liberal, lançaram-se, a partir de 1837, uma série de inquéritos que tinham como objetivo obter um maior conhecimento do estado em que se encontrava a indústria em cada uma das regiões do país[32].

Por outro lado, com o regresso do exílio de muitos intelectuais portugueses, passou a existir no país uma nova elite intelectual e empresarial que defendia que o desenvolvimento económico se encontrava diretamente dependente do progresso técnico e científico e que, por isso, tomou uma série de iniciativas para promover a difusão das novidades técnicas e científicas que iam surgindo nos vários países da Europa. Assim, com o intuito de promover o desenvolvimento industrial, o ensino técnico e a difusão das várias inovações que poderiam contribuir para o desenvolvimento da

[30] Rondelet, Jean-Baptiste. *Traité Théorique et Pratique de l'Art de Bâtir*. Paris: ed. Autor, 5 vols., 1802-1817.
[31] Rördansz, C. W. *European Commerce or Complete Mercantile Guide of the Continent of Europe.* Boston: Cumming and Hilliard, 1819.
[32] Matos, Ana Cardoso de. "A indústria no distrito de Évora, 1836-1890". *Análise Social* XXVI, n.os 112-113 (1991): 561-581, 562-568.

economia, constituíram-se várias sociedades e associações[33]. Dois desses casos são a Associação Industrial Portuguesa[34] e a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, que preconizavam a divulgação de novos processos de fabrico, a criação de bibliotecas, o incentivo à leitura e a organização de certames expositivos como forma de promover a indústria nacional[35].

Os esforços que se vinham realizando desde a década de '30 para que se tivesse um conhecimento mais exato dos recursos naturais e das capacidades produtivas existentes no país, determinaram a necessidade de se fazer um levantamento dos recursos geológicos existentes, dos quais até aí não se tinha um conhecimento exato. Tal como se vinha perspetivando no estrangeiro, o conhecimento da constituição mineral do subsolo passou a ser entendido como fundamental para as políticas desenvolvimentistas da época.

Com a França, a Inglaterra e os Estados Unidos a tomarem a dianteira e a verem publicadas as suas cartas geológicas entre as décadas de '30 e '40, Portugal teve a primeira tentativa de realizar os levantamentos geológicos do território em 1848, com a criação da Comissão Geológica e Mineralógica.

A criação desta comissão deveu-se à iniciativa do engenheiro francês Charles Jean Baptiste Bonnet (1816-1867), que já tinha percorrido o nosso país e apresentado à Academia das Ciências de Lisboa uma memória sobre as suas viagens pelo Algarve[36].

Entre as atribuições desta comissão, que, no geral, não foram cumpridas, contava-se o levantamento geológico do reino com o objetivo de realizar uma carta geológica do mesmo, na qual se devia indicar os minerais existentes que pudessem ser úteis à economia do país, bem como as matérias combustíveis, minas metálicas e nascentes minerais existentes nas diferentes regiões. Contudo, Charles Bonnet pouco mais apresentou que uma carta geográfica do Alentejo e Algarve. Assim, o facto de a atuação da Comissão Geológica e Mineralógica ter ficado aquém do que se esperava determinou que a mesma fosse extinta em 1857.

---

[33] Matos, Ana Cardoso de. "Sociedade e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial". *Análise Social* XXXI, n.os 136-137 (1996): 397-412; Alves, Jorge Fernandes. "O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)". *Análise Social* XXXI, n.os 136-137 (1996): 527-544.

[34] Sousa, Fernando de, e Jorge Fernandes Alves. *Associação Industrial Portuguesa. Para Uma História do Associativismo Empresarial*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1999, 1-89.

[35] Matos, Ana Cardoso de. "Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX". *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*, 69 (29) (1 ago. 2000): 4-5.

[36] Carneiro, Ana, Teresa Salomé Mota, e Vanda Leitão. *O Chão que Pisamos. A Geologia ao serviço do Estado (1848-1974)*. CIUHCT 3. Lisboa: Colibri, 2013, 23-30.

Sobre a situação pouco favorável em que se encontravam as minas portuguesas dão-nos testemunho alguns relatos da altura, como é o caso do barão de Forrester (1809 -1861)[37], que, ao referir-se aos mármores portugueses no contexto da grande exposição de 1851 em Londres, refere:

> Os mármores portugueses são excessivamente duros e consequentemente caros a trabalhar, não obstante a sua beleza e características várias, a despesa de transporte é tão grande, que acaba por impedir que possam no presente entrarem em competição com os mármores de outros países. Finas variedades já trabalhadas (o delicioso trabalho do senhor Déjante de Lisboa) foram mostradas na grande Exposição de 1851, e uma coleção de espécimes está em posse do senhor W.H. Ivens (St. Peter's Chambers, Cornhill,) cujo parente senhor W.S. Burnet de Lisboa, tem trabalhado de forma mais empreendedora em algumas extensas pedreiras de mármore nos subúrbios de Mafra e enviou muitos blocos finos a este país. A soma total das exportações de mármore de Portugal não excede £250 por ano[38].

Menciona ainda que Portugal, apesar de ser um país contemplado com todo o tipo de recursos minerais, ainda tinha a exploração dos mesmos num estado muito rudimentar. A propósito das exportações de Portugal para o Reino Unido, refere que no ano de 1848, a rubrica de pedras talhadas e de mármores ascendia a 1.047$800 réis, ou seja, 216.19 libras[39].

Também no contexto da Exposição Universal de 1851, L. G. (Luís Gonzaga?) Gama Lobo apresentou um texto em que expôs algumas das razões porque considerava que os mármores portugueses estavam pouco explorados e eram pouco requisitados pelo estrangeiro, explicitando que:

> A duas causas principalmente se deve atribuir este desconceito, ou antes falta de pedido, dificuldades de transporte e imperfeição de trabalhos. É evidente que a exportação deste produto pode fazer-se em matéria bruta, ou em obra acabada, do primeiro modo a exploração tomaria maiores dimensões e o seu comércio tornar-se-ia mais avultado, mas o custo de transporte, além da falta de boas vias de comunicação e de aparelhos para a condução e grandes pesos, seria excessivo.
> É sabido que uma arroba de aqui para Lisboa paga de frete duzentos réis pelo menos: um corte de mármore por consequência, que tivesse de peso uma tonelada, pagaria só pelo transporte, naquele porto o mais idóneo, se não o mais próximo, dez mil e oitocentos réis: isto é, o duplo ou triplo que aqui poderá custar em simples desbaste, e já da mão do canteiro, que a explorou por sua conta: e quereis

[37] Joseph James Forrester, grande negociante inglês de vinhos radicado no Porto, que D. Fernando II tornou barão, publica a obra resultante da sua viagem à exposição de 1851. Nesta obra, faz a análise sobre as trocas comerciais entre Portugal e a Inglaterra, defendendo, entre outros aspetos, a abolição da Companhia de Vinhos do Porto e as melhorias das redes viárias do país.
[38] Forrester, James Joseph. *Prize Essay on Portugal*. London: John Weale, 1854, 8.
[39] Forrester. *Prize essay on Portugal*, 160.

> saber, o que é um corte de mármore daquele calibre? É um volume, de onde apenas se poderá extrair e confecionar uma estátua de cinco a seis palmos de altura. Fora por tanto mister, para que este ramo de comércio se pudesse tornar vantajoso, revesti-lo das formas industriais e artísticas, a fim de que o valor dessas formas compensasse a gravidade específica da matéria; é isso porém, o que não acontece[40].

Perante esta situação, Gama Lobo chamou a atenção para a necessidade de se melhorar as vias de comunicação, pois, tal como se encontravam, dificultavam e encareciam o transporte, referindo que uma das soluções a adotar devia ser um projeto de caminhos de ferro que atravessasse a província do Alentejo e passasse pelas proximidades da vila de Estremoz, oferecendo desta forma aos mármores, "aliás, tão finos e variados, talvez como os mais belos de Itália, uma simples demonstração de existência e primazia", as condições necessárias à sua regular exportação.

O autor terminava a sua reflexão sobre a natureza do mármore e sobre a sua exploração nos seguintes termos:

> Não basta contudo conhecer simplesmente a natureza e qualidades do produto, que se oferta; é também mister calcular sobre a sua exploração. Por este lado a questão reduz-se a dois termos muito simples – pouco risco, pouca despesa. De ordinário as minas rebentam à flor da terra, e quando muito encontram-se a pequenas profundidades: então o explorador ou empresário dirige-se ao dono do terreno, e obtida com facilidade a permissão, começa a exploração sem mais ónus do que o da nivelação ou composição do terreno, no fim dela, a modo que se possa cultivar.
> Considerando por consequência, o mármore em bruto, como matéria primeira, todo o seu custo limita-se unicamente ao pequeno trabalho da escavação, e à breve despesa do corte e simples desbaste. É devida esta barateza à grande abundância, sem dúvida, e pouca extração dos nossos mármores: abundância na verdade espantosa, e que depois de tantos séculos de consumo, nos dá uma garantia da continuidade indefinida da sua reprodução[41].

Com o Governo liberal, que assumiu o poder após a insurreição de maio de 1851, verificou-se a estabilização do sistema liberal monárquico português. Com este movimento, presidido pelo marechal duque de Saldanha (1790-1876)[42], terminaram os anos de conflito político em torno da questão da Carta Constitucional de 1826, instituindo-se um novo modelo governativo, conhecido como a Regeneração, que tinha como prioridades

---

[40] Lobo, L. G. Gama. "Mármores de Estremoz na Exposição Universal de Londres". *Revista Universal Lisbonense* 3, 2.ª Série (15 maio 1851), 424-245.
[41] Lobo. "Mármores de Estremoz na Exposição Universal de Londres".
[42] João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun foi oficial do Exército português, onde atingiu o posto de marechal, diplomata e um dos políticos mais importantes do século XIX em Portugal. Foi o 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Saldanha, também conhecido por marechal Saldanha.

a ordem e o progresso a partir do esforço de modernização e do fomento do desenvolvimento económico.

Esta linha de orientação passou, em grande medida, pela formação de técnicos, o que levou à criação de escolas industriais[43] e ao envio de estudantes, nomeadamente engenheiros, para o estrangeiro com o objetivo de completarem os estudos nas escolas que na altura eram uma referência nesta área, como era o caso da École de Ponts e Chaussées de Paris ou a École de Mines desta mesma cidade[44]. A Alemanha foi outro dos destinos dos engenheiros e técnicos, dado ser também uma referência ao nível da geologia e da engenharia mineira. A atualização dos conhecimentos era essencial para dominar as novas técnicas necessárias à implementação dos caminhos de ferro, à construção de pontes metálicas e outras obras públicas, à criação de infraestruturas urbanas e à exploração dos recursos minerais.

A grande figura deste período foi o engenheiro Fontes Pereira de Melo (1819-1887), que reorganizou a administração do Estado, criando o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em agosto de 1852, no qual se estabeleceu uma Repartição de Minas, que passou a ter por incumbência a fiscalização, o enquadramento e a promoção da atividade mineira.

Ainda nesse ano, em 31 de dezembro, foi promulgado o decreto que instituiu uma nova Lei de Minas, iniciativa que se deveu à necessidade de modernizar a legislação mineira existente e de dar resposta às dificuldades deste sector. O preâmbulo deste decreto é, aliás, bastante claro, identificando os vários problemas existentes nas explorações mineiras, que iam desde a falta de combustíveis até à ausência de organização industrial, passando pela inexistência de um corpo de engenheiros dotados dos conhecimentos técnicos necessários para fiscalizar e enquadrar esta atividade. É igualmente referido o grande desconhecimento sobre a constituição do solo e sobre a existência dos minerais disponíveis que eram suscetíveis de serem explorados de uma forma economicamente rentável.

---

[43] Como o Instituto Industrial de Lisboa e a Academia Industrial do Porto, fundados em 1852.

[44] Matos, Ana Cardoso de. "Asserting the portuguese civil engineering identity: the role played by the École des ponts et chaussées". In *Les Enjeux Identitaires des Ingénieurs: entre la Formation et l'Action/The Quest for a Professional Identity: Engineers between Training and Action*, ed. Ana Cardoso de Matos, Maria Paula Diogo, Irina Gouzevitch e André Grelon, 177-209. Lisboa: Colibri/CIDEHUS/CIUHCT, 2009; Matos, Ana Cardoso de. "Les élèves portugais de l'École des mines de Paris". In *Entre Technique et Gestion, une Histoire des Ingénieurs Civils des Mines, XIXe-XXe Siècles*, dir. Marco Bertilorenzi, Jean-Philippe Passaqui e Anne-Françoise Garçon, 175-189. Paris: Presses des Mines, 2016.

Neste último aspeto, há que recordar que Bonnet não tinha cumprido a obrigação que assumira de realizar uma carta geológica do reino[45].

Esta lei, cuja regulamentação foi publicada em 9 de dezembro do ano seguinte, passou a enquadrar a atividade mineira, concentrando a legislação dispersa, determinando os princípios da organização das explorações e definindo os direitos dos proprietários dos terrenos em que se encontravam as minas e pedreiras, os dos exploradores e os do Estado. Estipulava ainda os impostos e os incentivos que eram dados à exploração, como era o caso do benefício que tinham as companhias mineiras de ficarem isentas pelo prazo de três anos dos direitos de importação da maquinaria e dos utensílios necessários à exploração das suas minas.

Esta legislação foi um grande estímulo para a atividade mineira, favorecendo a exploração em moldes mais modernos e operacionais com vista à obtenção de maiores retornos económicos, o que deu origem a uma verdadeira febre mineira, com uma corrida aos registos de descoberta de inúmeras minas, à criação de várias grandes companhias e à existência de explorações de grande envergadura, que numa primeira fase se desenvolveram com base na exploração dos minérios metálicos do Baixo Alentejo (São Domingos, Lousal, Castro Verde)[46].

As facilidades que foram dadas aos exploradores de minérios são igualmente visíveis no decreto de 9 de dezembro de 1853, que regulamentou a Lei de Minas e que no artigo VII, dedicado à lavra de pedreiras, refere o seguinte:

> Art. 48.º As pedras de construção, as areias, as pedras e terras argilosas, piritosas, calcárias e outras, podem ser aproveitadas livremente pelo proprietário do solo, ou com o seu consentimento [...], porém quando estas substâncias tenham aplicação às construções de interesse público, ou a qualquer ramo da indústria fabril, o Governo poderá autorizar a sua lavra [...], se a ela se tiver recusado o proprietário do solo[47].

Na sequência destas medidas, o mineralogista, geólogo e engenheiro de minas francês Achille Delesse (1817-1881)[48], no seu relatório sobre

---

[45] Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI). Decreto de 31 de dezembro de 1852 (Lei de Minas). *Diário do Governo* n.º 2, 3 jan. 1853, 909-918.

[46] Quintas, Armando, e Vanessa Alexandra Pereira. "O património geológico das pirites e do mármore do Alentejo. Industrialização, paisagem e valorização cultural e turística". In *Mineria y Metalurgia Históricas em el Sudoeste Europeo. Nuestras Raíces Mineras*, ed. Octavio Puche Riart, Mariano Ayarzagüena Sanz, Jesús Fernando López Cidad e Juan Pous de la Flor, 507-515. Madrid: SDPGYM – Valoriza Mineria, 2017.

[47] MOPCI. Decreto de 9 de dezembro de 1853 (Regulando a Lei de Minas). *Diário do Governo* n.º 293, 14 dez. 1853, 738-351.

[48] Achille Ernest Oscar Joseph Delesse foi responsável pelo levantamento geológico de uma parte do território francês e pelo estudo hidrológico da zona de Paris, tendo colaborado na edição da *Revue des Progrès de Géologie* sendo, mais tarde, nomeado inspetor-geral de minas de França.

os materiais de construção presentes na Exposição Universal de Paris de 1855, confirmou que quase todas as pedreiras portuguesas se encontravam, nos anos anteriores, num estado de abandono e que apenas as da zona de Lisboa eram exploradas. Foi, segundo ele, o marceneiro Pedro Bartolomeu Déjante (?-1859) quem tinha encetado grandes esforços no sentido de reativar um grande número de pedreiras de mármore em várias zonas do país, as quais já ascendiam a cerca de 80, mas que à data da Exposição Universal de Londres, em 1851, não passariam de 50[49].

Pedro Bartolomeu Déjante, marceneiro francês, exilara-se em Portugal depois da queda de Napoleão devido à perseguição de que foi alvo, por ter sido seguidor das ideias do imperador deposto. Em 1821, já se encontrava estabelecido em Lisboa com loja e fabrico de móveis[50].

Figura 3 - Retrato a óleo de Pedro Bartolomeu Déjante. Fonte: Francisco Queiroz, *A Pedra*, 2003, 47.

Este industrial explorou diversas pedreiras, por si ou em associação, como veremos em seguida, em vários locais do país, nomeadamente, na zona de Estremoz, para as quais, contudo, não conhecemos a localização exata.

A primeira pedreira, cujo registo se conhece no período imediatamente a seguir à Lei de

[49] Delesse, Achille. *Matériaux de Construction de l'Exposition Universelle de 1855*. Paris: Victor Valmont, 1856, 188-191.
[50] Bastos, Celina. "A família Déjante: a marcenaria e a indústria dos mármores no Portugal de Oitocentos". *Revista de Artes Decorativas* 3, n.º 3 (2009): 160-165.

Minas de 1852 e respetiva regulamentação, é a existente na cerca de Santo António, propriedade da Câmara Municipal de Estremoz e que foi dada em concessão a José Joaquim Guerra, no período de 1854 a 1860[51].

Também a partir da década de 1870, por força da regulamentação, a documentação produzida revela mais detalhes sobre a exploração das pedreiras de mármore. Em 30 de setembro de 1872, a 2.ª Secção da Repartição de Minas da Direção Geral de Obras Públicas e Minas enviou ao Governo Civil de Évora uma circular com o seguinte conteúdo:

> Faltando neste ministério notícias acerca das pedreiras que se lavram atualmente com aplicação às artes industriais e construções tanto particulares como públicas, sendo da maior utilidade, como vossa excelência de certo reconhece, formular a estatística deste importante ramo das indústrias extrativas, cujo movimento está tão intimamente relacionado com os melhoramentos e progresso material do país, e devendo os princípios regulamentares que houverem de se estabelecer sobre a policia destes trabalhos, salubridade e segurança do pessoal operário, assentar em factos derivados da observação, encarrega-me sua excelência o Ministro e Secretário de Estado desta repartição de recomendar instantemente a vossa excelência que tomando em consideração a importância deste objeto, expeça as ordens convenientes às autoridades suas subordinadas e empregue todos os meios que julgar adequados para recolher as mais exatas informações sobre o número de pedreiras em cada concelho, sua situação, qualidade e demais quesitos formulados no modelo junto.
>
> O mesmo Exmo. Senhor confia que Vossa Excelência animado do seu provado zelo pelo serviço público, contribuirá eficazmente para o bom desempenho deste encargo e estimulará as autoridades locais para que, com a atividade e escrúpulo indispensável nesta ordem de trabalhos, alcancem os esclarecimentos em questão, devendo Vossa Excelência dar conta para este Ministério do resultado obtido, acompanhando-o de todas as observações que lhe forem sugeridas pelas condições peculiares desta indústria.
>
> Deus Guarde a Vossa Excelência. Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, 30 de setembro de 1872[52].

Em resposta a esta missiva, as Administrações dos Concelhos fizeram chegar a informação ao Governo civil, em maio do ano seguinte, correspondência que permite conhecer a situação das pedreiras em Borba e Estremoz, já que para Vila Viçosa não foram identificadas pedreiras em lavra[53].

---

[51] Arquivo Municipal de Estremoz, Procurações, Livro de Recebimentos de pedreira de mármore, 1854-1860.

[52] Arquivo Distrital de Évora (ADE), Governo Civil, cx. 220, peça 10, Registo de minas/Mapas de pedreiras, Correspondência, 1872.

[53] ADE, Governo Civil, cx. 220, peça 10, Registo de minas/Mapas de pedreiras, Correspondência, 1872.

Quadro I – Pedreiras de mármore em lavra ativa em 1872

Localização	Quantidades extraídas (m^3) /ano	Exploradores	Aplicações	Preço de venda na pedreira (réis)	Pontos de consumo
Herdade das Bouças (Borba)		O proprietário: José Ferreira Coelho, morador na herdade das Bouças	Obras particulares e públicas	Trabalho simples 1 m sobre 2 palmos de largura: 470$ lavores diversos: 920$	Espanha e Portugal
Herdade do Mouro (Borba)		As proprietárias: Joana Doroteia e Ana Angélica, moradoras em Borba	*Idem*	*Idem*	*Idem*
Cerca de Santo António (Estremoz)	350 m^3	Proprietário: Câmara Municipal de Estremoz Arrendatário: Sociedade Exploradora dos Mármores de Estremoz	Construções urbanas, particulares, monumentos, sepulturas, trabalhos de escultura	12 a 18$ m^3 na pedra em bruto, 24 a 36$ m^3 cúbico, trabalhado	*Idem*
Herdade do Braga (Estremoz)	Ignora-se por falta de escrituração	Proprietário: José Luís Fernandes Explorador: José Manuel das Dores – canteiro	Construções urbanas particulares	15 a 20$ m^3 em bruto e 30 a 40$ m^3, preparado	*Idem*
A 150 m de Estremoz (Estremoz)	*Idem*	Proprietário: José Manuel de Abreu Arrendatário: José Maria Banha	Construções urbanas particulares	12 a 18$ m^3 na pedra em bruto, 24 a 36$ m^3 cúbico, trabalhado	*Idem*
A 150 m Estremoz (Estremoz)	*Idem*	Proprietário: José Manuel de Abreu Arrendatário: José Martins	Construções urbanas particulares	12 a 18$ m^3 na pedra em bruto, 24 a 36$ m^3 cúbico trabalhado	*Idem*

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Arquivo Distrital de Évora, Mapas de pedreiras em lavra, 1872.

O mapa das pedreiras em lavra, realizado por exigência da administração central, permite-nos constatar que as pedreiras de mármore do distrito de Évora se restringiam aos concelhos de Borba e de Estremoz, em número de apenas seis pedreiras, sendo as duas primeiras na freguesia de São Tiago Rio de Moinhos, concelho de Borba, e as restantes no concelho de Estremoz.

Pedia-se também que se indicasse o início das explorações, mas como não se conhecia com exatidão o momento em que se tinha iniciado essa exploração, a Administração do Concelho de Borba respondia no seguinte modo:

> Não se pôde averiguar a data de quando principiou a lavra das pedreiras, parece datar de séculos, por tradição consta que quando se edificou a Sé de Évora foram conduzidas pedras de estas pedreiras para aquela edificação. Também em 1481 se extraiu grande quantidade de pedras de cantaria com que se edificaram os Paços do Conselho, magnifica fonte, lago, tanque e chafariz de este concelho[54].

Já em relação às pedreiras de Estremoz, sobressai de imediato a exploração na cerca de Santo António, propriedade do município arrendada à Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz, empresa que vai estar representada na Exposição Universal de Viena, em 1873, e na de Filadélfia, em 1876. O documento do registo de minas referia ainda que já antes desta concessão (iniciada em janeiro de 1870), vários indivíduos tinham extraído boa quantidade de material, mas também aqui se desconhece a altura exata do início da exploração, embora fosse afirmado que lhes parecia ter sido posterior à extinção das ordens religiosas.

A Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz era dirigida por Francisco Romano Nerton, escultor de Estremoz, e seus sócios, sendo indicada como data de fundação o dia 1 de janeiro de 1870. Empregava 19 operários, com salários entre 280$ e 520$ réis, e explorava Mármores de Estremoz e Borba num valor de produção anual que oscilava entre os 3 e os 4 contos de réis. Os mármores extraídos tinham preços que iam desde os 12$ até aos 20$ réis por metro cúbico[55].

Em agosto de 1869, este mesmo Francisco Romano já havia requerido à Câmara Municipal de Estremoz uma licença para extrair mármores "da parte da cerca do extinto convento de Santo António, excluída do cemitério público, oferecendo-se a pagar ao município 25 a 50 réis por cada metro cúbico de mármore desbastado, segundo o número de metros a que der saída"[56]. O assunto acabou por ser remetido pelo município para apreciação à Junta Geral do Distrito, que se prenunciou da seguinte forma:

> O conselho tendo em atenção as considerações feitas pela referida câmara municipal no já citado ofício, sobre a conveniência de se

[54] ADE, Governo Civil, cx. 220, peça 10, Registo de minas/Mapas de pedreiras, Correspondência, 1872.
[55] ADE, Governo Civil, cx. 110, peça 25, *Guias de Expositores para a Exposição Universal de Viena de Áustria 1873*, 1872.
[56] Arquivo da Câmara Municipal de Estremoz, Actas de Vereação, Requerimento de Francisco Romano, escultor, 23 ago. 1869.

> realizar o contrato, atendendo à informação prestada sobre este negócio pelo Engenheiro chefe da 9.ª divisão de obras públicas; considerando que a exploração que se pede, está compreendida nas disposições do artigo 16.º do decreto de 31 de dezembro de 1852, acordou conceder quanto e si cabe, a autorização para o arrendamento requerido que deverá ser celebrado por forma que procurando auxiliar e desenvolver a industria de exploração dos mármores, em que o concelho abunda, resultem de este vantagens reais para o município, para o que a câmara deverá fazer inserir na respetiva escritura, toda e qualquer condição que para tanto julgar necessária[57].

O contrato foi efetivamente celebrado, apesar de desconhecermos detalhes, e a Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz esteve em atividade pelo menos até 1876, sendo que, em 1888, altura em que se organizou a Exposição das Indústrias na avenida da Liberdade, o explorador que aí surge representado era já André Domingos Gonçalves. Os dados de que dispomos indicam que a pedreira da herdade do Braga (José Luís Fernandes), bem como outras duas, cuja localização precisa não é indicada, já haviam sido anteriormente exploradas, tendo sido retomada a atividade entre janeiro e maio de 1871.

As informações acima apresentadas resultam dos esforços feitos pelo Estado para ter um melhor conhecimento do território. Não só o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria começou a dar mais atenção a esta indústria, como os serviços geológicos foram estruturados a realizar estudos mais aprofundados, dando uma imagem cada vez mais pormenorizada da constituição do subsolo do reino. Depois da tentativa falhada de Bonnet, foram os membros da Comissão Geológica do Reino (1857-1868) que, de facto, impulsionaram a produção das primeiras cartas geológicas. Um primeiro esboço da carta geológica de Portugal foi apresentado na Exposição Universal de Paris de 1867, sendo a primeira carta geológica do reino realizada por Nery Delgado (1835-1908)[58] e apresentada na Exposição de Filadélfia de 1876, onde obteve uma medalha de ouro. Uma versão melhorada desta carta geológica surgiu em 1899 e foi apresentada no ano seguinte na Exposição Universal de Paris[59].

---

[57] ADE, Governo Civil, Actas do Concelho Distrital, n.º 1525, sessão de 1 out. 1869, *Parecer da Junta Distrital de Évora sobre Contracto de Arrendamento de um Terreno para Exploração de Pedreira de Mármore de Estremoz*, 77v.-78.

[58] Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado, conhecido como Nery Delgado, entrou para a Comissão Geológica do Reino em 1857 como adjunto de Carlos Ribeiro (1813-1882), tendo assumido a direção deste organismo de 1882 a 1908.

[59] A estas se lhes seguiriam as edições de 1952, 1968, 1972, 1992 e 2010. Quanto à zona dos mármores, as primeiras cartografias geológicas dedicadas datam dos anos 1950, sendo a mais recente de 2008.

Figura 4 – 1.ª carta geológica de Portugal, 1:500.000, Carlos Ribeiro, J. Nery Delgado, 1876.

Na década de '80 do século XIX surgiram novas informações sobre as explorações no Alentejo, decorrentes do Regulamento sobre Lavra de Pedreiras, de 6 de março de 1884, um documento que foi muito importante para promover a exploração das pedreiras, pois, apesar de entre 1854 e 1883 terem sido promulgados vários documentos legislativos, as bases da exploração mineira ainda assentavam na Lei de Minas de 1852 e respetiva regulamentação[60]. O

[60] Coroado, João, Eduardo Ferraz, e F. Rocha. "Apontamentos sobre a evolução regulamentar na exploração das massas minerais 1400-2010". *Boletim de Minas* 45, n.º 2 (2010): 89-98.

principal motivo que levou à publicação desta regulamentação é explicado no seu preâmbulo:

> O regulamento de 9 de dezembro de 1853 nenhumas disposições contém com referência à lavra das pedreiras a céu aberto, parece tê-las deixado completamente fora da vigilância, da administração, escapando-se assim, os exploradores à observância de medidas ordinárias de polícia, salubridade e segurança [...].
> Sente-se a falta de um regulamento que, considerando as diversas circunstâncias em que as pedreiras podem ser lavradas, estabeleça precisamente as condições a que a sua lavra deve satisfazer, e defina a ação que as autoridades, tanto administrativas como técnicas, precisam exercer sobre elas[61].

Em função do seu 39.º artigo, que contemplava a obrigação das Administrações dos Concelhos remeterem um mapa anual dos registos de pedreiras em lavra, nos quais fossem mencionados os operários e os acidentes de trabalho ocorridos, foi possível elaborar o quadro seguinte sobre o estado da indústria do mármore no distrito de Évora no ano de 1885[62].

Quadro II – Pedreiras em lavra ativa em 1885

Localização	**Movimento dos operários, qualidade deles, tempos de trabalho**	**Produção (m^3)/ano**	**Pontos de consumo**
Herdade das Bouças (Borba)	2 oficiais, 1 aprendiz	120	Para a localidade e para fora
Herdade do Poço do Bravo (Borba)	1 oficial, 1 aprendizes	50	Para a localidade
Cerca de Santo António (Estremoz)	12 operários, 10 canteiros e 2 trabalhadores, 10 horas/dia	2 m^3/dia	Lisboa
No sítio dos Montes de Santo António (Estremoz)	1 operário canteiro, 10 horas/dia	0,25 m^3/dia	Beja
Cruz dos Meninos (Estremoz)	2 operários canteiros 10 horas dia	0,50 m^3/dia	Estremoz
Fora do muro do extinto convento de S.to António (Estremoz)	5 operários, 3 canteiros, 2 trabalhadores, 10 horas/dia	0,75 m^3/dia	Évora
Próximo à Cruz dos Meninos (Estremoz)	2 operários-canteiros 10 horas/dia	0,50 m^3 /dia	Estremoz

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Arquivo Distrital de Évora. Mapas de pedreiras em lavra, 1885.

[61] *Diário do Governo* n.º 57, 11 mar. 1884, decreto de 6 de março de 1884, 54-57.
[62] ADE, Governo Civil, cx. 222, peça 18, *Correspondência e Mapas Concelhios sobre a Lavra das Pedreiras*.

Note-se, que não são identificados os proprietários dos terrenos, nem os exploradores das pedreiras, incidindo o regulamento sobre os acidentes que pudessem ter ocorrido, o que parecia ser a maior preocupação, mas neste caso nenhum foi reportado. Também aqui, Vila Viçosa limitou-se a mencionar que as pedreiras não estavam em lavra ativa.

Neste documento, as pedreiras das Bouças e da cerca de Santo António, respetivamente em Borba e Estremoz, são novamente identificadas, sendo possível que a primeira fosse explorada pelos seus proprietários e a segunda, por André Domingos Gonçalves, que três anos depois, na exposição na avenida da Liberdade de 1888, foi referido como seu explorador. É digno de nota o volume da produção destas pedreiras, sobretudo o da pedreira de Estremoz, com 2 m^3 diários, um quantitativo elevado para a época e que configura uma laboração contínua, que é facilmente explicável se se tiver em conta que este mármore se destinava ao mercado de Lisboa, onde uma parte seria para exportação.

Poucos anos depois, foi realizado o *Inquérito industrial de 1890*, cujo objetivo era obter as informações necessárias para se pensar, com base em dados concretos, a revisão da pauta alfandegária. Para que o inquérito fosse bem-sucedido foram instaladas comissões em todos os concelhos para aí recensearem a indústria existente. Este inquérito foi o último inquérito deste século, apenas seguido por um outro, digno desse nome, já na década de 1950.

O inquérito de 1890 permite-nos conhecer, para o final do século XIX, o volume de pedreiras em lavra e a sua situação, fornecendo-nos ainda elementos sobre as oficinas de corte e preparação de mármores.

No que diz respeito às pedreiras em lavra nesta altura, veja-se os quadros que se seguem, no primeiro dos quais são individualizadas as que existiam no distrito de Évora e, no segundo, as pedreiras de Mármores de Borba e Estremoz.

Quadro III – A exploração das pedreiras no *Inquérito Industrial de 1890*

Distritos	Número	Extração (m3)	Valor (réis)	Tipo de material
Distrito de Évora	13	2341	41 468$	Mármore e calcário
Restantes 11 distritos	477 (331)	80 826 807	672 568$	Grés, calcário, mármore, alabastro, ardósia, xistos, granitos, basaltos e outros.

(*) Entre parêntesis está o número de pedreiras que forneceram dados sobre a produção[63].
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *Inquérito Industrial de 1890* e Carlos Sousa, 2015.

[63] Informação retirada do artigo da seguinte obra: Sousa, Carlos Alexandre. "A exploração do mármore na segunda metade do século XIX". In *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*, coord. Daniel Alves. Vila Viçosa: CECHAP, 2015, 48.

Quadro IV – Pedreiras de Mármore de Borba e Estremoz em 1890

Localização	Quantidades extraídas (m^3) / ano	Exploradores	Aplicações	Preço de venda na pedreira (réis) /m^3	Pontos de consumo
Herdade do Mouro (Borba)	15	Manuel Caetano Godinho		10$	Portugal e Espanha
Idem	5	José Luís Cabeças		Idem	Portugal
Cerca de Santo António (Estremoz)	70	André Domingos Gonçalves	Monumentos fúnebres	45$	Portugal e estrangeiro
Fora dos Muros do convento de S.to. António (Estremoz)	1,5	Luís Francisco da Silva	*Idem*, para Montemor-o-Novo, Évora, Viana do Alentejo, Estremoz e outras localidades	18$	
Idem	15	Prudêncio Francisco		18$	
Courela próxima ao forte de S. José (Estremoz)	14	Manuel Joaquim Pelado	Para lancil, degraus, etc.	18$	
Cruz dos Meninos (Estremoz)	15	Manuel das Dores Rosado		18$	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *Inquérito industrial de 1890*.

O inquérito de 1890 também identifica o modo de exploração destas pedreiras, referindo que em todas elas se recorria ao desmonte do mármore por meio de cunhas e, por vezes, por meio de explosivos. O número anual de dias de trabalho em cada uma oscilava bastante, situando-se entre os 60 dias registados para a pedreira do Mouro, explorada por José Luís Cabeças, e os 300 dias da pedreira de Manuel Joaquim Prelado. Já o número de trabalhadores de uma mesma pedreira oscilava apenas entre um e oito, no máximo[64].

Outro aspeto que este inquérito dá a conhecer é a realidade das oficinas de trabalho de pedra na altura da sua realização. Em Estremoz, existia a única máquina a vapor aplicada ao trabalho dos mármores no Alentejo. Com força de 4 cv, fazia mover duas serras mecânicas para corte da pedra, estando instalada na cerca do convento de Santo António. Pertencia a André Domingues Gonçalves, que também era proprietário de uma outra oficina em Lisboa, onde preparava os mármores para serem aplicados nos

[64] MOPCI. *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1, 1891, 213-215.

monumentos fúnebres[65]. Esta última oficina, situada na rua Saraiva de Carvalho, Prazeres, era alimentada por uma locomóvel de 10 cv que movia 4 serras de 25 lâminas cada. Serrava pedra lioz, mármores de Itália, de Sintra e do Alentejo, trabalhando apenas seis meses por ano.

Em Lisboa, existiam ainda a oficina de Manuel Moreira Rato (1851-...), na rua de Vinte e Quatro de Julho, com uma máquina a vapor de 8 cv, que movia quatro serras, utilizando também os mármores acima referidos, exceto os do Alentejo, e a firma António Moreira Rato & Filhos, em Alcântara, que tinha uma oficina de serragem nas mesmas condições que a anterior.

No Tojal, situava-se também uma oficina de serragem, propriedade de José António dos Santos, com um motor hidráulico e um motor a vapor, este último apenas usado nos períodos de escassez de água, tendo 4 serras de 30 lâminas cada. Nesta oficina, serravam-se as pedras acima indicadas, bem como as das pedreiras do Tojal[66].

2. A promoção da indústria dos mármores nos grandes certames industriais nacionais e internacionais (1830-1900)

A partir da década de '30, os mármores portugueses começaram a ganhar uma importância crescente, a qual se traduziu por uma presença significativa nos grandes certames expositivos nacionais e internacionais. A iniciativa dos industriais desta indústria exporem os seus produtos nestes eventos ligou-se com o facto de os mesmos serem verdadeiras "montras" de apresentação de produtos que eram visitados por um público numeroso, entre o qual se encontravam industriais, comerciantes, engenheiros e outros técnicos, que, ao observarem a qualidade e variedade do mármore das diferentes regiões de Portugal, se interessavam pela sua utilização na construção ou na cantaria, o que facilitava a afirmação dos mármores portugueses nos mercados nacional e internacional.

Os primeiros certames industriais realizados em Portugal deveram-se à iniciativa da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, que organizou quatro Exposições de Produtos da Indústria Portuguesa, que tiveram lugar em Lisboa, nos anos de 1838, 1840, 1844 e 1849. As três primeiras na sua sede, instalada no extinto convento dos Paulistas, e a última, pela sua maior dimensão, na sala do Risco do Arsenal da Marinha.

[65] Em Lisboa, os estabelecimentos de serração e cantaria trabalhavam os calcários mais finos vindos de fora do concelho.
[66] MOPCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 234.

- Exposição de Produtos da Indústria Portuguesa – Lisboa, 1849

Esta exposição, para além de pretender apresentar aos industriais portugueses e à população em geral o estado de desenvolvimento da indústria do país, foi também o grande ensaio para a participação portuguesa na primeira Exposição Universal que ia realizar-se em Londres, em 1851.

Na exposição de 1849, surgiu, pela primeira vez, um expositor de mármores, Pedro Bartolomeu Déjante, que neste certame apresentou:

> [...] várias pranchas de mármore de variado colorido perfeitamente polidas, duas mesas redondas e torneadas com primor; um espécime de *pouding* das pedreiras da Serra do Vizo; e outros objetos que fizeram com que a sua empresa fosse digna de animação e credora de menção honrosa. Os mármores provinham de Montes Claros, Estremoz, Pero Pinheiro, Serra da Estrela, Santo Antão do Tojal, Póvoa de Santo Adrião, Serra da Arrábida e Sines[67].

- The Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations – Londres, 1851

Esta primeira Exposição Universal, que decorreu em Londres, entre 11 de maio e 1 de outubro de 1851, e que assumiu uma grande dimensão, contou com a participação de numerosos expositores e foi uma oportunidade para afirmar o Reino Unido como potência colonial e industrial que de facto era. Nesta exposição, para a qual se construiu em ferro e vidro o pavilhão da indústria, passaram cerca de 6 milhões de visitantes, o que dá bem a noção do grande sucesso deste evento.

As exposições universais foram locais e momentos de divulgação da ciência, da técnica e da indústria. Com um cunho universalista, estes certames deram visibilidade, a nível internacional, aos países organizadores, e àqueles que neles participaram. Foram ainda uma oportunidade para divulgar junto do grande público o desenvolvimento da ciência, o progresso da indústria e as mais recentes novidades técnicas e científicas ligadas à agricultura, à indústria, aos transportes ou à construção, para citarmos apenas alguns aspectos[68].

Portugal marcou presença neste certame com diversos produtos industriais, mas também agrícolas e artísticos. Contudo, neste texto apenas abordaremos a apresentação dos mármores portugueses e respetivos ex-

[67] Bastos. "A família Déjante", 160-165.

[68] Matos, Ana Cardoso de. "As exposições universais: espaços de divulgação dos progressos da ciência, da técnica e da indústria e a sua influência na opinião pública portuguesa". In *O Mundo Ibero-Americano nas Grandes Exposições*, ed. José Augusto Mourão, Ana Maria Cardoso de Matos e Maria Estela Guedes, 91-107. Lisboa: Vega, 1999; Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900*. Lisboa: Colibri, 2011.

positores, bem como alguns testemunhos sobre esta Exposição Universal e as outras que se lhe seguiram, tentando compreender de que forma se vai relacionar a promoção externa dos mármores portugueses com o desenvolvimento desta indústria no país.

A participação portuguesa assentou numa mostra de 1293 produtos provenientes de 15 distritos, os quais, tendo sido bastante apreciados, granjearam 15 medalhas e 35 menções honrosas[69].

Ao nível dos mármores, apresentaram-se 140 exemplares provenientes de Portugal, sendo 98 deles enviados pelo Museu da Real Academia de Ciências, mostra que contou com espécimes do norte e centro do país. Do Alentejo, marcaram presença os "violetas" de Estremoz, os "brancos" de São Tiago de Rio de Moinhos, concelho de Borba, os "rosa" de Santiago do Cacém, o "rosa com veios verdes" de Campo Maior, o "rosa e branco" da Serra do Ficalho, Beja, o "vermelho com veios brancos" de Santa Iria do Outeiro das Cruzes, Alentejo, o "brocatello" do Alentejo e o "violeta com veios negros" de Estremoz. Todos estes enviados por Pedro Bartolomeu Déjante de Lisboa, que também apresentou o "brecha" da Arrábida.

Outros exemplares de mármores do Alentejo foram apresentados por Charles Bonnet, nomeadamente os "brancos e rosa", em forma de chapa, que foram trabalhados na oficina de Déjante em Lisboa. Quanto aos Mármores de Viana do Alentejo, limitaram-se a algumas amostras enviadas por Joaquim de Figueiredo[70].

Dos vários prémios atribuídos pela organização da exposição, uma das medalhas de ouro foi atribuída a Pedro Bartolomeu Déjante, por apresentar mármores de vários locais de Portugal, e uma das menções honrosas a Joaquim de Figueiredo, pelos seus mármores de Viana do Alentejo[71].

A propósito do reconhecimento dos mármores portugueses, L. G. Gama Lobo, no já mencionado artigo, escreveu o seguinte:

> Hoje porém, já quase ninguém falava deles. Se exceptuarmos as amostras que há tempos foram pedidas da Bélgica, alguns plintos para o teatro D. Maria e uma fonte em repuxo que no ano passado foi para Espanha, nada mais que documente o seu conhecimento e reputação no grande mundo[72].

Ao mesmo tempo, alertava para a necessidade de se divulgar esta indústria nos grandes certames internacionais. Sobre as amostras de mármore branco de Estremoz enviadas à exposição, lamentava que não

---

[69] Souto. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900*, 65.
[70] Ellis, Robert. *Official Descriptive and Illustrated Catalogue of Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations.* London: Spicer Brothers, vol. 3, 1851, 1309-1310.
[71] *Revista Universal Lisbonense* 40 (13 maio 1852): 470-471.
[72] Lobo. "Mármores de Estremoz na Exposição Universal de Londres".

fossem das mais puras que se encontravam disponíveis, referindo que era frequente encontrar-se nesta espécie alguns veios e, por vezes, manchas encarnadas. Mas sobre esse fenómeno deixou a informação de que não significava que fosse um defeito, pois um bom escultor habilmente podia usar esse fenómeno em seu favor, tal como aconteceu com a bela estátua do outono que estava na quinta do marquês de Pombal.

- Exposition Universelle des Produits de l'Industrie et des Beaux-Arts – Paris, 1855

Esta segunda Exposição Universal decorreu em Paris, no Campo de Marte, entre 15 de maio e 15 de novembro de 1855. Tal como a primeira, foi um importante veículo de afirmação, desta vez da nação francesa, que ao organizar este certame procurava mostrar a sua pujança económica e industrial, ao mesmo tempo que combatia no grande conflito da Crimeia.

Neste certame, que contou com um total de 10 148 expositores de cerca de 50 países, estados e ducados, Portugal fez-se representar por 443 expositores, que apresentaram produtos da metrópole e das suas colónias[73]. A comissão central portuguesa enviou várias amostras de mármores, assim como a comissão filial em Borba. As amostras dos Mármores de Estremoz foram enviadas por António (J. Ed.) Campos, de Viana do Alentejo, por Joaquim de Figueiredo, de Serpa, e pelo marquês de Ficalho. Dos Mármores de Penamacor-Castelo Branco, foram enviados por Madeira (B.D.) & Ferreira (J.). Também Charles Bonnet, de novo em conjunto com Pedro Bartolomeu Déjante, enviou amostras de vários tipos de mármore. Déjante apresentou ainda mármores e pedras litográficas oriundas da sua oficina em Lisboa, bem como uma mesa machetada em madeira com peças de mármore[74].

Pedro Bartolomeu Déjante foi o único medalhado pelos mármores apresentados, recebendo uma medalha de prata pela coleção que enviou e outra medalha, também de prata, pela sua mesa de mármores. Foi-lhe ainda atribuída uma menção honrosa, assim como ao marceneiro J. Luíz do Funchal, pelas mesas de madeira machetadas que ambos expuseram[75].

---

[73] *Exposition des Produits de l'Industrie de Toutes les Nations, 1855. Catalogue Officiel Publié par Ordre de la Commission Impériale*. Paris: E. Panis, Éditeur, 1855.

[74] *Exposition des Produits de l'Industrie de Toutes les Nations*, 33 e 520.

[75] *Rapports du Jury Mixte International Publiés sous la Direction de S.A.I. le Prince Napoléon, président de la Commission Impérial*. Paris: Imprimerie Impériale, vol. 2, 1856, 469; Bastos. "A família Dejante", 167-168.

Realçamos ainda os testemunhos publicados a propósito deste evento, que nos permitem conhecer as opiniões esboçadas na altura sobre os mármores portugueses.

Cassiano del Prado, célebre e reputado geólogo e engenheiro de minas espanhol, ao mesmo tempo que fazia um reparo à participação do seu país, que, segundo ele, ficou muito aquém do esperado por falta de valorização das coleções de mármores existentes, referia-se deste modo, à participação portuguesa: "A que expôs Portugal foi também melhor que a nossa, já considerada em si mesma, já pelo modo como foi apresentada"[76].

Por sua vez, o advogado italiano, A. Escourrou Milliago, ao abordar a participação dos estados italianos e do reino de Portugal, refere o seguinte:

> Por outro lado, aqui estão lindos mármores de todas as tonalidades e a mais rara é a rosa, o amarelo de Siena, que já não encontramos noutro lugar precisas amostras de mármore amarelo e o verde antigos, ágata amarelo e verde, enviadas de todas as províncias do reino, e formando uma coleção que testemunha neste relatório a grande riqueza do país. Comissões e particulares, cada um quis trazer o seu lote a esta bela exposição, assim as comissões filiais de Estremoz, de Coimbra, Borba e sobretudo a comissão central portuguesa, assim M. Figueiredo de Viana do Alentejo, M. Braga de Miranda e M. Bonnet e Déjante de Lisboa.
> A propósito destes últimos dois expositores, cuja coleção de mármores é a mais rica de Portugal, uma palavra a lhes endereçar havia no compartimento afeto aos seus produtos uma magnífica mesa de mármore, objeto de admiração e inveja, que eles ofertaram generosamente aos nossos feridos da armada de oriente. Obrigado Senhores[77].

Archille Delesse, na obra anteriormente citada, ao comentar os minerais de construção expostos na exposição, referia que, entre todos os países presentes, tinham sido expostas não menos de 180 amostras de mármores. Sobre a participação portuguesa, mencionava a presença dos mármores brancos sacaroides com grão médio de Estremoz, Borba e Viana, comentando que se pudessem vir a ser explorados em blocos suficientemente grossos se podiam destinar à estatuária, e a presença dos "brancos venados de amarelo e de cinzento", também de Estremoz, e o "azul turquesa" de Serpa. Quanto aos Mármores de Viana apresentados pelo senhor Figueiredo, considerava que eram semelhantes aos que eram trabalhados por Déjante, de um "branco venado de verde" e que apresen-

---

[76] Prado, Cassiano del. *La Esposicion Universal de Paris.* Madrid: Imprenta Fundición y Libreria de Eusebio Aguado, 1856, 3-7.

[77] Escourrou-Milliargo, A. *De l'Italie Agricole, Industrielle et Artistique, a propos de l'Exposition Universelle de Paris, Suivi d'Un Essai sur l'Exposition du Portugal.* Paris: Librairie Internationale Universelle, 1856, 294-295.

tavam pequenos veios de quartzo, o que os tornava pouco proveitosos e difíceis de polir[78].

- Exposição Industrial do Porto – 1861

Retomando as exposições da indústria em Portugal, assinalamos a exposição que teve lugar no palácio da Bolsa, da cidade do Porto, entre os dias 25 de agosto e 16 de setembro. Nela participaram 952 expositores, tendo sido um momento grande de mobilização da indústria portuguesa, nomeadamente da que estava estabelecida no norte do país[79].

Neste certame, salientamos a presença da família Déjante, já com Júlio Bartolomeu Déjante, filho de Pedro Bartolomeu, desconhecendo-se se o seu pai havia já falecido à época. A recompensa que obteve deveu-se à apresentação de mobiliário em madeira, ainda que tivesse também exposto mesas de madeira com tampo em mármore de origem portuguesa[80].

- Great London Exposition – Londres, 1862

No ano seguinte, decorreu em Londres, entre 1 de maio e 1 de novembro de 1862, uma nova Exposição Universal. Nesta estiveram expostos vários tipos de mármores de Portugal. Oriundos de Estremoz, encontravam-se "brancos", "tigrados", "brancos com listas amarelas" e "violetas", enviados por João Ferreira Braga, bem como os "brancos", "brancos e verdes", "brancos venados de azul", "cinza" e "avermelhados", estes enviados pela Inspeção de Minas do 2.º Distrito.

De Borba, "brancos", "vermelhos com listas amareladas" e "negros com veios brancos", apresentados pela respetiva comissão do concelho.

Nesta exposição tomaram também lugar os mármores "brancos" de grão fino e grão grosso de Montemor-o-Novo, enviados por Alexandre José Botelho e Germano José de Sales, bem como outros do distrito de Coimbra, de Lisboa, Sintra e Portalegre. Sobre os Mármores de Montemor-o-Novo, referia-se que a sua exploração não era regular, chegando ao porto de Lisboa a preços de 38 000 réis (£8.9s) por metro cúbico.

Quanto aos expositores, novamente Júlio Déjante apresentou nada menos que 38 variedades diferentes de amostras de mármore, que, se-

---

[78] Delesse. *Matériaux de Construction de l'Exposition Universelle de 1855*, 188-191; também citado por Bastos. "A família Dejante".

[79] Alves, Jorge Fernandes. "As exposições industriais no Porto oitocentista". In *O Mundo Ibero-Americano nas Grandes Exposições*, ed. José Augusto Mourão, Ana Maria Cardoso de Matos e Maria Estela Guedes, 165-176. Lisboa: Vega, 1999.

[80] Queiroz, Francisco. "Pedro Bartolomeu Déjante e o seu papel na indústria da pedra em Portugal". *Revista A Pedra* 87, ano 22 (2003): 47-51.

gundo informações por ele prestadas, eram provenientes das pedreiras por si exploradas em Sintra. Apresentou ainda uma dúzia de mesas em madeira com embutidos em mármores de diferentes cores.

Contudo, uma nota por parte dos examinadores revela a sua relutância em acreditarem na proveniência dos minerais, referindo que os mesmos, bem podiam ter vindo também da Serra da Arrábida, do Alentejo e até do Algarve, locais onde a família tinha explorações. Referiam mesmo que as suas pedreiras mais ativas se concentravam no Tojal, sendo que as do Alentejo poderiam fornecer uma gama variadíssima de belos mármores de diferentes cores, se fossem melhoradas as vias de comunicação. Quanto às exportações, fossem eles trabalhados ou em bruto, tinham tido como destino o Brasil, a América do Norte e a Inglaterra[81].

- Exposição Industrial do Porto – 1865

Neste ano, realizou-se uma nova exposição na cidade do Porto, que desta vez teve lugar no palácio de Cristal, com inauguração a 15 de setembro desse ano. Com uma componente internacional, que não foi tão participada quanto se esperava, teve expositores de países como a França, Inglaterra, Espanha, Itália, Estados Alemães, Bélgica, Estados Unidos e Japão, para além dos portugueses, atingindo um total de 3.139 expositores.

Dos expositores de mármores nacionais, pode-se referir António Claudino Fernandes Pereira, do Vimioso, a viúva Déjante, de Lisboa, com várias amostras de mármore em mesa, a Companhia Promotora de Borba, com mármore "rosado claro", "rosado escuro", "cinzento claro, de laivos verdes e amarelados", "cinzento escuro e branco", e a Câmara Municipal de Estremoz, com uma caixa contendo cinco amostras de mármore. A viúva Déjante apresentou igualmente uma mesa de amostras de mármore e outra com colunas de mármore, na classe correspondente ao mobiliário[82].

É ainda interessante saber que neste certame se encontravam também presentes os mármores da Argélia, das províncias de Argel, Constantina e Oran, bem como os mármores belgas. Estes últimos enviados por Leopold Devas, de Antuérpia, que tinha como agentes em Lisboa e no Porto, respetivamente, o grande negociante e capitalista H. Burnay e H. Guichard Júnior. Os mármores enviados da Bélgica eram

[81] Neves Cabral, José Augusto César das. *Catalogue des Produits Minéraux du Portugal. Exposition Universelle de Londres 1862*. Londres: Beaufort House, 1862, 13-20.
[82] *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto*. Porto: Typografia do Comércio, 1865, 3-6, 85.

lajes quadradas de mármore negro com um valor de 5 francos e 40 cêntimos por cada metro quadrado[83].

- Exposition Universel d'Art et d'Industrie – Paris, 1867

Em 1867, a cidade de Paris foi de novo palco de uma Exposição Universal, que decorreu entre 1 de abril e 3 de novembro daquele ano. A participação portuguesa foi descrita no relatório do engenheiro de minas português José Augusto César das Neves Cabral, que já antes tinha escrito sobre a participação portuguesa na Exposição Universal de Londres de 1862. A propósito dos mármores do Alentejo, diz-nos o seguinte:

> Os calcários cristalinos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa e de Montes Claros, aqueles de Viana e de Monte de S. Luís, todos da província do Alentejo, estão representados na coleção. A série de mármores que existe nesta região é longa, mas esta coleção representa aqueles que podemos fornecer hoje em dia em grande quantidade e em todas as dimensões.
> A Comissão Central de Lisboa, fez extrair das pedreiras de Montes Claros, toda uma série de bardilhos (mármores cinza) floridos, com grandes manchas e veios, de nuances variadas, que fazem parte da coleção. Estes mármores são de um belo efeito e são sobretudo recomendados para a grande ornamentação. As magníficas colunas monolíticas da catedral de Évora, da igreja real de Vila Viçosa e de outros sítios, foram extraídas das pedreiras de Montes Claros[84].

As amostras presentes representavam 21 tipos de mármores, provenientes de Montes Claros, entre as quais: 2 colunas de "bardilho cinza", uma delas com 3 m e outra com 2 m; da mesma qualidade, várias placas com manchas e veias reticulares, também conhecidas por "bardilho da Vitória", sendo que neste local se identificou uma pedreira que poderá fornecer colunas com 14 m de comprimento; quatro placas de 1 m^2 cada de "bardilho florido", também conhecido como "bardilho elegante", comparável ao "bardilho fiorito" italiano, placas de mármore "bardilho venado" com fundo branco e outras tantas de bardilho com grandes manchas e veios sobre um fundo claro, mármore negro ligeiramente manchado de claro, bardilho "nublado"; mármore branco muito cristalino, ligeiramente rosado, aplicável para a decoração de móveis e mármore "vermelho escuro".

Para além destas, estavam também expostas várias amostras de rosa claro (rosa Vénus) com manchas esverdeadas e veios amarelos ouro, provenientes de uma pedreira perto da vila de Borba. Já o mármore branco

---

[83] *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto*. II Parte, 57, 133.
[84] Neves Cabral, José Augusto César das. *Exposition Universel de Paris en 1867. Portugal – Catalogue Descriptif de la Collection des Minéraux Utiles et Notice sur l'Industrie Minérale du Pays*. Paris: Librairie Administrative de Paul Dupont, 1867, 36-40.

de Estremoz, tão claro como o de Paros, foi considerado pelo engenheiro Castanheira das Neves muito mais duro e custoso de trabalhar, pelo que dificilmente poderia ser aplicado à estatuária[85].

Ainda sobre este evento, o catálogo da participação portuguesa editado nesse ano referia:

> Os calcários para as construções e os mármores, têm pela sua qualidade e quantidade na qual se encontram no solo português, uma importância considerável. A província do Alentejo e Algarve e toda a província da Estremadura, sobretudo a Serra da Arrábida, aos subúrbios de Lisboa e toda a cadeia montanhosa que separa ao norte o vale continental, contêm pedreiras de mármore do Tejo ao oceano de toda a beleza.
> A coleção exposta representa as variedades mais conhecidas que se podem fornecer para todas as espécies de ornamentação, de grandes quantidades e de preços moderados. O emprego de cada vez mais considerável destes materiais nas construções, decorações de Lisboa e outras cidades, a exportação para a Inglaterra e para o Brasil, para os Açores, para os Estados Unidos da América e mesmo para a Itália, contribuiu ao desenvolvimento da exploração de pedreiras, sobretudo nas redondezas de Lisboa[86].

Contudo, apesar destas descrições, não era fornecida qualquer informação sobre a identificação dos expositores, a não ser uma vaga referência aos mármores extraídos pela Comissão Central Portuguesa.

- Weltausstellung Kultur – und Erziehung (Exposição Mundial – Cultura e Educação) – Viena de Áustria, 1873

Esta exposição, que decorreu em Viena de Áustria, entre 1 de maio e 2 de novembro, foi a única deste género realizada no mundo germânico durante a centúria de Oitocentos, tendo sido, por isso, um orgulho para o Império austro-húngaro. Dois industriais portugueses de mármores participaram neste evento: António Moreira e Rato, de Lisboa, com várias amostras e ornamentos de mármore, e a Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz. Esta última apresentou em Viena quatro amostras de mármore, duas brancas, uma azul e uma amarela, provenientes das suas pedreiras em Estremoz e Borba[87].

---

[85] Neves Cabral, José Augusto César das. *Exposition Universel de Paris en 1867*, 36-40.
[86] *Catalogue Générale de l'Exposition Universel de Paris de 1867, Publiée para la Commission Impériale*. Paris: E. Dentu Éditeur, 2 vols., 1867.
[87] *Welt-Ausstellung 1873 in Wien: Officieller General-Catalog*. Wien: Verlag Der General-Direction, 1873, 62; ADE, Governo Civil, cx. 110, peça 25, *Guia de Expositor – Expo. Universal de Viena de Áustria 1873 – Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz*, 1872.

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE VIENNA DE AUSTRIA

2.ª SECÇÃO 1873 INDUSTRIA FABRIL

GUIA DE EXPOSITOR

INDICAÇÕES OBRIGATORIAS

Nome do expositor — Possuidor — ____
Inventor — ____
Manufactor — Sociedade Exploradora de Marmores Estremocense

Residencia do expositor — Estremoz

Nome do productor — Francisco Romano Nunes & Socios

Residencia do productor — Estremoz

Figura 5 – Guia de expositor da Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz.
Fonte: Arquivo Distrital de Évora.

– Centennial International Exhibition. Filadélfia – 1876

A exposição de Filadélfia, nos Estados Unidos, realizada em 1876, estava carregada de grande simbolismo. Em primeiro lugar, porque comemorava o centenário da Independência dos EUA, assinada precisamente nesta cidade e, em segundo lugar, porque era uma oportunidade de afirmação da unidade nacional, baseada na tecnologia e no avanço científico, já que se cumpria uma década do término da guerra civil que dividira o norte e o sul.

Prolongando-se de 10 de maio a 10 de novembro, contou, entre os vários expositores, com a presença de 4 expositores portugueses ligados à indústria dos mármores. A Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz expôs cinco amostras (branco, rosa, amarelo e azul), provenientes das suas pedreiras existentes nesta região. Germano José de Sales, de Lisboa, apresentou Mármores de Pero Pinheiro, Porto Salvo, Sintra, e ainda de Negrais, Arrábida e Montes Claros. António Moreira Rato, de Lisboa, exibiu mármores "rosa", "cor de carne", "vermelho" e lioz de Sintra, Arrábida, Lagarteira e "branco"

de Estremoz, enquanto Joaquim Antunes dos Santos, também de Lisboa, expôs amostras de "azuis" de Sintra para lavabos e, por último, o visconde de Bessone apresentou Mármores de Sintra[88].

- Exposition Universel. Paris – 1878

Realizada novamente em Paris, esta Exposição Universal foi uma afirmação do poder da França enquanto país civilizador e industrial, após a sua derrota na Guerra Franco-Prussiana e a revolta da Comuna de Paris. Neste evento, apenas temos notícia de um expositor português na classe dos produtos de exploração mineral. Tratou-se de Faria e Melo (J. C. de Sousa), que apresentou amostras de mármore de Viana do Alentejo[89].

- Exposição Nacional das Indústrias Fabris. Lisboa – 1888

Inaugurada a 7 de junho de 1888, esta exposição realizada sob a égide da Associação Industrial Portuguesa teve lugar no extremo norte da avenida da Liberdade. Contou com 1214 expositores e foi um teste de preparação para a participação da indústria portuguesa na Exposição Universal que se ia realizar em Paris no ano seguinte, a qual estava a cargo desta mesma associação.

Como expositores, podemos assinalar a presença da Secção de Minas, comissariada pelo engenheiro José Augusto César das Neves Cabral, com 13 amostras de mármores diversos; de Germano José de Sales, com mármores provenientes de Montes Claros (bardilhos negros, floridos e nebulosos); de Borba, com mármores "rosa carne com manchas esverdeadas e veios amarelos" e do Tojal, Arrábida, Cascais e Sintra; de André Domingos Gonçalves, com Mármores da Arrábida, Sintra, Algarve e Estremoz (brancos) e ainda com cal em pedra e cal alva de Lisboa e cal em pó produzida na cerca de Santo António, em Estremoz.

Marcaram também presença neste certame as representações dos municípios alentejanos de Borba, Vila Viçosa e Estremoz. Pelo primeiro, foram apresentadas as seguintes amostras: "branco venado de vermelho" e "branco liso", ambas da herdade da Vigária. "Bardilhos escuros", *idem* com manchas brancas, outros tais "venados com fundo branco" e ainda do mesmo "arroxeado, venado de cinzento", bem

[88] *Portuguese Special Catalogue of International Exhibition at Philadelphia 1876*. Philadelphia: Executive Commitee of Portugal, 1876, 93-98.
[89] *Catalogue Spécial de la Section Portugaise à l'Exposition Universelle de Paris en 1878*. Paris: Imprimerie Typographique, 1878, 61-63; *Catalogue officiel – Exposition Universelle 1878 à Paris, Publié par le Commissariat Général*. Paris: Imprimerie Nationale, tome 5, 1878, 416.

como mármore rosado com grandes manchas vermelhas, todos estes de Montes Claros; "branco listado de verde", "amarelo avermelhado", "branco opalino, venado de vermelho", estes da herdade do Mouro; "bardilho nebuloso" da herdade da Salgada, *idem* "avermelhado" da herdade do Poço do Bravo e mármore listado de branco da herdade da Salgada, apresentando ainda calcário cavernoso para mós de uma pedreira em São Tiago de Rio de Moinhos.

Já o município de Vila Viçosa apresentou das suas pedreiras (cuja localização não é sequer mencionada) mármores "rosado venado de vermelho", "venado de verde escuro", "branco venado de roxo e castanho", "bardilho escuro", "nebuloso", "rosado venado de amarelo e vermelho" e "branco rosado com manchas verdes". De outras pedreiras existentes no concelho, o "branco com manchas castanhas arroxadas" proveniente da herdade de Monte de El Rei, "amarelo rosado", "venado de verde escuro" e "cinzento azulado" da herdade da Lagoa, bem como cal branca e parda produzida no concelho.

No que diz respeito a Estremoz, o museu municipal apresentou amostras de "branco leitoso", "bardilho nubloso", "amarelo de siena", "roxo listado", "amarelo com manchas brancas" e avermelhado e "venado de vermelho", espécimes cujos locais de exploração não foram identificados.

Participaram ainda outros produtores de cal de Lisboa e de Reguengos, bem como Mármores de Alvito, serra do Ficalho, Coimbra, Lagarteira e outros[90].

- Exposition International d'Anvers. Antuérpia – 1894

Em Antuérpia, fizeram-se representar André Domingos Gonçalves, de Lisboa, com mármores de Estremoz, medalhado na exposição de Lisboa de 1888. António Moreira Rato & Filhos, de Lisboa, com Mármores de Sintra, também medalhado em Viena (1873), em Filadélfia (1876), Paris (1867 e 1878) e em Lisboa (1888). A Empresa Mecânica de Cantarias e Mármores Portugueses, de Cascais, com amostras dos mármores das suas pedreiras de Cascais e Alcabideche e ainda Cândido de Morais, de Lisboa, com diversos mármores[91].

[90] Associação Industrial Portuguesa. *Exposição Nacional das Industrias Fabris, Catálogo Descriptivo da Secção de Minas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, 355-360.
[91] *Exposition Universelle d'Anvers 1894. Catalogue Général: Section Belge et Étrangers*. Bruxelles: Typographie Lithographie Adolphe Mertens, vol. 2, 1894, 683.

- Exposition Universel. Paris – 1900

A Exposição Universal de Paris de 1900 teve como grande objetivo comemorar as conquistas do século precedente e apresentar o desenvolvimento que se previa para a nova centúria. A participação portuguesa contou com os mármores apresentados pela Associação das Indústrias Mineiras, que se situava na rua Víctor Cordon, n.º 8-10, em Lisboa, pela Companhia Colonial de Buzi, em Lisboa, por Manuel Maria de Sousa, de Lisboa, por António Moreira Rato & Filhos, de Lisboa, e Álvaro Rebelo Valente, do Porto, estes últimos com mármores e outras pedras de cantaria[92].

3. O aumento das exportações como resultado da divulgação dos mármores e do desenvolvimento técnico

Como pudemos observar, foram várias as exposições internacionais e universais em que os mármores portugueses estiveram presentes, divulgando-se por este meio não só a sua existência, como as suas qualidades estéticas e funcionais. Por outro lado, começaram a ser identificados os atores no universo da exploração do mármore. A família Déjante, Germano José de Sales e António Moreira Rato (mais tarde António Moreira Rato & Filhos) de Lisboa, bem como a Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz e André Domingos Gonçalves, em Estremoz e também em Lisboa. Estes constituíam o núcleo dos empresários que mais vezes estiveram presentes nas exposições industriais, internacionais e universais e que, por consequência, eram os mais ativos na promoção desta atividade.

A divulgação que, ao longo dos anos, se foi fazendo dos mármores portugueses, nomeadamente a apresentação dos diversos tipos de mármore existentes no país, e nas várias exposições universais e internacionais, foi um elemento essencial para que este produto passasse a ser mais procurado. Interligado a este fenómeno, verificou-se um incremento da sua produção, que se traduziu pelo aumento das exportações para países da Europa e para a América. Nos vários textos escritos no contexto das Exposições Universais, já tinham sido referidos os mercados do Brasil, Espanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. Vejamos, então, as relações com estes mercados nas décadas de 1860-1870.

Em relação ao Brasil e à Espanha, não dispomos de estatísticas de comércio. Contudo, as descrições e os dados apresentados sobre Portugal que foram publicadas nesses países permitem-nos confirmar que se tinha conhecimento dos mármores do Alentejo. Refira-se, por exemplo, *O*

[92] *Exposition Universel de 1900, Catalogue Général Officiel*. Paris: Imprimeries Lemercier, vol. 13, 1900, 226-232.

Almanaque Luso-Brasileiro, publicado em Lisboa e com correspondentes no Rio de Janeiro, que no artigo sobre a vila de Estremoz menciona os seus belos mármores, oriundos de pedreiras inesgotáveis[93]. Já em Espanha, os belíssimos Mármores de Estremoz também são identificados nas descrições geográficas que, entretanto, foram publicadas (os *Principios de Geografia Astronómica, Física y Politica* e o *Novísimo Diccionario Geográfico, Histórico, Pintoresco Universal*)[94].

No caso italiano, contamos com o tratado de comércio celebrado com essa nação a 15 de julho de 1872, no qual se estipulava reciprocamente o direito de 1 % *ad valorem* nas entradas de mármore quer em bruto, quer trabalhado em ambos os países[95].

Para o mercado inglês, o relatório comercial, elaborado pelo Foreign Office, a partir das informações consulares, começa por mencionar, o que é uma agradável surpresa, os mármores portugueses presentes na Exposição Universal de 1867. Além de descrever as suas variedades, dá ênfase à sua beleza e ao seu cómodo preço, referindo que podiam ser exportados para a Inglaterra, sobretudo os do Alentejo, cujas pedreiras, que assinala em Montes Claros, tinham retomado recentemente a exploração, depois de um longo período de abandono.

Sobre as mesmas, considerava, ainda, que poderiam ser servidas pelo caminho de ferro do Leste, cujo embarque de mármores, em 1867, estava livre de direitos, conseguindo-se obter valores entre 14 e 18 libras por metro cúbico. Já para os Mármores de Lisboa, onde trabalhavam cerca de 600 operários e de onde se fazia uma extração estimada em 30 mil m^3, referia que os valores obtidos poderiam oscilar entre 7 e 8 libras por metro cúbico.[96]

Sobre as características, produção e exportação dos mármores portugueses, nomeadamente para o mercado inglês, veja-se a descrição que é feita no artigo "Building Stones of Portugal" publicado na revista *The Building News and Engineering*, onde se refere que:

> Portugal é muito rico em mármore, cré e calcário. A província do Alentejo produz um mármore cristalino, cujas pedreiras podem ser encontradas em Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Montes Claros, Viana e Monte de São Luís. Aquela de Montes Claros poderá for-

---

[93] Castilho, Alexandre Magno de, e António Xavier Rodrigues Cordeiro. *Almanach Luso-Brazileiro para o Ano de 1863*. Lisboa: Typographia da Sociedade Typografica Franco-Portuguesa, 1862, 325.

[94] Verdejo Paez, Francisco. *Principios de Geografia Astronómica, Física yPolitica*. Madrid: Cipriano Lopez, 22.ª ed., 1861, 18; *Novísimo Diccionario Geográfico, Histórico, Pitoresco Universal*. Madrid e Barcelona: tomo II, 1864, 255.

[95] *Colecção Official de Legislação Portugueza, ano de 1873*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, 127-133.

[96] *Commercial Reports Received at the Foreign Office from Her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce of Their Consular Districts*. London: Harrison and Sons, 1869, 571-573.

necer pedra fina para monumentos, nela se encontrando todas as variedades, do negro ao puro branco. As pedreiras de Estremoz produzem um belo mármore do mais puro branco, mas a sua dureza impede-o de ser usado para a estatuária.
A exportação destes mármores está facilitada desde a construção do caminho de ferro do Leste. A terra calcária dos arredores de Lisboa fornece belos mármores de cores variadas e em grandes quantidades, para usos nativos e para exportação. Em Lisboa, o mármore é cortado com recurso a máquinas movidas a vapor ou rodas hidráulicas. Há vários anos atrás, em 1866, existiam duas máquinas a vapor, em constante funcionamento, empregando-se entre 50 a 60 lâminas e cinco rodas hidráulicas que moviam mais de 100 lâminas.
A produção de mármores e pedras de construção nas redondezas de Lisboa foi estimada em cerca de 30 000 metros cúbicos com um valor de mais de £80 000. No distrito de Coimbra também se encontram pedreiras ricas em mármore e pedra útil para edificações e ornamento. O calcário deste distrito é geralmente muito branco e bonito, mas não suporta muito bem a influência da atmosfera. Também se encontra calcário silicioso, do qual as pedras mós são feitas. Há também grande abundância de granito em todo o reino, que é aplicado na fachada dos edifícios. No distrito do Porto, esta é a principal pedra empregue na construção de casas e monumentos. Existe também uma qualidade de granito muito rijo, que serve para pavimentar as ruas desta cidade. Para além disso, existem pedreiras de ardósia, que é bastante resistente e em geral fácil de trabalhar, sendo empregue em todos os trabalhos de ornamentação interior. Uma companhia inglesa explora estas ardósias, exportando-as em grandes quantidades para o Brasil e Inglaterra[97].

O barão de Santa Ana deixou alguns dados sobre o comércio da América do Norte com Portugal, referindo que os principais artigos de exportação eram vinhos, vegetais, frutas, azeite, óleo de palma, minerais e mármores, peles, couro, marfim, carne ensacada, lã, sal, peixe, produtos coloniais, cordames e sedas[98].

Quadro V – Comércio de mármores entre Portugal e Estados Unidos (1873-1875)

Anos	Total de exportações para os Estados Unidos	Total de importações dos Estados Unidos	Mármores exportados em bruto ou manufaturados
1873	579 075$	1 180 187$	314$
1874	506 175$	1 153 042$	154$
1875	480 362$	2 820 099$	812$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da obra *Notes of Portugal*, 1876.

[97] "Building stones of Portugal". *The Building News* 28 (29 jan. 1875): 120.
[98] Barão de Santa Ana, A. E. G. *Notes on Portugal*. Philadelphia: Philadelphia Catholic Publishing Company, 1876, 97-122.

Por sua vez, Gerard Augusto Pery (1835-1893), a propósito da geografia estatística do reino, abordava a questão das pedreiras em lavra da seguinte forma:

> Não se tem feito estatística alguma acerca da exploração das inúmeras pedreiras que há em Portugal, indústria aliás de grande importância, porque não só fornece o país, de todo o material de construção, mas ainda exporta em quantidade notável para as possessões portuguesas e países estrangeiros[99].

Por essa razão, procurou fazer uma estatística das exportações de materiais de construção, na qual os mármores também são referidos, como se pode ver pelo quadro abaixo.

Quadro VI – Comércio externo de materiais de construção no reino e ilhas adjacentes (em réis)

	1856		1872	
Materiais	**Importação**	**Exportação**	**Importação**	**Exportação**
Mármore	186$	250$	3999$	2814$
Mós	955$	1632$	490$	1326$
Pedras	3058$	27072$	2471$	29897$
Pederneira	-	464$	-	998$
Gesso	-	-	8099$	447$
Cal	162$	278$	4575$	12626$
Barro e areia	326$	186$	-	439$
Cimento	3172$	-	12444$	143$
Total	7859$	29882$	32078$	48090$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da obra *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, 1875.

O prestígio internacional que os mármores portugueses iam tendo foi ainda reforçado na Exposição Universal de Paris de 1878, pela atenção que na sua obra o engenheiro Adolphe Violet deu aos maquinismos destinados ao trabalho do mármore. Nela, o autor dissertou sobre as várias máquinas destinadas a esta indústria, abordando também as jazidas consideradas mais importantes no continente europeu, nas quais incluiu as de Portugal a par

[99] Pery, Gerardo A. *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. Ainda que J. Lemaire, diretor do diário financeiro francês *Cote de la Bourse et de la Banque*, refira que, segundo a estatística da Repartição de Minas para o ano de 1872, existissem 802 pedreiras em exploração no país, nas quais se incluíam os ricos Mármores de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, cuja exportação passa a ser feita pelo caminho de ferro. Lemaire, J. *Le Portugal en 1878, Conditions Économiques du Royaume, avec Un Aperçu des Industries à l'Exposition Universelle de Paris*. Paris: Imprimerie de P. Debons, 1878, 174.

das jazidas França, Bélgica, Itália e Suécia. Nesta obra, os mármores portugueses apareciam divididos em dois tipos, os do Alentejo e os da zona de Lisboa, em função da sua origem geológica, fosse ela seleurica ou jurássica.

Em termos de comercialização, também era dado um especial destaque ao papel dos caminhos de ferro, mencionando-se que desde que este meio de transporte chegara ao Alentejo, o mármore de Estremoz passou a ser mais facilmente transportado para Lisboa, custando, embarcado nesse porto, entre 300 a 400 francos por metro cúbico. Já o mármore da zona de Lisboa rondava os 150 a 175 francos por metro cúbico. Este autor termina referindo que a indústria mecânica de serração de mármores no reino de Portugal estava pouco desenvolvida, com exceção de algumas pedreiras na zona de Lisboa, nas quais a serragem funcionava regularmente[100].

Por sua vez, o mármore de Estremoz surge também identificado nas coleções de minerais do Museu Nacional dos Estados Unidos, gerido pelo Smithsonian Institute.

No relatório deste museu, datado de 30 junho de 1886, assinalou-se que o seu catálogo possuía 46 615 entradas de espécies minerais. Destas, 2900 diziam respeito à coleção de rochas ornamentais, provenientes tanto do país, como do estrangeiro, em que não só se incluíam mármores, como também alabastros, calcários e muitas outras pedras. Sobre os mármores portugueses, para além dos existentes na Estremadura, referiam-se os cristalinos brancos, amarelos e cor de carne de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, com uma variante negra com veios negros de Montes Claros, todos suscetíveis de bom polimento e dos quais se podiam fazer blocos de grande dimensão. Sobre os de Estremoz propriamente ditos, o relatório explicitava: "Um dos mais finos mármores usados nos Estados Unidos é o amarelo de Estremoz, conhecido comercialmente como Mármore de Lisboa"[101].

Da cerca de meia centena de amostras de mármore português que o museu possuía, a maioria tinha chegado através da comissão portuguesa na Exposição Universal de Filadélfia de 1876. Muitas amostras eram da zona de Sintra, mas outras eram provenientes das pedreiras arrendadas à Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz. Um pequeno número delas tinha chegado ao museu por via do American Institute of Mining Engineers, nomeadamente as dos Mármores de Borba e de Viana do Alentejo[102].

---

[100] Violet, Adolphe. *Rapport sur les Marbres et les Machines a Travailler le Marbre de L'Exposition Universelle en 1878*. Paris: E. Lacroix, 1879, 5, 41-52.

[101] Smithsonian Institute. *Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution Showing the Operations Expenditures and Conditions of the Institution for the Year Ending June 30, 1886*. United States Congressial Series. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1889, 237, 476-484.

[102] Smithsonian Institute. *Annual Report of the Board of Regents* [...].

4. Bonnet e Déjante: um exemplo da articulação entre o conhecimento científico do subsolo e a aplicação dos recursos geológicos com fins industriais

Outro fator que potencializou a exploração dos mármores portugueses foi a articulação entre o conhecimento científico do subsolo e a aplicação dos recursos geológicos com fins industriais, na qual a dupla Bonnet e Déjante constituem o exemplo paradigmático.

Pelas descrições já anteriormente apontadas, tudo nos indica que Charles Bonnet e Pedro Bartolomeu Déjante eram sócios nos negócios dos mármores. A sua presença nas Exposições Universais de 1851 e 1855 dão disso conta. Ambos expõem em conjunto e os mármores enviados por Bonnet são trabalhados na oficina de Déjante. Não esquecendo ainda que Bonnet tinha sido um dos vogais da comissão organizadora da participação de Portugal na exposição de 1851[103].

Em 1821, Déjante já tinha uma loja de fabrico de móveis em Lisboa. Inicialmente na rua de São Francisco e, a partir de 1832, na rua das Portas de Santa Catarina. Também já tinha participado na Exposição de Produtos da Indústria Portuguesa de 1838, mas nela apenas apresentara diversas peças de mobiliário em madeira. Contudo, nos anos seguintes, entrou no negócio dos mármores e, em 1841, recebeu um privilégio de invenção de uma máquina para serrar madeira, mármores e outros materiais, instalando, em seguida, uma fábrica de serração de pedra movida a vapor na rua Direita da Boa Vista. Pouco depois, também já vendia objetos de mármore na cidade do Porto, por intermédio do comerciante Heitor Guichard[104]. Este último, certamente pai de Heitor Guichard Júnior, já referido como intermediário dos mármores belgas na cidade do Porto, depois do seu pai ter trabalhado com Pedro Bartolomeu Déjante.

Por sua vez, Bonnet, responsável pela Comissão Geológica (1848-1858), tendo percorrido grande parte do território, em especial o Alentejo, e tomando conhecimento das suas riquezas minerais, associou-se a Pedro Bartolomeu Déjante, um bem-sucedido industrial de mobílias que passou também a trabalhar com os mármores, e que ampliou o seu negócio ao abrir uma grande oficina em Lisboa, cuja produção exportava para diversos mercados estrangeiros.

De facto, a parceria de Bonnet e Déjante não foi a primeira a efetuar explorações geográficas em Portugal, pois as mesmas já se veri-

[103] *Diário do Governo*, n.º 285, 3 dez. 1851, 865-866.
[104] Bastos. "A família Déjante", 160-165.

ficavam também no século XVIII[105], no entanto, o interesse com que se reveste a história desta parceria leva-nos a crer que a mesma possa ter sido um dos primeiros casos, no Portugal de Oitocentos, de articulação entre o conhecimento científico do subsolo e a aplicação dos recursos geológicos com fins industriais.

Desconhece-se ao certo o impacto que o decreto de 1852, que instituiu a nova Lei de Minas, teve na parceria de Déjante e Bonnet, mas certamente que a mesma beneficiou com esta legislação, pois nesses anos os trabalhos da Comissão Geológica estavam no seu início, enquanto a oficina de mármores de Déjante conhecia um desenvolvimento crescente, sendo possível que tenha obtido benefícios para aquisição de matérias-primas e maquinaria.

Também em 1855, o engenheiro de minas francês Achiles Delesse referia que os mármores expostos por Déjante eram provenientes da Estremadura, Alentejo e Algarve. Os primeiros, em condições vantajosas, o que o levou a pensar que podia colocá-los no mercado de Paris a 1/4 do preço pelo qual se vendia o mármore de Sainte-Anne, que se explorava em grande quantidade na Bélgica. Quanto aos mármores alentejanos, não custariam mais de 600 francos por metro cúbico e, possuindo estes cores mais vivas, acreditava que podiam concorrer com outros os mármores de coloração mais monótona, como era o caso dos da Bélgica e da França. Até essa altura, o marceneiro Déjante já tinha conseguido garantir a exportação dos seus mármores para países como a Itália, a Rússia e, sobretudo, a Inglaterra.

A importante oficina que este industrial abriu em Lisboa, ocupava mais de 100 operários e, em 1854, produzia mármores num valor de 120 000 francos. O trabalho desses mármores não deixava nada a desejar ao mármore produzido noutras regiões da Europa, em particular as lajes polidas, que eram reduzidas a uma espessura tão pequena que se tornavam translúcidas.

Segundo Achilles Delesse: "O senhor Déjante criou, por assim dizer a indústria dos mármores em Portugal, após 40 anos de pesquisas penosas e perseverantes e está a ver, por fim, os seus esforços coroados de sucesso e por isso o júri lhe atribuiu uma medalha de 1.ª classe"[106].

Na década de 1860, o engenheiro Castanheira das Neves considerava que as pedreiras do Alentejo eram das mais admiráveis que existiam, mas

[105] Dias, Maria Helena. "As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal". *Revista da Faculdade de Letras – Geografia* 19, I Série (2003): 383-396.
[106] Delesse. *Matériaux de Construction de l'Exposition Universelle de 1855*, 188-191; também citado por Bastos. "A família Dejante".

a sua exploração não era regular devido o mau estado das estradas e à grande distância em que se situavam relativamente ao porto de Lisboa e ao Tejo, situação que, contudo, considerava que se poderia superar logo que estivessem concluídas as vias férreas que atravessariam a região. Sem o caminho de ferro, os custos de transporte para chegarem ao porto de Lisboa oscilavam entre os 45 000 (£10) réis e os 72 000 réis (£12) por cada metro cúbico[107].

Alguns anos depois, Castanheira das Neves voltou a referir a importância das pedreiras de Borba, Estremoz e Vila Viçosa:

> Estas pedreiras, noutro tempo apenas superficialmente exploradas, começaram, depois de um longo abandono, a serem reabertas e já se constatou que estas vastas pedreiras poderão fornecer de grandes monólitos para as construções monumentais, pois possuem todas as nuances variáveis, do fundo completamente negro ao branco muito puro[108].

Mas de novo considerou a importância dos caminhos de ferro, principalmente da linha do Leste, como forma de promover a indústria dos mármores, pois, ao passar a 25 km destas pedreiras, a ferrovia beneficiaria a comercialização do mármore da região pelo facto de facilitar o transporte para Lisboa, onde na altura estes mármores eram embarcados a preços que oscilavam entre os 300 e os 400 francos por metro cúbico. Faz ainda referência aos Mármores de Viana do Alentejo e de Montemor-o-Novo, mencionando em seguida, vários outros de diversas proveniências.

Na década de 1870, os documentos do Governo civil da região referem que os mármores da Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz saíam em bruto para Lisboa, Porto, Coimbra e Elvas, enquanto os já preparados se destinavam à província espanhola de Badajoz[109].

---

[107] Neves Cabral. *Catalogue des Produits Minéraux du Portugal*, 13-20.
[108] Neves Cabral. *Exposition Universel de Paris en 1867*, 36-40.
[109] ADE, Governo Civil, cx. 110, peça 25, *Guias de Expositores para a Exposição Universal de Viena de Áustria 1873* e *Guia de Expositor da Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz*, 1872.

5. A aplicação do mármore no século XIX: o exemplo dos canteiros e da arquitetura funerária

Terminamos a nossa análise relativa ao século XIX abordando o ofício de canteiro e os usos do mármore, em particular na arquitetura funerária.

A partir dos anos 1830, a ornamentação de jazigos, sepulturas e outros elementos construídos e/ou ornamentados com recurso às várias pedras, mármores incluídos, existente nos cemitérios portugueses contribuiu de forma muito assinalável para um aumento das encomendas das oficinas de canteiro e, consequentemente, do trabalho das explorações minerais.

A situação das diversas oficinas de canteiro foi transmitida por diferentes fontes documentais. Para o ano de 1849, a inquirição do Ministério do Reino revelou a realidade de Borba e de Estremoz, assinalando, para o primeiro caso, a existência de um mestre canteiro com oficina na freguesia Matriz e outros três na freguesia de São Bartolomeu, cuja obra final era descrita como "pedra de cantaria", sendo que para dois deles se juntava ainda a produção de "mármores para portas e janelas". Para Estremoz, assinalam-se quatro mestres canteiros com produção de "cantaria"[110].

Em meados da centúria, para além do caso de Déjante, em Lisboa, surge também o caso de Emídio Carlos Amatucci, que, segundo a obra de Francisco Queiroz, terá deixado Lisboa para abrir a primeira oficina de cantaria de mármores no Porto[111].

Para as décadas seguintes, uma análise da Contribuição Industrial[112], permite aferir o número de oficiais canteiros existentes em Estremoz e Borba, constatando-se um aumento substancial, como poderemos verificar pelo quadro seguinte:

Quadro VII – Canteiros em Borba e Estremoz entre 1861-1875

	Canteiros com oficina	
Anos	**Vila de Estremoz**	**Vila de Borba**
1861	5	5
1875	14	7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Arquivo Distrital de Évora, Contribuição Industrial de 1861-1875.

[110] ADE, Governo Civil, cx. 216, peças 8 e 9, *Oficinas de Canteiro em Estremoz*, 1849.
[111] Queiroz, Francisco. "A primeira oficina de cantarias de mármores no Porto". *Revista O Tripeiro*, 7.ª Série, ano XVII, n.º 2 (1998).
[112] ADE, Livros da Contribuição Industrial, Estremoz e Borba, 1861, 1875.

Também aqui não é indicada a produção concreta, mas relacionando-se estes dados com os do mapa de pedreiras de 1872, em que é assinalada a grande extração de pedra, sobretudo na cerca de Santo António, verificamos que, entre as aplicações, encontramos trabalhos de construção, de escultura, monumentos e sepulturas. Desta forma, compreendemos, ainda que sem conhecer mais detalhes, que alguns destes canteiros já produziam peças destinadas a cemitérios.

Por outro lado, o mapa das pedreiras em lavra de 1885 indica-nos 18 canteiros e, tendo em conta que no inquérito industrial realizado apenas 5 anos depois, pelo menos a exploração de André Domingos Gonçalves, situada na cerca de Santo António, referia que executavam monumentos fúnebres, podemos concluir que existiam canteiros a produzir obra fúnebre, cujo destino ainda não é totalmente conhecido.

Assim sendo, verificámos então, a partir de um ensaio cronológico recentemente apresentado por Francisco Queiroz, as tendências do uso das várias rochas ornamentais em alguns dos cemitérios Portugueses[113].

[113] Queiroz, Francisco. "Mármores, monumentos públicos e tumulária romântica em Portugal: um ensaio cronológico", comunicação apresentada no *Workshop* Artes do Mármore. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 25 maio 2018.

Quadro VIII – Ensaio cronológico das várias pedras em uso nos cemitérios (1830-1900)

Cemitério	1830	1840	1850	1860	1870	1880
Lisboa Britânico	Lioz	Lioz	Lioz	Lioz	Lioz	Lioz
Lisboa Municipais	Lioz Mármore estrangeiro	Lioz Mármore Estrangeiro	Lioz Mármore estrangeiro	Lioz Mármore estrangeiro	Lioz Mármore estrangeiro	Lioz Mármore estrangeiro Mármore do Alentejo
Porto Britânico	Lioz Granito Mármore estrangeiro	Lioz Granito Mármore estrangeiro	Lioz Granito Mármore estrangeiro	Lioz Granito Mármore Estrangeiro	Lioz Granito Mármore estrangeiro	Lioz Granito Mármore estrangeiro
Porto Lapa	Lioz Granito Lousa Valongo Mármore estrangeiro	Lioz Granito Lousa Valongo Mármore estrangeiro	Lioz Granito Lousa Valongo Mármore estrangeiro	Lioz Granito Lousa Valongo Mármore estrangeiro	Lioz Granito Lousa Valongo Mármore estrangeiro	Lioz Granito Lousa Valongo Mármore estrangeiro
Porto Municipais	-	Lioz Lousa Valongo Granito Calcário brando	Lioz Mármore estrangeiro Granito Lousa Valongo	Lioz Mármore estrangeiro Granito Lousa Valongo	Lioz Mármore estrangeiro Granito Lousa Valongo	Lioz Mármore estrangeiro Granito Lousa Valongo
Coimbra Municipal	-	-	Lioz Calcário brando	Lioz, Mármore estrangeiro Calcário brando Outros	Lioz, Mármore Estrangeiro Calcário brando Outros	Lioz Mármore estrangeiro Calcário brando Outros
Évora Municipal	-	Mármore do Alentejo Lioz	Mármore do Alentejo Lioz	Mármore do Alentejo Lioz	Mármore do Alentejo Lioz	Mármore do Alentejo Lioz
Ponta Delgada Municipal	Lioz Pedra vulcânica	Lioz Pedra vulcânica	Lioz Pedra vulcânica	Lioz Pedra vulcânica	Lioz Pedra vulcânica	Lioz Pedra vulcânica
Funchal Britânico	Lioz, Mármore estrangeiro Pedra vulcânica	Lioz, Mármore estrangeiro Pedra vulcânica	Lioz, Mármore estrangeiro Pedra vulcânica	Lioz, Mármore estrangeiro Pedra vulcânica	Lioz, Mármore estrangeiro Pedra vulcânica	Lioz, Mármore estrangeiro Pedra vulcânica

Cemitério	1890	1900
Lisboa Britânico	Mármore do Alentejo	Mármore do Alentejo
Lisboa Municipais	Lioz Mármore do Alentejo	Lioz Mármore do Alentejo
Porto Britânico	Lioz Granito Mármore estrangeiro	Lioz Granito Mármore estrangeiro Mármore do Alentejo
Porto Lapa	Lioz Granito Lousa Valongo Mármore do Alentejo	Lioz Granito Lousa Valongo Mármore do Alentejo
Porto Municipais	Lioz Granito Lousa Valongo	Lioz Mármore do Alentejo Granito Lousa Valongo
Coimbra Municipal	Lioz, Mármore Estrangeiro Calcário brando	Lioz Mármore do Alentejo Mármore estrangeiro Calcário brando
Évora Municipal	Mármore do Alentejo Lioz	Mármore do Alentejo Lioz
Ponta Delgada Municipal	Lioz Pedra vulcânica	Lioz Pedra vulcânica Mármore do Alentejo
Funchal Britânico	Lioz, Mármore estrangeiro Pedra vulcânica	Lioz, Mármore estrangeiro Pedra vulcânica Mármore do Alentejo

Fonte: Adaptado de Francisco Queirós, 2018.

O quadro acima apresentado revela-nos que as rochas ornamentais marcam presença nos cemitérios desde as primeiras décadas do século XIX. No caso dos mármores alentejanos, eles estão presentes no cemitério de Évora desde o início do seu funcionamento, o que é natural, dado que esta cidade se situa no Alentejo, distando apenas 60 km, aproximadamente, das pedreiras de mármore. Verificámos ainda que nos cemitérios de Lisboa, entre as décadas de '70 e '80 já começava a surgir este tipo de decoração, bem como na Lapa, na cidade do Porto, sendo que para as cidades menores e mais longínquas das pedreiras, o mármore só começou a estar presente apenas no início do século XX.

Esta mostra já é suficientemente significativa para nos fazer refletir e interrogar sobre a relação existente entre o desaparecimento progressivo dos mármores estrangeiros no final do século XIX e a crise económica que assolava o país, e que deve ter determinado a sua substituição pelo mármore alentejano num momento em que este começava a afirmar-se quer nos mercados internacionais, quer no território nacional pelo seu preço mais baixo, tendo em conta a sua boa qualidade.

Como pudemos observar, a indústria dos mármores em Portugal e no Alentejo vai conhecer nesta centúria uma grande evolução, desde logo pela melhoria do conhecimento do subsolo, o qual permitiu identificar as melhores jazidas para exploração. Por outro lado, graças à tenacidade de empresários e à sua constante publicitação, ao nível nacional e internacional, ampliou-se o comércio externo dos mármores, possibilitando um aumento contínuo da exploração das pedreiras e da produção das oficinas transformadoras.

Ao findar o século XIX, estes mármores estavam já presentes, de forma mais ou menos significativa, em vários países, desde a América do Norte e o Brasil até aos países europeus, como a Inglaterra, a França, a Bélgica ou a Itália.

Figura 6 – Cemitério do Alandroal, iniciado em 1870, CECHAP, 2015.

PARTE III – O SÉCULO XX: CRESCIMENTO, MODERNIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO INTERNACIONAL

Como pudemos observar, no final da centúria de Oitocentos, a indústria dos mármores registava um relativo desenvolvimento económico, fruto quer de várias iniciativas empresariais, quer das sucessivas ações de divulgação.

O aumento da procura dos mármores portugueses intensificou a sua exportação, o que se refletiu num aumento da exploração de pedreiras, mas sobretudo num aumento do dinamismo das oficinas de transformação, muitas das quais localizadas, como já vimos, na cidade de Lisboa. A este propósito, em 1908, o engenheiro João Castanheira das Neves referia que, nessa altura, a preparação de pedras mármores já era uma atividade regular, ocupando muitos operários nas oficinas da capital e suas cercanias, em serrarias a vapor, como as de António Moreira Rato & Filhos ou J. Lino, mas também no Porto, com Murat & C.ª, ou ainda na Empresa Exploradora em Chão de Maçãs (Santarém). Acrescentava, contudo, que por falta de capitais, a indústria de extração não se tinha ainda modernizado e apon-

tava como principal motivo para esse facto a concorrência dos mármores estrangeiros, nomeadamente de Itália[114]. Semelhante situação também nos é relatada na obra *Marble and Marble Working* (*Mármore e Trabalho do Mármore*), publicada em Nova Iorque em 1909, em que os mármores portugueses foram reconhecidos como sendo de excelente qualidade, embora na altura ainda fossem pouco conhecidos, mas em que também os métodos de extração e formas de trabalhar nas pedreiras portuguesas foram considerados primitivos, classificação que, aliás, estendeu a toda a Península Ibérica.

Sobre este atraso na tecnologia utilizada, referia mesmo que "não há maquinaria empregue e os blocos são separados com recurso a cunhas colocadas entre os veios, usando pesados martelos. Todo o trabalho é feito à superfície e as bancadas de mármore não são exploradas a mais de 4 m de profundidade"[115].

Duas décadas depois, os engenheiros António Félix Ribeiro e Leopoldo Portas (1898-1989)[116] ainda afirmavam que tinham encontrado uma indústria com explorações de pouca profundidade, na qual imperava o uso da "pá, picareta, marrão, alavancas e macaco manual"[117].

Uma realidade completamente oposta à modernização já atingida noutros países, como a Bélgica, Estados Unidos ou França, e que não permitia dar resposta a uma procura de mármore em quantidades que justificassem manter as pedreiras em constante atividade. Como resultado, as explorações das pedreiras e as quantidades extraídas eram muito irregulares.

---

[114] Castanheira das Neves, J. P. "Breve notícia de alguns materiais de construção não metálicos, nacionais". In *Notas sobre Portugal, Secção Portuguesa da Exposição Nacional do Rio de Janeiro de 1908*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, 161-179.

[115] Renwick, William George. *Marble and Marble Working*. New York: D. Van Nostrand Company, 1909, 93-94. Renwick foi também autor da obra *A Handbook for Architects, Sculptors, Marble Quarry Owners and Workers, and All Engaged in the Building and Decorative Industries*. New York: D. Van Nostrand, London: C. Lockwood and Son, 1909.

[116] Diretores técnicos das empresas *Sociedade dos Mármores de Portugal* e *Luso – Belga de Mármores*.

[117] Ribeiro, Félix. *A Indústria dos Mármores*. Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934; Portas, Leopoldo. "Os mármores de Vila Viçosa". In *Album Alentejano*. Distrito de Évora. Lisboa: Imprensa Beleza, tomo II, 1951, 481-482. Sobre esta empresa e estes engenheiros, veja-se Quintas, Armando. "As grandes empresas portuguesas e estrangeiras na exploração do mármore do anticlinal de Estremoz no século XX". In *Iberian Interconnections – Conference Proceedings*, ed. Susana Rocha Relvas, Rikki Morgan-Tamosunas e Maria Gómez Bedoya, 199-210. Porto: Universidade Católica, 2016.

Figura 7 – Lavra de pedreira em Vila Viçosa, *Revista ABC* 466, 1929.

Obviamente que, em relação à centúria anterior, o comércio era já apreciável no início do século. O padre António Joaquim Anselmo (1876-1926), na sua descrição histórica sobre o concelho de Borba, datada de 1907, mencionava a exploração dos mármores de Montes Claros, bem como a grande produção de cal. Sobre esta última, descrevia que o fabrico da cal branca atingia uma produção na ordem das 50 000 arrobas por ano e a cal preta valores em torno dos 3000 m^3 [118].

Também no início do século XX, o engenheiro João Castanheira das Neves considerou que o mármore, o granito e outras pedras, assim como a cal, eram importantes elementos do comércio externo, tendo deixado uma relação sobre a exportação dos mesmos, com particular destaque para o Brasil, o que facilmente se compreende se nos recordarmos que o artigo que dava estas

[118] Anselmo, António. *O Concelho de Borba, Topographia e História.* Elvas: Typographia e Sterotypia Progresso, 1907, 47-53.

informações se encontrava incluído numa publicação que se destinava à Exposição do Rio de Janeiro de 1908[119].

Quadro IX – Exportação de cal e pedra para o Brasil (em toneladas)

Anos	Discriminação	Cal aérea		Cal hidráulica	Mármores, granitos e outras pedras
		Em pedra	Em pó		
1903	Total	2874,1	607,2	1285,3	27 120,3
	Brasil	990,5	22,3	-	5758,6
1904	Total	3490,8	18	1307,7	25 202,1
	Brasil	896,4	-	-	4438,3
1905	Total	3418,4	490,7	977,3	28 543,8
	Brasil	1270,7	413	-	11 618,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Castanheira das Neves, 1908, 177.

Por sua vez, o inquérito organizado pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro para o ano de 1916 também se refere ao comércio dos mármores e às suas virtualidades, chamando, contudo, a atenção para as dificuldades do comércio destes produtos. Relativamente à sua importação no Brasil, mencionava a pouca importância que se dava aos mármores portugueses, apesar da sua excelente qualidade, considerando que os mesmos tinham a possibilidade de concorrer comercialmente com todas as outras variedades de mármore proveniente de outros países.

Em relação à importação dos mármores portugueses, em conjunto com os alabastros, apresentou para os decénios de 1905 a 1914 os seguintes dados:

[119] Castanheira das Neves. "Breve notícia de alguns materiais de construção [...]", 161-179.

Quadro X – Exportação de mármores e alabastros para o Brasil

Ano	Quantidades (kg)	Valores (réis)
1905	227	146$000
1906	9965	1494$000
1907	Sem importações	-
1908	617	339$000
1909-1910	Sem importações	-
1911	10 214	5502$000
1912	28 194	2664$000
1913	75 923	8886$000
1914	54 716	5157$000

Fonte: Inquérito para a expansão do comércio português no Brasil, 1916.

Sobre o movimento muito irregular dos montantes e valores do comércio, o relator do inquérito alertava para o decréscimo do último ano em relação ao anterior: "não está em harmonia com a grande baixa que sofreram todas ou quase todas as mercadorias importadas nesse ano, devido à anormalidade da situação de todos os mercados mundiais"[120]. Com efeito, nesse ano iniciara-se a I Guerra Mundial, o que justificava a quebra verificada.

No entanto, não são apresentadas justificações das quebras, inclusive mais acentuadas, que se verificaram noutros anos, como aconteceu em 1907 e 1909-1910, em que não se registaram exportações para o Brasil, ou para a quebra de preços de 1912, ano em que o montante da exportação aumentou para mais do dobro do montante do ano anterior, mas o valor em réis da mesma desce para metade. Verifica-se no quadro acima uma grande oscilação de preços de exportação, que provavelmente se deveu, pelo menos em parte, à origem e condições de fornecimento do mármore português.

Apesar das oscilações, a tendência ascendente verificada a partir de 1911, mesmo com a ligeira quebra de 1914, dava expectativas à Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro de que, em pouco tempo, as transações comerciais destes produtos iriam ter um aumento significativo. Porém, esta câmara de comércio referia a confusão existente na estatística comercial brasileira para os produtos importados, que tendia a incluir os mármores no artigo 112 da classificação de mercadorias

[120] *Inquérito para a Expansão do Comércio Português no Brasil, Organizado pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1916, 36-37.

sob a denominação de pedras, terras e outros minerais semelhantes não especificados, o que muitas vezes tornava difícil obter dados precisos para a importação de mármores dentro do largo leque de produtos de origem portuguesa que eram importados.

Não restavam dúvidas, considerando os vários testemunhos, de origem muito diversa, que, devido à sua qualidade, os mármores portugueses podiam competir com os mármores similares de outras proveniências. Até porque os preços da sua extração e serração eram equiparáveis aos praticados noutros países, assim como a serração na capital se equiparava à que era realizada nesses mesmos países.

Os grandes problemas apontados relativamente à exportação eram, por um lado, o custo excessivo do transporte terrestre até ao local de embarque, geralmente o porto de Lisboa, que onerava grandemente o produto final, impedindo-o, assim, de competir com os mármores de origem francesa ou belga, e, por outro lado, as condições em que se processava o embarque do mármore. Estas não eram as melhores, como o exemplifica a tentativa mal sucedida da casa comercial Amarais Pimentel & C.ª de tentar introduzir estes produtos no mercado brasileiro. O seu responsável visitou as pedreiras de mármore dos arredores de Lisboa, escolheu e obteve os blocos do tamanho desejado, sem qualquer dificuldade, mas teve grandes dificuldades para os transportar até Lisboa. Dificuldades que foram ainda agravadas pela necessidade de alugar um terreno na margem do Tejo para aguardar lugar num vapor com destino ao Brasil, e só muito tempo depois conseguiu despachar cem toneladas no vapor da firma Lamport & Holt, mas como este não podia atracar no cais, viu-se obrigado a embarcar os mármores com o auxílio de pequenas embarcações conhecidas como faluas. Mas tal foi a confusão, inexperiência dos estivadores e falta preparação do convés do navio, que muitas pedras chegaram ao destino inutilizadas. Este insucesso deveu-se, na opinião dos redatores do inquérito da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, à falta de navegação própria e à pouca preparação do proprietário do barco que realizou o transporte do mármore, que estava habituado ao transporte a granel de mármores em bruto e não de placas ou lápides simplesmente serradas, pois como as placas ou lápides polidas pagavam direitos de importação mais elevado raramente apareciam no mercado, a não ser enquanto parte de móveis[121].

Terminada a I Guerra Mundial (1914-1918), este cenário começou lentamente a mudar e a indústria dos mármores em Portugal conheceu um florescimento que se traduziu num salto qualitativo e tecnológico, que se

[121] *Inquérito para a expansão do comércio português no Brasil* [...], 36-37.

verificou principalmente nas pedreiras alentejanas de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, permitindo um comércio internacional bem mais regular e de maior envergadura.

Foi o período de instalação de várias sociedades exploradoras que, munidas de novas técnicas, tecnologias e conhecimento dos circuitos comerciais, provocaram uma revolução na forma de explorar o mármore, cortando com a tradição aí existente, desde praticamente a época romana.

Vão ser estas as primeiras grandes empresas com um carácter de exploração moderno a marcar presença no território até finais da II Guerra Mundial, momento a partir do qual, muitas outras firmas, da mais diversa natureza e proveniência geográfica, se lhe irão juntar[122].

Quadro XI – Sociedades Exploradoras em Estremoz, Borba e Vila Viçosa

Nome	Fundação	Capital Social (contos)	Sede Social	Responsável técnico
Empresa de Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba, Lda.	1918	195	Estremoz	Eng.º Alfredo Augusto Lisboa de Lima
Mármores de Sousa Baptista	1921		Lisboa	Manuel Soares de Sousa Baptista
Sociedade dos Mármores de Portugal	1923	500	Lisboa	Eng.º António Félix Ribeiro
Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa	1928	310	Lisboa	Bomfilho Augusto Faria
Solubema – Sociedade Luso-Belga de Mármores, S.A.	1928		Vila Viçosa	Eng.º Leopoldo Barreiro Portas

Fonte: Armando Quintas, "As grandes empresas portuguesas e estrangeiras", 2016.

A primeira das firmas indicadas no quadro acima surgiu na sequência de uma parceria comercial entre o engenheiro Lisboa de Lima, oficial do exército, e João da Silveira Sousa Leitão e Luís Costa Campos, dois grandes proprietários e lavradores de Borba e Estremoz. Tinha como objetivo a exploração dos mármores da região, inicialmente nos Montes de Santo António, recorrendo à moderna tecnologia, onde se destacava o uso do fio helicoidal. Vai ser a precursora da industrialização desta atividade na região, desenvolvendo muita publicidade no exterior, nomeadamente no Brasil e na Europa, como iremos observar[123].

[122] Quintas, Armando. "As grandes empresas portuguesas e estrangeiras [...]".
[123] ADE, Tribunal da Comarca de Estremoz, Processos Cíveis, mç. 325 (21), n.º 438, *Autos de Acção Comercial com Processo Ordinário na Comarca de Estremoz, de Alfredo Augusto Lisboa e*

A empresa Sousa Baptista, por sua vez, contava também com explorações na zona de Pero Pinheiro (Sintra) e serrações em Lisboa. Fundada pelo industrial António Soares de Sousa Baptista, que, segundo Emídio Amaro, vinha fazendo propaganda dos mármores alentejanos desde início do século, dedicava-se a produzir uma variada gama de objetos de decoração, tanto para o edificado, como para cozinhas e sanitários, em mármore e em outras pedras. O seu proprietário possuía ainda uma casa de móveis no Rio de Janeiro, mercado para onde encaminhava estes mármores[124].

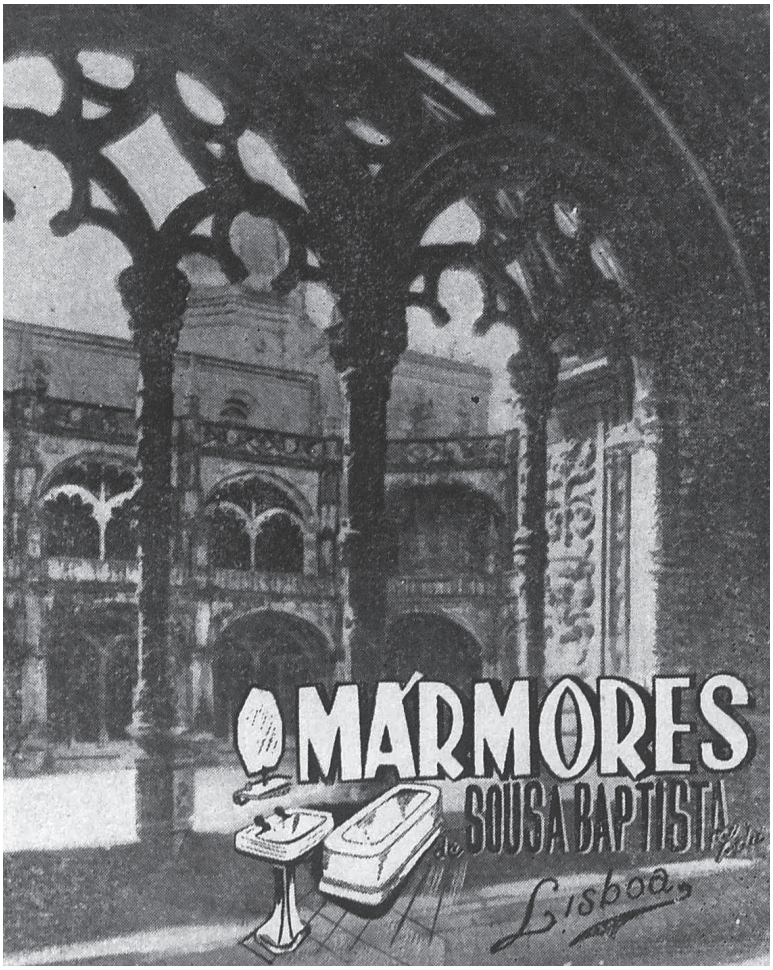


Figura 8 – Anúncio publicitário dos Mármores de Sousa Baptista com o claustro do mosteiro dos Jerónimos, Catálogo da Grande Exposição Industrial Portuguesa, 1932.

Lima contra a Empreza de Marmores e Ceramica de Estremoz e Borba Lda. 1934.

[124] Amaro, Emídio. "As riquezas do Alentejo. A exploração dos mármores de Vila Viçosa". In *Revista Portuguesa* 1 (1928).

Por sua vez, a Sociedade dos Mármores de Portugal, dirigida por António Félix Ribeiro, procurava explorar os Mármores de Vila Viçosa e de Borba e, para encontrar mercado para a sua produção, fazia uma grande publicidade na Europa Central, chegando a registar a denominação comercial "Rosa Aurora"[125].

Quanto à Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa, foi fundada por elementos da elite local muito ligados aos negócios agrícolas e agroindustriais. Nela se destaca o seu diretor técnico, Bomfilho Augusto Faria, também responsável por uma grande oficina de cantaria[126].

Por último, a Sociedade Luso-Belga de Mármores, empresa de capitais mistos que resultou da expansão comercial da grande *holding* belga Société Anonyme de Merbes-Sprimont, que teve a sua origem na fusão, em 1921, de duas grandes empresas belgas que já estavam no sector desde os séculos XVIII e XIX, a Société Anonyme de Merbes-le-Chateau, antiga Maison Puissant Frères e a Société Anonyme des Carrières de Sprimont, antigos Établissement Mathieu Van Roggen[127]. Esta sociedade marmorista, fundada com vista à exploração industrial e comercial dos sumptuosos mármores portugueses, teve na génese da sua fundação a participação de Firma Pardal Monteiro, Lda., empresa com explorações na zona de Pero Pinheiro, pertencente à família do célebre arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957); Manuel Simões Carrasqueira; Firma António Soares de Sousa Baptista e Irmãos Baptista, Lda.; Sara Horgan, viúva de Adolfo de Lima Mayer (1838-1918), engenheiro de minas, e detentora de propriedades na zona de Vila Viçosa; António Pereira Fradinho, proprietário agrícola de Vila Viçosa e membro da elite local; Jean Demoustier, comerciante de origem belga residente em Lisboa; Georges Demoustier, antigo vice-cônsul belga em Lisboa, e a própria Société Anonyme de Merbes-Sprimont[128].

De referir que a *holding* belga, além de possuir as suas pedreiras na região da Valónia e começar a explorar o mármore em Portugal, detinha ainda três sociedades marmoristas em França, três outras na Alemanha, uma na Holanda, outra na Itália e outra em Inglaterra, além de pedreiras

---

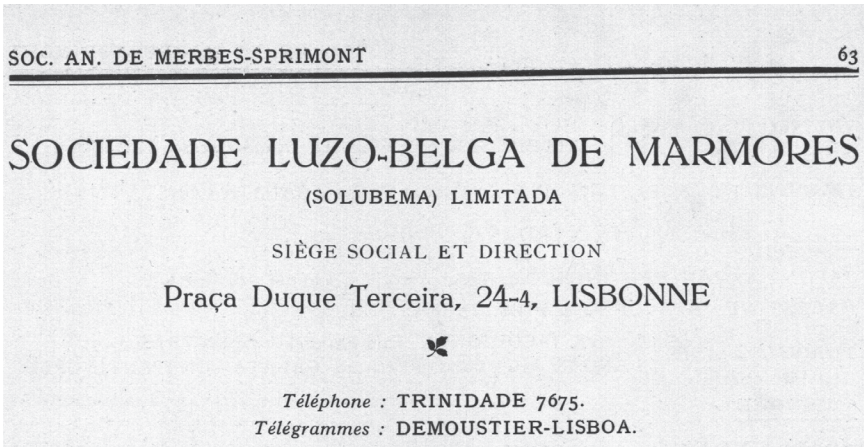
[125] Ribeiro, Félix. *Os Mármores do Alentejo e a Legislação em Vigor.* Lisboa, Congresso Alentejano em Évora: Oficinas Fernandes, 1933; Ribeiro. *A Indústria dos Mármores.*

[126] Quintas, Armando. "A fábrica e a sociedade Sofal de Vila Viçosa: o processo de constituição e seus intervenientes". *Callipole, Revista de Cultura* 21 (2014): 221-245. ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, livro 777, *Constituição de Sociedade por Quotas – Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa Lda*, 23 out. 1928, fl. 26-33v.

[127] *Société Anonyme Merbes-Sprimont*. Bruxelles: J. Rozez, 1928, 1.

[128] Quintas, Armando. "As grandes empresas portuguesas e estrangeiras [...]".

e serrações em Marrocos, contando também com uma rede de agentes que cobria grande parte das principais capitais e dos cinco continentes[129].


SOC. AN. DE MERBES-SPRIMONT 63

SOCIEDADE LUZO-BELGA DE MARMORES

(SOLUBEMA) LIMITADA

SIÈGE SOCIAL ET DIRECTION

Praça Duque Terceira, 24-4, LISBONNE

Téléphone : TRINIDADE 7675.
Télégrammes : DEMOUSTIER-LISBOA.

Figura 9 – Cabeçalho da empresa Solubema, Catálogo da Société Anonyme Merbes-Sprimont, 1928.

A chegada destas firmas vai traduzir-se na exploração de cerca de uma vintena de pedreiras nestes três concelhos até 1945, sendo que uma parte significativa começou por incidir precisamente em locais já conhecidos e anteriormente explorados, como são os Montes de Santo António, Mouro, Bouças e Poço do Bravo. A maioria deste mármore teve como destino o mercado externo europeu e americano.

De referir que o número de pedreiras em lavra ativa neste período pode ter sido bem maior, mas a existirem, estariam a funcionar de forma irregular, como verificaremos para dois dos casos, com contratos de exploração orais, sem qualquer documento escrito e, portanto, fora do controle das entidades licenciadoras.

[129] *Société Anonyme Merbes-Sprimont*; Portas, Leopoldo. "Os mármores de Vila Viçosa", 481-482.

Quadro XII – Pedreiras de mármore em lavra ativa entre 1918-1945

Data início	Denominação/Localização	Exploradores	Observações
1918	Montes de Santo António, Estremoz	Empresa de Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba, Lda.	
1918	Mouro, São Tiago Rio de Moinhos, Borba	*Idem*	1925 – Sociedade dos Mármores de Portugal; 1935 – Sociedade Luso-Belga
1918	Vigária ou Barrinho Branco, Bencatel, Vila Viçosa	*Idem*	1925 – Sociedade dos Mármores de Portugal, 1932 – Sociedade Luso-Belga
1927	Lagoa (n.º 1), Pardais, Vila Viçosa	*Idem*	1933 – Sociedade dos Mármores de Portugal
1927	Bouças, São Tiago Rio de Moinhos, Borba	*Idem*	1934 – Sociedade dos Mármores de Portugal
1929	Barro Branco, São Tiago Rio de Moinhos, Borba	*Idem*	*Idem*
1929	Poço do Bravo, São Tiago Rio de Moinhos, Borba	*Idem*	1932 – Sociedade dos Mármores de Portugal
1929	Lagoa (n.º 2), Pardais, Vila Viçosa	António Soares de Sousa Baptista	
1929	Coutos, Figueiras e Olival da Estacaria, Bencatel, Vila Viçosa	Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa	
1930	Monte das Cabanas, Bencatel, Vila Viçosa	António Soares de Sousa Baptista	1932 – Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa
1935	Borba, Matriz de Borba	Companhia Portuguesa de Mármores e Cantarias	1937 – Mármores e Cantarias de Pero Pinheiro – Estremoz
1936	Courela da Ruivina, São Tiago Rio de Moinhos, Borba	Sociedade Luso-Belga	Exploração Informal, sem licenciamento, mas surge mencionada na estatística
1936	Marinela, Santa Maria, Estremoz	Companhia Portuguesa de Mármores e Cantarias	*Idem* 1938 – Pardal Monteiro, Lda.
1936	Santo António, Estremoz	*Idem*	*Idem*
1936	Figueira das Cabanas, Bencatel, Vila Viçosa	Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa	1941 – Mármores de Sousa Baptista
1938	A Estalagem, Bencatel, Vila Viçosa	Sociedade Luso-Belga	
1940	Nossa Senhora da Conceição, Vila Viçosa	Joaquim Miguel Guégués, Borba	
1941	Outeiro de São José, Estremoz	José Pinto Caeiro, Estremoz	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do licenciamento industrial e do *Boletim de Minas*[130].

[130] Direcção Regional da Economia do Alentejo, Processos Cancelados, Livros de Registo do Trabalho Nacional, 1-2; Arquivo Central do Ministério da Economia, cxs. 15-22, Processos

O quadro acima demonstra de forma clara a predominância de sociedades exploradoras organizadas em torno de grandes investimentos (por quotas ou ações), ainda assim encontramos dois exploradores registados a título individual, o cabouqueiro e encarregado de uma exploração da Sociedade dos Mármores de Portugal em Figueira das Cabanas, Joaquim Miguel Guégués, de Borba, que acabaria por se lançar numa exploração própria, bem como um caleiro de Estremoz, com forno no concelho, que explorava a sua própria pedreira, José Caeiro Pinto.

As grandes sociedades exploradoras acima referidas possuíam o que o engenheiro Félix Ribeiro considerava serem os vetores essenciais para uma exploração racional: a existência em abundância de excelente matéria-prima, o capital necessário para investir nestes empreendimentos e a capacidade técnica obtida no estrangeiro, nomeadamente na Suíça, França e Bélgica, bem como as condições de segurança de trabalho e a garantia de exploração aos descobridores de jazidas.

De notar que, na sua maioria, estes diretores técnicos eram dotados de grande formação e conhecimento sobre os métodos de exploração. Lisboa de Lima era engenheiro militar pela escola do Exército. António Félix Ribeiro, engenheiro mecânico formado pela Escola de Zwickau, Alemanha, tinha praticado nalgumas fábricas deste país, sendo depois professor no Instituto Superior Técnico de Lisboa. Já Leopoldo Barreiro Portas era formado em engenharia de minas por este mesmo instituto, tinha dirigido anteriormente algumas minas de cobre no norte de Portugal e percorrido as pedreiras na Bélgica, onde aperfeiçoou os seus conhecimentos.

E dado que se pretendia uma extração cada vez mais intensiva, a fim de baixar os valores dos custos dos minérios para que estes fossem competitivos nos mercados internacionais, estas empresas acabariam por introduzir uma série de inovações tecnológicas, seguindo o que se fazia no estrangeiro, onde iam buscar conhecimentos, ideias e até mecanismos que adaptavam ao território alentejano, ou seja, eram agentes de uma constante transferência de tecnologia.

Sem entrar em grandes detalhes, relembremos o que já foi dito sobre esta questão[131]: a introdução do inovador método de corte do mármore com a utilização do fio helicoidal, um cabo de aço com areia siliciosa, que permitia, graças aos roços feitos na vertical e horizontal,

---

de licenciamento de pedreiras em lavra; Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos. *Boletim de Minas*. Lisboa: DGMSG, Papelaria Fernandes, 1930-1945.

[131] Quintas, Armando. "Técnicas e tecnologias ligadas ao mármore: uma viagem pela história". In *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*, coord. Daniel Alves, 129-159. Vila Viçosa: CECHAP, 2015; Quintas, Armando, e Carlos Filipe. "A arqueologia industrial do mármore do Alentejo: paisagens e maquinismos: o caso das gruas Derrick". *Callipole, Revista de Cultura* 25 (2018): 273-291.

arrancar o mineral em forma de bloco, num processo mais rápido do que as tradicionais linguetas e cunhas de metal. Introduzido pela Empresa de Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba, Lda., este cabo de aço foi utilizado até aos inícios da década de '90, altura em que foi substituído pelo fio de diamante. Por outro lado, a forma de retirar os blocos da pedreira também se foi modernizando, passando os guinchos móveis ou fixos por força manual a serem substituídos por viaturas a *diesel* com cabos de aço, cuja potência se cifrava nos 9 cv. Quanto ao transporte dos blocos para a estação de caminho de ferro ou para alguma oficina das proximidades, começou a fazer-se por tratores, que substituíram os carros de bois, surgindo pontualmente o uso do camião de pequena tonelagem.

É também este o período da introdução das vias férreas estreitas de sistema Decauville, dos primeiros martelos pneumáticos e dos motores de combustão interna. No ano de 1939, o *Boletim de Minas* indicava, para as 13 pedreiras em lavra ativa, 9 motores com uma potência total de 43 cv para uso do corte com fio helicoidal, bombas de esgoto, guinchos e perfuradoras[132]. Outra particularidade deste período, ligada com a progressiva transformação do mármore ao nível local, foi o surgimento, a partir de 1918, de uma série de oficinas nas localidades mais próximas das pedreiras e até na capital de distrito, a fim de aproveitar o aumento da atividade de extração de mármore.

[132] *Boletim de Minas*, 1939.

Quadro XIII – Oficinas de serração, corte e polimento de mármores no distrito de Évora

Data	Localização	Exploradores	Maquinismos
1918	Montes de Santo António, Estremoz	Empresa de Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba, Lda.	1 motor a gás pobre de 60 cv 1 serra de corte
1928	Largo da Restauração, Vila Viçosa	Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa	
1930	*Idem*	Francisco Dias Ramos	Oficina manual
1932	Oficinas: travessa das Peras; rua da Misericórdia e rua dos Mercadores, Évora	Alves & Martins, Lda.	
1932	Senhora da Glória, Évora	Alves & Martins, Lda.	
Anterior a 1937	Montes de Santo António, nas antigas instalações da Empresa de Mármores	Pardal Monteiro, Lda.	2 motores: gás pobre 60 cv/óleo 9 cv 1 serra, 3 guilhotinas, 1 compressor 2 tornos mecânicos 1 britadeira/granuladora
1937	Alameda Henrique Pousão, Vila Viçosa	Sociedade dos Mármores de Portugal	1 motor de combustão interna
1941	Rua das Escolas, Bencatel, Vila Viçosa	José António Barradas	1 motor a gás pobre 30 cv 4 grades para serrar 1 cortadeira, 1 polidor
1943	Ribeira de Bencatel, Vila Viçosa	União dos Mármores, Lda.	Roda hidráulica 12,6 cv 2 engenhos de serrar

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do licenciamento industrial (1922-1945) e do *Boletim de Minas* (1930-1945).

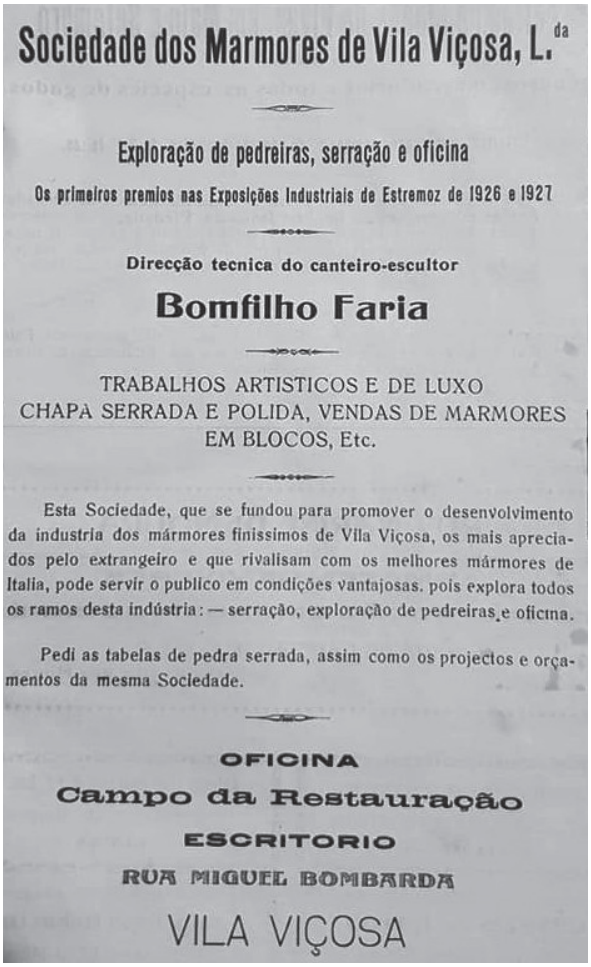


Figura 10 – Anúncio publicitário da Oficina da Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa, *Revista Portuguesa* 1, 1928.

Para se ter uma ideia mais concreta da forma como eram encaradas estas explorações e como eram superados os obstáculos vários que iam surgindo no quotidiano destas firmas, tomaremos como exemplo o relatório técnico que o engenheiro Lisboa de Lima elaborou, no ano de 1924, sobre a sua ação enquanto diretor da empresa a que pertencia. Segundo o que é referido neste relatório, a Empresa de Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba, Lda. detinha, nos Montes de Santo António, em Estremoz, uma área de 16 ha, situada apenas a umas escassas centenas de metros da estação ferroviária,

sendo atravessada pela respetiva linha que seguia para Vila Viçosa. Ali, o mármore aflorava em tal quantidade que se acreditava serem necessárias várias dezenas de metros de exploração para que se desmontasse todo o filão existente. Nestas pedreiras, os mármores apresentavam-se numa grande profusão de tonalidades de cores e tipos, e o seu desmonte era facilitado pela disposição geral do terreno, no qual existia um amplo estaleiro de depósito de blocos, somente conseguido pelos importantes trabalhos de escavação e aterro que ali iam sendo efetuados.

Nesta propriedade estavam ainda instaladas as oficinas de serração, alimentadas por um motor de gás pobre, com força de 60 cv, para mover uma ou mais serras, tudo convenientemente instalado no amplo edifício que ali fora construído. A empresa possuía ainda uma oficina de canteiro e algumas centenas de metros de via Decauville, com as indispensáveis vagonetas, para facilitar os transportes dentro da propriedade, onde também se mantinha um olival, que dava um importante rendimento à empresa.

Figura 11 – Antiga Oficina da empresa de Mármores e Cerâmicas de Estremoz e Borba, Lda, Estudo PHIM – CECHAP, 2016.

Além destas pedreiras, eram explorados os Mármores do Mouro e da Vigária, entre Borba e Vila Viçosa, comprando-se também blocos a diversos cabouqueiros que exploravam mármores em redor de Estremoz e Borba. Compras feitas em condições vantajosas e com tendência para aumentar.

No que diz respeito às explorações de pedreiras feitas diretamente pela empresa, as mesmas circunscreviam-se quase só à do Mouro, propriedade pertencente à Misericórdia de Borba, com a

qual se realizara um acordo. Eram explorações que tinham lugar quer na planície próxima do monte do Mouro, quer na encosta do mesmo, onde facilmente o mármore era arrancado, depois de terem sido colocados a descoberto os melhores bancos de mármore, atividade que só era interrompida durante algum tempo pelo alagamento das pedreiras nos períodos de grandes chuvas.

Mas a contrastar com a facilidade na exploração, estavam as dificuldades do transporte do mármore para Estremoz ou para as estações de Borba e Vila Viçosa, percursos dispendiosos pelas condições dos caminhos, das fortes inclinações e das respetivas distâncias. No entanto, segundo o engenheiro Lisboa de Lima, era de todo conveniente manter esta exploração, pois "ali se obtêm tipos e cores de mármores muito apreciados, que nas pedreiras de Estremoz não aparecem"[133], embora lamentasse que não fosse possível adquirir estas pedreiras ou celebrar um arrendamento a longo prazo, que viabilizasse a montagem naquele local de uma serração mecânica, que evitasse o transporte de grandes blocos para a serração de Estremoz.

Os blocos do Mouro e da Vigária, quer se destinassem a ser carregados nos *vagons* de caminho de ferro na estação de Estremoz, quer fossem para a serração da empresa, eram transportados por estrada em carros de bois e apenas podiam ser de pequenas dimensões, pelo peso que estes veículos podiam comportar. Também nestas condições se deslocavam os mármores manufaturados que saíam da empresa em direção à estrada ordinária mais próxima e dali para a estação.

Quanto ao mármore manufaturado, o relatório realçou que tinha sido uma aposta acertada, para não restringir a empresa apenas à venda de blocos. Por um lado, porque este produto tinha venda reduzida em virtude de grande parte das serrações do país pertencer a exploradores que trabalhavam com outros mármores, que não os de Estremoz, como sucedia nos arredores de Lisboa, pois estando estas junto das pedreiras, era natural que utilizassem a pedra extraída nas redondezas e não de outras proveniências. Por outro lado, porque as poucas serrações a cujos proprietários era indiferente serrar Mármores de Estremoz ou de outras proveniências tinham uma capacidade de produção e de aquisição de mármores do Alentejo muito inferior ao consumo de chapa serrada. Daí que, a partir do primeiro momento em que a única serra da empresa começou a trabalhar, começaram a afluir encomendas que acabavam mesmo por exceder em muito a capacidade de laboração.

---

[133] ADE, Tribunal da Comarca de Estremoz, Processos Cíveis, mç. 325 (21), n.º 438, *Autos de Acção Comercial com Processo Ordinário* [...], 1934, Relatório de 1924.

Assim, o engenheiro Lisboa de Lima considerava que o investimento feito, que rondava os 140 contos distribuídos pelo período de 1921-1923, tinha servido para diversificar a oferta através de um "aumento de elementos materiais de trabalho"[134]. Com efeito, este investimento tinha permitindo dotar a firma dos meios necessários para produzir mecanicamente quer chapa serrada, quer chapa brunida, quer ainda chapa polida de qualquer espessura, tornear mecanicamente importantes peças de mármore, produzir mosaicos, obtendo mecanicamente o corte dos respetivos elementos, pó de mármore e burgau de vários tamanhos, produtos de venda certa que justificaram o emprego nas pedreiras da perfuração a ar comprimido e do corte por fio helicoidal. A estes produtos acrescentavam-se ainda os ladrilhos de mármore para pavimentos e as obras trabalhadas na oficina de canteiro: fogões, lavatórios, pias, tanques, mausoléus, balaústres torneados, colunas, peças para bijuterias, tinteiros, pesa-papéis e cinzeiros. Nestas condições, montando-se o circuito comercial, aumentando ainda mais a capacidade de produção, com a instalação de uma segunda serra igual à que já existia e uma outra de mesa, e conseguindo-se ter grandes *stocks* de blocos, ou seja, tendo sempre disponível alguns centos de metros cúbicos, a empresa estaria apta para se lançar na larga exploração, com vendas anuais estimadas em cerca de 400 contos.

Apesar destas perspetivas, referia que a empresa não conseguia ter grandes *stocks*, visto os pedidos dos clientes serem sempre superiores à capacidade de produção da única serra que a empresa detinha, ao contrário dos canteiros de Lisboa e arredores. Estes possuíam grandes *stocks* de chapa serrada há muito tempo, cuja matéria-prima fora adquirida a preços cómodos e iam aguardando pela subida dos preços para efetuar grandes lucros. Aliás, tabelavam os preços do metro quadrado através da Associação de Canteiros de Lisboa.

Antes mesmo de uma carga da serra ser efetuada, já se encontrava vendida toda a chapa que seria cortada, e se o *stock* existente fosse de 200 m^3, calculava que aos preços de então, a 60$00, em vez de 11 contos de lucros, a serração teria apresentado valores 10 vezes maiores. Assim, referia que nas duas maiores explorações da empresa, a extração de blocos e a serragem, davam lucros de 22 % e 50 %, mesmo nas condições mais desfavoráveis.

Neste sentido, o engenheiro Lisboa de Lima advertia os seus parceiros comerciais para o facto de ser necessário realizar mais capital social, a fim

[134] ADE, Tribunal da Comarca de Estremoz, Processos Cíveis, mç. 325 (21), n.º 438, *Autos de Acção Comercial com Processo Ordinário* [...], 1934, Relatório de 1924.

de aumentar a produção para ganhar uma maior escala de mercado. Das várias recomendações efetuadas, destacava essencialmente as seguintes:

1 - Que se habilitasse a empresa a produzir essencialmente mármore trabalhado enquanto se não obtinha largo mercado no estrangeiro para os blocos de mármore;
2 - Que se fizesse a necessária publicidade para se obter no estrangeiro mercado para o mármore de Estremoz;
3 - Que se aumentassem as compras de blocos feitas aos cabouqueiros das redondezas, desde que fossem de bom mármore e em dimensões consideráveis, a fim de ganhar esse monopólio.
4 - Que se conseguisse que os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste construíssem o desvio para dentro da propriedade da empresa, tal como se tinham obrigado por contrato, de modo a simplificar e baratear o transporte, aproveitando esta via para se receber por *vagon* as areias necessárias às serras, sobretudo as areias provenientes do Alfeite, bem mais baratas do que as que se podiam adquirir nas proximidades de Estremoz.
5 - Que se adquirisse uma zorra especial para carregar os mármores das pedreiras do Mouro, única forma de transportar blocos de maior dimensão, tendo em conta que o peso oscilava à volta de 3000 kg por cada m^3. Tendência presente, aliás, em todas as pedreiras do mundo, cujo crescimento do tamanho dos blocos tendia a compensar a dificuldade de desmonte, serração e carregamento. As zorras que existiam na região eram poucas e de difícil aluguer e com este transporte poder-se-ia pensar em transportar até à estação de Elvas pela estrada de Borba, até que se pudesse adquirir algum camião.
6 - Que se melhorassem os caminhos das pedreiras do Mouro para a estrada de Borba para Vila Viçosa, devendo, pelo menos, espalhar-se neles os detritos das pedreiras e cortar um ou outro afloramento de pedra mais saliente no leito dos caminhos. Melhorar os cerca de 200 m das pedreiras de Santo António até à estrada junto ao cemitério de Estremoz, acordando com os proprietários dos terrenos entre a estrada e as pedreiras uma ligeira alteração no traçado, com o fim de aumentar o raio da apertada volta que nesse caminho existia junto ao aterro da linha férrea.
7 - Que se rentabilizasse o motor instalado, adquirindo-se mais duas serras para satisfazer mais encomendas.

8 - Que se contratasse um técnico com larga prática de trabalhos em mármore, a quem se confiasse todo o trabalho da serração de Estremoz.
9 - Que se conseguisse, em Lisboa, um agente comercial e um depósito de chapa serrada e outros produtos.
10 - Que se entrasse em acordo com o proprietário das pedreiras por detrás do cemitério de Estremoz, a fim de explorar certos mármores brancos e utilizar uma nascente ali existente, para trazer, por meio de canalização e de motor elétrico, água para as pedreiras do Monte de Santo António.

O engenheiro Lisboa de Lima terminava o seu relatório destacando a divulgação que tinha desenvolvido para conseguir obter no estrangeiro colocação para os mármores da empresa, afirmando que tinham um mercado assegurado a preços altamente remuneradores. Em fins de 1923, tinha-se iniciado a exportação para a Bélgica e para o Brasil, motivo por demais conveniente para que se conseguisse obter no Barreiro um terreno para estaleiro de blocos, para se evitarem grandes demoras e pesados encargos nos armazéns dos caminhos de ferro. Os navios não se demoravam no Tejo e a conjugação com o seu transporte a partir de Estremoz era quase impossível, ora chegavam demasiado cedo, ora quando o navio já tinha partido, obrigando a esperar vários dias por um outro navio.

Quanto ao mercado espanhol, este estava circunscrito à importação de Mármores de Carrara por Barcelona, mas a preços que poderiam ser facilmente batidos, colocando-se em Espanha os mármores da empresa com um apreciável lucro.

Contudo, para que uma larga publicidade pudesse resultar, era necessário dispor-se sempre de um razoável *stock* de blocos das várias cores, tipos e dimensões mais procuradas. Um *stock* não inferior a 900 m^3, para que se tivesse um *stock* de cerca de 20 m^3 a 30 m^3 para cada uma das colorações e cada um dos tipos, pois as encomendas eram sempre feitas com um carácter de máxima urgência e tinham que ser prontamente satisfeitas. Para justificar estava afirmação apresentou, como exemplo, que não há muitos meses, tinha surgido em Estremoz um cliente belga que ali se deslocara propositadamente para comprar 100 m^3 em blocos de uma determinada dimensão e coloração. A empresa possuía na ocasião apenas 7 m^3 do mármore que o cliente desejava e tendo este adquirido a totalidade, prometeu voltar quando do mesmo tipo se disponibilizasse pelo menos mais 50 m^3.

Se o mercado nacional já estava assegurado para o mármore em chapa serrada, brunida e polida, não menos perspetivas oferecia o mercado in-

ternacional, mercê dos esforços encetados por Lisboa de Lima, que trocou uma larga correspondência com casas estrangeiras negociantes de mármores e enviou coleções dos vários tipos deste produto para diversas cidades da Europa e da América. Procurando alargar o mercado de exportação até em África se tentou abrir mercado. Na Sociedade de Geografia de Lisboa, muito visitada por estrangeiros, foi deixada uma coleção de interessantes amostras de mármores da empresa. Estas foram também enviadas para a Feira Internacional de Bordéus e concorreram brilhantemente na Exposição do Rio de Janeiro de 1922-1923, na qual obtiveram uma medalha de prata e outra de ouro[135].

Este engenheiro procurou ainda, sem qualquer encargo para a empresa, durante uma viagem feita por Espanha, França e Bélgica em março de 1922, publicitar os Mármores de Estremoz e Borba, recolhendo também informações úteis para a sua exportação para estes países. Finalmente, durante a sua estadia no Brasil, em finais de 1922 e princípio de 1923, fez aí igual publicitação, resultando de todos estes esforços o início das exportações, em fins de 1923, para a Bélgica e o Brasil e iniciando-se contactos visando a possibilidade de exportar para Marrocos.

A descrição narrada a partir das notas do próprio engenheiro Lisboa de Lima mostra uma empresa pioneira na modernização da exploração destes mármores, na sua estratégia comercial, na necessidade de direcionar os investimentos e no modelo empresarial que procurava implementar. Pese embora o sucesso dos primeiros anos, a firma entrou em decadência a partir de 1924, após uma tentativa falhada de aumento de capital para a aquisição de mais meios para fazer face às encomendas. Situação que levou à saída de Lisboa de Lima da direção técnica, por desavenças com os sócios relativamente à forma de dirigir a exploração, o que acabou por dar origem a um processo contra a própria empresa, na sequência do qual Lisboa de Lima requereu uma indemnização pelo investimento de muitos capitais próprios inclusive de capitais que pedira emprestados para dispor de meios financeiros para aplicar na empresa. Para se defender das acusações que lhe eram movidas por má gestão, foi apenso ao processo o relatório que serviu de base à descrição feita acima. Neste texto, considerava que os novos diretores estavam a deixar degradar as máquinas e

[135] A exposição do Rio de Janeiro de 1922-1923 detêm um especial interesse pelo facto de o comissário geral ter sido o próprio Lisboa de Lima. Nela promoveu os mármores do Alentejo, pese embora todas as vicissitudes do conturbado processo da participação portuguesa, que só não redundou em fiasco completo pela sua energética atuação, acabando contudo por ser afastado a meio do processo e tendo que se defender de acusações várias movidas durante a sua ausência na imprensa portuguesa. Lima, Lisboa. *A Verdade sobre o Comissariado Geral Portuguez na Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Lisboa: Tip. Adolpho de Mendonça, 1924.

as ferramentas em que se tinha feito um investimento no valor de muitos contos. A firma acabou por ser definitivamente dissolvida em 1934.

Contudo, o esforço de divulgação dos mármores portugueses continuou a ser desenvolvido por outras firmas, nomeadamente pela Sociedade dos Mármores de Portugal e pela Sociedade Luso-Belga. Os diretores destas empresas consideravam que, até à I Guerra Mundial, o grande mercado para a colocação dos nossos mármores era o Brasil. Terminado aquele conflito, começaram a ser exportados para o mercado europeu, sobretudo a partir de 1923, sendo o maior comprador inicial a Bélgica, e pouco depois para a América do Norte. Na década seguinte, os mármores portugueses passaram a ser exportados também para a Alemanha, Marrocos, Japão, Itália, África do Sul e Suíça.

Nesta altura, os mármores do Alentejo foram aplicados não só em importantes obras arquitetónicas, tais como, o Hotel Century de Antuérpia, o Strand Palace de Londres, o Banco de Joanesburgo, as casas de Chá "Lyon Thea" de Londres, diversas fontes monumentais nos Estados Unidos e

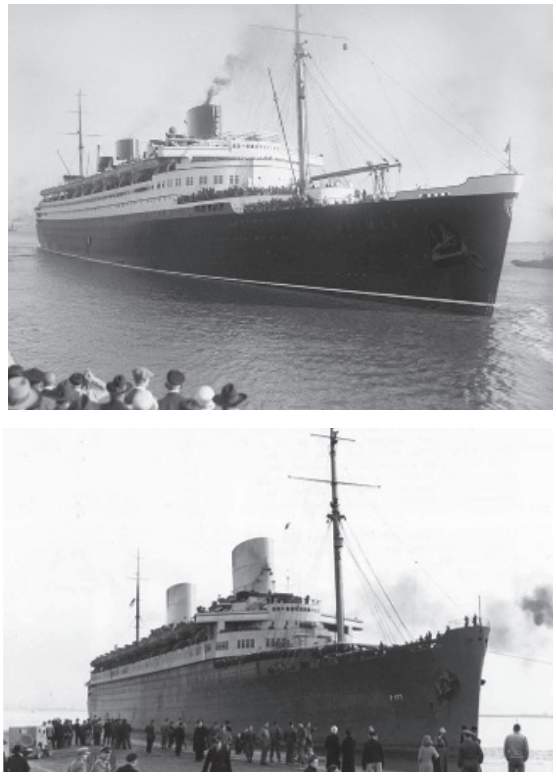


Figura 12 – Transatlânticos Alemães *Bremen* e *Europe*, lançados em 1928, Arquivo Federal Alemão.

ainda no memorial a Benjamin Franklin em Nova Iorque, mas também na decoração interior dos Transatlânticos *Bremen*, *Europe* e *Atlantique*[136].

Como estratégia de promoção, para além dos exemplos já citados, acrescentavam-se as participações de vários mestres canteiros com obra em mármore na Feira Agrícola e Industrial de Estremoz, realizada em maio de 1926; a participação, nesse ano, da Sociedade dos Mármores de Portugal na Exposição Internacional de Leipzig, na Alemanha, onde foram expostos mármores portugueses com a indicação da sua origem, já que até então eram vendidos na Alemanha como sendo provenientes do Chile; a participação da Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa na Exposição Agrícola, Pecuária e Industrial de Estremoz, em maio do ano seguinte; e a participação de várias empresas de mármores, como a Sociedade dos Mármores de Portugal e a Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa, na Grande Exposição Industrial Portuguesa, realizada em Lisboa entre 1932-1933[137]. Por outro lado, a publicação das teses apresentadas quer por Félix Ribeiro, quer por Leopoldo Portas (anteriormente citadas), a propósito dos mármores do Alentejo constituíram outro grande momento de divulgação e informação sobre a realidade e a importância desta indústria nos anos de 1932-1934.

Figura 13 – *Stand* da Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa, Lda. na Exposição Agrícola, Pecuária e Industrial de Estremoz, no ano de 1927, Cinemateca Nacional.

[136] Ribeiro. *Os mármores do Alentejo e a legislação em vigor*; Ribeiro. *A indústria dos mármores*; Portas. "Os mármores de Vila Viçosa", 481-482.

[137] Filipe, Carlos. "Um crescimento pontuado por crises: a indústria e os industriais do mármore no século XX". In *Mármore, Património para o Alentejo*: *Contributos para a Sua História (1850-1986)*, coord. Daniel Alves, 57-93. Vila Viçosa: CECHAP, 2015.

Também o interesse do Estado central por esta indústria se modificou durante este período, passando de uma clara desatenção e desinteresse para uma vigilância mais apertada, acompanhada por um incentivo à modernização e à valorização da mesma no quadro das exportações portuguesas, e claro, no enquadramento desta atividade em termos fiscais e corporativos.

Em primeiro lugar, a nova lei de lavra de pedreiras de 1927, que substituiu o velho regulamento de 1884, estabeleceu uma maior clareza nas formas de exploração das jazidas e nos direitos e deveres das partes. Em segundo lugar, o impacto da visita do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, às explorações e oficinas da Sociedade Luso-Belga em Vila Viçosa, no ano de 1934, durante a qual manifestou a sua surpresa face às riquezas que aquela terra encerrava.

Posteriormente, a substituição do regulamento de 1927 pela lei de pedreiras de 1940, que esteve em vigor até 1976, assegurou, de uma forma concreta, os direitos dos exploradores. Esta lei foi previamente discutida na Câmara Corporativa e sobre ela, o engenheiro Leopoldo Portas, membro dessa mesma Câmara, deu um parecer[138].

Neste período, destacamos ainda a criação, em 1933, do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos decorrente do decreto-lei 23 050, publicado pelo Estado Novo. Este dcreto suprimiu todos os sindicatos e associações de classes livres, passando a controlar o sindicalismo dentro do sistema corporativo. A secção distrital de Évora, na qual se integraram os trabalhadores sindicalizados dos mármores, foi criada apenas em 1938[139].

Também neste período foram reorganizados os serviços de estatística da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, que passaram a publicitar dados através do seu boletim, e foi criado o Serviço de Fomento Mineiro.

Desta forma, consegue-se percecionar o esforço realizado em várias direções, no sentido da promoção, mas também da organização desta indústria, que progressivamente vai ser feito de forma integrada e cada vez mais enquadrado pelo Estado.

A longo prazo, esta estratégia deu resultados muito positivos no âmbito da exportação e da valorização destes mármores.

Observemos, nos quadros abaixo, a evolução da produção industrial do mármore entre a instauração da I República e os inícios da II Guerra Mundial.

---

[138] Ministério do Comércio e Indústria. *Exploração de Pedreiras*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939.

[139] Quintas, Armando. "Para a história do sindicalismo operário Alentejano. O fundo do sindicato dos trabalhadores da construção, mármores, madeiras e materiais de construção do sul/Évora (1938-1986)". *Boletim do Arquivo Distrital de Évora* 3 (2015): 45-51.

Quadro XIV – Produção de mármores serrados e em obra expedidos pelo caminho de ferro e a sua exportação (em toneladas)

Anos	Estremoz	Borba	Vila Viçosa	Total expedido	Exportação nacional
1910	34	53	34	121	
1911	46	37	39	122	10 214*
1912	46	40	26	112	28 194*
1913	157	89	21	267	75 923*
1914	147	36	69	252	54 716*
1915	105	151	10	260	-
1916	28	103	59	190	-
1917	20	65	46	131	-
1918	37	71	88	196	-
1919	78	72	12	166	-
1920	99	118	60	277	-
1921	-	-	-	-	-
1922	63	156	164	383	-
1923	205	164	241	610	-
1924	178	409	859	1446	-
1925	106	319	531	956	-
1926	108	129	1057	1294	-
1927	170	84	1211	1465	-
1928	122	64	616	802	3338*
1929	162	201	4001	4364	5500**
1930	194	113	3412	3719	4685
1931	76	44	1840	1960	1810
1932	71	66	2711	2841	1410

* Inclui o comércio de alabastros.
** A este valor acrescem ainda 2400 t de mármore exportado em bloco pela Sociedade dos Mármores de Portugal.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Leopoldo Portas, 1932, Félix Ribeiro, 1933, *Anuário Estatístico de Portugal*, 1928[140].

[140] Direcção-Geral de Estatística (DGE). *Anuário Estatístico de Portugal para 1929*. Lisboa: Imprensa Nacional, 199-200.

Quadro XV – Produção de Mármores em bloco e sua exportação pelo porto de Lisboa (em toneladas)

Anos	Estremoz	Borba	Vila Viçosa	Total	Produção nacional	Vendidos no país	Exportados	Exportação nacional
1930	-	25	1586	1611	3842	-	1100	5771*
1931	-	80	1591	1671	2551	80	1591	-
1932	-	95	2110	2205	2643	26	1238	-
1933	-	350	2292	2642	3772	467	1837	-
1934	-	266	3251	3517	6646	771	2820	-
1935	-	480	3792	4272	7542	2893	1091	2542
1936	420	800	2791	4011	9636	2724	758	2683
1937	376	1291	2837	4504	7619	2748	1067	1936
1938	294	987	1145	4426	8523	1978	407	2151
1939	263	696	2300	3259	5708	2613	789	1854

* Inclui o comércio de alabastro.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *Anuário Estatístico de Portugal* e *Boletim de Minas* (1930-1945)[141].

Figura 14 – Publicidade da empresa Solubema incentivando ao uso dos mármores. Fonte: *Revista Oficinal do Sindicato Nacional dos Arquitectos* 1 (fev. 1938).

[141] DGE. *Anuário Estatístico de Portugal para 1930*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931, 280.

Como pudemos observar pela análise dos Quadros V e VI, a indústria dos mármores do Alentejo começou a registar um acréscimo na sua produção essencialmente depois da I Guerra Mundial, a tonelagem era cada vez maior e o que se devia ao aumento do comércio, facilitado pelo caminho de ferro em direção ao Barreiro, cujo custo do frete oscilava entre os 90 e 100 escudos por tonelada, ao qual se juntava o custo à saída da boca da pedreira, em torno dos 250 escudos.

A partir da década de 1930, as estatísticas indicam-nos, sobretudo, as produções e as vendas de mármore em bloco. Da análise do segundo quadro, percebemos que, neste período, a produção destes três concelhos, no seu conjunto, oscilava entre um terço e mais da metade do total do país e tinha um valor apreciável de exportação direta. De mencionar que muita da produção vendida para o mercado nacional acabava noutras serrações ou em mãos de intermediários, podendo assim configurar mais um valor indireto a acrescentar ao quantitativo das exportações.

Por fim, se analisarmos o impacto do sector extrativo na empregabilidade da região, verifica-se que, entre 1930-1939, as pedreiras de mármore em lavra do distrito de Évora não só se concentravam apenas nesses três concelhos, como tinham uma procura de mão de obra cada vez maior, à medida que se ia intensificando a exploração.

Quadro XVI – Operários das explorações de mármore

Anos	Pedreiras em Estremoz, Borba e Vila Viçosa	Produção total (toneladas)	Número de operários	Despesa diária com salários dos operários (escudos)
1930	1	1611	20	103(*)
1931	6	1671	114	1723,47
1932	8	2205	166	1637,47
1933	7	2642	168	1750,13
1934	10	3517	191	2175,5
1935	8	4272	106	1720,55
1936	13	4011	323	4009,06
1937	15	4504	224	2529,89
1938	12	4426	259	2673,39
1939	13	3259	220	2530,47

* Para este ano apenas se apresentam dados sobre a pedreira da Vigária, em Vila Viçosa.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *Boletim de Minas* (1939-1945).

Pelo quadro apresentado, poderemos verificar que o número de pedreiras começou por aumentar e depois estabilizou, aumentando, no entanto, o número de operários de cada pedreira, a par da produção. Os operários eram, na maioria, cabouqueiros, recebendo salários diários entre os 10 e os 15 escudos, valores mais elevados que os praticados nas atividades agrícolas, e o total dos seus vencimentos absorvia uma boa parte dos gastos da lavra de cada pedreira. Em paralelo, por efeito de arrastamento, nota-se um aumento de oficinas de canteiro, pois, entre 1900-1945, foram registadas 35 oficinas no distrito de Évora, com um total de 62 operários, cabendo aos três concelhos dos mármores, Estremoz, Borba e Vila Viçosa, 27 oficinas, com um total de 55 operários, portanto, a maioria, que se situavam assim perto da matéria-prima.

No que diz respeito ao período da II Guerra Mundial (1939-1945), os dados que dispomos, apesar de serem parcelares e incompletos, já permitem afirmar que a indústria dos mármores e as suas exportações não pararam completamente. Tomando o exemplo da Sociedade Luso-Belga de Mármores, observamos que o comércio para o Brasil se continuou a efetuar durante o período de guerra, pois nas suas notas de exportação de mármores, para 1941, são assinaladas as seguintes vendas de mármore em bruto para aquele país:

Quadro XVII – Exportações de mármore para o Brasil em 1941

Data	Destino	Embarcação	N.º de blocos	Peso total (kg)
5 de fevereiro	Santos	Santarem	8	16 419
	Rio de Janeiro		95	292 511
26 de fevereiro	*Idem*	Cuyabá	23	72 949
5 de março	*Idem*	Bagé	72	24 273
Idem	*Idem*	Siqueira Campos	7	17 196
1 de abril	*Idem*	Almirante Alexandrino	32	83 360
Idem	Santos		19	47 886
24 de maio	Santos	Santarem	7	18 190
Idem	Rio de Janeiro		116	364 257
7 de junho	Santos	Bagé	6	15 318
Idem	Rio de Janeiro		2	6127
9 de setembro	*Idem*	Bagé	15	45 969
25 de setembro	Santos	Siqueira Campos	17	49 620

Data	Destino	Embarcação	N.º de blocos	Peso total (kg)
Idem	Rio de Janeiro		135	474 776
23 de outubro	*Idem*	Cuyabá	20	53 121
Idem	Santos		9	28 158
30 de novembro	Rio de Janeiro	Bagé	64	184 171
Idem	Santos		33	9029

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da nota das exportações de mármore da Sociedade Luso-Belga de Mármores[142].

Pela análise do quadro acima, verificamos que esta empresa exportou para o Brasil, nomeadamente para Santos e Rio de Janeiro, durante o ano de 1941, um total de 680 blocos de mármore em bruto. No ano de 1945, segundo o seu relatório de contas, esta mesma sociedade declarou um lucro de 139 790$04, por seu lado, sem descontar as despesas inerentes ao funcionamento, as vendas de mármore das explorações de Vila Viçosa e Pero Pinheiro desta mesma empresa tinham rendido a quantia de 2 374 547$99[143].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos verificar, a indústria dos mármores do Alentejo (concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa) foi-se consolidando ao longo dos últimos dois séculos. Inicialmente, as descrições geográficas setecentistas foram dando a conhecer a existência destes mármores e relembravam a sua existência. Os relatos que ao longo do século XVIII continuaram a ser feitos, quer fossem relatos de viajantes, corografias ou descrições de carácter mais científico, contribuíram para que os mármores portugueses fossem internacionalmente conhecidos, o que representou um importante incentivo à sua comercialização.

O aumento da exportação de mármores, a par com o consumo interno, nomeadamente na utilização desta pedra no edificado, na estatuária e, posteriormente, na arte funerária, permitiu que, na segunda metade do século XIX, se começassem a modernizar as explorações minerais de mármores.

Em finais da centúria o aumento do comércio externo, já revelava um interesse crescente por este tipo de matéria-prima em mercados internacionais, estimulando a extração na região do Alentejo, a qual era poste-

[142] ANTT, Arquivo da Família Lima Mayer, *Nota das Exportações de Mármore durante o Ano de 1941, da Sociedade Luso Belga de Mármores*, 1942.
[143] ANTT, Arquivo da Família Lima Mayer, *Relatório de Ganhos e Perdas do Ano de 1945, da Sociedade Luso Belga de Mármores*, 1946.

riormente enviada para Lisboa, onde as grandes oficinas se encarregavam da sua transformação.

Contudo, com a fixação das grandes empresas exploradoras na zona dos mármores alentejanos, verificou-se um aumento muito significativo da atividade extrativa, acompanhada pelo incremento das atividades transformadora e comercial. Estas sociedades, usando novas técnicas, conhecimentos e tecnologia, ampliaram ainda mais o comércio externo que se realizava desde o século anterior, consolidando esta indústria e tornando a sua atividade permanente.

Se, por um lado, os finais do século XIX revelaram as bases, ainda frágeis, do que viria a ser o desenvolvimento industrial desta grande indústria alentejana, foi após o fim da I Guerra Mundial que a mesma se consolidou e ampliou, sendo que o período entre guerras, 1918-1939, marcou o verdadeiro arranque industrial destes mármores, ao nível nacional e internacional. Estavam assim criadas as condições para que, décadas depois, sobretudo entre os anos '60 e '80 do século XX, esta indústria registasse o seu último e mais recente apogeu, com centenas de pedreiras em funcionamento e milhares de braços ocupados na exploração, transformação e aplicação destes calcários cristalinos. O pós II Guerra Mundial também marcou a afirmação definitiva do mármore português no mercado internacional, ao lado dos grandes países exploradores como a Bélgica e, sobretudo, a Itália.

FONTES

Arquivo da Câmara Municipal de Estremoz, Actas de Vereação, *Requerimento de Francisco Romano, Escultor*, 23 ago. 1869.

Arquivo Central do Ministério da Economia, cxs. 15-22, Processos de licenciamento de pedreiras em lavra (1922-1954).

Arquivo Distrital de Évora (ADE), Cartório Notarial de Vila Viçosa, livro 777, *Constituição de Sociedade por Quotas – Sociedade dos Mármores de Vila Viçosa Lda*, 23 out. 1928, fls. 26-33v.

ADE, Governo Civil, Actas do Concelho Distrital, n.º 1525, sessão de 1 out. 1869, *Parecer da Junta Distrital de Évora sobre Contracto de Arrendamento de Um Terreno para Exploração de Pedreira de Mármore de Estremoz*, fls. 77v.-78.

ADE, Governo Civil, cx. 110, peça 25, *Guia de Expositor da Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz*, 1872.

ADE, Governo Civil, cx. 110, peça 25, *Guia de Expositor – Expo. Universal de Viena de Áustria 1873 – Sociedade Exploradora de Mármores de Estremoz*, 1872.

ADE, Governo Civil, cx. 220, peça 10, Registo de minas/Mapas de pedreiras, 1872, Correspondência.

ADE, Governo Civil, cx. 222, peça 18, *Correspondência e Mapas Concelhios sobre a Lavra das Pedreiras* (1860-1900).

ADE, Governo Civil, cx. 216, peças 9 e 8, *Oficinas de Canteiro em Estremoz*, 1849.

ADE, Livros da Contribuição Industrial, Estremoz e Borba, 1861, 1875.

ADE, Tribunal da Comarca de Estremoz, Processos Cíveis, mç. 325 (21), n.º 438, *Autos de Acção Comercial com Processo Ordinário na Comarca de Estremoz, de Alfredo Augusto Lisboa e Lima contra a Empreza de Marmores e Ceramica de Estremoz e Borba Lda!*, 1934.

Arquivo Municipal de Estremoz, Câmara Municipal, Procurações, *Livro de Recebimentos de Pedreira de Mármore*, 1854-1860.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo da Família Lima Mayer, *Nota das Exportações de Mármore durante o Ano de 1941, da Sociedade Luso Belga de Mármores*, 1942.

ANTT, Arquivo da Família Lima Mayer, *Relatório de Ganhos e Perdas do Ano de 1945, da Sociedade Luso Belga de Mármores*, 1946.

ANTT, Memória Paroquial da Freguesia de Borba, *Memórias Paroquiais de 1758*, vol. 7, n.º 38, 998-999.

ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758*, Memória Paroquial da Freguesia de Estremoz, vol. 14, n.º 100, 701.

ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758*, Memória Paroquial da Freguesia de Santa Ana de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, vol. 7, n.º 3, 731.

Direcção Regional da Economia do Alentejo, Processos Cancelados, *Livros de Registo do Trabalho Nacional*, 1-2.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Jorge Fernandes. "O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)". *Análise Social* XXXI, n.os 136-137 (1996): 527-544.

Alves, Jorge Fernandes. "As exposições industriais no Porto oitocentista". In *O Mundo Ibero-Americano nas Grandes Exposições*, ed. José Augusto Mourão, Ana Maria Cardoso de Matos e Maria Estela Guedes, 165-176. Lisboa: Vega, 1999.

Amaro, Emídio. "As riquezas do Alentejo. A exploração dos mármores de Vila Viçosa". In *Revista Portuguesa* 1 (1928).

Anselmo, António. *O Concelho de Borba, Topographia e História.* Elvas: Typographia e Sterotypia Progresso, 1907.

Associação Industrial Portuguesa. *Exposição Nacional das Industrias Fabris, Catálogo Descriptivo da Secção de Minas.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

Audin, Jean-Marie-Vicent. *Guide du Voyageur en Espagne et en Portugal, Comprenant la Manière de Voyager dans Ces Deux Royaumes; les routes de poste, etc.* Paris: Ponthieu et Cie., 1828-1829.

Balbi, Adrien. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, Comparé aux Autres États de la Europe, et Suivi d'un Coup'oil sur l'État Actuel des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts Parmi les Portugais des Deux Hémisphères.* Paris: Rey et Gravier Librairies, 2 vols., 1822.

Barão de Verdejo Paez, Francisco., A. E. G. *Notes on Portugal.* Philadelphia: Philadelphia Catholic Publishing Company, 1876.

Bastos, Celina. "A família Déjante: a marcenaria e a indústria dos mármores no Portugal de Oitocentos". *Revista de Artes Decorativas* 3, n.º 3 (2009): 160-165.

Batista de Castro, João. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno.* Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, vol. 1, 1762.

Beckford, William. *Italy: With Sketches of Spain and Portugal.* London: Richard Bentley, vol. 2, 1834.

Brard, C. Prosper. *Traite des Pierres Précieuses. Des Porphyres, Granites, Marbres, Alabastres et Autres Roches* [...]. Paris: F. Schoell, Librairie, vol. 2, 1808.

"Building stones of Portugal". *The Building News* 28 (29 jan. 1875): 120.

Carneiro, Ana, Teresa Salomé Mota, e Vanda Leitão. *O Chão que Pisamos. A Geologia ao Serviço do Estado (1848-1974).* CIUHCT 3. Lisboa: Colibri, 2013.

Carneiro, André. "Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa". *Callipole, Revista de Cultura* 21 (2014): 199-220.

Castanheira das Neves, J. P. "Breve notícia de alguns materiais de construção não metálicos, nacionais". In *Notas sobre Portugal, Secção Portuguesa da Exposição Nacional do Rio de Janeiro de 1908*, António Teixeira Judice, 161-179. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

Castilho, Alexandre Magno de, e António Xavier Rodrigues Cordeiro. *Almanach Luso-Brazileiro para o Ano de 1863*. Lisboa: Typographia da Sociedade Typografica Franco-Portuguesa, 1862.

Castro, Lourenço de Mesquita Pimentel Sotto-Maior. *Mappa Chronologico do Reino de Portugal e Seus Domínios.* Lisboa: Imprensa de J. B. Morando, 1815.

Catalogue générale de l'Exposition Universel de Paris de 1867, publiée para la Commission Impériale. Paris: E. Dentu Éditeur, 2 vols., 1867.

Catalogue Officiel – Exposition Universelle 1878 à Paris, Publié par le commissariat général. Paris: Imprimerie Nationale, tome 5, 1878.

Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto. Porto: Typografia do Comércio, 1865.

Catalogue Spécial de la Section Portugaise à l'Exposition Universelle de Paris en 1878. Paris: Imprimerie Typographique, 1878.

Colecção Official de Legislação Portugueza, Ano de 1873. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Colmenar, Juan Álvarez de. *Les Délices de l'Espagne et du Portugal.* Leyde: Pierre Vander, vol. I, 1707.

Colmenar, Juan Álvarez de. *Annales d'Espagne et du Portugal: Contenant Tout ce qui s'est Passé de Plus Important Dans Ces Deux Royaumes & Dans les Autres Parties de l'Europe […]: avec la Description de Tout ce qu'il y a de Plus Remarquable en Espagne & au Portugal*. Amsterdam: François L'Honoré & Fils, vol. III, 1741.

Commercial Reports Received at the Foreign Office from her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce of Their Consular Districts. London: Harrison and Sons, 1869.

Conder, Josiah. *The Modern Traveler. A Popular Description, Geographical, Historical, And Topographical, of the Various Countries of the Globe*. Edinburgh, Glasgow, Dublin: Temple Printing Office, vol. 19, 1830.

Coroado, João, Eduardo Ferraz, e F. Rocha. "Apontamentos Sobre a Evolução Regulamentar na Exploração das Massas Minerais 1400-2010". *Boletim de Minas* 45, n.º 2 (2010): 89-98.

Costa, P.e António Carvalho da. *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as Noticias das Fundações.* Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, tomo II, 1706.

Delesse, Achille. *Matériaux de Construction de l'Exposition Universelle de 1855*. Paris: Victor Valmont, 1856.

Depping, M. *Dictionnaire Géographique de L'Espagne et du Portugal suivi d'un Itinéraire de Ces Deux Royaumes.* Paris: Masson et Yonet Librairies, 1829.

Diário do Governo, n.º 285, 3 dez. 1851, 865-866.

Diário do Governo n.º 57, 11 mar. 1884, decreto de 6 de março de 1884, 54-57.

Dias, Maria Helena. "As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal". *Revista da Faculdade de Letras – Geografia* 19, I Série (2003): 383-396.

Direcção-Geral de Estatística (DGE). *Anuário Estatístico de Portugal para 1929*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1930.

DGE. *Anuário Estatístico de Portugal para 1930*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos. *Boletim de Minas*. Lisboa: DGMSG, Papelaria Fernandes, 1930-1945.

Dumouriez, Charles. *État Présent du Royaume du Portugal en l'Année de 1766*. Lausanne: François Grasset & Comp., 1775.

Ellis, Robert. *Official Descriptive and Illustrated Catalogue of Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations.* London: Spicer Brothers, vol. 3, 1851.

Eschwege, Wilhelm Ludwig von. *Memória Sobre a História Moderna da Aadministração de Minas em Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1838.

Escourrou-Milliargo, A. *De l'Italie Agricole, Industrielle et Artistique, a Propos de l'Exposition Universelle de Paris, Suivi d'un Essai sur l'Exposition du Portugal*. Paris: Librairie Internationale Universelle, 1856, 294-295.

Exposition des Produits de l'Industrie de Toutes les Nations, 1855. Catalogue Officiel Publié par Ordre de la Commission Impériale. Paris: E. Panis, 1855.

Exposition Universelle d'Anvers 1894. Catalogue Général: Section Belge et Étrangers. Bruxelles: Typographie Lithographie Adolphe Mertens, vol. 2, 1894.

Exposition Universel de 1900, Catalogue Général Officiel. Paris: Imprimeries Lemercier, vol. 13, 1900.

Filipe, Carlos. "Um crescimento pontuado por crises: a indústria e os industriais do mármore no século XX". In *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*, coord. Daniel Alves, 57-93. Vila Viçosa: CECHAP, 2015.

Filipe, Carlos. "O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento e construção". Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2015.

Forrester, James Joseph. *Prize Essay on Portugal*. London: John Weale, 1854.

Inquérito para a Expansão do Comércio Português no Brasil, Organizado pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. Porto: Imprensa Portuguesa, 1916.

Landmann, George. *Historical, Military, and Picturesque Observations on Portugal, Illustrated by Seventy-Five Colored Plates, Including Authentic Plans of the Sieges and Battles Fought in the Peninsula During the Late War*. London: T. Cadell and W. Davies, vol. 2, 1818.

Lemaire, J. *Le Portugal en 1878, Conditions Économiques du Royaume, avec un Aperçu des Industries à l'Exposition Universelle de Paris*. Paris: Imprimerie de P. Debons, 1878.

Lima, Lisboa. *A Verdade sobre o Comissariado Geral Portuguez na Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Lisboa: Tip. Adolpho de Mendonça, 1924.

Link, Heinrich Frederich. *Travels in Portugal and through France and Spain: with a Dissertation on the Literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*. London: Nichols and Sons, 1801.

Lobo, L. G. Gama. "Mármores de Estremoz na Exposição Universal de Londres". *Revista Universal Lisbonense* 3, 2.ª Série (15 maio 1851): 424-245.

Martinière, Jean Baptiste de la. *L'Espagne et le Portugal, ou mœurs, usages et Costumes des Habitants de ces Royaumes.* Paris: A. Nepveu, vol. 6, 1815.

Matos, Ana Cardoso de. "A indústria no distrito de Évora, 1836-1890". *Análise Social* XXVI, n.os 112-113 (1991): 561-581.

Matos, Ana Cardoso de. "Sociedade e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial". *Análise Social* XXXI, n.os 136-137 (1996): 397-412.

Matos, Ana Cardoso de. "As exposições universais: espaços de divulgação dos progressos da ciência, da técnica e da indústria e a sua influência na opinião pública portuguesa". In *O mundo Ibero-Americano nas Grandes Exposições*, ed. José Augusto Mourão, Ana Maria Cardoso de Matos e Maria Estela Guedes, 91-107. Lisboa: Vega, 1999.

Matos, Ana Cardoso de. "Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX". *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales* 69 (29) (1 ago. 2000): 4-5.

Matos, Ana Cardoso de. "Asserting the portuguese civil engineering identity: the role played by the École des ponts et chaussées". In *Les Enjeux Identitaires des Ingénieurs: entre la Formation et l'Action/the Quest for a Professional Identity: Engineers Between Training and Action*, ed. Ana Cardoso de Matos, Maria Paula Diogo, Irina Davidovna Guzevič e André Grelon, 177-209. Lisboa: Colibri/CIDEHUS/CIUHCT, 2009.

Matos, Ana Cardoso de. "Les élèves portugais de l'École des mines de Paris". In *Entre Technique et Gestion, une Histoire des Ingénieurs Civils des Mines, XIXe-XXe siècles*, dir. Marco Bertilorenzi, Jean-Philippe Passaqui e Anne-Françoise Garçon, 175-189. Paris: Presses des Mines, 2016.

Merveilleux, Charles Fréderic de. *Mémoires Instructifs pour un Voyageur dans le divers États de l'Europe: Contenant des Anecdotes Curieuses Très Propres à Éclaircir l'Histoire du Temps; avec des Remarques sur le Commerce & l'Histoire Naturelle.* Amsterdam: H. Du Sauzet, vol. 2, 1738.

Miñano, Sebastian de. *Diccionario Geografico-Estadistico de España y Portugal.* Madrid: Pierart-Peralta, vol. 6, 1826.

Ministério do Comércio e Indústria. *Exploração de Pedreiras*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939.

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI). Decreto de 9 de dezembro de 1853 (Regulando a Lei de Minas). *Diário do Governo* n.º 293, 14 dez. 1853, 738-351.

MOPCI. Decreto de 31 de dezembro de 1852 (Lei de Minas). *Diário do Governo* n.º 2, 3 jan. 1853, 909-918.

MOPCI. *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1, 1891.

Murphy, James. *A General View of the State of Portugal: Containing a Topographical Description Thereof, in which are Included an Account of the Physical and Moral State of the Kkingdom* [...]. London: T. Cadell Jun. and W. Davies, 1798.

Neves Cabral, José Augusto César das. *Catalogue des Produits Minéraux du Portugal. Exposition Universelle de Londres 1862*. Londres: Beaufort House, 1862.

Neves Cabral, José Augusto César das. *Exposition Universel de Paris en 1867. Portugal – Catalogue Descriptif de la Collection des Minéraux Utiles et Notice sur l'Industrie Minérale du Pays*. Paris: Librairie Administrative de Paul Dupont, 1867.

Pery, Gerardo A. *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

Portas, Leopoldo. "Os mármores de Vila Viçosa". In *Album Alentejano*. Distrito de Évora, 481-482. Lisboa: Imprensa Beleza, tomo II, 1931.

Portuguese Special Catalogue of International Exhibition at Philadelphia 1876. Philadelphia: Executive Commitee of Portugal, 1876.

Prado, Cassiano del. *La Esposicion Universal de Paris.* Madrid: Imprenta Fundición y Libreria de Eusebio Aguado, 1856.

Queiroz, Francisco. "A primeira oficina de cantarias de mármores no Porto". *Revista O Tripeiro*, 7.ª Série, ano XVII, n.º 2 (1998).

Queiroz, Francisco. "Pedro Bartolomeu Déjante e o seu papel na indústria da pedra em Portugal". *Revista A Pedra* 87, ano 22 (2003): 47-51.

Queiroz, Francisco. "Mármores, monumentos públicos e tumulária romântica em Portugal: um ensaio cronológico", comunicação apresentada no *Workshop* "Artes do Mármore". Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 25 maio 2018.

Quintas, Armando. "A fábrica e a sociedade Sofal de Vila Viçosa: o processo de constituição e seus intervenientes". *Callipole, Revista de Cultura* 21 (2014): 221-245.

Quintas, Armando. "Para a história do sindicalismo operário Alentejano. O fundo do sindicato dos trabalhadores da construção, mármores, madeiras

e materiais de construção do sul/Évora (1938-1986)". *Boletim do Arquivo Distrital de Évora* 3 (2015): 45-51.

Quintas, Armando. "Técnicas e tecnologias ligadas ao mármore: uma viagem pela história". In *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*, coord. Daniel Alves, 129-159, 2015. Vila Viçosa: CECHAP.

Quintas, Armando. "As grandes empresas portuguesas e estrangeiras na exploração do mármore do anticlinal de Estremoz no século XX". In *Iberian Interconnections – Conference Proceedings*, ed. Susana Rocha Relvas, Rikki Morgan-Tamosunas e Maria Gómez Bedoya, 199-210. Porto: Universidade Católica, 2016.

Quintas, Armando, e Carlos Filipe. "A arqueologia industrial do mármore do Alentejo: paisagens e maquinismos: o caso das gruas Derrick". *Callipole, Revista de Cultura* 25 (2018): 273-291.

Quintas, Armando, e Vanessa Alexandra Pereira. "O património geológico das pirites e do mármore do Alentejo. Industrialização, paisagem e valorização cultural e turística". In *Mineria y Metalurgia Históricas em el Sudoeste Europeo. Nuestras Raíces Mineras*, ed. Octavio Puche Riart, Mariano Ayarzagüena Sanz, Jesús Fernando López Cidad e Juan Pous de la Flor, 507-515. Madrid: SDPGYM – Valoriza Mineria, 2017.

Rapports du Jury Mixte International Publiés sous la Direction de S.A.I. le Prince Napoléon, Président de la Commission Impérial. Paris: Imprimerie Impériale, vol. 2, 1856.

Real Academia de la Historia. *Memorial Histórico Español, Colección de Documentos, Opúsculos y Antiguedades que Publica la Real Academia de la Historia*. Madrid: Imprenta y Fundición de Manuel Tello, tomo XVII, 1894.

Renwick, William George. *A Handbook for Architects, Sculptors, Marble Quarry Owners and Workers, and all Engaged in the Building and Decorative Industries*. New York: D. Van Nostrand, London: C. Lockwood and Son, 1909.

Renwick, William George. *Marble and Marble Working*. New York: D. Van Nostrand Company, 1909.

Revista Universal Lisbonense 40 (13 maio 1852): 470-471.

Rhys, Udal Ap. *An Account of the Most Remarkable Places and Curiosities in Spain and Portugal*. London: J. Osborn, 1749.

Ribeiro, Félix. *Os mármores do Alentejo e a Legislação em Vigor*. Lisboa, Congresso Alentejano em Évora: Oficinas Fernandes, 1933.

Ribeiro, Félix. *A Indústria dos Mármores*. Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934.

Rondelet, Jean-Baptiste. *Traité Théorique et Pratique de l'Art de Bâtir*. Paris: ed. Autor, 5 vols., 1802-1817.

Rördansz, C. W. *European Commerce or Complete Mercantile Guide of the Continent of Europe.* Boston: Cumming and Hilliard, 1819.

Smithsonian Institute. *Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution Showing the Operations Expenditures and Conditions of the Institution for the Year Ending June 30, 1886.* United States Congressial Series. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1889.

Société Anonyme Merbes-Sprimont. Bruxelles: J. Rozez, 1928.

Sousa, Carlos Alexandre. "A exploração do mármore na segunda metade do século XIX". In *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*, coord. Daniel Alves. Vila Viçosa: CECHAP, 2015.

Sousa, Fernando de, e Jorge Fernandes Alves. *Associação Industrial Portuguesa. Para uma História do Associativismo Empresarial.* Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1999.

Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900.* Lisboa: Colibri, 2011.

Thury, M. Héricart de. *Rapport sur l'État Actuel des Carrières de Marbre de France.* Annales de mines, ou recueil de mémoire sur l'exploitation des mines et sur les sciences qui s'y rapportent. Paris: Imprimerie de Madame Huzard, vol. VIII, 1823.

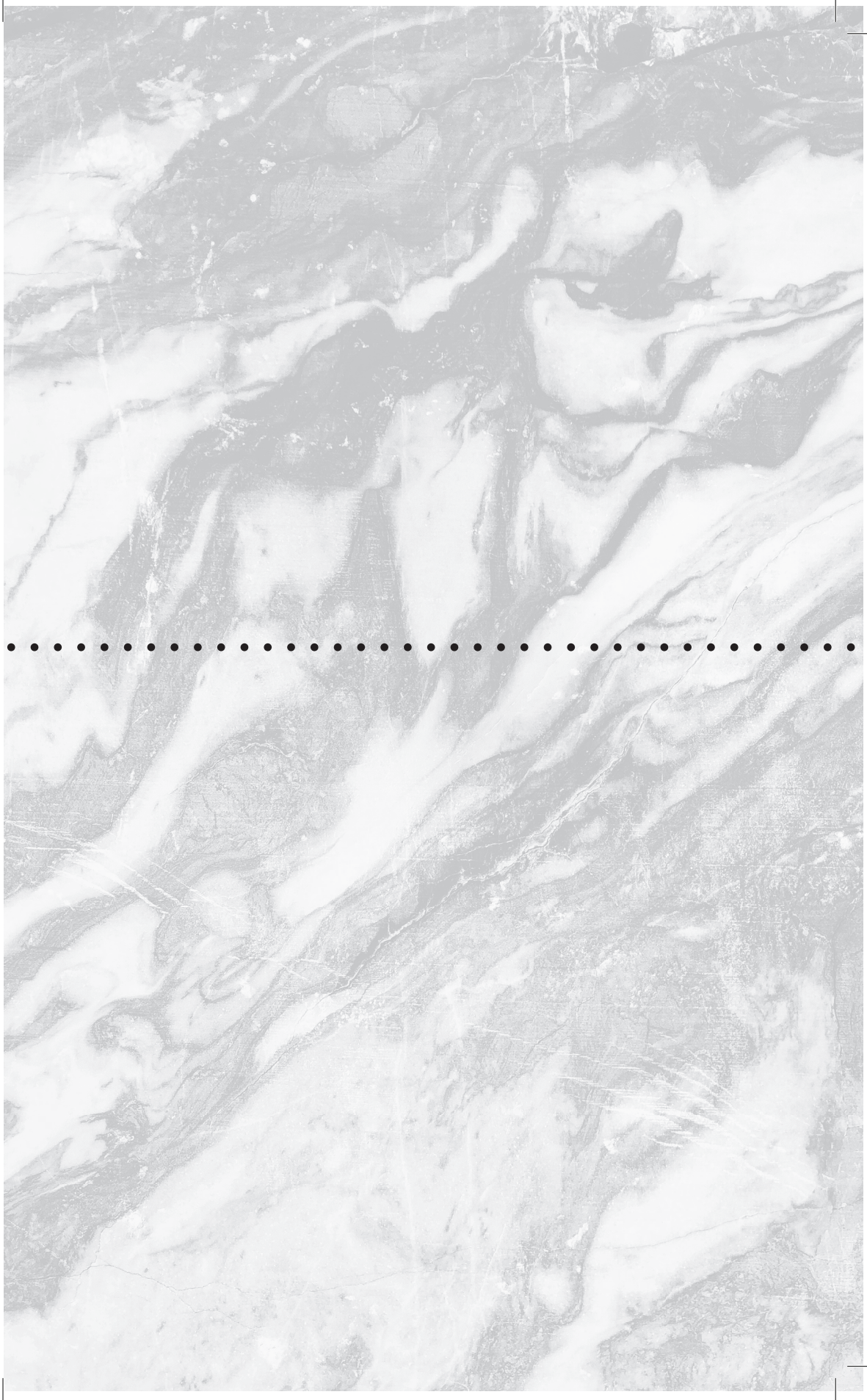
Twiss, Richard. *Travels Through Portugal and Spain in 1772 and 1773.* London: ed. Autor, 1775.

Verdejo Paez, Francisco. *Principios de Geografia Astronómica, Física y Politica.* Madrid: Cipriano Lopez, 22.ª ed., 1861.

Verdejo Paez, Francisco. *Novísimo Diccionario Geográfico, Histórico, Pitoresco Universal.* Madrid e Barcelona: tomo II, 1864.

Violet, Adolphe. *Rapport sur les Marbres et les Machines a Travailler le Marbre de L'Exposition Universelle en 1878.* Paris: E. Lacroix, 1879.

Welt-Ausstellung 1873 in Wien: officieller General-Catalog. Wien: Verlag Der General-Direction, 1873.



A indústria das pedreiras na Regeneração: Estado e obras públicas (1850-1890)

CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DE SOUSA

La thématique de l´industrie des carrières dans le XIX siècle, est dans la globalité, une question pas énormément développé par l'historiographie portugaise. Dans la dissertation de Master que nous sommes en train de terminer, "As pedreiras em Portugal na segunda metade do século XIX: Estado, Obras Públicas e Indústrias (1850- 1890)", on offre quelques astuces pour l´étude de la thématique, malgré oubliée.

L´évolution de l´industrie extractive de la pierre doit être regardée dans le contexte de la seconde moitié de huit cents, un période clé dans l´histoire do Portugal contemporain. Il s´agit de un temps dans le quel le focus n´est pas la dispute politique-constitutionnel mais de la modernisation du pais e du Progress matérielle.

Nous voulons donc, dans les limites dans travaille comme ce si, faire mieux connaître l´Industrie des Carrières dans le période soit disant. Comme ça, nous prétendons éclaircir et répondre a quelques questions que concernent le rapport entre les Carrières et Etat en tant que institution fragile que cherchait mettre en place et se moderniser et développer. Par contre, on va considérer, aussi, le apport du domaine dans la concrétisation pratique des projets de améliorèrent matérielle du pais.

The quarry industry during the Regeneration: State and Public Works

The theme of the quarry industry in the 19th century is, in its entirety, an issue not yet fully explored by Portuguese historiography. According to Magda Pinheiro: "The stone industries are much more unknown to us than metallurgy. This is an area where it will be difficult to overcome ignorance."[1] If we exclude some studies, already very dated and from a predominantly legal perspective by Manuel Rodrigues Júnior[2] and Félix Ribeiro[3] – Magda Pinheiro could not be more correct. However, it is important to note that efforts have been made to bridge this gap. These efforts include the contributions from the recent work "Marble, Heritage for Alentejo: contributions to its history (1850-1986)"[4], which presents the results of a project promoted by CECHAP (Centre for Studies in Culture, History, Arts and Heritage) with the collaboration of the IHC (Institute of Contemporary History) and the University of Évora. In the master's dissertation that we are now finalizing, entitled "Quarries in Portugal in the second half of the 19th century: State, Public Works and Industry (1850-1890)", we offer some insights for the study of this theme, unfortunately neglected.

The choice of the chronological period from 1850 to 1890 is pertinent for several reasons. The initial date, 1850, is a key moment for the extractive industry in Portugal, since this year the Mining Charter was promulgated, the first major legislative framework in the country in the industrial field. The Mining Charter would establish, initially, the legal framework in which the extractive industry could function and develop, and form the basis for subsequent structural and occasional changes in the legislation. In its turn, 1890 is the date of publication of the results of the industrial surveys carried out by the decree of June 26 of the same year (1890). These surveys represented the last great attempt on the part of the State to know in detail the industrial fabric of the late 19th century. For nearly 40 years the State sought, through decrees, ordinances, surveys and circulars, to learn, legislate and control the quarrying industry. On the other hand, we verified that the need to know and better legislate this industry comes from the need that the country had of the extracted stone, since in the 1870s and 1880s it witnessed the development of the ways of

---

[1] Maria Filomena Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal* (Lisbon: Caminhos de Ferro Portugueses, 1999), 50.

[2] Manuel Rodrigues Júnior, *A indústria mineira em Portugal : estudo económico jurídico* (Coimbra: Coimbra Editora, 1921).

[3] Félix Ribeiro, *A indústria dos mármores* (Lisbon: Oficinas Fernandes, 1934).

[4] Daniel Alves, ed., *Mármore, património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)* (Vila Viçosa: CECHAP, Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, 2015).

communication and construction of houses, namely in Lisbon and Porto, with greater incidence in the former.

In this sense, Gerado Pery, a contemporary of the period under study, wrote in 1875: "(...) there has been no statistic about the exploitation of the numerous quarries in Portugal, an industry of great importance, because it not only provides the country all its construction material[5], but also exports a remarkable amount to the Portuguese possessions and foreign countries."[6] Here two important aspects must be highlighted in the interpretation of this affirmation. The first concerns the alleged absence of statistics. Although the statistical data at the time of Pery's statement were not sufficient or systematic enough to compile a general statistic, they began to be collected and two decades later the outlook seemed to have changed, an effort that would have its culmination in the above--mentioned 1890 survey. The second refers to the importance that Pery himself attributes to quarries as an industry, which would play a decisive role in projects for material improvements and to provide the country with modern infrastructures. Again, in a study on the demand for raw materials that would satisfy the domestic market, Magda Pinheiro mentions that it would be difficult to calculate the amount of stone used in buildings, works of art and tunnels, and it would only be possible to estimate the amount of ballast used in the second half of the 19th century[7].

The evolution of the extractive industry of stone must be seen in the context of the second half of the 19th century, a key period in the history of contemporary Portugal. With the 1850s, in the aftermath of the civil war, there was a cycle of political and social calming that became known as *Regeneration*. It was a period in which the focus ceased to be the political-constitutional struggle, and the priority became the modernization of the country and material progress. In this new cycle, António Maria Fontes Pereira de Melo was the prominent figure. At the same time, efforts were made to modernize the State itself by strengthening the administrative apparatus and deepening the authority of executives throughout the territory. The date of 1890 was also not chosen by chance. The beginning of the last decade of the 19th century was marked by a series of events that heralded the end of a cycle – the end of *Regeneration* and the end of the policy of material development carried out until then and for which quarries have also contributed.

---

[5] Our emphasis.

[6] Gerardo Pery, *Geographia e estatística geral de Portugal e Colónias* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1875), 145–46.

[7] Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal*, 50.

Within the limits of a work of this nature, we intend to explore the traits of the quarry industry in this period. Thus, we will try to clarify and answer some questions inherent to the relation between the quarries and the State as a fragile institution that sought to be modernized/developed. We will also consider the contribution of this sector in the practical implementation of the projects of material improvement of the country.

In other words, we will discuss the way that quarries reflect the contemporary process of modernization of the Portuguese State in the most important phase of stabilization and implementation of authority in the territory, as the result of *Regeneration*. To what extent has the stone extraction industry contributed to the paradigm of public works and material improvement, whether at the level of communication routes (railways, roads, ports) or in the construction of homes, in the great volume of constructions in the 1880s? What was its importance? Have the quarries been an important foundation in this context? These will be the guiding points of this communication.

We do not think it is wrong to say that the quarry industry played an important role in the policy of public works and modernization of the liberal State. The documentation supports this idea and goes against Pery's reflections. Consultation of the available primary sources clearly shows that the industry had a very relevant contribution to the material projects implemented in *Fontism* – whether for the creation or improvement of communication routes (ports, roads, railways).

La industria de las canteras na Regeneración: Estado y Obras Públicas

La temática de la industria de las canteras en el siglo XIX es, en su globalidad, una cuestión aun poco explorada por la historiografía portuguesa. Según Magda Pinheiro: "Las industrias de piedras nos son mucho más desconocidas que la metalurgia. Este es un dominio en que será difícil ultrapasar la ignorancia."[1] Se exceptuamos algunos estudios, ya bastante datados, de cariz predominantemente jurídico de Manuel Rodrigues Júnior[2] y de Félix Ribeiro[3] - Magda Pinheiro no podría estar más correcta. Pero, es importante recalcar que han sido realizados esfuerzos con el objetivo de suplir esa laguna. La prueba de eso son las aportaciones incluidos en el reciente "Mármol, Patrimonio para el Alentejo: aportaciones para su historia (1850 - 1986) ",[4] donde son presentados los resultados de un proyecto promovido por el CECHAP (Centro de Estudios de Cultura, Historia, Artes y Patrimonio) con la colaboración del IHC (Instituto de Historia Contemporánea) y de la Universidad de Évora. En la disertación de mester que estamos a ultimar, "Las canteras en Portugal en la segunda mitad del siglo XIX: Estado, Obras Públicas e Industria (1850-1890)", ofrecemos algunas conclusiones para el estudio de este tema, infelizmente negligente.

La opción por el arco cronológico que va desde 1850 hasta 1890 es pertinente por diversas razones. La fecha inicial, 1850, es un momento clave para la industria extractiva en Portugal, una vez que este año fue promulgada la Carta de Minas, el primer gran cuadro legislativo de cariz moderno en el país en el ámbito de la industria. Es la Carta de Minas que va establecer, inicialmente, el cuadro legal en el cual la industria extractiva podría funcionar y desarrollarse, y es a partir de ella que se irán a realizar cambios estructurales y puntuales en la legislación en lo sucesivo. Ya 1890 es la fecha de la publicación de los resultados de las indagaciones industrias llevados a cabo por el de decreto de 26 de Junio del mismo año (1890). Estas indagaciones representaron la última gran tentativa por parte del Estado de conocer en detalle el tejido industrial a finales del siglo XIX. Durante casi 40 años el Estado procuró, a través de decretos, porterías, indagación y circulares integrarse, legislar y controlar la industria de las canteras. Por otro lado, verificamos que la necesidad de conocer y legislar

---

[1] Maria Filomena Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal* (Lisboa: Caminhos de Ferro Portugueses, 1999), 50.

[2] Manuel Rodrigues Júnior, *A indústria mineira em Portugal : estudo económico jurídico* (Coimbra: Coimbra Editora, 1921).

[3] Félix Ribeiro, *A indústria dos mármores* (Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934).

[4] Daniel Alves, ed., *Mármore, património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)* (Vila Viçosa: CECHAP, Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, 2015).

mejor esta industria proviene de la necesidad que el país tenía de la piedra extraída, dado que en las décadas de 70 y 80 del siglo XIX se asistió al florecimiento de las vías de comunicación y construcción de habitaciones, especialmente en Lisboa y Porto, con mayor incidencia en el primero.

En este sentido, intentamos lo que Gerado Pery, contemporáneo del período en estudio, escribía en 1875: "(...) no se sí han hecho estadística alguna a acerca de la exploración de las inúmeras canteras que hay en Portugal, industria al contrario de gran importancia, porque no solo favorece al País todo el material de construcción[5], pero además exporta una cuantidad notable para las posiciones portuguesas y países extranjeros."[6] Aquí conviene resaltar dos aspectos relevantes en la interpretación de esta afirmación. El primero dice respecto a la supuesta ausencia de estadísticas. Aunque los dados estadísticos a la época de la frase de Pery no fuesen suficientes o sistemáticos para elaborar una estadística general, estos comenzaban a ser recogidos y dos décadas después el panorama parecía haber cambiado, un esfuerzo que tendría su punto culminar en lo mencionado a la indagación de 1890. El segundo nos remite a la importancia que el propio Pery atribuyó a las canteras cuando industria, tendría un papel decisivo en los proyectos de mejoramientos materiales y de dotar el país de infra-estructuras modernas. Nuevamente Magda Pinheiro, en un estudio sobre la procura de materias primas que satisficiesen el mercado interno, menciona que sería difícil calcular a cuantidad de piedra utilizada en estaciones, obras de arte y túneles, siendo apenas posible estimar a cuantidad de balastro usado en la segunda mitad del siglo XIX[7].

La evolución de la industria extractiva de la piedra no puede dejar de ser vista en el contexto da segunda mitad del ochocientos, un período clave de la historia de Portugal contemporáneo. Con la década de 1850 se inicia el rescoldo de la guerra civil, abriéndose un ciclo de calma política y social que quedo conocido como *Regeneración*. Se trató de un período en que el foco dejo de ser la lucha político-constitucional para pasar a ser la modernización del país y y progreso material. En este nuevo ciclo, que entonces se inaugurada, la figura prominente fue António Maria Fontes Pereira de Melo. Al mismo tiempo, se envidaron esfuerzos para modernizar el propio Estado, a través del refuerzo del servicio administrativo y del ahondamiento de la autoridad de los executivos por todo el territorio. La data de 1890 también no fue escogida por acaso. El inició de la última década del siglo XIX fue marcado por una serie de acontecimientos que

[5] Sublinhado meu.
[6] Gerardo Pery, *Geographia e estatística geral de Portugal e Colónias* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1875), 145–46.
[7] Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal*, 50.

anunciaron el fin de un clico el fin de la *Regeneración* y el fin de la política de fomento material llevada a cabo hasta entonces para la cual las canteras habrán también contribuido.

Se pretende entonces, dentro de los límites que un trabajo de este género impone, dar a conocer un poco aquello que fue la Industria de las canteras en este período. Así, preténdesela esclarecer y tentar dar respuesta a algunas cuestiones inherentes al relacionamiento entre las Canteras y el Estado en cuanto institución frágil que buscaba implementarse y modernizarse/desenvolverse. Va considerarse, también, la indagación de este sector en la concretización práctica de los proyectos de mejoramiento material del país.

En otras palabras, ¿de qué forma las canteras reflejan aquello que fue el proceso de modernización del Estado portugués en la fase más importante de estabilización e implementación de la autoridad en el territorio, fruto de la *Regeneración*? ¿En qué medida la industria de extracción de piedra contribuyo al paradigma de las obras publicas y mejoramiento material, sea al nivel de las vías de comunicación (caminos de hierro, carreteras, puertos), sea a nivel de la construcción de habitaciones, en aquello que fue el gran volumen de construcciones en la década de 1880? ¿Cuál fue su importancia? ¿Habrán sido las canteras una base importante en este contexto? Serán estas las cuestiones orientadoras de la presente comunicación.

Pensamos no ser inoportuno de afirmar que la industria de las canteras tuvo un papel importante en lo que dice al respecto a la política de obras públicas y de modernización del Estado liberal. La documentación sustenta esa idea y va al encuentro a las reflexiones de Pery. La consulta de las fuentes primarias disponibles muestra de forma clara que la industria había indagaciones bastante relevantes en aquello que fueron proyectos materiales puestos en práctica en el *Fontismo* – fuese para la creación o mejoramiento de las vías de comunicación (puertos, carreteras, ferrovías).

INTRODUÇÃO

A temática da indústria das pedreiras no século XIX, na sua globalidade, é ainda uma questão muito desconhecida da nossa historiografia. Pegando na expressão de Magda Pinheiro: "As indústrias de pedra são-nos muito mais desconhecidas do que a metalurgia. Este é um domínio em que será difícil ultrapassar a ignorância"[1]. Se excetuarmos alguns estudos, já bastante datados, de cariz predominantemente jurídico, de Manuel Rodrigues Júnior[2] e de Félix Ribeiro[3], Magda Pinheiro não podia estar mais correta. No entanto, têm sido feitos esforços no sentido de colmatar esta lacuna na nossa historiografia. Isso é verificável através de alguns dos textos presentes na obra *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*, fruto de um projeto promovido pelo Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património (CECHAP), com a colaboração do Instituto de História Contemporânea (IHC) e da Universidade de Évora. Questões que foram aprofundadas na dissertação de mestrado "As Pedreiras em Portugal na Segunda Metade do Século XIX: Estado, Obras Públicas e Indústria (1850-1890)", em fase de conclusão.

É importante, todavia, salientar que a indústria das pedreiras, ou outra qualquer, não se pode estudar e caracterizar de forma isolada, isto é, tem as suas dinâmicas – os seus avanços e recuos dentro de conjunturas mais amplas, sejam elas económicas, políticas ou sociais. Assim, é necessário um enquadramento histórico, ou seja, estudos mais gerais que apesar de

---

[1] Mónica, Maria Filomena, Magda Pinheiro, Maria Fernanda Alegria, e José Barreto. *Estudos Históricos: Estudos sobre os Caminhos-de-Ferro em Portugal*. Lisboa: Caminhos de Ferro Portugueses, 1999, 50.

[2] Júnior, Manuel Rodrigues. *A Indústria Mineira em Portugal: Estudo Económico Juridico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1921.

[3] Ribeiro, Félix. *A Indústria dos Mármores*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934.

não fazerem referência às pedreiras, enquanto indústria singular, dão um contributo fundamental que nos permite explicar, em conjugação com as fontes disponíveis, muito daquilo que foi o funcionamento das mesmas na segunda metade do século XIX.

Autores como Pedro Tavares de Almeida, Rui Branco, David Justino, Magda Pinheiro, Jaime Reis, Maria Fernanda Alegria, Álvaro Ferreira da Silva, Manuel C. Teixeira, entre outros, debruçaram-se sobre uma série de temáticas como a evolução das obras públicas na sua globalidade e o seu impacto nos sectores industriais, ou discussões fundamentais sobre a implementação do liberalismo na Europa e a afirmação do próprio Estado liberal em Portugal, bem como as influências que o modelo e o quadro jurídico sofreram no período em análise – contributos essenciais para o enquadramento, estudo e caracterização da indústria das pedreiras na segunda metade do século XIX.

O presente artigo terá então como objetivo fazer uma caracterização, dentro dos limites que um trabalho deste género impõe, e dar a conhecer um pouco mais daquilo que foi a indústria das pedreiras na segunda metade do século XIX. Após a introdução e o devido enquadramento histórico onde a indústria extrativa das pedreiras se inscreve, irão ser duas as linhas de orientação do presente artigo. A primeira será relativa à questão da legislação – a elaboração de um quadro legal que regularia o funcionamento das pedreiras, as suas bases e o seu aperfeiçoamento ao longo do tempo em análise. Ainda dentro desta vertente mais teórico-burocrática iremos verificar como se estabeleceu o relacionamento com as esferas de poder, isto é, de que forma as pedreiras refletiram as dificuldades da implementação da autoridade do Estado no território e a sua modernização e, nesse sentido, obrigaram o Estado a novas formas de intervenção na ótica de controlar, conhecer e poder legislar a indústria das pedreiras em consonância. Na segunda linha de orientação, iremos abordar a relação das pedreiras com aquilo que foram algumas das concretizações dos projetos idealizados pelo *fontismo*, isto é, de que forma as pedreiras contribuíram para os melhoramentos materiais, com maior proeminência para as vias de comunicação: caminhos de ferro e portos. Simultaneamente, que resposta a indústria das pedreiras deu aos desafios e às necessidades que iam emergindo, à medida que o país se tentava industrializar, com incidência para o grande volume de construção de habitações que se verificou, sobretudo, na década de 1880. Por fim, iremos fazer uma nota de destaque sobre a região do Alentejo. Dentro da indústria extrativa na sua globalidade, sairia do anticlinal de Estremoz a pedra mais valiosa, segundo os dados que podemos estudar: o mármore. O mármore alentejano esteve

presente – fez efetivamente parte – das concretizações dos planos dos melhoramentos materiais, fosse através de obras de arte para decorações nas linhas dos caminhos de ferro, obras de maior envergadura, monumentos fúnebres ou até como instrumento para a diplomacia – o presente oferecido por D. Pedro V à rainha Victória, que obteve rasgados elogios. A sua qualidade única contribuiu para que, através das fontes, pudéssemos descortinar uma ideia de mercado nacional em funcionamento (ainda com debilidades muito evidentes), enquanto espaço económico com a circulação de mercadorias. Neste contexto, é pertinente fazermos uma pequena ressalva a esta zona tão particular dentro da indústria das pedreiras.

O ENQUADRAMENTO

O golpe militar preconizado pelo marechal duque de Saldanha a 1 de maio de 1851 deu início a um período que marcaria de forma indelével a história de Portugal, pelo que representou a curto e a médio-longo prazo, e que iria ficar conhecido por Regeneração. Iniciava-se um novo capítulo em que as regras do jogo político iriam ser alteradas, validadas com o Ato Adicional à Carta Constitucional. Findava-se um tempo em que a política era feita através do recurso à violência, crítica virulenta, a golpes de Estado, pronunciamentos militares e de um extremar de posições e dissídios pessoais que culminou na Guerra Civil da Patuleia. A conjuntura externa também favoreceu a mudança de paradigma, o esmagamento pela Europa fora da chamada Primavera dos Povos permitiu tirar várias conclusões, uma delas seria a de que uma mudança de regime profunda e duradoura necessitava de organização, a espontaneidade deixaria de ser um fator determinante – liquidavam-se as esperanças dos radicais e acalmavam-se os receios dos conservadores[4]. O tempo era outro, citando Maria Filomena Mónica:

> [...] o ciclo das reações passava, tal como o das revoluções. Chegara a fase do fomento. [...] estava na altura da [...] construção da estação de Paddington, dos canais desenhados por Lesseps, da abertura do Palácio de Cristal, da reconstrução de Paris por Haussman, do I Congresso de Estatística, da instalação do telégrafo [...][5].

Portugal também fez parte deste novo capítulo da história da Europa e do mundo. Na política, os dissídios e o extremar de posições deram lugar ao compromisso, a um entendimento tácito sobre as regras do jogo político, "política dos acordos", coadjuvado por numa nova geração de políticos que agora emergia. Expressões como crescimento, fomento material,

---

[4] Almeida, Pedro Tavares de (ed.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. A construção nacional: 1834-1890*. Madrid: Fundación MAPFRE; Carnaxide: Objectiva, 5 vols. (vol. II), 2013, 51.

[5] Mónica, Maria Filomena. *Fontes Pereira de Melo*. Porto: Afrontamento, 1999, 25.

caminhos de ferro, estradas, portos seriam predominantes no léxico português, alicerçadas pelo consenso político.

A política de fomento e melhoramentos materiais de Portugal da segunda metade do século XIX teve um nome indissociável – António Maria Fontes Pereira de Melo – e ficaria conhecida por *fontismo*, pois seria ele o seu principal impulsionador e executor. O projeto que Fontes idealizou pretendia "promover os melhoramentos materiais nesta terra, de modo que essas fontes reprodutoras possam criar matéria coletável, que habilitem os poderes públicos [...] a poder acorrer às despesas necessárias"[6].

O ideal teria expressão num plano que assentaria no endividamento ao estrangeiro, seria um mal necessário e indispensável para a construção das artérias onde circulariam pessoas e bens e, daqui, surgiriam todos os meios pelos quais se formaria riqueza e dessa poderiam ser cobrados impostos, *a matéria coletável,* que posteriormente o Estado iria usar para pagar os empréstimos contraídos. Por outras palavras, mais tarde ou mais cedo, as vias de comunicação pagar-se-iam a elas mesmas e o país estaria dotado das dinâmicas comerciais e industriais semelhantes às dos seus congéneres europeus, isto num contexto onde as economias eram cada vez mais competitivas. Na ótica de Fontes, o caminho teria de ser este ou Portugal arriscava-se a ficar irremediavelmente atrasado relativamente aos demais. Porém, é imperativo lembrar que apesar da figura política de Fontes Pereira de Melo se fundir com aquilo que foram grandes projetos dos melhoramentos materiais, deve-se salientar que questões como, por exemplo, os caminhos de ferro, um dos grandes símbolos da modernização, já eram discutidas na década de 1840, no governo de Bernardo da Silva Costa Cabral, mas as vicissitudes da época acabaram por inviabilizar tais planos.

A indústria das pedreiras iria inserir-se, assim, dentro deste enquadramento mais amplo, em que figurariam as condições favoráveis que iriam ditar a sua necessidade e no qual, fosse de uma forma mais teórica, desenvolvimento e criação de estruturas burocráticas, fosse de ordem mais prática, com o fornecimento de matéria-prima para a realização das várias obras inerentes aos projetos de melhoramentos materiais, as pedreiras tiveram um papel que não pode ser considerado de somenos na segunda metade do século XIX.

[6] Almeida. *A Construção Nacional 1834-1890*, 52.

A ESTRUTURA LEGAL E A MODERNIZAÇÃO POSSÍVEL

A elaboração de quadros normativos para regulamentar o funcionamento das pedreiras e as suas constantes tentativas de aperfeiçoamento espelha o interesse que o Estado foi tendo nesta indústria, à medida que o século XIX caminhava para o seu término, e a necessidade de responder aos novos desafios emergentes, decorrentes da progressiva tentativa de industrialização do país.

Foram vários os documentos emitidos na segunda metade do século XIX para regulamentar, modernizar e suprir as falhas que iam sendo verificadas na indústria extrativa. Porém, dentro daquilo que foram as portarias, circulares e leis promulgadas, iremos apenas fazer uma breve menção a alguns documentos específicos e enquadrar outros: Carta de Minas de 1850; a lei de 1852; o decreto de 6 de março de 1884 e, por fim, o decreto de 13 de abril de 1892 – devido à importância que estes diplomas tiveram para a indústria extrativa em si, bem como pelo facto de representarem o reflexo das tentativas de modernização do próprio Estado.

Na passagem para a segunda metade do século XIX, foi criado um novo quadro normativo para regulamentar a indústria extrativa em Portugal, a 25 de julho de 1850 foi promulgada a Carta de Minas. Trata-se de um diploma de características modernas, composto por 43 artigos que seriam divididos em 8 capítulos. Os seus capítulos, artigos, o seu organograma espelham a complexidade do documento. Ao analisarmos o diploma, fica bem patente a grande influência francesa na sua composição[7]. A influência da França nas leis que regulamentavam a indústria extrativa não se fez apenas sentir em Portugal, serviu também de exemplo a outros países que não se coibiram de utilizar o modelo francês para elaborar os seus próprios quadros normativos, fruto dos efeitos da Revolução Francesa e da disseminação das ideais do liberalismo pela Europa fora. A Inglaterra tinha também um modelo próprio de regulamentação da indústria extrativa; esse modelo era distinto do francês, mas também foi adotado por outros países à semelhança do francês, pese embora com muito menos sucesso[8].

Destacar a Carta de Minas de 1850 é importante por vários motivos. É o primeiro grande quadro normativo para regulamentar a indústria extrativa. Todavia, não quer isto dizer que não existissem leis para esta indústria específica; as primeiras remontam a períodos muito remotos (séculos XV-XVI), conhecendo depois um hiato temporal muito extenso, de cerca de três

---

[7] Para mais pormenores, cf. Alves, Daniel (ed.). *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*. Vila Viçosa: CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, 2015, 27-29.

[8] Alves. *Mármore, Património para o Alentejo*, 23-26.

séculos até à reforma de Passos Manuel, em 1836. O estudo supracitado de Manuel Rodrigues Júnior e o trabalho de Idorindo Vasconcelos[9] dão conta disso mesmo, de uma forma mais detalhada.

A Carta de Minas acabaria por ter um carácter extraordinário, pois surge num momento de grande indefinição da vida política do país. Portugal estava ainda a viver o rescaldo da Guerra Civil da Patuleia e um documento desta envergadura, apesar de não vigorar muito tempo, como iremos ver, mostra de forma inequívoca uma vontade do Estado em caminhar no sentido da modernização institucional e material (lembrando que já na década de '40 se planeava o melhoramento material) e o recurso às pedreiras fazia parte dessa mesma equação, sendo necessária uma base legislativa.

Com o advento da Regeneração e o surgimento de um período de paz social e acalmia política, o país canalizava as suas energias para outros campos. É nessa conjuntura de mudança e aposta no progresso material que o Ministério das Obras Públicas e Indústria é criado, em 1852. Seria este o organismo que passaria a tutelar a indústria extrativa em Portugal, como aliás mostra a lei de 10 de novembro de 1852, com a extinção da Comissão de Minas, passando as suas competências para o referido ministério[10]. As reformas a aplicar à indústria extrativa, neste caso mais particular, às pedreiras, passariam a ser feitas neste organismo. O quadro económico emergente, fruto das novas condições políticas, não iria diminuir o interesse do Estado pelas pedreiras, pelo contrário – a indústria não é colocada de parte, a Carta de Minas de 1850 é revogada e para o seu lugar surge um novo enquadramento legal: o decreto-lei de 31 de dezembro de 1852, um documento composto por 54 artigos divididos em 10 capítulos[11].

São vários os pontos que podem consubstanciar a importância do novo quadro normativo. O decreto-lei de 1852 seria como que uma modernização do quadro anterior, no qual, apesar de ter vigorado pouco tempo, foi possível encontrar algumas debilidades – por exemplo, procurar-se-ia uma aposta e um investimento na qualificação da mão-de-obra nacional em detrimento da contratação de mão-de-obra estrangeira, cuja competência seria considerada como duvidosa e bastante onerosa para o erário público[12]. Noutra vertente, a ausência de conhecimento do subsolo nacional constituía um sério obstáculo ao desenvolvimento da indústria, não

[9] Rocha, Idorindo Vasconcelos. "O carvão numa economia nacional: o caso das minas do Pejão". Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.
[10] Cf. Ministério das Obras Públicas (MOP), Comércio e Indústria, decreto de 10 de novembro de 1852, 269 *Diário do Governo* §, 1852.
[11] Para mais detalhes, cf. Alves. *Mármore, Património para o Alentejo*, 30-33.
[12] Cf. MOP, Comércio e Indústria, decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, *Diário do Governo* §, 1852, 909-910.

só em si mesmo uma lacuna, mas também porque se pretendia terminar com atribuições de concessões baseadas em pressupostos especulativos – era necessário elaborar uma carta geológica do reino[13]. São diversos os exemplos de questões que foram identificadas na Carta de Minas, as quais obtiveram atenção aquando da elaboração do decreto de 1852. Apesar de ter sofrido mudanças ao longo do tempo, o diploma de 1852 seria o quadro-base pelo qual a indústria extrativa seria regulamentada. Até ao final do século XIX, não seria lançado outro com a dimensão e a amplitude deste.

A lenta, mas progressiva, industrialização do país colocava novos desafios, alguns dos quais o recurso às pedreiras poderia dar resposta. A indústria entrava num período de grande fulgor e, como consequência, as questões como a segurança, que não foram devidamente tratadas no diploma de 1852, começavam a sobressair. Apesar de terem sido lançadas algumas circulares e portarias para tentar solucionar falhas específicas da lei, como a portaria de 31 de agosto de 1875[14], o facto é que os problemas começavam a ser cada vez mais evidentes. Neste contexto, a 6 de março de 1884, o Estado lança uma lei direcionada à indústria das pedreiras para tentar suprir as graves falhas de segurança que persistiram no tempo:

> O citado regulamento de 9 de dezembro de 1853 nenhumas disposições contém com referência à lavra de pedreiras a céu aberto; parece tê-las deixado completamente de fora da vigilância da administração, escapando-se assim os exploradores à observância das medidas ordinárias de polícia, salubridade e segurança; e naturalmente porque ficou incompleta a legislação *sobre lavra das pedreiras [...]*[15].

O preâmbulo da lei de 1884 pintava em tons muito negros o quadro de problemas que estariam a afetar a indústria neste campo específico:

> [...] cortejo de sinistros; e se a estatística não clama ainda contra as irregularidades cometidas na lavra das pedreiras, se as perdas de vida e os ferimentos, mais ou menos graves, não têm sido traduzidos em números, os acidentes repetem-se com bastante frequência para que deixem de chamar à atenção dos poderes públicos e de exigir prontas providências [...][16].

Não iremos dissecar aqui os artigos de maior relevância que compõem o decreto-lei de 6 de março de 1884[17]; pretendemos, todavia, salientar dois

---

[13] MOP, Comércio e Indústria, 938.
[14] MOP, Comércio e Indústria, portaria de 31 de agosto de 1875, 200, *Diário do Governo* §, 4 set. 1875.
[15] Corrêa Fino, Gaspar. *Collecção de Legislação Industrial.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, 767-768.
[16] Corrêa Fino. *Collecção de Legislação Industria*, 768.
[17] Para uma descrição mais pormenorizada, cf. Alves. *Mármore, Património para o Alentejo*, 35-37.

aspetos importantes relativamente a esta lei. Primeiro, trata-se de uma lei direcionada só e apenas às pedreiras, visando um campo muito específico – a segurança. Mostra de uma forma inequívoca que, apesar de os dados não o ilustrarem, o Estado está atento e tem noção da gravidade dos problemas que assolam a atividade laboral e tenta agir em conformidade, e fê-lo, não só com esta lei, mas também com a portaria de 17 de agosto de 1889[18] e, posteriormente, com uma reforma de algumas questões específicas da lei de 1884, como o decreto-lei de 13 de abril de 1892 – uma última tentativa de regulamentação sobre estas questões no final do século XIX[19]. Segundo aspeto, alguns dos artigos que compõem a lei de 1884 vão estar no âmago de um enlace algo tenso entre a indústria e o Estado, isto é, no relacionamento entre os vários atores, fossem eles industriais, governadores civis ou administradores, e aquilo que eram os pedidos expedidos pelo poder central.

AS RESISTÊNCIAS: AS DINÂMICAS CENTRO-PERIFERIA

Como tivemos a oportunidade de ver, o Estado procurou, através da cria*ção de leis e reformas*, dar bases normativas à indústria das pedreiras. Porém, para que as reformas e a regulamentação fossem mais eficazes, era necessário um conhecimento prévio da condição da indústria, era necessária a realização de inquéritos – algo que até então não acontecera, como Gerardo Pery fez questão de mencionar: "não se tem feito estatística alguma acerca da exploração das inúmeras pedreiras que há em Portugal, indústria aliás de grande importância, porque não só favorece ao País todo o material de construção"[20]. É neste sentido, e com a indústria a cada ganhar vez mais fulgor, que se iria proceder a sucessivas tentativas de obtenção de informação através da realização de inquéritos por meio de pedidos expedidos pelo poder central para os governadores civis. Todavia, esta solução com base no recurso aos inquéritos iria também contribuir para que se manifestassem de forma mais assertiva as dificuldades da implementação da autoridade do Estado no território. A interpretação discricionária que se fazia das leis, sobretudo de alguns dos artigos do diploma de 6 de março de 1884, tornava cada vez mais evidente a problemática das resistências à modernização, tal como acabaria por condicionar o resultado dos inquéritos que eram solicitados ao poder local.

---

[18] MOP, Comércio e Indústria, portaria de 17 de agosto de 1889, 185 *Diário do Governo* §, 1889.
[19] MOP, Comércio e Indústria, decreto de 13 de abril de 1892, 94 *Diário do Governo* §, 1892.
[20] Pery, Gerardo. *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, 145-146.

A lógica de funcionamento desta dinâmica centro-periferia, numa forma mais sintética, configurava que o poder central expediria ordens para os distritos, onde o governador civil daria instruções aos administradores dos concelhos para que, através dos meios que estes tivessem à sua disposição, as mesmas fossem efetivamente cumpridas. Os parâmetros de ação, desta forma estabelecidos, conferiam à figura do governador civil um estatuto-chave no funcionamento e na consolidação do Estado liberal. Segundo Pedro Tavares de Almeida, estes funcionariam como o garante do poder central no território. Tinham como um dos seus principais objetivos superintender e coordenar a ação da máquina administrativa periférica do Estado, fazendo as diligências necessárias para que as decisões transmitidas do centro fossem cumpridas, e tutelar os outros corpos administrativos a seu cargo – os administradores de concelho. Em suma, os governadores civis encarnariam a vontade unificadora e centralizadora do Estado[21].

A correspondência, sobretudo da década de 1880, e os resultados do *Inquérito Industrial de 1890*, mais precisamente, do inquérito que é destinado à indústria extrativa, não deixam grandes dúvidas sobre aquilo que foi uma aplicação discricionária das leis e um papel, por vezes, ingrato dos governadores civis, que tinham que insistir, invariavelmente, para que os seus pedidos fossem atendidos. Importa primeiramente salientar um aspeto: a ação do administrador do concelho enquanto funcionário público sob a alçada direta do governador civil e, por isso, a ele lhe devendo a sua obediência e a sua ação efetiva, quer na interpretação das disposições legais, quer no cumprimento das mesmas e na execução do que lhe era exigido.

Da correspondência consultada (distritos de Viana do Castelo, Faro, Viseu e Évora), é possível verificar que os sucessivos pedidos para o envio da informação relativa ao funcionamento das pedreiras em lavra, em cada concelho, tinham um denominador comum: a lei de 6 de março de 1884 e a interpretação pessoal da lei, que resultava, não raras vezes, na recusa de envio de informações, por não existirem pedreiras nos moldes determinados pelo diploma de 1884, mais precisamente, o artigo 39.º Partiremos agora para alguns exemplos mais concretos.

[21] Almeida, Pedro Tavares de. "A construção do Estado liberal. Elite política e burocracia na 'Regeneração' (1851-1890)". Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 166-167.

Em 1886, o administrador do concelho de Ponte de Lima envia a seguinte resposta ao governador civil de Viana do Castelo, que teria recorrido ao expediente normal de pedido de informações:

> Não me parece que tenham applicação n'este concelho as disposições mandadas observar no regulamento para a lavra das pedreiras, approvado por decreto de 6 de março de 1884 e que VEª. se refere em seu officio n.º 28, de 7 de maio ultimo, por serem novas e muito limitadas as construcções, e não existirem pedreiras dependentes de licenças do governo [...]. E como, pois, não há pedreiras propriamente dictas, nem indivíduos que se apliquem exclusivamente á exploração de pedra é esta a razão por que repito, que me não parece, para casos tão isolados e insignificantes, se deva organizar o respectivo registo, nos termos como aquelle regulamento o preceitara e VEª. Recomenda[22].

Ou seja, segundo a interpretação que o próprio faz da lei, entendeu que não haveria necessidade de responder aos apelos do governador civil, quando mais não seja obedecer a uma ordem direta.

Neste sentido, chamamos à atenção para o que estabelecia o artigo 39.º:

> Nas administrações de concelho haverá um registo de todas as pedreiras, devendo os administradores remeter aos governadores civis mapas anuais com a indicação do movimento dos operários, produção e seu destino: e acidentes ocorridos. D'estes mapas se organizará no governo civil um mapa geral, que será remetido, por cópia, ao ministério das obras públicas, e no qual se compendiarão, em relação a cada concelho, os referidos esclarecimentos, distinguindo o que corresponda a trabalhos subterrâneos e a céu aberto[23].

A lei seria bastante clara, não deveria existir espaço para manobra ou especulação quanto ao que devia ser a sua aplicação, pois "todas as pedreiras" deviam ser alvo de recolha de informações e posteriormente enviadas ao governador civil. O administrador do concelho assumia para si a capacidade de decisão e interpretação sobre uma ordem e lei. Porém, o mais curioso é constatar que, após insistência do governador civil, foi preenchido o respetivo mapa e enviado – e eis que verificou a existência de cerca de 7 pedreiras, movimentando mais de 200 operários, trabalhando, entre outras pedras, o granito e com a agravante de a pedra aí extraída se destinar à construção de aquedutos, habitações, pontes, entre outras obras públicas[24].

---

[22] Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC), Governo Civil de Viana do Castelo, Administrador do Concelho de Ponte de Lima, cota 8593, doc. 32, *Mapa de Pedreiras em Lavra*, nov. 1886.

[23] MOP, Comércio e Indústria, decreto de 6 de março de 1884, *Diário do Governo* §, 1884, 4.

[24] ADVC, Governo Civil de Viana do Castelo, Administrador do Concelho de Ponte de Lima, cota 8593, doc. 31, *Mapa de Pedreiras em Lavra*, nov. 1886.

Outro exemplo igualmente interessante verifica-se no sul do país, no distrito de Faro. O administrador de concelho de Monchique, ao responder ao governador civil, informava que: "Em cumprimento do oficio de vossa excelência n.º 535 da 1.ª repartição de 3 do corrente cumpre-me dizer a vossa excelência que não há neste Concelho pedreiras conforme já informei a vossa excelência com meu oficio n.º 20 de 5 de maio último"[25]. Todavia, pouco tempo depois, o discurso do mesmo administrador iria mudar: "Tenho a honra de enviar a vossa excelência devidamente preenchido o incluso mapa das pedreiras, conforme foi determinado em ofício de vossa excelência da 1.ª repartição"[26], o que espelha, uma vez mais, a displicência da ação, neste caso específico, de alguns administradores de concelho.

Estes são apenas alguns exemplos do clima tenso em que se processavam as dinâmicas centro-periferia, o que é bem ilustrativo das várias dificuldades da afirmação da autoridade do Estado no território, estando invariavelmente dependente da boa vontade dos seus agentes ou então dos inquiridos. O crónico problema do desconhecimento do Estado sobre o seu tecido industrial não conhecia as melhorias que o mesmo ambicionava, os resultados dos esforços enveredados ficavam invariavelmente aquém das expectativas, ou seja, os dados dos inquéritos não refletiam a realidade industrial do país. Esta questão ia causando desgaste; as situações, como as que já foram descritas, no caso específico das pedreiras, contribuíram para o aumento progressivo do mesmo. O Estado viu na elaboração de um novo e abrangente inquérito global à indústria, com a alteração do seu *modus operandi*, uma possível solução. No contexto da indústria das pedreiras, a promulgação do decreto de 26 de junho de 1890[27], cujo objetivo seria a realização de um inquérito *in loco*, de modo a obter-se um conhecimento mais claro e aprofundado do estado e funcionamento das pedreiras, era o reflexo de mais uma tentativa assertiva por parte do Estado. Segundo as novas diretrizes, os resultados do inquérito não estariam, à partida, sujeitos às interpretações arbitrárias ou discricionárias por parte do poder local – os inquiridores levariam instruções bastante específicas e claras sobre como atuar. O resultado do que estava projetado no decreto de 26 de junho de 1890 culminou nos resultados que estão presentes no volume dedicado à indústria extrativa no *Inquérito industrial de 1890*.

---

[25] Arquivo Distrital de Faro (ADF), Governo Civil de Faro, Administração do Concelho de Alcoutim, *Mapa de Pedreiras em Lavra 1885*, cx. 294, mç. 3.

[26] ADF, Governo Civil de Faro, Administrador do Concelho de Alcoutim, cx. 294, mç. 3, *Correspondência – Julho de 1886*.

[27] MOP, Comércio e Indústria, decreto de 26 de junho de 1890, *Diário do Governo* §, 1890.

Não iria suprimir todos os problemas da recolha de informação – fosse pela displicência dos funcionários do Estado ou recusa dos inquiridos em responder, mas consiste, todavia, num conjunto mais sistemático de dados e, apesar de algumas debilidades, é uma fonte bastante valiosa para que se possa compreender o funcionamento das pedreiras e o seu impacto na modernização do Estado, bem como o seu contributo para as obras públicas[28].

AS PEDREIRAS E AS OBRAS PÚBLICAS: FERROVIAS, PORTOS E HABITAÇÕES

A construção dos caminhos de ferro terá sido, talvez, a mais importante bandeira da Regeneração. Neste sentido, o estudo de indústrias que contribuíram para essa mesma obra é relevante. Até hoje, pouco ou nada se sabia sobre a relação de complementaridade entre a indústria das pedreiras e as vias aceleradas.

Fizemos referência ao facto de o projeto de construção das ferrovias já estar na órbita do Estado na década de '40 do século XIX, pelas razões que já mencionámos não teve sucesso. Mesmo com as novas condições favoráveis, a empresa enfrentou diversos constrangimentos. Por um lado, pela polémica que causou – foram vários os debates que originou dentro dos quadrantes da vida política portuguesa. Por outro lado, o próprio ritmo de construção dos caminhos de ferro não resultou num processo contínuo (1856-1864, 1878-1890, 1900-1911), isto é, verificaram-se ritmos de crescimento acelerado e ritmos de abrandamento e até estagnação que, invariavelmente, estiveram condicionados por conjunturas de crise económica e financeira[29].

A segunda fase de construção das linhas férreas corresponderia também a um período onde o Estado começava, de forma mais sistemática, a obter dados sobre a composição do tecido industrial nacional, neste caso específico, as pedreiras. Dispomos de algumas referências diretas que não incidem somente nos inquéritos realizados entre 1870 e 1890. Tanto o relatório elaborado por Boaventura José Vieira, em 1880[30], como a *Folha de Liquidação de Importâncias à Empresa Construtora das Linhas do Norte e Leste*[31] fornecem-nos informações preciosas que nos permitem entrelaçar a construção dos caminhos de ferro com o recurso às pedreiras

[28] Alves. *Mármore, Património para o Alentejo*, 45-46.
[29] Silveira, Luís Espinha da, Daniel Alves, Nuno Miguel Lima, Ana Alcântara, e Josep Puig."Caminhos de Ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930". *Ler História* 61 (2011): 7-38, 14.
[30] Boaventura, José Vieira. *A Questão do Caminho de Ferro do Douro*. Porto: Typographia Central, 1880.
[31] Cf. Mónica *et al. Estudos Históricos: Estudos sobre os Caminhos-de-Ferro em Portugal*, 50.

em décadas anteriores. No primeiro caso, trata-se de um relatório com uma breve descrição e avaliação decorrente das obras realizadas. No segundo caso, temos dados sobre orçamentos e pagamentos feitos sobre encomendas de material proveniente de pedreiras, alvenaria e cantaria, entre outros materiais. Sabendo que boa parte das linhas de norte e leste foram construídas ainda nas décadas de '50 a '70, esta informação é substancialmente elucidativa sobre a influência desta indústria na construção das ferrovias, num período em que a obtenção de informação sistemática através de inquéritos era ainda uma miragem. De modo a reforçar essa ideia, atente-se ao que Magda Pinheiro menciona: "não devemos negligenciar a alta demanda do material de construção para construção dos caminhos de ferro"[32]. O volume de encomendas oscilou no tempo, acompanhando os ritmos de construção. Por exemplo, verificamos um grande volume de encomenda de balastro entre 1861-1865, sendo que posteriormente entraria em declínio, sendo somente o seu crescimento retomado de forma crescente e contínua a partir de meados de 1870, com maior evidência na década de 1880[33].

Não deixa, porém, de ser importante salientar um aspeto importante sobre a exploração das pedreiras e a sua relação com as obras públicas em geral: era processo comum explorar-se pedreiras ao longo das vias de construção, possivelmente devido ao problema e ao custo do transporte do material; o que acontecia, provavelmente muitas vezes, seria que mal terminasse a construção, a pedreira em uso ficasse ao abandono, ou seja, fim da construção – fim da exploração, o que tornaria mais difícil a recolha de informações sobre a indústria em si e qual a sua influência nas ferrovias. Esta teoria é sustentada, não só através dos resultados do inquérito de 1890, pois em períodos anteriores também tal se verificou, quando os inquiridores mencionam situações onde o fim da exploração se verificava após a conclusão das obras. Um exemplo disso é o fim da construção das ferrovias da linha do oeste[34], ou o fim da exploração da pedra necessária para a estação do Rossio, pois as pedreiras que estavam a laborar nesse sentido conheceram logo a seguir o seu encerramento[35].

Porém, mesmo com todas as dificuldades inerentes à recolha de informação, é possível inferir que a exploração das pedreiras esteve diretamente ligada com os ritmos de construção. Salientamos o exemplo que

---

[32] Mónica *et al*. *Estudos Históricos: Estudos sobre os Caminhos-de-Ferro em Portugal*, 51.

[33] Pinheiro, Magda. "Chemins de fer, structure financière de l'État et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)". Doutoramento, Universidade de Paris, Instituto de História Económica e Social, 1986, 271.

[34] Direcção Geral do Comércio e Industria (DGCI). *Inquérito industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I, 1891, 225.

[35] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 223.

nos chega das pedreiras em Estremoz, com base nos dados do inquérito de 1872. Segundo estes dados, as pedreiras do concelho já lavravam antes de 1866, mas conheceram a suspensão dos trabalhos pouco tempo depois, sendo somente retomadas em 1872[36]. Isto não deixa de ser curioso, pois coincide com os períodos de estagnação que a construção encontrou: "A exploração não podia evitar o profundo marasmo de 1866 a 1870. A partir de metade dos anos '70, o aumento considerável da demanda de pedra para a cama dos caminhos de ferro contribuiu para o desenvolvimento da exploração das carreiras"[37]. Do concelho de Borba, no mesmo ano em que a exploração se começa a intensificar noutras localidades, também existe a indicação de que dali estaria a ser extraída pedra para ser aplicada em "diversas obras públicas, particulares e artes"[38]. Um exemplo semelhante para o concelho de Mourão, onde se encontrariam "em lavra pedreiras de onde se extrai pedra para cantaria e construção de muros"[39]. Atente-se que o prolongamento da construção da linha do sul tinha sido retomado[40], sendo o troço que ligaria Venda do Duque a Estremoz inaugurado em 1873.

Pese embora os dados para este período da década de 1870 não sejam abundantes, parece-nos, porém, plausível que semelhante lógica se tenha verificado noutras zonas do país onde estivessem a ser construídas ferrovias.

No que diz respeito à zona mais a sul do país, mais precisamente o distrito de Faro, os dados recolhidos não nos fornecem indicações diretas sobre a utilização de matéria-prima das pedreiras do distrito na construção dos caminhos de ferro. Contudo, tendo em mente que os empreendimentos envolviam a construção de inúmeras infraestruturas indispensáveis inerentes às ferrovias, não será totalmente descabido inferir que a diversa matéria-prima existente tivesse também sido utlizada nos caminhos de ferro das linhas do sul – isto sabendo que, por exemplo, o troço que ligaria Amoreiras a Faro seria inaugurado em 1889.

Com recurso aos dados do *Inquérito Industrial de 1890*, sabemos que na zona centro e litoral do país se verificou esta relação simbiótica, que temos vindo a sustentar, entre a indústria e as ferrovias. Do concelho da Batalha, distrito de Leiria, saiu a matéria-prima que estaria na origem da

---

[36] Arquivo Distrital de Évora (ADE), Governo Civil de Évora, cx. 220, *Mapa de Pedreiras em Lavra – Estremoz 1872*, s.d.

[37] Pinheiro. *Chemins de Fer, Structure Financière de l'État* [...], 218.

[38] ADE, Governo Civil de Évora, cx. 220, doc. 10, *Mapa de Pedreiras em Lavra – Borba 1872*, 1 dez. 1872.

[39] ADE, Governo Civil de Évora, cx. 220, doc. 10, *Mapa de Pedreiras em Lavra – Moura 1872*, 1 dez. 1872.

[40] Alegria, Maria Fernanda. *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910): as Vias e o Tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990, 252-253.

construção da estação do Rossio – calcário branco e brando, em Lisboa[41]. Em Viseu, com o recurso à pedreira situada na serra do Crato, foi extraída pedra que permitiu tanto a construção da linha férrea, como as duas estações, Viseu e Santa Comba Dão, que compõem o troço inaugurado em 1890[42]. A ponte ferroviária de Arganil, no distrito de Coimbra, é mais um exemplo desta interdependência[43].

Estamos, portanto, inclinados a afirmar com segurança que, relativamente aos caminhos de ferro – uma das maiores concretizações materiais do Portugal moderno idealizado pelos políticos da Regeneração –, a indústria das pedreiras foi uma das variáveis essenciais – também estimulada pela crescente necessidade – para a sua concretização.

OS PORTOS: LISBOA E LEIXÕES

A política de construção e melhoramento das vias de comunicação não consistiu apenas nas vias ordinárias e aceleradas; a circulação marítimo-fluvial também obteve atenção por parte do poder público e foram várias as obras que foram feitas nos portos e barras do reino durante a segunda metade do século XIX, sendo o recurso à matéria-prima das pedreiras de norte a sul do reino uma realidade. Aqui iremos incidir apenas nos portos de Lisboa e Leixões.

As pedreiras foram favorecidas pelo contexto favorável de obras públicas e revelaram-se igualmente benéficas para o mesmo. O porto de Lisboa era, historicamente, uma referência em termos internacionais e acabou por ver muitos dos seus planos para recuperação e modernização concretizados, em grande parte, por força do material extraído das pedreiras, consequência prática da relação de benefício mútuo; exemplo disso mesmo é o concelho de Oeiras de onde a "maior parte do material é empregue no revestimento de muros de cais, especialmente nas vastíssimas obras no porto de Lisboa"[44], que assim se pode modernizar. O caso do porto de Leixões é um caso muito particular. O porto foi construído de raiz, os estudos para a sua construção já datam da década de 1850, dadas as crónicas dificuldades de acesso à barra do Douro. A imperiosidade da construção não se pautava apenas como uma alternativa às infraestruturas marítimas localizadas na cidade do Porto, as expectativas sobre as suas funções alargavam-se substancialmente: "Enfim, este porto [é] indispensável não só para a praça do Porto como para todas as províncias

[41] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 223.
[42] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 254-255.
[43] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 207-208.
[44] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 235-236.

do norte do país e para uma grande parte do país vizinho"[45]. Foi com o recurso à extração de pedra no concelho de Bouças (Porto) que se obteve o material para a construção do porto de Leixões – um custo estimado (apenas da matéria-prima ali extraída), ainda que subavaliado segundo as próprias indicações do inquérito, de 57 000$000 (cinquenta e sete mil contos) – um investimento extraordinariamente elevado na época[46].

As obras no porto de Lisboa, tal como muitas outras que foram executadas, foram importantes na medida em que consistiram em remodelações nas estruturas marítimo-fluviais da época, realizadas com recurso às pedreiras nacionais e estimulando o investimento e trabalho nas mesmas. Contudo, é a construção do porto de Leixões que se assume com uma das grandes concretizações dentro dos projetos de vias de comunicações neste campo, sobretudo pela importância que acabou por adquirir, dado que iria passar a ser o único porto capaz de rivalizar com o de Lisboa, no final do século, onde o tráfego marítimo-fluvial ainda era considerado intenso, concentrando, juntamente com Lisboa, mais de 93% do total do tráfego realizado[47]. Pode-se considerar que se tratou de um empreendimento de sucesso, construído de raiz e para o qual contribui a indústria das pedreiras.

O *BOOM* HABITACIONAL: A RESPOSTA DAS PEDREIRAS

O surto industrial, fruto da política dos governos na Regeneração, levou a grandes movimentações de bolsas populacionais para Lisboa e Porto. Lisboa seria o caso mais paradigmático e claro da influência da indústria das pedreiras na questão da construção habitacional.

Lisboa, tal como o Porto, encontrou um período intenso de crescimento de população. O período de 1864-1878 seria de crescimento, mas este seria apenas, segundo Álvaro Ferreira da Silva, uma reposição de índices populacionais anteriores. Todavia, entre 1878-1890, já se trata de uma decisiva expansão de população na capital, com um crescimento de 2,3% ao ano – o maior ao longo do tempo em estudo[48].

O grande afluxo aos polos industriais obrigava à construção de habitações, dado que a concentração de mão de obra operária nesses locais

[45] Entre outros aspetos, era expectável que grande parte das pescarias da costa da Galiza pudesse chegar a Madrid via Leixões e linha do Douro. Cf. Alegria. *A Organização dos Transportes em Portugal* [...], 204.
[46] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 241.
[47] Alegria. *A Organização dos Transportes em Portugal* [...], 212.
[48] Silva, Álvaro Ferreira da. "A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)". *Análise Social* 32 (1997): 779-814.

era cada vez mais intensa[49]. Em Lisboa, sobretudo nas suas extremidades, fazendo com a que a cidade se expandisse, foram construídos bairros operários: correntezas, pátios e vilas para tentar dar resposta à procura[50]. O volume do incremento na construção civil foi sustentado pela verificação da intensificação da atribuição das licenças para o efeito – entre 1881 e 1891, ponto máximo do ciclo de atribuição de licenças, houve um aumento de 655% de concessões, de 42 para 317, o que denota bem a grandeza decorrente das necessidades de construção[51].

As informações disponíveis nos inquéritos, sobretudo o de 1890, atestam a importância que a indústria das pedreiras teve no processo de construção civil em Lisboa. Para reforçar esta ideia, devemos ter em consideração que, como Álvaro Ferreira da Silva afirma, a esmagadora maioria das matérias-primas não eram importadas (seriam, portanto, nacionais) e escapariam ao controlo alfandegário – a exceção seria a alfândega interna de Lisboa, por onde entrariam materiais de construção provenientes de outros pontos do país[52]. Um exemplo concreto da entrada de materiais de construção na alfândega de Lisboa está presente no inquérito de 1890; o inquiridor recebeu algumas queixas de donos de pedreiras no concelho de Cascais, dando conta que as encomendas de cantaria para as construções em Lisboa ficavam muito tempo retidas na alfândega, causando-lhes grandes transtornos[53].

No que diz respeito a exemplos mais concretos do relevo das pedreiras neste negócio, atente-se que na própria cidade existia um vasto conjunto de pedreiras em lavra extensiva, onde o material extraído servia para fabricar telhas e tijolo, entre outros, que seria "aplicado em larga escala em vários concelhos de Lisboa"[54]. No distrito de Leiria laboravam pedreiras de calcário, cujo consumo local teria pouca importância, contudo, "Lisboa, pelas suas numerosas construções tem requisitado bastante material deste distrito, apesar da grande abundância dos calcários que se exploram nos seus arredores"[55]. Exemplo semelhante provém de Sintra; a intensiva exploração de pedreiras de calcário, que seria, geralmente, empregue como pedra de cantaria em Lisboa em face do volume de construção na capital[56]. Nos concelhos de Torres Vedras e Vila Franca, faz-se referência

[49] Pereira, Nuno Teotónio. "Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário". *Análise Social* 127 (1994): 509-510.
[50] Mais detalhes, cf. Pereira. "Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930", 511-514.
[51] Silva. "A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)", 602-605.
[52] Silva. "A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)", 602.
[53] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 231.
[54] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 232.
[55] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 223.
[56] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 232.

à encomenda de matéria-prima para a capital: alvenaria, cantaria e argila para o fabrico de telhas e tijolo. Refira-se, ainda, o exemplo de Portalegre, onde as pedreiras de Marvão em lavra industrial forneciam cal para todo o país[57].

Seria evidente a importância que esta indústria teve naquilo que foi a extrema necessidade de alojar, de criar condições mínimas de permanência, dos crescentes fluxos de população que se tinham deslocado para as cidades, mais precisamente Lisboa e Porto (com a construção das *Ilhas*)[58] – sobretudo no período mais intenso de 1878-1890. As referências não só atestam a importância da indústria das pedreiras na construção civil, como também nos alertam para o facto da existência de um mercado de cariz nacional em relativo funcionamento, em que os produtos, através das vias de comunicação, vão circulando e chegam aos locais onde são necessitados.

O ALENTEJO, SINÓNIMO DE QUALIDADE

Esta ideia de mercado nacional, ainda que possivelmente num estado embrionário, e a sua relação com as pedreiras é muito importante, pois permite-nos destacar, ou inscrever, a região do Alentejo de uma forma mais particular neste contexto. O anticlinal de Estremoz era a zona de onde se extraía, de forma mais predominante, a pedra mais valiosa – o mármore. Não quer isto dizer que não existisse ou não se extraísse este tipo de pedra no resto do continente português. Porém, o Alentejo seria o local onde a extração de mármore seria uma referência, podendo ter sido solicitado para vários pontos do país e não só. Carlos Filipe salienta que no âmbito das suas aplicações estaria objetivamente a arte fúnebre, com encomendas para Espanha e França, tendo também conhecido grande dinâmica em Portugal, sobretudo após a abertura dos cemitérios públicos[59].

A documentação reforça essa ideia. Os inquéritos de 1885 relativos aos concelhos de Évora[60] e do Alandroal[61] dão a indicação de que a matéria-prima seria destinada para construções de vários tipos e necessidades. O mármore extraído era igualmente consumido localmente, aliás, a construção da Sé de Évora e da igreja de Vila Viçosa são exemplos

[57] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 236-237.
[58] Teixeira, Manuel C. *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.
[59] Alves. *Mármore, Património para o Alentejo*, 58.
[60] ADE, Governo Civil de Évora, cx. 222, doc. 18, *Mapa de Pedreiras em Lavra – Évora 1885*, 12 maio 1886.
[61] ADE, Governo Civil de Évora, cx. 222, doc. 18, *Mapa de Pedreiras em Lavra– Alandroal 1886*, 11 maio 1886.

proeminentes dessa mesma aplicação. O inquérito de 1890 faz também referência a material vindo de Évora, que era aplicado não só na construção civil, mas também na edificação da estátua de D. Pedro IV e em monumentos fúnebres[62].

Dentro da indústria extrativa, na sua globalidade, a região alentejana assumiria um destaque bastante particular – reflexo disso mesmo são as referências feitas por Felix Ribeiro sobre a qualidade dos mármores portugueses, nomeadamente os de Vila Viçosa e Estremoz, recordando o "antigo fornecimento para Madrid e a venda ao Brasil no período da sua grande construção". Também refere que, mesmo após dificuldades de vária ordem, os mármores portugueses foram preferidos para o uso em várias obras em cidades europeias e americanas[63]. O mármore alentejano tinha reconhecimento no estrangeiro, veja-se o exemplo do elogio que foi feito à pedra portuguesa no contexto da oferta de um presente do rei D. Pedro V à rainha Victória, tendo Edward Hull, um académico ligado à indústria das pedreiras britânicas – responsável pela repartição estatística –, caracterizado o mármore português e o respetivo presente desta forma:

> *Portugal*, also, produces several good varieties of marble; that known as the "Emperor's Red", of which a fine block was presented by the late Don Pedro, King of Portugal, to Queen Victoria for the royal mausoleum at Frogmore being most highly prized. White marbles are found at Estrennas and Vianna; yellow and red at Alentejo and Troncao; blue at Serpa and Villaviciosa; and a peculiar variety called "agate marble" at Alentejo[64].

A descrição mostra que o mármore alentejano seria altamente conceituado e de uma beleza raríssima.

No que diz respeito à aplicação dos mármores no contexto da construção civil, nomeadamente nas habitações, atentemos ao que escreveu Felix Ribeiro:

> De resto, se é lícito aceitar que, para viver, o homem carece de pão, também deve ser consentido que o mesmo homem não procure a cabana, como não usará a tanga. O conforto do lar, base da felicidade da família, há de através dos séculos, mais e mais, exigir o emprego do que é estruturalmente bom; e de bom o mármore tem tanto que nada o substitui[65].

O mármore, esse, por excelência, estaria e sairia do Alentejo.

---

[62] DGCI. *Inquérito Industrial de 1890*, 213.
[63] Ribeiro. *A Indústria dos Mármores*, 14.
[64] Hull, Edward. *A Treatise on the Building and Ornamental Stones of Great Britain and Foreign Countries*. London: Macmillan, 1872, 143.
[65] Ribeiro. *A Indústria dos Mármores*, 41.

CONCLUSÃO

Este trabalho tentou dar mais um contributo para que se conheça um pouco melhor algumas das áreas em que a indústria extrativa das pedreiras incidiu na segunda metade do século XIX, através de duas linhas de condução: o relacionamento entre as pedreiras e o Estado e todas as questões teóricas adjacentes e a sua relação com o planeamento e a concretização dos melhoramentos materiais – as infraestruturas de comunicação e as habitações, dentro daquilo que foi o período da Regeneração e o *fontismo*. Por fim, dentro destas linhas mestras, debruçámo-nos um pouco sobre o Alentejo e as suas particularidades.

Na primeira vertente, vimos que as pedreiras tiveram uma ligação frutífera com o Estado, isto é, a indústria contribuiu, em certa medida, para a modernização da máquina administrativa do Estado – as tentativas de obtenção de informação, as leis (decretos, portarias, circulares) que foram sendo elaboradas, em algumas situações, com o avançar da linha do tempo, de forma constante – reforçam essa mesma ideia. O Estado procurou modernizar-se e seguiu os preceitos mais modernos para o fazer, seguindo invariavelmente o que se fazia lá fora, e nesse particular, Portugal seria marcado invariavelmente pela influência francesa. Porém, esse relacionamento produtivo foi também marcado mormente por alguma tensão, ou seja, à medida que o Estado liberal se foi tentando modernizar e implementar no território, conheceu e teve que se bater com várias formas de resistência ao seu poder e tentativa de afirmação. Como tivemos oportunidade de verificar, essas resistências tiveram eco em atores que iam desde os próprios funcionários públicos: aqueles que com responsabilidade faziam interpretações discricionárias dos diplomas legais ou aqueles, como alguns inquiridores, que primavam pela displicência – os resultados estariam sempre condicionados por estas questões. Por outro lado, a própria população também causava problemas neste contexto, isto é, à falta de instrução, que não permitia perceber na plenitude o objetivo dos inquéritos, juntava-se o receio da sobrecarga de impostos, o que muitas vezes levava ao desrespeito, não só pelas leis em si, mas também pelo solicitado pelo inquiridor, mentido sobre as mais diversas temáticas relacionadas com a profissão e produção nas pedreiras. O Estado nunca descurou as pedreiras e foi procurando dentro das suas possibilidades fazer com que se cumprisse os desígnios dos diplomas promulgados ao longo da segunda metade do século XIX.

Sobre a confluência entre esta indústria e os melhoramentos materiais inerentes aos projetos do *fontismo*, procurámos mostrar que as pedreiras tiveram uma contribuição bastante significativa e que à medida que iam

surgindo novos desafios, a indústria conseguiu dar uma resposta cabal às necessidades que os novos tempos impunham. Destacámos o relacionamento entre as pedreiras e os caminhos de ferro, o grande símbolo de modernização das nações. As fontes não deixam dúvidas que as pedreiras contribuíram para a construção do primeiro sistema ferroviário, quer ao nível do assentamento do ferro – e, mais tarde, aço – nas chamadas *camas*, da construção de muros e esteios ao longo dos troços, quer ao nível da construção das próprias estações de comboios – exemplos: Viseu, Estremoz, Rossio, entre outros. Mencionámos também a cooperação das pedreiras com a circulação marítimo-fluvial, destacámos a importância que esta indústria teve no melhoramento de diversos portos e barras, mas sobretudo na construção de raiz do porto de Leixões, que resolvia não só o problema da barra do Douro, questões já datadas do século XVIII, mas porque o porto de Leixões iria assumir uma relevância tal que rivalizaria com o porto de Lisboa já nos finais do século XIX.

No que diz respeito ao *boom* habitacional, sobretudo na década de 1880, é pertinente dizer que o contributo das pedreiras foi fundamental para fazer face aos grandes fluxos de população que se dirigiram para os polos industriais, nomeadamente Lisboa e Porto – obrigando, inclusive, as cidades a expandirem-se e a reconfigurar os seus limites – em busca de melhores condições de vida. Foi preciso dar resposta, e esta veio com a construção de habitações, com recurso às pedreiras; de muitos pontos do país saiu matéria-prima – uma verdadeira indústria nacional – para enfrentar as necessidades e os desafios que a progressiva industrialização do país impunha.

Por fim, a nota relativa à região do Alentejo. É importante fazer esta ressalva devido à importância que esta região teve dentro da indústria, na sua globalidade. Não se tratava de uma zona rica na quantidade que era extraída, essa, seria Lisboa seguida do Porto, mas pela qualidade do material que, de forma mais particular, ali se extraía, não só para consumo local, mas também para consumo nacional e internacional – como tivemos oportunidade de atestar. O mármore, ao contrário das outras matérias-primas, por ser de uma qualidade e beleza superiores, poderia ter uma aplicação que excedia as questões mais convencionais, isto é, tanto poderia ser aplicado na construção civil, como em variadíssimas formas de arte, fosse a arte fúnebre, estátuas, entre outras. A sua riqueza e variabilidade na aplicação fizeram com que se tornasse um produto por excelência que seria sempre dotado dos mais vários elogios; isso fez com que, em Portugal, o seu local de extração fosse, por excelência, o Alentejo. Se

pudéssemos atribuir uma capital à indústria do mármore propriamente dito, essa seria o anticlinal de Estremoz.

Na sua globalidade, este artigo pretende contribuir para um tema que tem sido negligenciado pela historiografia e apenas recentemente começou a obter alguma atenção e resultados. Todavia, existe ainda muito trabalho por fazer.

FONTES

Arquivo Distrital de Évora (ADE), Governo Civil de Évora, Administração do Concelho de Borba, *Mapa de Pedreiras em Lavra – Borba 1872*, Registo de Minas (1857-1873), cx. 220, doc. 10.

ADE, Governo Civil de Évora, Administração do Concelho de Moura, *Mapa de Pedreiras em Lavra – Moura 1872*, Registo de Minas (1857-1873), cx. 220, doc. 10.

ADE, Governo Civil de Évora, Administração do Concelho de Estremoz, *Mapa de Pedreiras em Lavra – Estremoz 1872*, Registo de Minas (1857-1873), cx. 220, doc. 10.

ADE, Governo Civil de Évora, Administração do Concelho de Évora, *Mapa de Pedreiras Existentes – Évora 1885*, Correspondência e mapas concelhios sobre a lavra de pedreiras, Registo de Minas (1837-1897), cx. 222, doc. 18.

ADE, Governo Civil de Évora, Administração do Concelho de Alandroal, *Mapa de Pedreiras em Lavra – Alandroal 1886*, Registo de Minas (1837-1897), cx. 222, doc. 18.

Arquivo Distrital de Faro (ADF), Governo Civil de Faro, Administração do Concelho de Alcoutim, *Correspondência – Julho de 1886*, Mapas com relação das atividades industriais, cx. 294, mç. 3.

ADF, Governo Civil de Faro, Administração do Concelho de Alcoutim, *Mapa de Pedreiras em Lavra 1885*, Mapas com relação das atividades industriais, cx. 294, mç. 3.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, Administração do Concelho de Ponte de Lima, *Mapa de Pedreiras em Lavra – 1886*, processos referentes a pedreiras (1864-1887), cota 8593, doc. 32.

Corrêa Fino, Gaspar. *Collecção de Legislação Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. I (5 vols.), Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

Ministério das Obras Públicas (MOP), Comércio e Indústria, decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, *Diário do Governo*, 1852.

MOP, Comércio e Indústria, decreto de 13 de abril de 1892, 94, *Diário do Governo*, 1892.

MOP, Comércio e Indústria, decreto de 6 de março de 1884, *Diário do Governo*, 1884.

MOP, Comércio e Indústria, decreto de 10 de novembro de 1852, 269, *Diário do Governo*, 1852.

MOP, Comércio e Indústria, decreto de 26 de junho de 1890, *Diário do Governo*, 1890.

MOP, Comércio e Indústria, portaria de 17 de agosto de 1889, 185, *Diário do Governo*, 1889.

MOP, Comércio e Indústria, portaria de 31 de agosto de 1875, 200, *Diário do Governo*, 4 set. 1875.

BIBLIOGRAFIA

Alegria, Maria Fernanda. *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910): as Vias e o Tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990.

Almeida, Pedro Tavares de. "A construção do Estado liberal. Elite política e burocracia na 'Regeneração' (1851-1890)". Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

Almeida, Pedro Tavares de (ed.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. A Construção Nacional: 1834-1890*. Madrid: Fundación MAPFRE; Carnaxide: Objectiva, 5 vols. (vol. II), 2013.

Alves, Daniel (ed.). *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*. Vila Viçosa: CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, 2015.

Boaventura, José Vieira. *A Questão do Caminho de Ferro do Douro*. Porto: Typographia Central, 1880.

Direcção Geral do Comércio e Industria. *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I, 1891.

Hull, Edward. *A Treatise on the Building and Ornamental Stones of Great Britain and Foreign Countries*. London: Macmillan, 1872.

Júnior, Manuel Rodrigues. *A Indústria Mineira em Portugal: Estudo Económico Jurídico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1921.

Mónica, Maria Filomena. *Fontes Pereira de Melo*. Porto: Afrontamento, 1999.

Mónica, Maria Filomena, Magda Pinheiro, Maria Fernanda Alegria, e José Barreto. *Estudos Históricos: Estudos sobre os Caminhos-de-Ferro em Portugal*. Lisboa: Caminhos de Ferro Portugueses, 1999.

Pereira, Nuno Teotónio. "pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário". *Análise Social* 127 (1994): 509-510.

Pery, Gerardo. *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

Pinheiro, Magda. "Chemins de fer, structure financière de l'État et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)". Doutoramento, Universidade de Paris, Instituto de História Económica e Social, 1986.

Ribeiro, Félix. *A Indústria dos Mármores*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934.

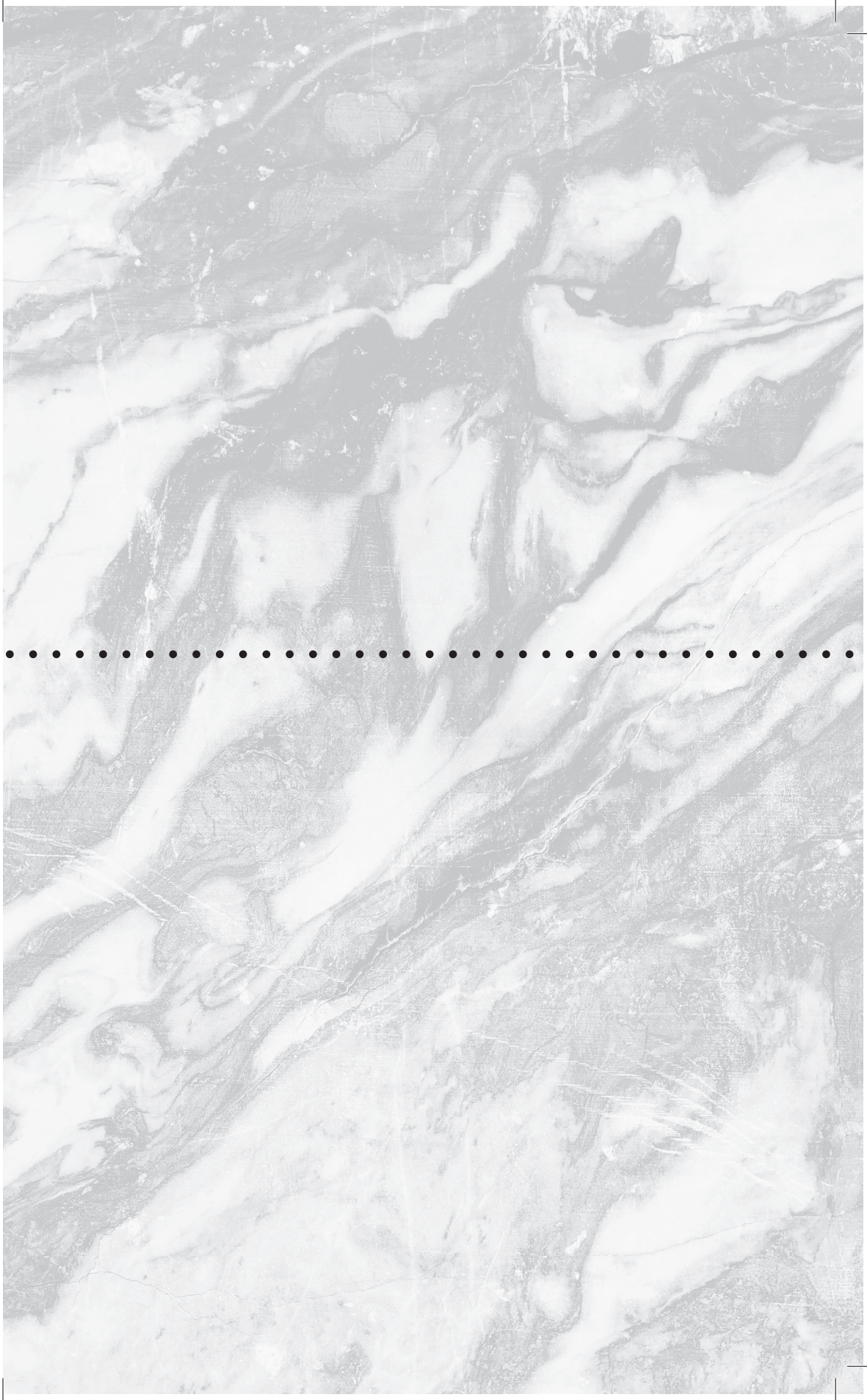
Rocha, Idorindo Vasconcelos. "O carvão numa economia nacional: o caso das minas do Pejão". Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, 1997.

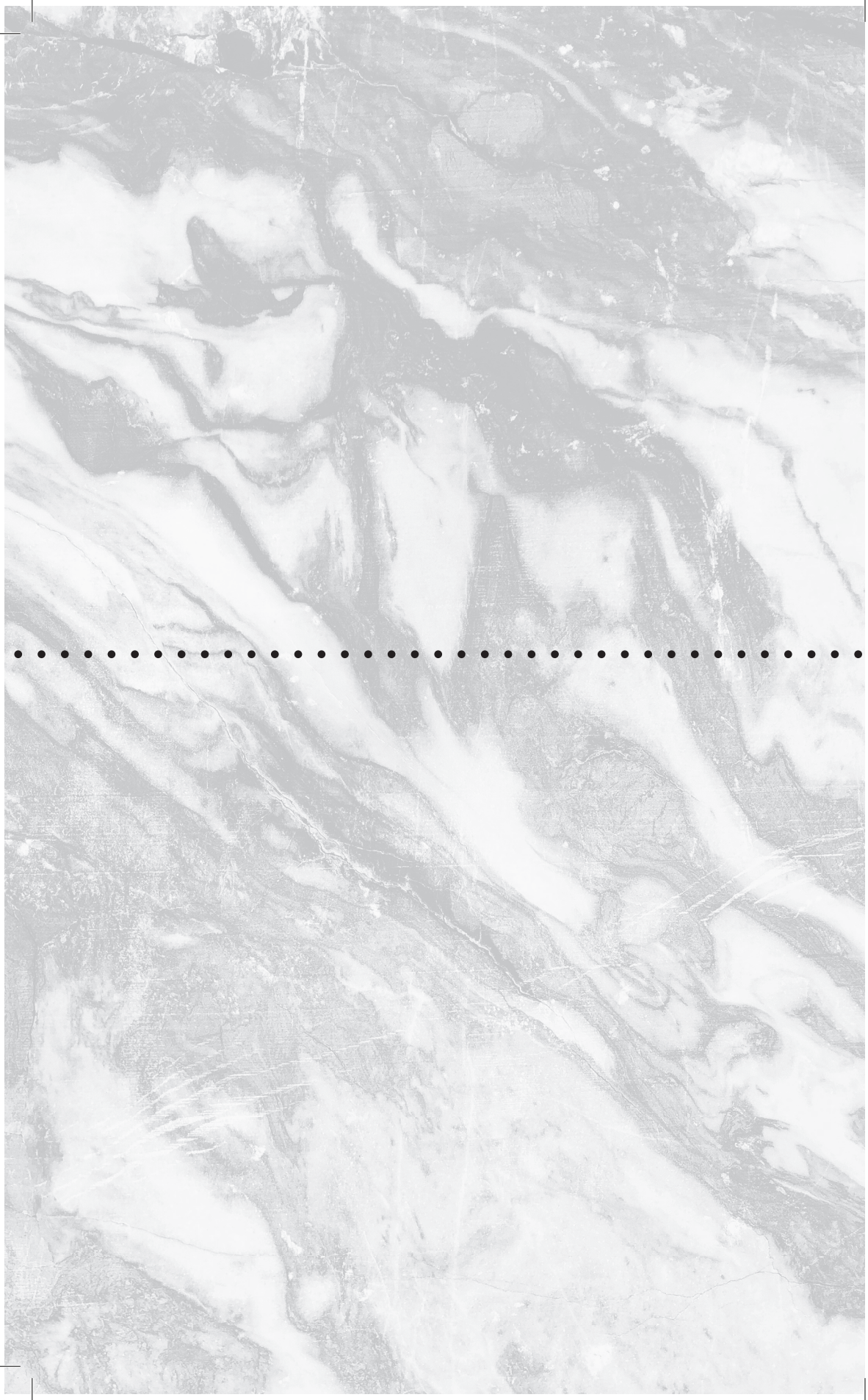
Silva, Álvaro Ferreira da. "A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)". *Análise Social* 32 (1997): 779-814.

Silveira, Luís Espinha da, Daniel Alves, Nuno Miguel Lima, Ana Alcântara, e Josep Puig. "Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930". *Ler História* 61 (2011): 7-38.

Teixeira, Manuel C. *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

Vieira, Boaventura José. *A Questão do Caminho-de-Ferro do Douro*. Porto: Typographia Central, 1880.





PARTE II

A aplicação artística
na época contemporânea

A fachada grandiloquente do paço ducal de Vila Viçosa: cenário de mármore para as comemorações centenárias de 1940

CLARA MOURA SOARES[1]
RUTE MASSANO RODRIGUES[2]
MARIANA PENEDO DOS SANTOS[3]

[1] Faculdade de Letras, Artis – Instituto de História da Arte, Universidade de Lisboa.
[2] Faculdade de Letras, Artis – Instituto de História da Arte, Universidade de Lisboa.
[3] Faculdade de Letras, Artis – Instituto de História da Arte, Universidade de Lisboa.

La façade grandiloquente du Palais Ducal de Vila Viçosa: un scénario en marbre pour les Commémorations centenaires de 1940

Le Palais Ducal de Vila Viçosa, siège de la *Très Sereine Maison de Bragance* pendant des siècles, se place, aux dires de Vítor Serrão, "... parmi les entreprises les plus remarquables de l'architecture seigneuriale du XV^{ème} siècle, qui demeurent dans la Péninsule Ibérique".

Formée de trois étages, avec 23 chevrons tapissés de marbre, sur un total de 110 mètres de longueur, la façade du palais, "sans précédents dans l'architecture civile portugaise", s'insère dans la campagne d'agrandissement et de monumentalisation de la résidence ducale, entreprise, selon certains auteurs, au temps de D. Teodósio Ier, entre 1532/1533 et 1563, dans le goût renaissance; selon d'autres, elle a déjà lieu au temps des duchés de D. Jean Ier et de D. Teodósio II, entre le dernier quart du XVI^{ème} siècle et le début du siècle suivant, rendant évident une adhésion notoire à l'esthétique maniériste.

Indépendamment des divergences quant à l'époque concrète de son exécution et quant à ses auteurs, il est certain qu'il s'agit d'une façade de grand apparat et au fort pouvoir scénographique, révélatrice de l'érudition sous-jacente à son projet architectural, devant laquelle s'ouvre une large place.

En accord avec le programme officiel des Commémorations des Centenaires de l'Indépendance et de la Restauration, Vila Viçosa serait une des scènes choisies pour la célébration de l'*Epoque Brigantine* et D. Jean IV une des figures historiques qui recevra des hommages , s'annonçant d'emblée l'intention que "Sur la place en face [du Palais des Ducs de Bragance, à Vila Viçosa], dûment régularisé et embelli, on devrait ériger une statue dédiée à D. D. Jean IV, le Restaurateur de l'Indépendance. Le Palais, la vaste place, la belle église voisine des Augustins, qui constitue le panthéon des Ducs de Bragance, seraient de cette manière élevés ensemble à la beauté et à la dignité qui leur appartient".

Dans ce contexte, le 6 mai 1938, le directeur général de la Direction Générale des Édifices et Monuments Nationaux (DGEM), Henrique Gomes da Silva sollicite l'architecte Directeur des Monuments Nationaux Baltazar da Silva Castro afin que celui-ci procède à l'élaboration du projet et au devis des travaux de restauration du Palais de Vila Viçosa, de manière à ce que les travaux puissent être conclus lors des commémorations de 1939/1940. Mais une année plus tard, le 25 août 1939, Baltazar de Castro envoyait à Gomes da Silva le projet et le devis "des travaux dont a besoin

le Palais de Vila Viçosa", un total de 1 793 300, 00 escudos, destinés aux matériaux et à la main d'œuvre.

En accord avec la Mémoire Descriptive, les travaux consistaient, dans leur quasi-totalité, dans des œuvres de conservation, au niveau des couvertures (toits et terrasses), des pavements (bois et pierre), de portes et fenêtres, avec le remplacement de ferronneries et de vitres, crépis et blanchiment à la chaux des murs et des voûtes, mais aussi de restauration de certaines peintures anciennes (sur bois,sur toile et murale), de chapiteaux et colonnes de quelques salles, démolition de murs de construction plus récente, et installation électrique dans tout l'édifice. Relativement à la façade, on proposait le "Nettoyage et réparation des pierres de taille de la façade principale, incluant le remplacement des marbres abîmés, afin de montrer le contraste des couleurs du marbre qui aujourd'hui on remarque à peine à cause de la patine épaisse qui avec le cours des années s'y est accumulé".

Les travaux proposés sont dans leur globalité approuvés par le Conseil Supérieur d´Oeuvres Publiques (Décision du 30 janvier 1940), une entité publique à laquelle il incombait l'appréciation technique de projets de travaux sous la responsabilité de l'État ou faites avec son aide ou son soutien et pour décider de son approbation, et recevant l'homologation du ministre Duarte Pacheco. Sur l'avis on souligne, toutefois, que par rapport à au nettoyage et à la réparation des pierres de taille de la façade principale, incluant le remplacement des marbres abîmés, il serait fondamental d'adopter des critères de respect envers l'authenticité du monument et de défense de son âme, matérialisée par la patine dorée des siècles, en évitant des nettoyages excessifs.

Bien que Vila Viçosa constitue une des priorités du programme des centenaires et de la bonne marche enregistrée dans le processus technique et administratif relatif à l'intervention dans le palais, le fait est que les travaux n'auront commencé qu'après les célébrations de 1940, à la suite de l'entrée en fonction de l'Administration de la Fondation de la Maison de Bragance, en janvier 1945, la période antérieure ayant connu seulement quelques interventions d'arrangement urbanistique sous la conduite de l'architecte réputé Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957). Celles-ci auront compris la création de diverses zones de jardinage, entre la Place de la République et la Place du Palais Ducal; la conception d'un monument à Duarte Pacheco, devant être érigé au sommet de l'avenue Bento Jesus Caraça (qui n'a pas été finalisée); et du monument dédié à D. Jean IV. À la même époque aura été également réalisée une intervention sur le tissu urbain de la ville, dont il n'a pas été possible de déceler le nom de

l'auteur, qui a conduit à la démolition de plusieurs quartiers, en suscitant une nouvelle relation entre quelques-uns des édifices historiques les plus représentatifs du lieu.

Quant au monument dédié à D. Jean IV, à édifier sur la place du palais, dont la partie construite lui servant de cadre matériel et historique serait exécuté par le sculpteur Francisco Franco (1885-1955), il revenait à l'architecte Pardal Monteiro de décider de l'emplacement exact de son implantation dans le secteur et de dessiner de sa base.

La statue équestre, inspirée des modèles classiques de l'Antiquité et assise sur une base de granit, ne serait inaugurée que le 8 décembre 1943, trois ans après le délai initial, déjà en dehors du programme des célébrations centenaires. Le retard vérifié dans le processus d'exécution de l'ensemble équestre aura été du, non seulement à l'exigence des travaux de la sculpture et de sa fonte respective, mais surtout aux divergences survenues entre Pardal Monteiro et Duarte Pacheco qui n'ont pas permis que le ministre ait donné suite non seulement à cet ouvrage, mais aussi à l'ensemble des commandes étatiques qui incombaient à l'architecte.

En 1940, lors de l'Exposition du Monde Portugais, près du Pavillon des Découvertes et de la Sphère, des œuvres aussi de Pardal Monteiro serait présentée la version en plâtre, avec une patine grise, de l'ouvrage monumental de Francisco Franco, en taille naturelle. À son tour, sur le Plan d'Urbanisation de Belém, daté de la même année où l'on inaugure la statue de Vila Viçosa (1943), on prévoit l'inclusion du monument en plâtre au Musée des Souvenirs des Commémorations Centenaires, pour une installation dans les Pavillons de Formation et Conquête, pour laquelle on a même élaboré le projet de construction d'une base en brique et en béton armé destinée à la statue équestre, projet auquel il n'a pas été donné suite. À son tour, en 1948, lors de l'exposition réalisée à l'Institut Supérieur Technique afin de célébrer les 15 Ans de Travaux Publics, le modèle du monument dédié à D. Jean IV serait présenté à nouveau, comme un des plus grandes réalisations du régime dans le domaine de la statuaire.

Comme il vient d'être dit, malgré l'intérêt à Vila Viçosa et au Palais ducal envers les commémorations centenaires de 1940 et le fait que tout le processus de travaux se soit trouvé lancé et approuvé par le Conseil Supérieur de Travaux Publics, en vérité les travaux n'ont pas progressé et la ville ducale n'atteindra pas l'éclat prévu dans ces célébrations. Parmi les causes de la torpeur du processus se retrouveront, surtout, le fait que le palais n'était pas patrimoine de l'État, ce qui aura engendré des difficultés d'entente entre les parties engagées dans l'exécution, le manque de main d'œuvre spécialisée et la rupture de relations entre le ministre des

Travaux Publics, Duarte Pacheco, et l'architecte Pardal Monteiro ; de cela résulta l'arrêt de tous les travaux où l'architecte se trouvait engagé.

Le décret-loi n.º 33 726 du 21 juin 1944, émanant du cabinet du ministre des Finances, serait fondamental afin que le processus d'intervention dans le monument de Vila Viçosa soit rendu effectif. Le diplôme prévoyait l'acquisition de l'usufruit des biens légués par D. Manuel II par la Fondation de la Maison de Bragance, était inclus le palais, ainsi que l'obtention d'un prêt auprès de la Caixa Geral de Depósitos, destiné à faire face aux "grands travaux de restauration" nécessaires au complexe palatial et à l'installation du Musée- Bibliothèque. Dans tout le processus se révélerait de grande importance le président du conseil administratif de la Fondation, le Dr. António Luís Gomes (qui était aussi Directeur Général des Finances Publiques), et les diligences engagées auprès du directeur de la DGEM, Henrique Gomes da Silva, en vue de la récupération du projet et de la demande élaborées par la DGEM en 1939. De tels documents auront servi de base à l'exécution, en novembre 1945, d'un nouveau projet et d'un devis actualisé, les travaux, ayant cependant été prévus dès 1939, comme l'attestent les mémoires descriptifs respectifs.

Nous soulignons parmi les différents travaux à réaliser, en relation particulière avec le th^{ème} de notre étude, le nettoyage et la restauration des pierres de taille de la façade principale, "afin de montrer le contraste de couleurs des marbres qu'aujourd'hui l'on remarque à peine à cause de l'épaisse patine qui avec le cours des années s'y est accumulé", un dallage avec des pierres de taille de la région, dans le cloître, et la pose de mosaïques en marbre, dans la chapelle.

En ce qui concerne le devis total des travaux à réaliser, on enregistre, en 1945, plus qu'un doublement des charges, face aux valeurs présentées en 1939, "étant données les grandes variations de prix vérifiées dans la longue période écoulée depuis la date de son élaboration", comme en réfère le président du conseil administratif de la Fondation, António Luís Gomes. Le passage de 1799300,00 à 3937300,00 escudos n'aura pas certainement été due seulement à l'intervalle de six ans qui sépare les deux devis, mais aussi aux conséquences découlant de l'inflation généralisée des prix des matériaux dans le contexte de la II^{ème} Guerre Mondiale.

Raul Lino (1879-1974), alors architecte chef de la Répartition d'Études et Travaux en Monuments de la DGEM et superintendant artistique des Palais Nationaux, a été celui qui a esquissé le plan d'intervention dans l'édifice, visant son adaptation comme Musée-Bibliothèque. Il a aussi dessiné plusieurs pièces de mobilier destinées aux intérieurs, des portes, des pommettes, fermetures, et il a traité du projet d'éclairage de la Place

du Palais. Sur le terrain, l'accompagnement des travaux a été confié à l'ingénieur militaire Ricardo Moreira do Amaral.

Lino oriente ses options par un respect remarquable des structures et des matériaux existants , dans une valorisation sans équivoque de l'édifice et de la mémoire historique évoquée par lui, mettant de côté "des restaurations techniques radicales" ou des imitations qui puissent "éluder l'époque de son exécution", une position qui lui a valu une certaine opposition, nommément de Moreira do Amaral.

Les travaux développés entre 1945 et 1953 ont consisté, essentiellement dans les campagnes destinées à adapter l'ancien Palais de Vila Viçosa comme Musée-Bibliothèque, mais aussi dans la récupération de l'édifice face à l'état avancé de dégradation auquel il était parvenu face aux années successives d'occupation intermittente de la part de la famille royale, en particulier, des démolitions de petites dépendances, la construction des escaliers intérieurs, le remplacement des châssis des fenêtres et des portes, la pose de vitres, le traitement des toits, le nettoyage et l'arrangement des pierres de taille de la façade, l'arrangement des jardins, diverses mises á chaux, l'électrification de quelques dépendances, l'enlèvement de papiers muraux et des moquettes, le remplacement de toits et de parquets, et la restauration de peintures murales. Relativement aux pavements, il faut souligner les proposition dignes d'intérêt de Lino "pour le pavage de la salle des Ducs avec des marbres variés", pariant clairement sur l'utilisation des matériaux de la région, bien que l'option soit revenue à une solution qui conjuguait le marbre et la brique, lesquelles céderont la place peu d'années plus tard à un revêtement totalement conçu dans le second matériau.

Quant à l'intervention sur la façade, débutée en 1945, celle-ci semble être devenue prioritaire, face à quelque instabilité vérifiée dans divers éléments en pierre. Ainsi, les travaux se seront focalisés sur l'amélioration des pierres de taille, en particulier sur la fixation de pièces de marbre, mais aussi le remplacement de quelques éléments qui étaient brisés, et moins sur les nettoyages profonds ou la démolition de la mansarde située dans l'axe du corps central de la façade (dénommée "maison des couturiers"), comme il était prévu au départ. Raul Lino prônait la conservation de ce qui existe et des actions qui puissent ne pas compromettre l'"âme" et le "caractère pittoresque" des monuments.

Dans la dernière année de la II^{ème} Guerre Mondiale qui avait conduit aux plus grands ébranlements dans la destruction patrimoniale de toujours à l'échelle globale, l'architecte de la DGEM orienterait son action en invoquant les principes structurels de la Charte d'Athènes (1931), qui pri-

vilégiaient la conservation au détriment de la restauration et "le respect par l'œuvre historique et artistique du passé sans bannir le style d'aucune époque", justifiant, par exemple, le maintien de la "maison des couturiers" qui était dans la mire des démolisseurs.

Dans ce contexte, les recommandations pour le "nettoyage et restauration" des blocs de taille en marbre, émanant en 1939 du Conseil Supérieur des Travaux Publics[1] et que Lino suivrait, sont remarquables, aboutissant à un document de la plus grande importance pour l'histoire de la restauration monumentale au Portugal. On défend le "caractère particulier" du temps, responsable par la "patine dorée" exhibée par les blocs de taille de l'édifice et on distingue la patine de la saleté. La première, qu'"en aucune manière il ne convient pas d'éliminer", est envisagée comme synonyme, non seulement d'antiquité, mais d'authenticité. Ainsi à l'opposé des brosses en fil de fer ou des meules à nettoyer la façade, parce qu'ils étaient trop abrasifs, on recommande l'utilisation seule de l'eau et de balais. Ce fut cette vision conservatrice et conservative qui a été choisie.

Du projet de Raul Lino pour le Palais de Vila Viçosa faisait partir l'installation électrique à l'intérieur de l'édifice, exécutée partiellement, mais aussi de la grande place frontale, avec un modèle de candélabre qui semble reprendre un autre existant antérieurement, en fer fondu, avec une lanterne au-dessus de laquelle était posée une couronne royale fermée, assise sur un robuste pilier en marbre, nous rappelant le monument public du XVI^{ème} siècle Commémoratif de la Bataille de Montes Claros.

Il est vrai que l'intervention dans le Palais Ducal finirait par ne pas se réaliser à temps pour les Célébrations Centenaires comme cela était prévu : Toutefois, l'investissement que la Fondation de la Maison de Bragance y fait, entre 1945 et 1953, en promouvant l'adaptation de l'édifice ducal, très endommagé, comme musée-bibliothèque, ouvert au public, est venu créer un indéniable pole d'attraction culturel et artistique à Vila Viçosa, une "des premières terres du pays à avoir reçu la désignation *demeure de tourisme"*, en 1933.

[1] Souscrit par l'ingénieur Raul da Costa Couvreur, par Francisco Maria Henriques, Luiz da Cosata Amorim, Francisco Augusto Homem da Silveira Sampaio de Almeida e Melo, António Vicente Ferreira, ingénieur Fernando Galvão Jácome de Castro et l'architecte Carlos Chambers Ramos.

The grandiose façade of the Ducal Palace of Vila Viçosa: a marble setting for the Centennial Commemorations of 1940

The Ducal Palace of Vila Viçosa, for centuries the home of the House of Bragança, is, in the words of Vitor Serrão, "... among the most remarkable 16th century manor houses in the Iberian Peninsula."

Built on three floors with 23 marble-lined sections, 110 meters in length, the palace frontage is "unprecedented in Portuguese civil architecture", and is part of the project of extension and enlargement of the ducal residence, built during the time of D. Teodósio I, between 1532/1533 and 1563, in a Renaissance style, according to some authors; and, according to others, it was built in a later time, during the times of D. João I and D. Teodosio II, between the last quarter of the 16th century and the beginning of the following century, showing a notorious adherence to Mannerist aesthetics.

Regardless of the divergences as to the actual time of its construction and its authors, it is certain that it is a façade with great apparatus and strong scenographic power, revealing the erudition underlying its architectural project, in front of which we can find a large yard.

According to the official program of the Centennial Commemorations of the Independence and Restoration, Vila Viçosa would be one of the places chosen for the celebration of the *Brigantine Season* and D. João IV, one of the historical figures to be honoured. There was the intention that "In front of the Palace [of the Dukes of Bragança, in Vila Viçosa], duly regularized and embellished, a statue should be built for D. João IV, the Restorer of Independence. The Palace, the vast square, the beautiful Augustinian frontier church, the pantheon of the Dukes of Bragança, would thus be elevated altogether to the beauty and dignity belonging to them."

In this context, on May 6, 1938, the director general of the General Directorate of National Monuments and Buildings (DGEMN), Henrique Gomes da Silva, asked the Director of National Monuments, architect Baltazar da Silva Castro, to provide the project and budget for the restoration works of the Palace of Vila Viçosa, so that the works could be completed in time for the celebrations of 1939-1940. More than a year later, on August 25, 1939, Baltazar de Castro sent to Gomes da Silva the project and budget "for the necessary works for the Palace of Vila Viçosa", a total of 1 799 300$00 for materials and labour.

According to the descriptive report, the works consisted, almost entirely, of conservation works, for roofs and terraces, pavements (wood and stone), doors and windows, with the replacement of irons and glasses,

plastering of walls and domes, but also the restoration of some old paintings (on wood, on canvas and on murals), chapitels and columns for some of the rooms, demolition of more recent walls, and electrical installation throughout the building.

Regarding the façade, it proposed to "clean and repair the stonework of the main façade, including the replacement of broken marbles, in order to show the contrast of the marble colours that are scarcely noticed today due to the thick patina accumulated during the course of the years."

The proposed works were fully approved by the Public Works Council (official note dated January 30, 1940), a public body in charge of the technical appraisal of projects of works funded by the State or by public aid or subsidy, subject to approval, and received approval from Minister Duarte Pacheco. In the official note, however, it should be pointed out that regarding the cleaning and repairing of the masonry of the main façade, including the replacement of broken marbles, it would be fundamental to adopt criteria of respect for the authenticity of the monument and its soul, embodied in the centuries-old golden patina, by avoiding excessive cleaning.

Although Vila Viçosa was one of the priorities of the centennial program, and despite the good progress made in the technical and administrative process concerning the intervention in the palace, the fact is that the works would only begin after the 1940 celebrations, following the appointment of the Administration of the Foundation of the House of Bragança, in January of 1945. Previously, only a few urbanistic interventions were made, by well-known architect Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957). These interventions included the creation of several landscaped zones, between the Place of the Republic and the Terreiro of the Ducal Palace; the design of a monument to Duarte Pacheco, to be erected at the top of Av. Bento Jesus Caraça (which was never built); and the monument to D. João IV. At the same time, an intervention was also carried out in the urban fabric of the village, whose authorship was not possible to establish, which led to the demolition of several blocks, providing a new relationship between some of the most representative historic buildings in this place.

Regarding the monument to D. João IV, to be built on the yard of the palace, with its surroundings serving as a material and historical frame, it was to be executed by sculptor Francisco Franco (1885-1955), with the architect Pardal Monteiro deciding on the exact location of its implementation on the yard and framing.

The equestrian statue, inspired by the classic models of antiquity and based on granite, would only be inaugurated on December 8, 1943, three

years later than planned, already outside the program of centenary celebrations. The delay in the execution of the statue was not only due to the requirements of sculpture and its foundry, but also to the differences between Pardal Monteiro and Duarte Pacheco, which caused the Minister not allowing this construction as well as other set of public works made by this architect.

In 1940, in the Exhibition of the Portuguese World, next to the Pavilion of the Discoveries and the Sphere, works by Pardal Monteiro, we could find a presentation of a plaster, patinated gray version in natural size of the monumental work by Francisco Franco. On the other hand, in the Plan for the Urbanization of Belém, dated from the same year of the inauguration of the statue of Vila Viçosa (1943), the monument in plaster was included in the Museum of Memories of the Centennial Commemorations, to be installed in the Pavilions of Formation and Conquest. To this purpose, there was a project for the construction of a base in brick and reinforced concrete destined to the equestrian statue, but it was never actually made. In 1948, during the exhibition held at Instituto Superior Técnico for the celebration of 15 Years of Public Works, the model of the monument to D. João IV would again be presented as one of the greatest accomplishments of the regime regarding statuary.

As stated, despite the interest in Vila Viçosa and the Ducal Palace for the centennial celebrations of 1940 and the whole working process being discussed and approved by the Superior Council of Public Works, the truth is that the work had not advanced and the ducal village would end up not having the prominence anticipated in the mentioned celebrations. Among the causes for the delay of this process would be, above all, the fact that the palace was not State property, which generated difficulties of understanding between the parties involved in the execution of the work and its funding, but also the shortage of time for its execution, the shortage of skilled labour and the mentioned breach of relations between the Minister of Public Works, Duarte Pacheco, and the architect Pardal Monteiro, resulting in the paralysis of all the works in which the architect was involved.

Decree-Law No. 33 726 of June 21, 1944, from the cabinet of the Minister of Finance, would be fundamental for the intervention process in the Vila Viçosa monument to take effect. The diploma required the acquisition of the usufruct of the legacy of D. Manuel II, through the Foundation of the House of Bragança, which included the Calipolean palace, as well as obtaining a loan from Caixa Geral de Depósitos, for "major repair works" required for the palace complex and the installation of the Museum-Library. The actions of the president of the Foundation's

administrative council, Dr. António Luís Gomes (who was also Director General of the Public Treasury), and the measures taken next the director of DGEMN, Henrique Gomes da Silva, for the recovery of the project and budget prepared by the DGEMN in 1939, proved to be essential. These documents served as the basis for the execution, in November 1945, of a new project and an updated budget, for resuming the works approved in 1939, according to the respective descriptive report.

Among the various works to be carried out, we highlight, due the particular relationship with the subject of our study, the cleaning and repairing of the main façade stonework, "in order to show the contrast of the colours of the marbles that are scarcely noticed today due to the thick patina accumulated there over the years", with regional marble masonry, in the cloister, and marble mosaics, in the chapel.

Regarding the total budget for the work, the costs in 1945 are more than double of the figures presented in 1939, "due to the large price variations observed in the long period since the date of its elaboration", as the Foundation's chairman, António Luís Gomes, stated. The increase from 1 799 300$00 to 3 937 300$00 was certainly not due only to the six-year gap between the two budgets, but also to the consequences of the general inflation of material prices in the context of World War II.

Raul Lino (1879-1974), then chief architect of the Department of Studies and Works in Monuments of the DGEMN and artistic superintendent of National Palaces, was the one who outlined the building intervention plan, including its adaptation to Museum-Library. He also designed various pieces of furniture for its interiors, doors, doorknobs, locks, and the lighting project of Terreiro do Paço. It was military engineer Ricardo Moreira do Amaral who accompanied the works on location.

Lino made his decisions based on a remarkable respect for the existing structures and materials, valuing the building and the historical memory it evoked, avoiding "radical technical restorations" or imitations that could "obfuscate the times of its execution", a position that earned him some opposition, namely by Moreira do Amaral.

The works developed between 1945 and 1953 consisted mainly of the adaptation campaigns for turning the former Palace of Vila Viçosa into a Museum-Library, but also in recovering the building from its advanced state of degradation, in view of the successive years of intermittent occupation by the royal family, the demolition of small quarters, construction of internal stairways, replacement of windows and doors, installation of glasses, refurbishment of roofs, cleaning and arrangement of the façade, gardening, whitewashing, electrification of some facilities, removal of

wallpapers and carpets, replacement of ceilings and floors and restoration of murals. Regarding pavements, we highlight the interesting proposals by Lino "for paving the Room of Dukes with various marbles", using regional marbles, despite the eventual selection of a combination of marbles and brick, later replaced entirely by brick.

Regarding the façade intervention, begun in 1945, this was a priority intervention, given the instability in several stone elements. Thus, the works focused on the arrangement of the stonework, in particular in the fixation of marble pieces, but also in the replacement of some broken elements, and less in deep cleanings or the detachment of the dormer located in the axis of the central body of the façade (denominated "house of the tailors"), as was expected. Raul Lino defended the preservation of what existed in order not to compromise the "soul" and the "picturesque character" of the monuments.

In the final year of World War II, which caused the greatest destruction of buildings ever registered on a global scale, the DGEMN architect would refer to his intervention invoking structural principles of the Athens Charter (1931), which favoured conservation rather than restoration and "respect for the historical and artistic work of the past without destroying the style of any era", justifying, for example, the maintenance of the contentious "house of the tailors".

In this context, the recommendations for "cleaning and repairing" the marble masonry, emanated in 1939 by the Superior Council of Public Works[1], which Lino would follow, are remarkable, resulting in a major document for the history of monumental restoration in Portugal. The "particular character" of the era is defended, which was responsible for the "golden patina" exhibited by the masonry of the building and which distinguishes itself from the patina of dirt. The former patina, which "should not be removed by any means", is regarded as synonymous of authenticity, not just antiquity. Thus, instead of using wire brushes or grinding wheels to clean the façade, which are too abrasive, the use of water and brushes were recommended. It was this conservative and conserving vision that was chosen.

Raul Lino's project for the paço de Vila Viçosa included the electrical installation inside the building, which was partially executed, but also of the large yard that faces it, with a lamp model that seems to be based on a previous model, in cast iron, with a lantern surmounted by a closed royal

[1] Subscribed by engineer Raul da Costa Couvreur, by Francisco Maria Henriques, Luiz da Costa Amorim, Francisco Augusto Homem da Silveira Sampaio de Almeida e Melo, António Vicente Ferreira, engineer Fernando Galvão Jácome de Castro and the architect Carlos Chambers Ramos.

crown, resting on a sturdy marble pillar, reminiscent of the 17th Century Commemorative Standard of the Battle of Montes Claros.

It is true that the intervention in the Ducal Palace would not be carried out in time of the centenary celebrations, as intended. However, the investment made by the Foundation of the House of Bragança, between 1945 and 1953, promoting the adaptation of the ducal building, which was quite ruined, into a Museum-Library open to the public, created an undeniable pole of cultural and tourist attraction for Vila Viçosa, one of the first parts of the country to receive the designation of tourist office in 1933.

La fachada grandilocuente del paço ducal de Vila Viçosa: escenario de mármol para las Conmemoraciones Centenarias de 1940

El paço ducal de Vila Viçosa, sede de la *Serenissima Casa de Bragança* durante siglos, se constituyó, en las palabras de Vitor Serrão, "... entre los más destacados emprendimientos de la arquitectura señorial del siglo XVI, que remanecen en la Península Ibérica".

Formada por tres andares, con 23 tramos forrados de mármol, en un total de 110 metros de largo, la frontera del palacio, "sin precedentes en la arquitectura civil portuguesa", se insiere en la campaña de aumento y monumentalismos de la residencia ducal, emprendida, según algunos autores, en el tempo de D. Teodósio I, entre 1532/1533 y 1563, de gusto renacentista; y, según otros, ya en vigencia de los ducados de D. João I y de D. Teodósio II, entre el último cuartel del siglo XVI y el inicio del siglo siguiente, evidenciando una notoria adhesión a la estética manierista.

Independientemente de las divergencias cuanto a la época concreta de su ejecución y en cuanto a sus autores, lo cierto es que se trata de una fachada de grande aparato y de fuerte poder escenográfico, reveladora de la erudición subyacente a su proyecto arquitectónico, delante del cual se abre un amplio terrero.

De acuerdo con el programa oficial de las Conmemoraciones de los Centenarios de la Independencia y de la Restauración, Vila Viçosa sería uno de los palcos electos para la celebración de la Época Brigantina y D. João IV una de las figuras históricas a homenajear, anunciándose, desde luego, la intención de que "a lo largo en frente [al Palacio de los Duques de Bragança, en Vila Viçosa], debidamente regularizado y embellecido, debería levantarse una estatua a D. João IV, el Restaurador de la Independencia. El Palacio, la vasta plaza, la hermosa iglesia frontera de los Agustinos, que constituye el panteón de los Duques de Bragança, serían por este modo elevados en el conjunto a la belleza y dignidad que les pertenece".

En este contexto, el 6 de mayo de 1938, el director general de la Dirección General de los Edificios y Monumentos Nacionales (DGEMN), Henrique Gomes da Silva solicita al arquitecto Director de los Monumentos Nacionales, Baltazar da Silva Castro, para que este providenciase la elaboración del proyecto y presupuesto de las obras de restauración del Palacio de Vila Viçosa, de modo a que los trabajos estuviesen concluidos en la fecha de las conmemoraciones de 1939-1940. Pero de un año envuelto, el 25 de agosto de 1939, Baltazar de Castro enviaba a Gomes da Silva el proyecto y el presupuesto "de las obras de que carece el Palacio

de Vila Viçosa", en un total de 1 799 300$00, destinados a materiales y mano de obra.

De acuerdo con la Memoria Descriptiva, los trabajos consistían, en su casi totalidad, en obras de conservación, al nivel de coberturas (tejados y terrazos), de pavimentos (madera y piedra), de puertas y ventanas, con substitución de ferretería y de vidrieras, revoque y blanqueo de paredes y bóvedas, pero también restauro de alguna pintura antigua (sobre madera, sobre tela y mural), de baluartes y columnas de algunas salas, demolición de paredes de construcción más reciente, e instalación eléctrica en todo el edificio.

Relativamente a la fachada, se proponía la "Limpieza y reparación de la cantera de la fachada principal, incluyendo la substitución de los mármoles partidos, a fin de mostrar el contraste de los colores de los mármoles que hoy mal se notan debido a la espesa pátina que con el recorrer de los años que allí se acumuló".

Las obras propuestas son en su globalidad aprobadas por el Consejo Superior de Obras Públicas (Parecer de 30 de enero de 1940), entidad pública a quien competía la apreciación técnica de proyectos de obras de cuenta del Estado o hechas con su auxilio o subsidio y decidir sobre su aprobación, recibiendo homologación del ministro Duarte Pacheco. En el parecer destacarse, pero, que en relación a la limpieza y reparación de la cantera de la fachada principal, incluyendo la substitución de los mármoles partidos, sería fundamental adoptasen criterios de respeto por la autenticidad del monumento y de la defesa de su alma, materializada en pátina dorada de los siglos, evitándose limpiezas excesivas.

A pesar de Vila Viçosa constituir una de las prioridades del programa de los centenarios, y de la buena marcha registrado en el proceso técnico y administrativo relativo a la intervención en el pazo, la verdad es que las obras solo habrá sido al inicio después de las celebraciones de 1940, en la secuencia de la entrada en funciones de la Administración de la Fundación de la Casa de Bragança, en enero de 1945, iniciándose en el período anterior apenas algunas intervenciones de arreglos urbanístico por la mano del conceptuado arquitecto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957). Estas habrán contemplado la creación de diversas zonas jardineras, entre la Praça da República y el Terreiro do Paço Ducal; la concepción de un monumento a Duarte Pacheco, a erigir en el topo de la Av. Bento Jesus Caraça (que no se llegó a construir); y del monumento a D. João IV. En la misma altura habrá sido igualmente realizada una intervención en el tejido urbano de la villa, cuya autoría no fue posible establecer, que conduzco a la demolición

de varios cuarterones, proporcionando una nueva relación entre algunos de los edificios históricos más representativos del lugar.

En cuanto al monumento a D. João IV, a edificar en el terrero del pazo, cuya envolvente construida le serviría de moldura material e histórica, sería ejecutado por el escultor Francisco Franco (1885-1955), cabiendo al arquitecto Pardal Monteiro decidir sobre el local exacto de su implantación en la cuadra y diseñar su embasamiento.

La estatua ecuestre, inspirada en los modelos clásicos de la Antigüedad y asentado sobre base en granito, solo vendría a ser inaugurada el 8 de diciembre de 1943, tres años después del previsto, ya fuera del programa de las celebraciones centenarias. El atraso verificado en el proceso de ejecución del conjunto ecuestre habrá quedado a deberse, no apenas a la exigencia de los trabajos de escultura y al respectivo plan, pero, sobre todo a las divergencias surgidas entre Pardal Monteiro y Duarte Pacheco que no permitieron que el ministro diese marcha no solo a esta obra, como al conjunto de encomiendas estatales de que el arquitecto se encontraba incumbido.

En 1940, en la Exposición del Mundo Portugués, junto al Pabellón de los Descubrimientos y de la Esfera, también obras de Pardal Monteiro, sería presentada la versión en yeso, patinado de gris, de la obra monumental de Francisco Franco, en tamaño natural. A su vez, en el Plan de Urbanización de Belém, com fecha del mismo año en que se inaugura la estatua de Villa Viçosa (1943), se prevé la inclusión del monumento en yeso en el Museo de Recordaciones de las conmemoraciones Centenarias, a instalar en los Pabellones de la Formación y Conquista, para la cual se llegó a elaborar el proyecto de construcción de una base en ladrillo y armazón armado destinada a estatua ecuestre, pero sin que tal se viniese a concretizar. A su vez, en 1948, en cuando a la exposición realizada en el Instituto Superior Técnico a fin de celebrar los 15 Años de Obras Públicas, el modelo el monumento a D. João IV volvería a ser presentado, como una de las mayores realizaciones del régimen en el ámbito de la estatuaria.

Como quedo dicho, a pesar del interés en Vila Viçosa y en el paço ducal para las conmemoraciones centenarias de 1940 y de todo el proceso de obra se encuentra lanzado y aprobado por el Consejo Superior de Obras Públicas, la verdad es que los trabajos no avanzaron y la villa ducal acabaría por no tener el realce previsto en las referidas efemérides. Entre las causas para el entorpecimiento del proceso estarán, sobre todo, el hecho de que el palacio no es patrimonio del Estado, por lo que habrá generado dificultades de entendimiento entre las partes envueltas y la ejecución de la obra y en su costear, pero también la escasez de tiempo para su

ejecución, la carencia de mano de obra especializada y la quiebra de relaciones entre el ministro de las Obras Públicas, Duarte Pacheco, el arquitecto Pardal Monteiro, al que nos referimos, resultando en la paralización de todas las obras en que el arquitecto se encontraba envuelto.

El decreto ley n.º 33 726 de 21 de junio de 1944, emanado del gabinete del ministro de Finanzas, sería fundamental para que el proceso de intervención en el monumento de Vila Viçosa se efectiva. Previa el diploma la adquisición del usufructo de los bienes legados por D. Manuel II, a través de la Fundación de la Casa de Bragança, donde se incluía el paço calipolense, bien como la obtención de un emprestamos junto a la Caixa Geral de Depósitos, destinado a hacer frente a las "grandes obras de reparación" necesarias al complejo palaciano y a la instalación del Museo-Biblioteca. En todo el proceso se revelaría la gran relevancia el presidente el consejo administrativo de la Fundación, Dr. António Luís Gomes (que era también Director General de la Hacienda Pública), y las diligencias estrenarse junto al director de la DGEMN, Henrique Gomes da Silva, teniendo en vista la recuperación del proyecto y del presupuesto elaborados por la DGEMN en 1939. Tales documentos habrán servido de base a la ejecución, en noviembre de 1945, al nuevo proyecto y de un presupuesto actualizado, retomándose, no obstante, los trabajos previstos en 1939, conforme atestan las respetivas memorias descriptivas.

Destacamos entre los varios trabajos a realizar, por la particular relación con el tema de nuestro estudio, la limpieza y reparación de la cantera de la fachada principal, "a fin de mostrar el contraste de los colores de los mármoles que hoy mal se notan debido a la espesa pátina que con el recorrer de los años que allí se acumuló", enlosado con cantera de mármol de la región, en el claustro, y asentamiento de mosaicos de mármol, en la capilla.

No que concierne al presupuesto total de la obra a realizar, registrase, en 1945, más que una duplicación de los encargos, frente a los valores presentados en 1939, "dado a las grandes variaciones de precio verificadas a lo largo del período recorrido desde la fecha su elaboración", como refiere el presidente del consejo administrativo de la Fundación, António Luís Gomes. La subida de 1 799 300$00 para 3 937 300$00, ciertamente no habrá quedado a deber apenas al intervalo de seis años que separa los dos presupuestos, pero también a las consecuencias recurrentes de la inflación generalizada de los precios de los materiales en el contexto de la II Guerra Mundial.

Raul Lino (1879-1974), entonces arquitecto jefe de la Repartición de Estudios y Obras en Monumentos del DGEMN y superintendente artístico de los Palacios Nacionales, fue quien delineó el plan de intervención en

el edificio, visando a su adaptación al Museo Biblioteca. Diseño también varias piezas de muebles destinadas a los interiores, puertas, pomo, picaporte, y trató del proyecto de iluminación del Terreiro do Paço. En el terreno, el acompañamiento de los trabajos fue acometido al ingeniero militar Ricardo Moreira do Amaral.

Lino pauta a sus oposiciones por un considerable respeto por las estructuras y materiales existentes, en una valorización inequívoca del edificio y de la memoria histórica por él evocada, poniendo a parte "restaurações técnicas radicais" (restauraciones, técnicas radicales) o imitaciones que puedan "iludir sobre la época de su ejecución", posición que le valió alguna oposición, especialmente de Moreira do Amaral.

Los trabajos desarrollados entre 1945 y 1953 consistieron, esencialmente en las campañas destinadas a adaptar el antiguo paço de Vila Viçosa el Museo Biblioteca, pero también en recuperar el edificio del estado avanzado de degradación a que había llegado, al fin sucesivos años de ocupación intermitente por parte de la familia real, especialmente, demoliciones de pequeñas dependencias, construcción de escaleras interiores, sustitución de marco en ventanas y puertas, asentamiento de vidrieras, tratamiento de tejados, limpieza y arreglos de cantera de la fachada, arreglos de jardines, obras con cales diversas, electrificación de algunas dependencias, remoción de papeles de pared e alcatifas, sustitución de techos y entarimados y restauro de pinturas murales. Relativamente a los pavimentos, merece realce las interesantes propuestas de Lino "para la pavimentación de la Sala de los Duques con mármoles variados", en una apuesta clara en la utilización de los materiales de la región, aunque la opción había recaído sobre una solución que conjugaba mármol y ladrillos, que pocos años después habrá dado lugar a un revestimiento totalmente hecho en el segundo material.

En cuanto a la intervención en la fachada, encetada en 1945, esta parece haberse revelado prioritaria, delante de alguna instabilidad verificada en diversos elementos pétreos. Así, los trabajos se habrán enfocado en arreglos de la cantera, especialmente en la fijación de piezas de mármol, pero también en la substitución de algunos elementos que se encontraban partidos, y menos en limpiezas profundas o en el apeamiento de la mansarda situada en el eje del cuerpo central de la fachada (denominada "casa de los sastres"), como llega a ser ponderado. Defendía Raul Lino la conservación de lo que existe y actuaciones que no comprometiesen el "alma" y el "carácter pintoresco" de los monumentos.

En el último año de la II Guerra Mundial, que había promovido los mayores impactos de destruición patrimonial de siempre a la escala global, el

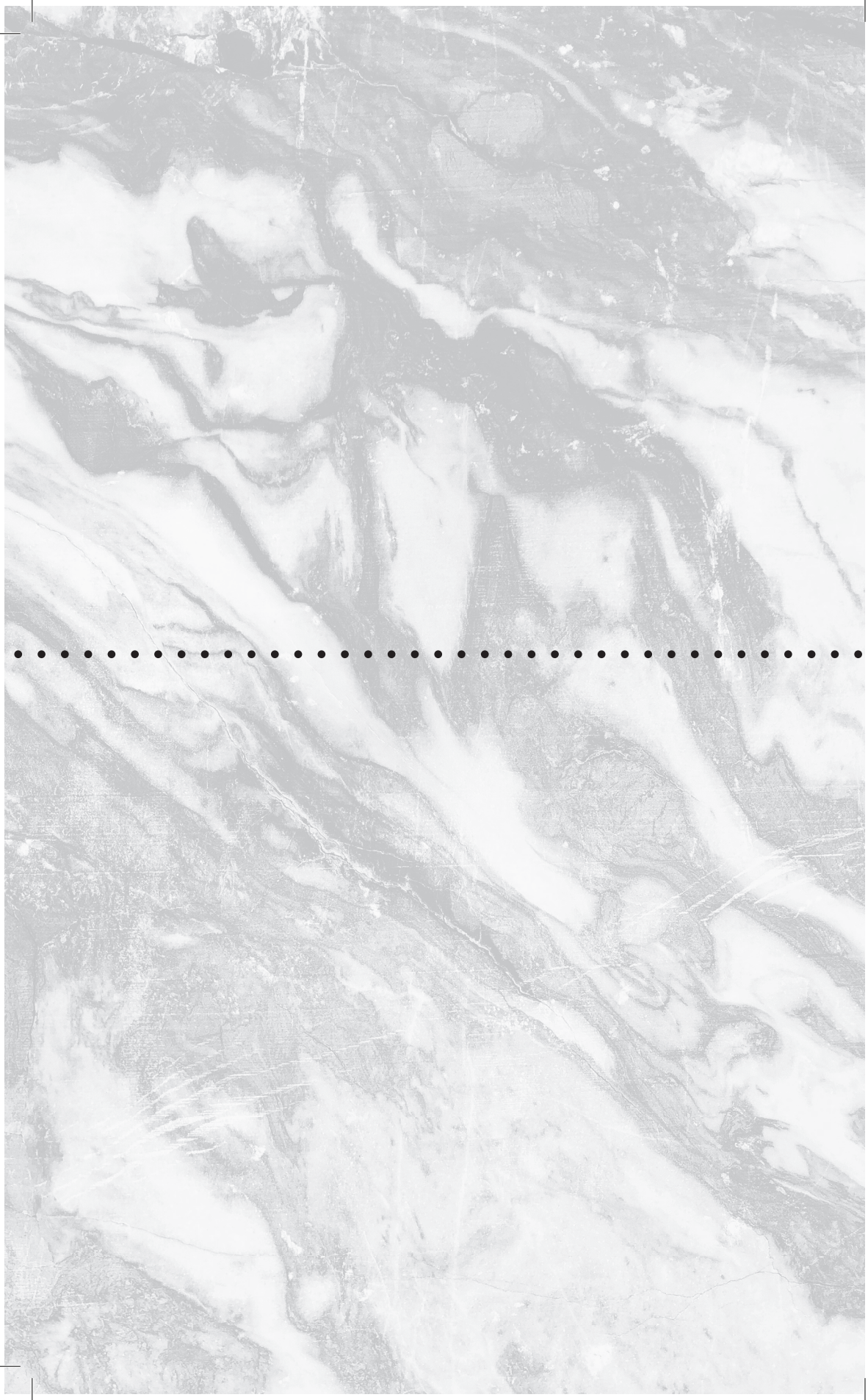
arquitecto de la DGEMN pautaría su intervención invocando principios estructurales de la Carta de Atenas (1931), que privilegiaban la conservación en detrimento del restauro y "el respeto por la obra histórica y artística del pasado sin desvanecer el estilo de en ninguna época", justificando, por ejemplo, la manutención de la tan censurada "casa de los sastres".

En este contexto, las recomendaciones para la "limpieza y reparación" de las canteras de mármol, emanadas en 1939 por el Consejo Superior de Obras Públicas[1] y que Lino seguiría, son notables, traduciéndose en un documento de mayor importancia para la historia de restauración monumental en Portugal. Se defiende el "carácter particular" del tiempo, responsable por la "pátina dorada "exhibida por las canteras del edificio y se distingue patina de suciedad. La primera, que "de modo alguno conviene eliminar", es encarada como sinónimo, no apenas de antigüedad, pero de autenticidad. Así, al contrario de cepillo de alambre o cilindros para la limpieza de la fachada, por ser demasiado abrasivos, se recomienda la utilización apenas de agua y escobilla. Fue esta visión conservadora y conservativa que entonces se adoptó.

Del proyecto de Raul Lino para el paço de Vila Viçosa hacia parte la instalación eléctrica en el interior del edificio, ejecutado parcialmente, pero también del amplio terrero que queda en frente, con un modelo de quinqué que parece retomar al anteriormente existente, en hierro fundido, con linterna encimada por corona real cerrada, asentado sobre un robusto pilar marmóreo, para hacer recordar el Padrón de lo seiscientos Conmemorativo de la Batalla de Montes Claros.

Es verdad que la intervención en el paço ducal acabaría por no realizarse a tiempo de las celebraciones centenarias como previsto, pero, el investimento que la Fundación de la Casa de Bragança allí hace, entre 1945 y 1953, promoviendo la adaptación del edificio ducal, bastante arruinado, al museo biblioteca, abierto al público, vino a crear un innegable polo de atracción cultural y turística para Vila Viçosa, una "de las primeras tierras del país a recibir la designación de *estancia de turismo*", en 1933.

[1] Subscrito pelo engenheiro Raul da Costa Couvreur, por Francisco Maria Henriques, Luiz da Costa Amorim, Francisco Augusto Homem da Silveira Sampaio de Almeida e Melo, António Vicente Ferreira, engenheiro Fernando Galvão Jácome de Castro e arquiteto Carlos Chambers Ramos.



A FACHADA PALATINA DO PAÇO DUCAL: CONSTRUÇÃO E EVOLUÇÃO

O paço ducal de Vila Viçosa, sede da Sereníssima Casa de Bragança durante séculos, constituiu-se, nas palavras de Vítor Serrão, "[...] entre os mais notáveis empreendimentos da arquitectura senhorial do século XVI, que remanescem na Península Ibérica"[1].

Não sendo nossa intenção fazer uma abordagem focada nas épocas construtivas do palácio, trabalho que tem vindo a ser realizado por diversos especialistas[2], é indispensável que procuremos compreender a sua construção e evolução, em particular da fachada palatina voltada para o grande terreiro, de molde a enquadrarmos a escolha daquele lugar para palco de um dos momentos altos das celebrações centenárias de 1940.

Formada por três andares, com 23 tramos forrados de mármore, num total de 110 metros de comprido, a frontaria do palácio, "sem precedentes na arquitectura civil portuguesa"[3], insere-se na campanha de aumento e monumentalização da residência ducal, empreendida, segundo uns autores, no tempo de D. Teodósio I, entre 1532/1533 e 1563, de gosto renascentista[4]; e,

---

[1] Serrão, Vítor. "De Francisco de Loreto a Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: a fachada do paço". In *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, coord. Jessica Hallet e Nuno Santos, 135-144. Lisboa: Tinta da China, vol. I, 2018, 135. Do mesmo autor, a respeito da fachada palatina do palácio de Vila Viçosa, veja-se também: Serrão, Vítor. *Arte, Religião e Imagens em Évora no Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2015, 81-89.

[2] Veja-se Hallett, Jessica, e Nuno Senos (coord.). *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança*, D. Teodósio I. Lisboa: Tinta da China, vol. I, 2018.

[3] Serrão. "De Francisco de Loreto a Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira [...]", 37.

[4] Nomeadamente Moreira, Rafael. "Uma 'cidade ideal em mármore'. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português". *Monumentos* 6 (1997): 48-53; Senos, Nuno. "A ampliação do paço de Vila Viçosa". In *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, coord. Jessica Hallett e Nuno Senos, 109-134. Lisboa: Tinta da China, vol. I, 2018.

segundo outros[5], já na vigência dos ducados de D. João I e de D. Teodósio II, entre o último quartel do século XVI e o início do século seguinte, evidenciando uma notória adesão à estética maneirista.

Independentemente das divergências quanto à época concreta da sua execução e quanto aos seus autores, certo é que se trata de uma fachada de grande aparato e de forte poder cenográfico, reveladora da erudição subjacente ao seu projeto arquitetónico. Destaca-se no esquema construtivo, na utilização sobreposta das ordens toscana, jónica e coríntia e nos materiais utilizados, enfatizados por um frontispício de mármore que alterna brancos e ruivina da região, fazendo do paço ducal "uma das obras-primas da arquitectura civil portuguesa da Idade Moderna"[6], adequada às ambições políticas da casa de Bragança.

Frei Manuel Calado (1584-1654) dá-nos o seu testemunho sobre a fachada palaciana e os materiais rochosos nela exibidos no tempo do rei D. João IV:

> O Terreiro do paço... he feito em quadrângulo todo plano, e tão espacioso que se pode n'elle formar um campo de seis mil homens... Huma das quadras ocupam os Paços dos Duques de Bragança, cujas paredes no exterior são feitas de pedra de cantaria, mármores e jaspes de Estremoz, os quaes alli se criam n'aquelle villa e seu contorno em grande abundancia; e estas pedras são todas lavradas à escoda, tão lisas e resplandecentes que parecem espelhos; e postas com tanto primor, e assentadas com tanto artífício que sendo muchíssimas e com muitos lavores e molduras e frisos que a arte ensina, parece que he uma só pedra, segundo estão inxeridas umas com outras.[7]

O terceiro andar da fachada de mármore, no coroamento do corpo central, conhecido como "casa dos alfaiates", terá sido acrescentado no reinado de D. Maria I, segundo a maioria dos autores[8]. Esta mansarda, inserida numa campanha de obras sobre a qual os testemunhos documentais são escassos, exibe "trez janellas de peito e frontaria de estuque

---

[5] Serrão, Vítor. "A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece". *Callipole, Revista de Cultura* 22 (2015): 13-45, 13-14.

[6] Serrão. "A fachada do paço ducal de Vila Viçosa [...]", 37.

[7] *Apud* Espanca, P.e Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Gráfica Calipolense, vol. 27, 1985, 12.

[8] Veja-se, a título de exemplo, D'Arnoso, Conde. "Villa Viçosa". In *A Arte e a Natureza em Portugal*. Porto, Biel & C.ª, vol. IV, 1904, [4], ou Teixeira, José. *O Paço Ducal de Vila Viçosa: Sua Arquitectura e Suas Colecções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983, 106. Maria de Jesus Monge considera que a mansarda será anterior às obras realizadas no reinado de D. Maria I, já existindo no início do século XVIII, conforme gravura da BNP (cota: D. 22 V.). Monge, Maria de Jesus. *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de paço a museu*. S.l.: Fundação da Casa de Bragança, 2017, 73, nota 160. A gravura da BNP apresenta-se, porém, no catálogo com a data de 1788.

fingindo marmore"[9]. Acrescenta-se ainda que "É no cimo d'esta casa que se arvora presentemente o estandarte real em dias de gala ou quando as pessoas reaes se acham em Villa Viçosa"[10].

Figura 1 - Alexandre de Michellis, *Palacio Real de Villa Vicosa*, gravura, c. 1842, BNP, E. 651 P.

Quanto ao terreiro, parece ter recebido algumas obras nos finais de 1881, altura em que "Foi emparelhado melhor": "formaram-se-lhe passeios ao redor e uma avenida pelo centro em frente da porta principal do Paço e colocaram-se marcos de pedra com dezasseis candeeiros para poder ser iluminado. Antes disso havia só quatro diante da frontaria de mármore"[11].

Nos alvores do século XX, o conde de Arnoso, Bernardo Correia de Melo[12], assinala, porém, um "vasto e deserto terreiro do Paço" onde "será difícil... evocar os tempos em que justas e torneios alli se faziam com desmedida pompa, as luxuosas touradas em que tomavam parte os

[9] Cabral, Agostinho Augusto. *Noticia Historica e Estatistica do Palacio e Real Tapada de Villa Viçosa*. Évora: Typographia, 1889, 28.
[10] Cabral. *Noticia Historica e Estatistica* [...], 28-29.
[11] Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 22.
[12] Foi secretário particular do rei D. Carlos.

principaes fidalgos, as danças e folias doudejando como torrentes por entre a multidão alegre e clamorosa". Apenas durante as curtas estadas da família real, "Quando o vermelho pavilhão Real fluctua na fachada do paço, a villa adquire também um grande movimento. O terreiro enche-se constantemente de povo para vêr Reis e Principes"[13].

Figura 2 - *Vila Viçosa. Palácio Real*. Secretariado Nacional de Informação, Arquivo Fotográfico, Documental, XII-1, doc. 00829 (PT/TT/SNI/AR QF/DO-012-001/00829). Imagem cedida pelo ANTT.

[13] D'Arnoso. "Villa Viçosa", [2].

VILA VIÇOSA NAS COMEMORAÇÕES DE 1940

Na nota oficiosa da Presidência do Conselho sobre as Comemorações dos Centenários da Independência e da Restauração, publicada na imprensa do dia 27 de março de 1938[14], destacam-se duas "figuras centrais daqueles dois grandes factos históricos – D. Afonso Henriques e D. João IV" que se pretende "honrar de modo especial nas comemorações de 1939-1940"[15].

Quanto a D. João IV, desde logo se anuncia a intenção de que:

> No largo em frente [ao palácio dos duques de Bragança, em Vila Viçosa], devidamente regularizado e embelezado, deveria levantar-se uma estátua a D. João IV, o Restaurador da Independência. O Palácio, a vasta praça, a formosa igreja fronteira dos Agostinhos, que constitui o panteão dos Duques de Bragança, seriam por este modo elevados no conjunto à beleza e dignidade que lhes pertence.[16]

Figura 3 - BAFCG (Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian), Estúdio Mário Novais, Arquiteto Pardal Monteiro, Terreiro e Paço Ducal de Vila Viçosa, cota: CFT003.101849.

De acordo com o programa oficial das comemorações, Vila Viçosa seria um dos palcos eleitos para a celebração da época brigantina, cujas iniciativas decorreriam entre 10 de novembro e 2 de dezembro de 1940. Assim, depois da visita aos lugares históricos do Alentejo (Évora, Borba,

[14] Veja-se, *e.g.*, o *Diário de Lisboa*.
[15] Salazar, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas, 1928 a 1966. Obra Completa.* Coimbra: Coimbra Editora, 2015, 363.
[16] Salazar. *Discursos e Notas Políticas*, 1928 a 1966, 364.

Ameixial, Fronteira, Elvas), prevista para os dias 15 e 16 de novembro (sexta-feira e sábado, respetivamente), no domingo, 17 de novembro, teria lugar a "Inauguração da estátua equestre de D. João IV no terreiro do Paço de Vila Viçosa. Cortejo histórico-militar. Visitas evocadoras da estirpe ducal dos Bragança: sala de armas do Castelo; sala dos Duques; igrejas-panteões dos Agostinhos e de Santa Clara"[17].

Como veremos, várias foram as circunstâncias que determinaram que as celebrações em Vila Viçosa ficassem muito longe do expectável, mantendo-se o palácio ducal apartado dos festejos devido ao seu mau estado de conservação, consequência da escassa manutenção que lhe tinha sido votada desde os tempos da saída da corte para o Brasil[18].

AS OBRAS DE RESTAURO DO PALÁCIO: A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA FACHADA

A 6 de maio de 1938, o diretor geral da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), Henrique Gomes da Silva, emite uma ordem de serviço solicitando ao arquiteto Baltazar da Silva Castro, diretor dos Monumentos Nacionais, para que este providenciasse, em colaboração com a Direção dos Edifícios do Sul, a elaboração do projeto e orçamento das obras de restauro do palácio de Vila Viçosa, de modo que os trabalhos estivessem concluídos na data das comemorações de 1939-1940[19].

Mais de um ano volvido, a 25 de agosto de 1939, Baltazar de Castro enviava a Gomes da Silva o projeto e o orçamento "das obras de que carece o Palacio de Vila Viçosa", erradamente identificado como monumento nacional[20], num total de 1 799 300$00, dos quais 808 00$00 eram destinados a materiais e 991 300$00 a mão de obra, seguindo o processo para o gabinete do ministro das Obras Públicas no dia seguinte.

---

[17] *Revista dos Centenários* 15 (31 mar. 1940), 18. Na sequência de ajustes ao programa oficial das celebrações, a inauguração da estátua de D. João IV tinha avançado de 6 de novembro para dia 17 do mesmo mês e ano. Cf. *Revista dos Centenários* 5 (31 maio 1939), 17.

[18] Monge, Maria de Jesus. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança – O Espaço, as colecções, as personagens e o 'espírito do lugar'". In *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista. Dossiê de Candidatura de Vila Viçosa à Lista do Património Mundial da UNESCO.* Vila Viçosa: s.n., vol. III – Estudos históricos, 2018, [197]. Disponível online: http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-acontece/noticias/documents/discuss%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20-%20candidatura%20patrim%C3%B3nio%20mundial/vol.%20iii%20estudos%20hist%C3%B3ricos%20-%20revisto%20cm%20rc%20141118.pdf (acedido a 6 jan. 2019).

[19] Sistema de Informação para o Património Arquitetónico/Direção-Geral do Património Cultural (SIPA/DGPC) [DGEMN], Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSID-001/007-0815 (Paço Ducal de Vila Viçosa: Processo Administrativo), 6 maio 1938, SIPA TXT.00246319.

[20] O conjunto palaciano só viria a ser classificado como monumento nacional em 1970. Cf. Decreto n.º 251/70, *Diário do Governo*, I Série, n.º 129 (de 3 jun. 1970).

De acordo com a memória descritiva, assinada pelo arquiteto Martinho Humberto dos Reis, os trabalhos consistiam, na sua quase totalidade, em obras de conservação[21], nomeadamente, apeamento e reconstrução da armação e cobertura do telhado; lajeamento do claustro com mármore da região; construção e assentamento de novas portas de castanho nalgumas salas do rés do chão; reparação geral de todas as portas e portadas interiores e de toda a caixilharia com substituição de ferragens avariadas e de vidraças; "repregamento" do soalho e "substituição do travejamento que não ofereça segurança"; reparação geral de tetos de castanho; reparação geral de grades de ferro; construção e assentamento de portões de ferro forjado no claustro e entrada do reguengo; reparação geral dos pavimentos de tijolo ou assentamento de novos pavimentos quando tal seja necessário; consolidação de abóbadas de tijolo; assentamento de mosaicos de mármore na capela; assentamento de lajes de Mourão, segundo o existente, no corredor do rés do chão; vedação de terraços; reboco de paredes e tetos; caiação geral de paredes e abóbadas; assentamento de azulejos do século XVI, em algumas salas do andar nobre[22]; pintura de madeiramentos e enceramento de tetos de castanho; restauro de pintura antiga, sobre madeira, tela e mural; instalação elétrica em todo o edifício; reparações em instalações sanitárias existentes.

Entre as obras consideradas no documento como de restauro encontram-se trabalhos nos capitéis, colunas e artesoado das abóbadas de algumas salas do rés do chão; e demolição de paredes "de construção posterior", com a finalidade de devolver a "feição primitiva" a algumas das salas.

Previa-se, ainda, uma nova construção, num dos extremos do palácio e sobre alicerces existentes, destinada a acolher vários serviços e arrumações.

Relativamente à fachada, propunha-se a "Limpêsa e reparação da cantaria da fachada principal, incluindo a substituição dos mármores partidos, a-fim-de mostrar o contraste das côres do mármore que hoje mal se notam devido à espessa patine que com o decorrer dos anos ali se acumulou".

---

[21] SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSARH-010/298-0060 (Palácio de Vila Viçosa), Memória descritiva. Obras de restauro e conservação do palácio de Vila Viçosa, 16 jun. 1839, SIPA TXT.01928314-TXT.01928311.

[22] Salema, Rosário. "Azulejaria em Vila Viçosa (sécs. XVI-XVIII)". In *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista. Dossiê de Candidatura de Vila Viçosa à lista do Património Mundial da UNESCO*, Vila Viçosa: s.n., vol. III – Estudos históricos, 2018, [125], nota 170. Disponível online: http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-acontece/noticias/documents/discuss%C3%A30%20p%C3%BAblica%20-%20candidatura%20patrim%C3%B3nio%20mundial/vol.%20iii%20estudos%20hist%C3%B3ricos%20-%20revisto%20cm%20rc%20141118.pdf (acedido a 6 jan. 2019).

Figura 4 - BAFCG, Estúdio Mário Novais, Arquiteto Pardal Monteiro, terreiro e paço ducal de Vila Viçosa, corpo central da fachada do paço ducal, cota: CFT003.101857.

A 31 de agosto de 1939, o projeto e o orçamento das obras de que carece o palácio de Vila Viçosa são apreciados por uma comissão, composta pelo diretor geral da DGEMN, Henrique Gomes da Silva, e por dois engenheiros daquele serviço, conforme estipulava o decreto n.º 19 881 de 22 de maio de 1931[23], sendo esta de parecer "de que se verifica a sua correcção e a exacta adaptabilidade das obras referidas ao fim a que se destinam"[24].

[23] *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 135 (12 jun. 1931): 1141-1142.

[24] SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSARH-010/298-0070 (Palácio de Vila Viçosa), Parecer da comissão, 31 ago. 1939, SIPA TXT.01928895.

De acordo com o mencionado diploma, segue-se o pedido de parecer ao Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), a 29 de setembro de 1939, de que resultará um documento (n.º 1081), datado de 30 de janeiro de 1940, e homologado pelo ministro Duarte Pacheco, a 10 do mês seguinte, que, no geral, considera que as obras de restauro e conservação do palácio de Vila Viçosa "se encontra [sic] em condições de merecer aprovação".

No parecer salienta-se, porém, que:

> De todos os trabalhos mencionados na memória descritiva um há para o qual se entende convir chamar a atenção dos autores do projecto aquele que se refere à "limpeza e reparação da cantaria da fachada principal, incluindo a substituição dos mármores partidos, a fim de mostrar o contraste das côres do mármore que hoje mal se notam devido à espessa patine que com o decorrer dos anos ali se acumulou"[25].

Nesse sentido, são emitidas, para o efeito, algumas recomendações particulares na realização deste trabalho, que abordaremos a seguir.

RECOMENDAÇÕES PARA OS TRABALHOS DE "LIMPEZA E REPARAÇÃO" DAS CANTARIAS

Estiveram presentes na sessão da qual saiu o parecer, aprovado por unanimidade, relativo às obras do paço de Vila Viçosa, além do presidente do CSOP, o engenheiro Raul da Costa Couvreur, os vogais Francisco Maria Henriques, Luiz da Costa Amorim, Francisco Augusto Homem da Silveira Sampaio de Almeida e Melo, António Vicente Ferreira, Fernando Galvão Jácome de Castro (engenheiro representante do diretor geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e o arquiteto Carlos Chambers Ramos, que sobre o assunto teceram diretrizes de enorme interesse e relevância, justificando a ampla transcrição que a seguir apresentamos:

> É frequente assistir-se à limpeza de um antigo monumento ou edifício a ponto de se lhe tirar por completo todo o caracter particular com que só o tempo é capaz de contribuir. – O Palácio de Vila Viçosa, tal como hoje o encontramos, oferece um interesse de côr em consequencia da sua dourada patine, que de modo algum convém eliminar. – Há que estabelecer uma certa diferença entre a magnifica patine do tempo e a sujidade que ali se acumulou com o decorrer dos anos. – Se se torna indispensavel proceder à substituição de alguns mármores de revestimento das fachadas que se encontram partidas [sic], que se não procure que os antigos retomem o viço dos recentes apenas no intuto de fazer renascer contrastes de côr iniciais, mas, antes pelo contrário, se proceda por forma a que os mármores a aplicar de novo levem consigo, na medida do possível, a côr e o aspecto dos antigos, depois de prévia e sumáriamente limpos. – Esta

[25] SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSID-001/007-0815 (Paço Ducal de Vila Viçosa: Processo Administrativo), Parecer, fl. 2, SIPA TXT.00246330.

> limpesa não deve meter rebolo ou escova de arame, mas apenas água comum e piassaba, alem dos colherins indispensaveis ao alegramento de juntas e extracção de elementos vegetais e terras mais espêssas acumuladas nas engras, tão prejudiciais à conservação dos edifícios. – Quanto aos restantes trabalhos previstos, todos êles, além de indispensaveis, verifica-se terem sido subordinados a um criterio geral de economia e de bom senso estético louváveis, não entrando em exageros que, na maior parte das vezes, levam muito longe as despesas a efectuar com trabalhos desta natureza.[26]

São precisamente os trabalhos de limpeza e reparação das cantarias da fachada principal do paço ducal que merecem os reparos do CSOP, por se considerarem exagerados. Ainda que a memória descritiva pouco esclareça sobre os métodos de intervenção a utilizar, a intenção de se mostrar os contrastes do mármore, prejudicados pela espessa patine que o tempo se encarregou de ali depositar, fazem antever uma limpeza profunda, extensiva à totalidade da fachada, capaz de eliminar as marcas de autenticidade do "tempo pintor". Numa época em que as intervenções nos monumentos, sob critérios de atuação da DGEMN, se pautam maioritariamente pelo princípio da integração na sua "beleza primitiva", perfilhando-se a teoria *violletina*[27] da unidade de estilo, não deixa de ser surpreendente a posição cautelosa do CSOP, em favor da autenticidade do monumento e da defesa da sua alma, materializada na patine dourada dos séculos, na linha do que Raul Lino viria a defender e a adotar quando assume a direção das obras do paço de Vila Viçosa, em 1945, como veremos.

Apesar de Vila Viçosa constituir uma das prioridades do programa dos centenários, e do bom andamento registado no processo técnico e administrativo relativo à intervenção no paço, a verdade é que as obras só terão tido início depois das celebrações de 1940, na sequência da entrada em funções da Administração da Fundação da Casa de Bragança, em janeiro de 1945, como destacou Maria de Jesus Monge[28].

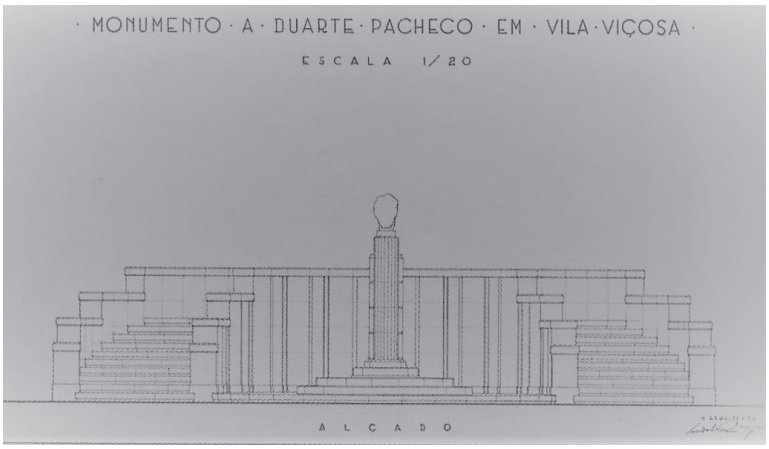
PORFÍRIO PARDAL MONTEIRO E O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VILA VIÇOSA (1938-1941)

O conceituado arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, professor interino do Instituto Superior Técnico desde 1937 e membro integrante da Comissão Nacional Executiva das Comemorações dos Centenários, na qualidade de presidente da direção do Sindicato Nacional dos Arquitetos, é acometido de alguns trabalhos de arranjo urbanístico de Vila Viçosa.

---

[26] SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSID-001/007-0815 (Paço Ducal de Vila Viçosa: Processo Administrativo), Parecer, fl. 3, SIPA TXT.00246329.
[27] Alusiva à teoria do restauro difundida pelo arquiteto francês Viollet-le-Duc.
[28] Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 18, 20.

Segundo pudemos apurar, estes terão contemplado o redesenhar o espaço público pela criação de jardins; arborização nos passeios, entre a praça da República e o terreiro do paço ducal; conceção de um monumento a Duarte Pacheco, a erigir no topo da avenida Bento Jesus Caraça (que não se chegou a construir)[29]; e do monumento a D. João IV[30]. O arquiteto prevê, assim, uma extensa avenida a abranger a praça da República e a avenida Bento de Jesus Caraça, criando no espaço público múltiplas zonas verdes com percursos pedonais, nomeadamente nos passeios que ladeiam a avenida Duques de Bragança, no centro da "Praça Velha", a ladear a avenida Bento de Jesus Caraça e junto do panteão dos duques de Bragança, onde se organizariam três jardins adornados com lago, esculturas e chafariz.



Em cima:
Figura 5 - Alçado do terreiro do paço em Vila Viçosa, parte do plano de urbanização concebido por Pardal Monteiro. Pub. em Tostões. *Pardal Monteiro*, 130.

Em baixo:
Figura 6 - Porfírio Pardal Monteiro, alçado do monu-mento a Duarte Pacheco destinado a Vila Viçosa. Pub. em Tostões. *Pardal Monteiro*, 130.

[29] Tostões, Ana. *Pardal Monteiro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009, 130.

[30] Existe um conjunto significativo de desenhos (plantas, alçados, cortes, pormenores) relativos a Vila Viçosa na documentação gráfica de Pardal Monteiro depositada no Arquivo do Forte de Sacavém.

Quanto ao Terreiro do Paço, com a circulação automóvel a fazer-se junto ao edifício, as suas alas seriam delimitadas por espaços ajardinados tanto do lado do convento, como do lado do jardim do paço, para o qual Pardal Monteiro apresenta um estudo para arranjo do muro do jardim[31].

Além dos trabalhos a que nos referimos, associados ao projeto urbanístico de Pardal Monteiro, terá sido realizada uma intervenção no tecido urbano da vila que conduziu à supressão de vários quarteirões a fim de agilizar uma triangulação entre o castelo, a igreja de São Bartolomeu e o paço dos duques de Bragança[32]. Para o efeito, "é redesenhada e duplicada a praça preexistente, Praça da República (antiga Praça Dona Amélia) e actual avenida Bento Jesus Caraça[33], e construído um novo arruamento, a avenida Duques de Bragança"[34], que une o castelo ao paço ducal. As demolições realizadas no tecido urbano proporcionam, assim, uma nova relação entre alguns dos edifícios mais representativos da história da vila, criando "um cenário urbano para exaltação dos monumentos históricos mais significativos"[35]. Não pudemos apurar se Pardal Monteiro foi o autor do projeto responsável por tais alterações urbanísticas, uma vez que não estão documentadas nas peças desenhadas do arquiteto por nós consultadas e não é conhecida a memória descritiva do seu plano de urbanização[36].

Complementarmente, em 1948, a Câmara Municipal de Vila Viçosa desenvolveu o projeto de "Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco"[37], visando "a requalificação dos vazios resultantes das demolições de acordo com as 'tradições e monumentos'[38] enraizados na história do lugar"[39].

---

[31] Tostões. *Pardal Monteiro*, 120.

[32] Silva, José Miguel Mendes Freitas. "O Monumento e o Lugar. Relação entre Espaço Público e o Monumento na Intervenção Patrimonial Contemporânea". Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 2010, 24.

[33] Antiga avenida Duarte Pacheco.

[34] Silva. *O Monumento e o Lugar*, 24.

[35] Lapão, Manuel. "Encontros com o património", TSF, 20 dez. 2008.

[36] Sobre o plano de urbanização de Vila Viçosa, veja-se Fernandes, José Manuel. "Transformações urbanísticas em Vila Viçosa no período do Estado Novo (1940-1950)". In *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista. Dossiê de Candidatura de Vila Viçosa à lista do Património Mundial da UNESCO*, Vila Viçosa: s.n., vol. III – Estudos históricos, 2018, [202-241]. http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-acontece/noticias/documents/discuss%C3%A30%20p%C3%BAblica%20-%20candidatura%20patrim%C3%B3nio%20mundial/vol.%20iii%20estudos%20hist%C3%B3ricos%20-%20revisto%20cm%20rc%20141118.pdf (acedido a 6 jan. 2019).

[37] Fernandes. "Transformações urbanísticas em Vila Viçosa [...]", 16.

[38] Cf. Câmara Municipal de Vila Viçosa, *Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco, Memória Descritiva*, 1948, 7, *apud* Silva. *O monumento e o lugar*, 24.

[39] Para mais detalhes sobre o projeto de 1948, veja-se Silva. "O monumento e o lugar", 64-65. Veja-se ainda Portas, Nuno. "A formação urbana de Vila Viçosa. Um ensaio de interpretação". *Monumentos* 6 (2007): 58-63.

O TERREIRO DO PAÇO E O MONUMENTO EQUESTRE A D. JOÃO IV

O processo de encomenda, realização e inauguração do monumento a D. João IV, destinado ao terreiro do paço de Vila Viçosa, no âmbito das celebrações centenárias de 1940, foi já tratado em detalhe por vários autores[40]. Pretendemos, aqui, sistematizar alguns dados sobre o tema com o objetivo de realçar a importância do monumento, enquadrando-o no projeto urbanístico do arquiteto Pardal Monteiro e, em particular, na praça que lhe serve de cenário, mas também no contexto da ideologia e propaganda do regime, marcando presença em diversas ocasiões e circunstâncias.

Através de portaria do gabinete do ministro Duarte Pacheco, publicada a 10 de setembro de 1938, é justificada, em primeiro lugar, a importância da homenagem a D. João IV, por meio da construção ao insigne monarca de um monumento, no lugar onde "se desenrolou, em grande parte, a acção do chefe supremo da Restauração"[41] e onde se desejava que fosse celebrada e perenizada a sua memória. Para o regime, "A sua figura é a perfeita expressão do movimento libertador que o seu bom senso conduziu à vitória nacional, através de uma acção equilibrada, simultâneamente patriótica, perseverante e hábil".

A proposta de consagração de D. João IV através de uma estátua equestre em Vila Viçosa parece ter sido lançada por José de Figueiredo, segundo testemunha o historiador Hipólito Raposo em artigo publicado no *Diário de Lisboa*[42], em circunstâncias que não conseguimos apurar.

Sobre o local destinado à edificação do monumento, o mencionado diploma adianta que "O terreno apresenta-se, é certo, mais ou menos irregular, tanto no que respeita ao seu relêvo como à conformação geométrica dos seus limites e até ao valor e aos volumes das massas de construção que o enquadram"[43]. Para o efeito, são mencionados estudos preliminares realizados pelo escultor Francisco Franco e pelo arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, que preveem

> a criteriosa urbanização do tapête do Terreiro e a beneficiação adequada, num ou noutro ponto, dos edifícios que o contornam, formando um conjunto de notável grandeza e harmonia, [que] podem

[40] Saial, Joaquim. *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-1940)*. Lisboa: Bertrand Editora, 1991; Matos, Lúcia Almeida. *Escultura em Portugal no Século XX (1910-1969)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, 312-318; Gonçalves, Manuela. "Francisco Franco, estátua equestre a D. João IV". *Callipole, Revista de Cultura* 17 (2009): 83-99; Borrões, Inês Palma. "Arquitetura civil em Vila Viçosa durante o Estado Novo (1910-1960)". *Callipole, Revista de Cultura* 24 (2017): 225-248.

[41] *Diário do Governo*, II.ª Série, n.º 211 (10 set. 1938): 4877.

[42] Raposo, Hipólito. "A propósito dum monumento. D. João IV Restaurado". *Diário de Lisboa*, 26 dez. 1940.

[43] *Diário do Governo*, II.ª Série, n.º 211 (10 out. 1938): 4877.

> valorizar bastante a praça, adaptando-a às proporções e carácter do monumento a erigir e acentuando a dignidade do local"[44].

Eram estas as intenções, ainda que o tempo para a sua execução fosse bastante parco.

Pelo mesmo diploma que temos vindo a citar, o conceituado escultor Francisco Franco é encarregado de executar o modelo da estátua equestre de D. João IV, cabendo ao arquiteto Pardal Monteiro, "como seu assessor"[45], "o estudo da urbanização do Terreiro e a elaboração do projecto do pedestal que há-de receber a estátua"[46]. Teriam até 15 de outubro de 1938 para apresentar o programa de conclusão dos estudos do projeto e do modelo da estátua, ou seja, pouco mais de um mês, em face da "urgência do empreendimento".

Segundo testemunha Diogo de Macedo, Francisco Santos cumpria assim "um sonho seu desde os tempos do estágio em Itália, o de arquitectar e executar uma estátua equestre"[47].

A envolvente construída serviria de moldura material e histórica à estátua equestre que se pretendia erigir, contribuindo para a contextualização e exaltação desta última. A arquitetura e a obra escultórica conjugadas, por sua vez, acentuariam a monumentalidade e o significado histórico do lugar, num paralelismo evidente com a obra que o marquês de Pombal promovera no terreiro do paço da capital, que emoldura a estátua equestre do rei D. José I devida a Machado de Castro[48].

Em Vila Viçosa, numa praça levemente trapezoidal, coube a Pardal Monteiro decidir sobre a implantação da estátua no terreiro, optando por colocá-la "no cruzamento dos pontos de vista de quem se aproxima do local", atendendo ao ângulo de visualização desta, ao invés de a implantar "numa posição simétrica relativamente à praça e ao palácio"[49] (Fig. 7).

---

[44] *Diário do Governo*, II.ª Série, n.º 211 (10 out. 1938): 4877.

[45] "Assessor" é a expressão utilizada no documento legislativo. A este respeito, os autores têm salientado a supremacia do trabalho de escultura face à intervenção arquitetónica, referindo que a escolha do arquiteto terá sido uma decisão do escultor. E.g.: Macedo, Diogo de. *Francisco Franco*. Lisboa: Artis, 1956, 13. Não estamos certos deste facto.

[46] *Diário do Governo*, II.ª Série, n.º 211 (10 out. 1938): 4877.

[47] Macedo. *Francisco Franco*, 12.

[48] Teixeira. José de Monterroso. "A estátua equestre de D. João IV, o Restaurador, no terreiro do paço de Vila Viçosa, no contexto das comemorações do Duplo Centenário de 1940". In *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*, coord. Miguel Figueira de Faria, 255-270. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, 261-262.

[49] Monteiro, João Pardal. "Para o Projeto Global – Nove Décadas de Obra. Arte, Design e Técnica na Arquitetura do Atelier Pardal Monteiro". Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2012, 217.

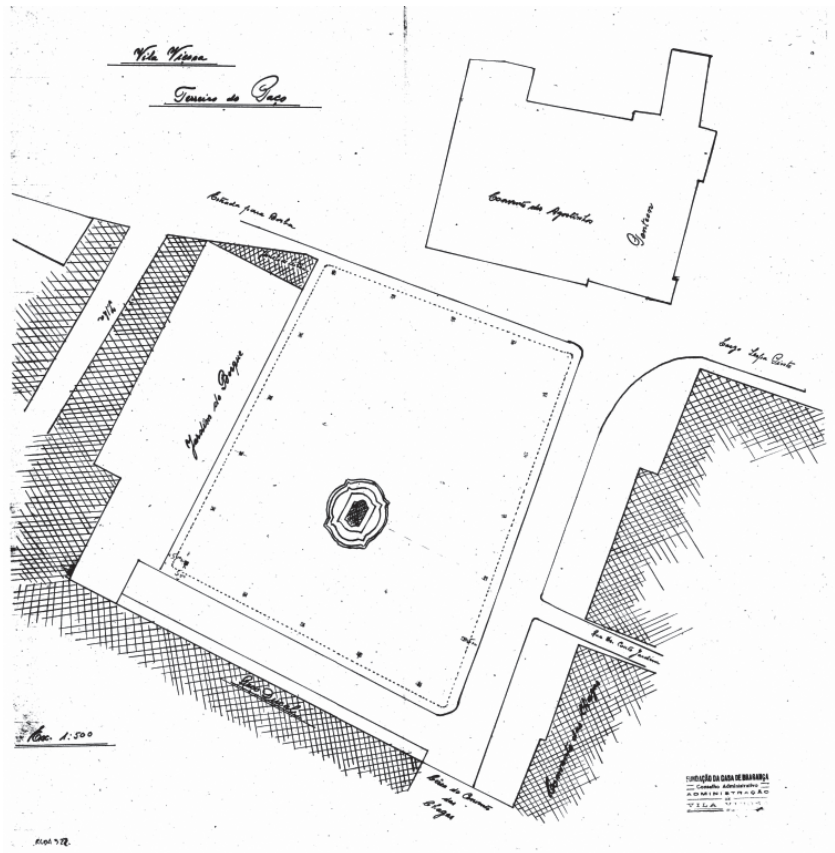


Figura 7 - BAFCG, Espólio Raul Lino, Espaços exteriores, 1945-1953, localização do monumento equestre de D. João I, 1:500, cota: RLDA 522.0.

Quanto à estátua equestre, inspirada nos modelos clássicos da Antiguidade, apresenta o monarca como *restitutor pacis*, com o cavalo a surgir com uma das patas dianteiras ligeiramente erguida[50], ao modo do gravador Baltazar Moncornet[51]. Destaca-se no conjunto o rosto do herói da Restauração, a lembrar o fixado pelo pintor Avelar Rebelo, em 1643, com "chapelão de plumas de sugestão velasquenha"[52], e a difícil execução do cavalo, para cujo trabalho, como João Couto[53] pôde

[50] Teixeira. "A estátua equestre de D. João IV, o Restaurador [...]", 259.
[51] Saial. *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-1940)*, 175.
[52] Santos, Reynaldo dos. "Francisco Franco". *Colóquio* 38 (abril 1966): 9.
[53] Na época em que Francisco Franco se encontrava ocupado com a estátua equestre, João Couto era diretor do Museu Nacional de Arte Antiga e responsável pela instalação do Museu-Biblioteca do Palácio de Vila Viçosa.

testemunhar[54], Francisco Franco terá utilizado como modelo, Marcial, um equídeo da coudelaria de Manuel Tavares da Veiga[55]. Pretendia-se que o monumento, por si só, constituísse "o elogio que se pretende à figura de Dom João, dispensando voluntariamente qualquer outro motivo escultorico que viesse distrair a ideia fundamental da sua finalidade"[56] (fig. 8).

Diogo de Macedo, conhecedor na primeira pessoa dos desafios que se impunham ao ofício de escultor, não poupa elogios à obra alcançada por Franco, no que considera ser "uma estupenda demonstração de realismo plástico", combinação de "naturalismo" e de "imponência majestática", ao mesmo tempo que enfatiza as dificuldades envolvidas na sua composição e realização, exigindo ao escultor "anos de estudo e sondagens de toda a espécie, em persistentes lutas de trabalho físico e intelectual"[57].

Por sua vez, Reynaldo dos Santos considera que "o pedestal e a longa e monótona fachada do palácio não favorecem a obra de Franco"[58], ao passo que José-Augusto França a reconhece como "Obra de grande dignidade na sua cuidada elaboração, síntese de bons exemplos bem unificados, velasquenha por necessidade e funcionando como se pretendia, e com escala suficiente, no vasto terreiro do Paço Ducal"[59].

Pardal Monteiro foi o autor da base, em granito, onde assenta a estátua de bronze, em cujas superfícies se exibe um friso fitomórfico que percorre o soco em todo o seu perímetro, três escudos vazios nas faces norte e sul e o escudo real na face voltada para o mosteiro de Santo Agostinho. O florão de bronze, presente no sopé do monumento, oferta do embaixador do Brasil, viria a ser adicionado em 1954[60].

O monumento possui ainda uma escadaria circundante de seis degraus. Conforme se inscreveria no auto da solene inauguração do monumento, relativamente ao pedestal, "Se bem que num estilo moderno, as suas linhas harmonizam-se e evocam a sóbria arquitectura do século desassete".

---

[54] Couto, João. "O escultor Francisco Franco". *Atlântico, Revista de Temas Culturais* 9 (1987): 10-11. Embora publicado em 1987, o texto apresenta a data de 1956.
[55] Couto. "O escultor Francisco Franco", 263 e 269 (fig. 9).
[56] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, gav. 16, mç. 5, n.º 13, *Auto da Solene Inauguração e Entrega do Monumento a El-Rei Dom João Quarto, em Vila Viçosa*, fl. 2.
[57] Macedo, Diogo de. *Subsídios para Uma Análise à Obra de Francisco Franco*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1953, 8. Destacamos, igualmente, os elogios do historiador da arte Luís Reis Santos, publicados em 1944, ao salientar que "Serenidade e confiança, é o que em mim provoca a escultura de Francisco Franco, feita com poderosa técnica, ao serviço de uma idéia clara e de um ideal persistente e puro". Santos, Luís Reis. "Artistas portugueses. Francisco Franco". *Litoral: Revista Mensal de Cultura* 2 (jul. 1944): 133-143.
[58] Santos. "Francisco Franco", 9.
[59] França, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009, 4.ª ed., 184.
[60] Cf. Ficha da estátua equestre de D. João IV, IPA.00033823. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=33823 (acedido a 12 fev. 2019).

Figura 8 - BAFCG, Estúdio Mário Novais, Estátua de D. João IV, estudo, cota: CFT003.100470.

Quanto ao material da base, Duarte Pacheco, em 1940, ter-se-á referido à utilização de pedra da região de Vila Viçosa[61]. A opção de Pardal Monteiro seria outra, escolheu um granito, pedra mais resistente e contrastante com a pedra mole de mármore do edifício palaciano, mas não isenta de controvérsia[62]. Os cálculos e a direção da construção couberam ao engenheiro João Barbosa Carmona, o trabalho de canteiro aos irmãos Marques de Sousa e a fundição do bronze aos irmãos Augusto e Alfredo Abreu, de Lisboa[63].

A inauguração do monumento a D. João IV só ocorreria a 8 de dezembro de 1943, três anos depois do previsto, e três semanas apenas após a morte de Duarte Pacheco, com a praça engalanada com bandeiras nacionais e da Restauração, mas sem grandes festividades[64] (fig. 9).

Figura 9 - "A estátua de D. João IV momentos antes de ser inaugurada", Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbuns Gerais, n.º 89, doc. 2304R, 1943.-12-08 (PT/TT/EPJS/SF/001-001/0089/2304R). Imagem cedida pelo ANTT.

[61] Cf. *Diário de Lisboa*, 24 dez. 1940.
[62] Dionísio, Sant'Anna. *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1947, 42; Saial. Estatuária portuguesa dos anos 30, 176.
[63] Cf. Rodrigues, José Maria Macedo. "Francisco Franco. Contributo para a Escultura Portuguesa na Primeira Metade do Século XX". Mestrado, Universidade Lusíada, 2003, 81.
[64] Costa, Sandra Vaz. *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press, 2012, 26.

Amplamente testemunhada pela imprensa periódica, a efeméride contou com a presença de grande parte da hierarquia do Estado e de outras distintas personalidades, como Júlio Dantas, que, na qualidade de presidente da comissão executiva das celebrações centenárias de 1940, proferiu o discurso da inauguração solene do monumento[65].

O atraso verificado no processo de execução do conjunto equestre ficou a dever-se não apenas à exigência dos trabalhos de escultura e à respetiva fundição, mas, sobretudo, às divergências surgidas entre Pardal Monteiro e Duarte Pacheco, que não permitiram que o ministro desse andamento não só a esta obra, como ao conjunto de encomendas estatais de que o arquiteto se encontrava incumbido[66]. Pardal Monteiro chega a escrever "presumivelmente" a Salazar, dando conhecimento de que se encontra em situação de "ter que fechar" o seu *atelier* "por falta de trabalho", sentindo-se vítima de um "assassinato profissional", como o próprio refere. Esclarece ainda que:

> apesar das encomendas que tenho e que me dariam trabalho e aos meus colaboradores para alguns anos, é como se nada tivesse, porque todas estão paradas e dependentes apenas duma única pessoa que não desconhece a situação que criou e que, não sei porque motivos, a agrava.

Entre as obras paradas, é assinalada a do monumento a D. João IV, em Vila Viçosa, para a qual Pardal Monteiro teria entregado, pessoalmente, ao ministro os primeiros estudos, a 17 de novembro de 1938, como o próprio menciona, mas sem qualquer consequência[67].

Ainda que na sua versão em gesso, patinado de cinzento, a obra monumental de Francisco Franco, em tamanho natural, seria apresentada, em 1940, na Exposição do Mundo Português, junto do pavilhão dos Descobrimentos e Esfera, também obras de Pardal Monteiro. Ali esteve patente ao público, durante três dias, a partir de 24 de dezembro de 1940[68] (fig. 10).

---

[65] A estátua equestre viria a ser escolhida para a capa da *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo* A. 3, n.º 19 (1944), largamente dedicada ao Eng.º Duarte Pacheco.
[66] Monteiro. "Para o projeto global – nove décadas de obra", vol. I, 71.
[67] Carta enviada por Pardal Monteiro "presumivelmente" a Salazar, não datada, Espólio Pardal Monteiro Arquitetos, apresentada em Monteiro. "Para o projeto global – nove décadas de obra", vol. II, doc. 40.02, 252-268.
[68] "No recinto de Belem. A estátua equestre de D. João IV foi hoje admirada pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro das Obras Publicas". *Diário de Lisboa*, 24 dez. 1940.

Figura 10 - "A estátua de D. João IV do escultor Francisco Franco", Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbuns Ge-rais, n.º 78, doc. 35940, 1940-12-24 (PT/TT/EPJS/SF/001-001/0078/35940). Imagem cedida pelo ANTT.

A descrição da peça veiculada pelo *Diário de Lisboa* é de grande eloquência e elogio, justificando a sua transcrição:

> A obra é imponente, recortando-se admiravelmente, no espaço com uma grande finura de linhas, sobretudo vista de perfil. O Restaurador, com o seu chapeu de plumas, uma das mãos empunhando o cetro, outra sustentando as redeas, apruma-se esbelto sobre a sela, numa tranquila expressão de realeza, os traços do rosto finamente cinzelados. O animal, em passo de parada, coleante e marcial, é uma estampa nobre do equidio da epoca, farta crina, patas finas, peitorais salientes, pescoço curto, curvando ligeiramente a cabeça.[69]

A ligação identitária do regime do Estado Novo à figura de D. João IV e à exaltação dos seus feitos políticos a favor da restauração da independência de 1640 viria a ser assinalada no plano de urbanização de Belém, no mesmo ano em que se inaugura a estátua de Vila Viçosa (1943), prevendo-se a inclusão do monumento em gesso no Museu de Recordações das Comemorações Centenárias, a inaugurar nos pavilhões da Formação e Conquista. Destinado à sala elíptica do Corpo Curvo "A", chegaram a elaborar-se peças escritas e desenhadas, tendo em vista a construção de uma base em tijolo e betão armado para a estátua equestre, mas sem que tal projeto se viesse a concretizar[70] (figs. 11 e 12).

Por sua vez, em 1948, aquando da exposição realizada no Instituto Superior Técnico a fim de celebrar os 15 Anos de Obras Públicas, o modelo do monumento a D. João IV volta a ser apresentado como uma das maiores realizações no âmbito da estatuária (fig. 13).

Nas palavras de Eduardo Rodrigues de Carvalho, presidente da comissão executiva da exposição, "o lugar de honra foi dado ao modelo da estátua equestre de D. João IV, erigida em Vila Viçosa, como a obra de Escultura de mais vulto no período a que o certâmen respeita"[71].

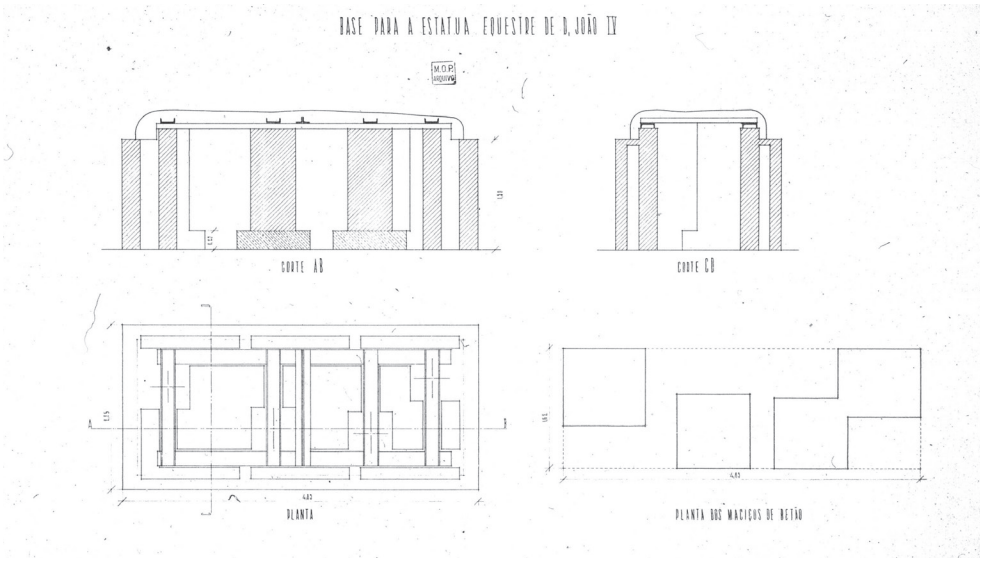
Fernando de Pamplona, por seu turno, considera que:

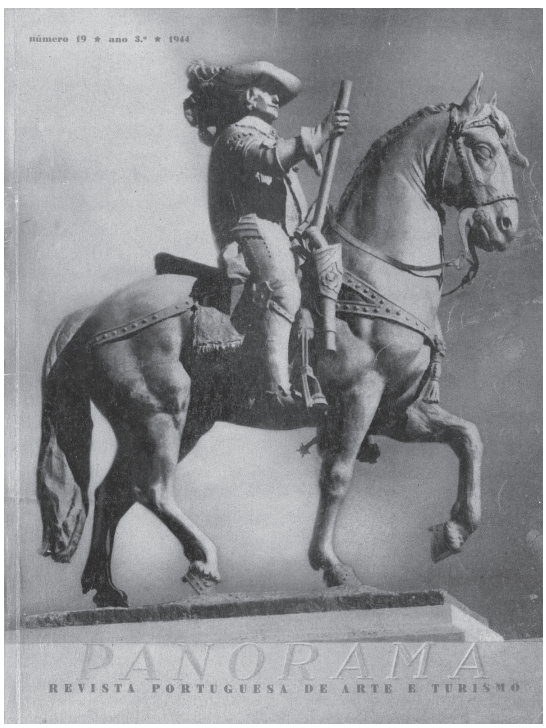
---

[69] "No recinto de Belem [...]". *Diário de Lisboa*, 24 dez. 1940. Veja-se a propósito o interessantíssimo texto assinado por Hipólito Raposo publicado no *Diário de Lisboa* de 26 dez. 1940.

[70] Arquivo Histórico da Economia, Acervo das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (AHE-AOPTC), Comissão Administrativa das Obras da Praça do Império e da Zona Marginal de Belém (CAPOPI), *Base para a Estátua Equestre de D. João IV* (Memória Descritiva, Medições, Orçamentos), cx. 11, mf. bob. 12, proc. 23 (PT/AHMOP/CAPOPI/Engenharia 23/32) e cx. 32, mf. bob. 40, proc. 119 (PT/AHMOP/CAPOPI/SECRETARIA). Depois de exposto em 1940 e de equacionada a sua integração no Museu das Recordações Centenárias, que não se chegaria a concretizar, o gesso seria oferecido pelo escultor Francisco Franco ao Museu Malhoa (inv. 94). Depois de ter passado pelo Museu de Escultura Comparada, em Mafra, encontra-se atualmente na Casa-Museu da Fundação D. Maria Emília Vasconcellos Cabral, em Oliveira do Hospital.

[71] *Quinze Anos de Obras Públicas: Livro de Ouro*. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, vol. I, 1949, 22.





Em cima:
Figura 11 - AHE-AOPTC, Comissão Administrativa das Obras da Praça do Império e da Zona Marginal de Belém, Base para a estátua equestre de D. João IV, plantas e cortes, cx.11, mf. bob. 12, proc. 23 (PT/AHMOP/CAPOPI/Engenharia 23/32).

Em baixo:
Figura 12 - Capa de *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. A. 3, n.º 19 (1944).

Figura 13 – Francisco Franco, estátua equestre de D. João IV, terreiro central do IST, Exposição 15 Anos de Obras Públicas, 1948, foto de A. Passaporte. Pub. em *Quinze Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, vol. II, 1949.

> o mais belo conjunto escultórico da Exposição, valorizado por um arranjo cheio de equilíbrio e de gosto e por uma perspectiva admirável, é o do terreiro do edifício principal do Instituto Superior Técnico, dominado pelo modelo da notável estátua equestre de D. João IV, que Francisco Franco esculpiu para o Terreiro do Paço de Vila Viçosa.[72]

DO IMPASSE À CONCRETIZAÇÃO: O RESTAURO DO PALÁCIO, A SUA ADAPTAÇÃO A MUSEU-BIBLIOTECA E O PROJETO DE ILUMINAÇÃO DO TERREIRO DO PAÇO

Apesar do interesse em Vila Viçosa e no paço ducal para as comemorações centenárias de 1940, pelas razões que oportunamente apontámos, e de todo o processo de obra se encontrar lançado e aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas, a verdade é que os trabalhos não avançaram e a vila ducal acabaria por não ter o destaque previsto nas referidas efemérides.

[72] *Quinze Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, vol. II, 1948, 188. Texto de Pamplona extraído do *Diário da Manhã* de 29 maio 1948.

Entre as causas para o entorpecimento do processo estarão, em nosso entender, sobretudo, o facto de o palácio não ser património do Estado, o que terá gerado dificuldades de entendimento entre as partes envolvidas na execução da obra e no seu custeamento, mas também a escassez de tempo para a sua execução, a carência de mão de obra especializada e a quebra de relações entre o ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, e o arquiteto Pardal Monteiro, a que nos referimos, resultando na paralisação de todas as obras em que o arquiteto se encontrava envolvido.

O decreto-lei n.º 33.726 de 21 de junho de 1944 seria fundamental para que o processo de intervenção no monumento de Vila Viçosa se efetivasse. Depois do impasse gerado em torno da aplicação prática do decreto-lei n.º 23.240 de 21 de novembro de 1933, previa o novo diploma a aquisição do usufruto dos bens legados por D. Manuel II, através da Fundação da Casa de Bragança, onde se incluía o paço calipolense, bem como a obtenção de um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, com o Estado a assumir-se como fiador, destinado a fazer face às "grandes obras de reparação" necessárias ao complexo palaciano e à instalação do museu-biblioteca.

É através de ofício do presidente do conselho administrativo da fundação, Dr. António Luís Gomes[73], de 23 de fevereiro de 1945, dirigido ao diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o engenheiro Henrique Gomes da Silva, que se desencadeia o processo, alegando aquele conselho o interesse em "começar quanto antes os trabalhos preparatorios para a instalação do Muzeu-Biblioteca no Palacio Ducal de Vila Viçosa"[74].

As diligências seguintes passaram pela localização do projeto e do orçamento para as obras de conservação e restauro de que carecia o monumento de Vila Viçosa, elaborados pela DGEMN em 1939, e pelo envio, a 4 de maio de 1945, de cópias ao conselho administrativo da fundação. Tais documentos terão servido de base à elaboração, em novembro de 1945, de novo projeto e de um orçamento atualizado, retomando-se, no entanto, os trabalhos previstos em 1939, conforme atestam as respetivas memórias descritivas, estruturadas em 42 artigos.

Considerados "na sua quási totalidade" como "obras de conservação", destacamos entre os vários trabalhos a realizar, pela particular relação com o tema do nosso estudo:

– a "Limpêsa e reparação da cantaria da fachada principal, incluindo a substituição dos mármores partidos, afim de mostrar o contraste

[73] Era também diretor geral da Fazenda Pública.
[74] SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSARH-010/298-0070 (Palácio de Vila Viçosa) SIPA TXT.01928906.

das côres dos mármores que hoje mal se notam devido á espessa pátina que com o decorrer dos anos ali se acumulou" (art.º 4.º), num total de 1534 m2 (99 m l. x 15,5 m a.);

– "Lageamento com cantaria de mármore da região, no claustro" (art.º 7.º);

– "Assentamento de mosaicos de mármore, na capela, incluindo o levantamento do existente" (art.º 22.º), em 302,50 m2;

Merecem, contudo, referência outros trabalhos previstos, ainda que nem todos realizados[75], por refletirem claramente a prioridade das ações a realizar, mas também os critérios de intervenção adotados, nomeadamente:

– a demolição "de várias paredes de alvenaria, posteriormente construídas, que hoje dividem salas e outros aposentos, com o fim de repor essas dependências, no seu estado primitivo e por consequência dar continuidade aos artesoados das respectivas abóbadas" (art.º 1.º);

– "Construção e assentamento de portas novas de castanho, na entrada principal, nalgumas salas do rés-do-chão" (item 10.º);

– "Calcetamento á portuguesa, incluindo o aproveitamento do material existente" (art.º 23.º);

– "Assentamento com lage de Mourão, no corredor do rés-do-chão, segundo o existente" (art.º 24.º), num total de 52 m2;

– "Vedação hidrofuga de terraços, segundo o processo da região" (art.º 25.º);
– "Assentamento de azulejos do século XV, em algumas salas do andar nôbre" (art.º 29.º);

– "Assentamento de vidro de meio cristal, nos caixilhos dos quartos reais" (art.º 31.º);
– "Restauração de pintura antiga sôbre madeira, sôbre tela e de vários frescos" (art.os 37.º a 39.º);

[75] Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 68-69.

– "Instalação eléctrica em todo o edifício" (art.º 40.º)[76].

No que concerne ao orçamento total da obra a realizar, regista-se, em 1945, mais do que uma duplicação dos encargos, em face dos valores apresentados em 1939, "dado as grandes variações de preço verificadas no largo período decorrido desde a data da sua elaboração", como refere o presidente do conselho administrativo da fundação, Luís Gomes[77]. A subida de 1 799 300$00[78] para 3 937 300$00[79] certamente não se terá ficado a dever apenas ao intervalo de seis anos que separa os dois orçamentos, mas também às consequências decorrentes da inflação generalizada dos preços dos materiais no contexto da II Guerra Mundial.

RAUL LINO: A OBRA DE CONSOLIDAÇÃO DA FACHADA E DE ILUMINAÇÃO DO TERREIRO (1945)

Raul Lino (1879-1974), então arquiteto chefe da Repartição de Estudos e Obras em Monumentos da DGEMN[80] (entidade a quem foi acometida a realização da obra) e superintendente artístico dos palácios nacionais[81], foi quem delineou o plano de intervenção no edifício, visando a sua adaptação a museu-biblioteca. Desenhou também várias peças de mobiliário destinadas aos interiores, portas, maçanetas, fechaduras, e tratou do projeto de iluminação do terreiro do paço. No terreno, o acompanhamento dos trabalhos foi acometido ao engenheiro militar Ricardo Moreira do Amaral[82],

[76] SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSARH-010/298-0060 (Palácio de Vila Viçosa), orçamento – obras de restauro e conservação do palácio de Vila Viçosa, 17 maio 1939, SIPA TXT. 01928261.

[77] SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSARH-010/298-0070 (Palácio de Vila Viçosa), ofício de 25 maio 1945 dirigido pelo presidente do conselho administrativo da Fundação ao engenheiro diretor geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, SIPA TXT.01928917.

[78] Dos quais 808 000$00 destinados a materiais e 991 300$00 a mão de obra.

[79] Destinavam-se 1 966 200$00 para materiais e 1 971 100$00 para mão de obra.

[80] Raul Lino assumira tais funções desde 10 de janeiro de 1936. Neto, Maria João. *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2001, 226.

[81] Tarefa que assumiu em 1939, no âmbito do programa das celebrações dos centenários de 1940.

[82] Pouco conseguimos apurar em relação a este engenheiro militar, apenas que entre 1933-1939 pertence à Comissão de Obras do Novo Manicómio (Hospital Júlio de Matos), enquanto representante da DGEMN, e que em 1940 realizou o projeto de beneficiação para as Cozinhas Económicas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que não se chegou a concretizar. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=25569 e http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5051 (acedido a 12 jan. 2019). No AHE-AOPTC existe uma pasta com o seu nome, constituída por folhas, sem particular interesse, que diz respeito a um processo de tribunal em que o engenheiro Ricardo Moreira do Amaral foi testemunha (AHMOP/PI/007/057).

coronel de artilharia[83], com o qual Raul Lino viria a ter algumas divergências, conforme testemunha a correspondência trocada com a Fundação da Casa de Bragança[84], resultantes da diferença de opiniões relativamente aos critérios de atuação.

A posição antirrestauro estilístico de Raul Lino é publicamente assumida, em 1941, a propósito da Sé do Funchal[85], criticando duramente as intervenções que, em nome da pureza do estilo, não tinham em conta a "poética da alma" dos monumentos, nem o seu "carácter pitoresco", patente nas cantarias antigas e na patina do tempo por elas exibidas[86].

É neste contexto que, a propósito do paço de Vila Viçosa, o arquiteto pauta as suas opções por um assinalável respeito pelas estruturas e materiais existentes, numa valorização inequívoca do edifício e da memória histórica por ele evocada, pondo de parte "restaurações técnicas radicais" ou imitações que possam "iludir sobre a época da sua execução"[87].

Lino assume claramente que:

> No presente caso [paço ducal de Vila Viçosa] foi dada especial importância à conservação dos valores picturais do monumento, e, como por experiência bem sabemos o resultado que dá um total apeamento e subsequente reconstrução do material antigo, preferimos manter a todo o custo o que está. Não nos interessa o fio de prumo, nem os alinhamentos rigorosos, desde que se garanta a permanência do que existe; o que nos importa é salvar o seu valor evocativo, e esse – não temos dúvida – ir-se-ia com uma restauração técnica radical.[88]

Por sua vez, o engenheiro Ricardo Amaral, que segundo Raul Lino "parece ter um critério mais matemático do restauro de monumentos"[89], não deixa de manifestar o seu desagrado perante as posições "poéticas" do arquiteto, transmitindo ao presidente do conselho administrativo da Casa de Bragança que:

> Parece [...] que, para muitos o sentimento de reintegração os leva até aquilo que vagamente povoa os seus espíritos como sendo a forma primeira mas, julgo haver o perigo nesta laburação de se cair para lá

---

[83] Em 1939, era tenente-coronel, mas em 1940 já é dado como coronel, comandante da Escola Prática de Artilharia. http://dicionario.sensagent.com/Escola%20Pr%C3%A1tica%20de%20Artilharia/pt-pt/ (acedido a 3 jan. 2019).
[84] Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 48.
[85] Lino, Raul. "A propósito da Sé do Funchal – a restauração de monumentos". *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes* IX (1941): 5-15.
[86] Neto. *Memória, Propaganda e Poder*, 236-237.
[87] Arquivo da Fundação Casa de Bragança (AFCB), *Correspondência*, ofício n.º 2677, 14 nov. 1950. *Apud* Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 53.
[88] AFCB, *Correspondência*, ofício n.º 2862, 6 nov. 1945. *Apud* Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 53.
[89] *Apud* Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 54.

> dessa forma, naquilo que existiu antes de tudo e de todas as formas, no caos.[90]

Por sinal, era esta a posição da direção da DGEMN, já que no boletim relativo à igreja da Atalaia, de 1941, se consideram ingénuas certas ideias, cheias de "poesia suave" que não teriam outro fim que o "deixar cair, arruinar, a perder-se para sempre todo o património artístico da nação"[91].

Do que nos foi possível perceber desta empreitada, em face do condicionado acesso a alguma documentação arquivística, os trabalhos desenvolvidos entre 1945 e 1953 consistiram essencialmente nas campanhas destinadas a adaptar o antigo paço de Vila Viçosa a museu-biblioteca, mas também em recuperar o edifício do estado avançado de degradação a que tinha chegado, devido aos sucessivos anos de ocupação intermitente por parte da família real. "As grande obras de reparação" apontadas como necessárias, em 1938, transformaram-se na realização de trabalhos fundamentalmente de conservação, nomeadamente, demolições de pequenas dependências, construção de escadas interiores, substituição de caixilhos em janelas e portas, assentamento de vidraças, tratamento de telhados, limpeza e arranjo da cantaria da fachada, arranjo de jardins, caiações diversas, eletrificação de algumas dependências, remoção de papéis de parede e alcatifas, substituição de tetos e soalhos e restauro de pinturas murais[92]. Relativamente aos pavimentos, merece-nos destaque as interessantes propostas de Lino "para a pavimentação da Sala dos Duques com mármores variados". Raul Lino terá apostado claramente na utilização dos materiais da região, como se percebe de outras propostas suas, não concretizadas, como o nicho e busto de D. Luísa de Gusmão, a integrar no edifício, a figura destinada ao tanque do jardim do Bosque ou o padrão comemorativo do encontro de D. João, 8.º duque de Bragança, com Pedro de Mendonça, na tapada ducal de Vila Viçosa[93]. Quanto ao pavimento da sala dos duques, parece que a opção terá recaído sobre uma solução que conjugava mármore e tijoleira, que poucos anos depois terá dado lugar a um revestimento totalmente feito no segundo material referido[94].

---

[90] AFCB, Correspondência, 11 fev. 1949. *Apud* Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 54.

[91] *A Igreja Matriz da Atalaia: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* 24. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1941, XIII.

[92] Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 107, anexo 2 – Intervenções no edifício entre 1945 e 1948.

[93] Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, *Projecto para o Palácio de Vila Viçosa* [RL 522]. http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=192421&img=27099 (acedido a 17 dez. 2018)

[94] Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 71.

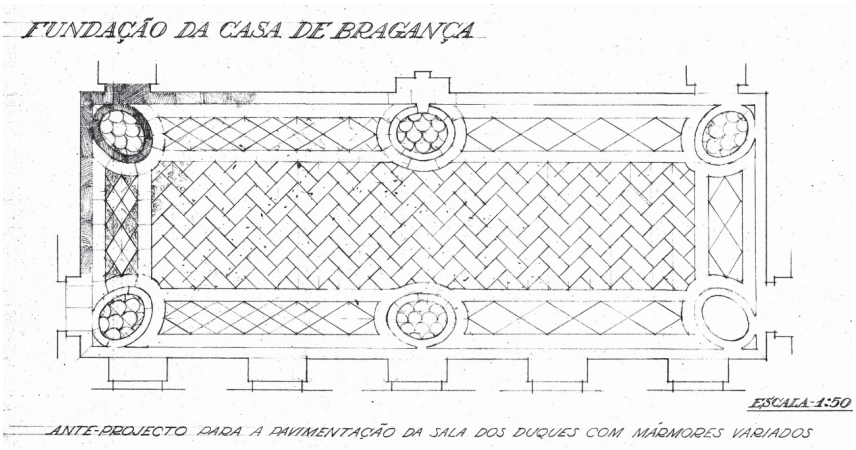


Figura 14 - BAFCG, Espólio Raul Lino, Pormenores, 1945--1955. Desenho original, anteprojeto para a pavimentação da sala dos duques com mármores variados, 1:50, cota: RLDA 522.12.

Interessa-nos para o presente estudo, em particular, as obras da fachada palatina e do terreiro que lhe fica em frente, que acabariam por ter lugar em 1945, integrando o conjunto dos primeiros trabalhos encetados no edifício.

Quanto à intervenção na fachada, esta parece ter-se revelado prioritária. A apreensão do conselho administrativo da Fundação, transmitida, em novembro de 1945, ao diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, é elucidativa da sua urgência, manifestando que este se preocupa "vivamente com a conservação exterior do Paço Ducal [...] e procura estar atento de modo a verificar imediatamente quando se torne necessário intervir para fixar as peças de mármore e evitar o seu desmoronamento"[95].

Neste sentido, os trabalhos ter-se-ão focado no arranjo da cantaria, nomeadamente na fixação de peças de mármore, mas também na substituição de alguns elementos que se encontravam partidos. O testemunho de Sant'Anna Dionísio, publicado em 1947, revela, no entanto, que parecem não ter sido significativamente vi-

[95] SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa (IPA.00002750), PT DGEMN: DSARH-010/298-0070 (Palácio de Vila Viçosa), ofício de Luís Gomes dirigido ao diretor geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a 29 nov. 1945, SIPA TXT.01928918.

síveis os trabalhos realizados na fachada, uma vez que, na data em que escreve, segundo as suas palavras,

> O revestimento de mármore da região, o chamado bardilho de Montes Claros (que a fachada, a fim de se enobrecer, recebeu no decorrer do séc. XVII e XVIII), tornou-se com o tempo sensivelmente desgostante, tanto a quem a descobre de golpe, como a quem a examina com demora e de perto. Deverá ferir principalmente a vista dos mais exigentes a coloração acastanhada e plúmbea (em alguns dias, cor de tejolo e ferrugem) que a face do edifício apresenta, por aviltamento peculiar do referido bardilho. Por outro lado, as imperfeições de natureza técnica não menos depressa saltam aos olhos, mal se presta atenção ao aparelho desse revestimento. Em muitos panos intercalares e molduras das aberturas, as capas de mármore acusam numerosos esmagamentos, fracturas e desaprumos. A quebra da perpendicular é particularmente visível no extremo sul da fachada.[96]

Em 1953, Luís Cardim, no volume *A Arte em Portugal*, dedicado a Vila Viçosa, também refere "O mármore que recobre toda a fachada, o chamado 'bardilho branco' de Montes Claros [que] tomou com o tempo uma tonalidade sombria"[97].

Tais testemunhos encontram plena correspondência no posicionamento de Raul Lino relativamente aos critérios que deveriam prevalecer na intervenção da fachada, ao afirmar que "[...] não nos interessa o fio de prumo, nem os alinhamentos rigorosos, desde que se garanta a permanência do que existe"[98]. A propósito, acrescenta o arquiteto da DGEMN:

> Afigura-se-nos da maior utilidade a vigilância preconizada para a conservação exterior do Palácio, mas julgamos que, sem esperar que se chegue a uma conclusão sôbre a causa, remota ou recente, das referidas alterações (não seja ela de molde a aconselhar um apeamento total das paredes, incluindo alicerces, e sua reconstrução!), mais valerá proceder-se à simples fixação quando se verifique que isso é indispensável para evitar o seu desprendimento.[99]

Nesta fase, ter-se-á chegado a equacionar o apeamento da mansarda[100], situada no eixo do corpo central da fachada, conhecida como "casa dos alfaiates", considerada pela generalidade dos autores como

---

[96] Dionísio. *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*, 45-46.
[97] Cardim, Luís. *Vila Viçosa. A Arte em Portugal* 17. Porto: Marques Abreu, 1953, 14.
[98] AFCB, Correspondência, Raul Lino, relatório de 7 nov. 1945. *Apud* Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 74.
[99] AFCB, Correspondência, Raul Lino, relatório de 7 nov. 1945. *Apud* Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 74.
[100] Monge. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança [...]", 73.

"obra mesquinha e desastrada dos fins do século XVIII"[101], "desarmónica" e "banalíssima", que ofende a "dignidade monumental" do edifício[102]. Porém, a intervenção minimalista propalada por Raul Lino, defensora da manutenção do que existe, ter-se-á certamente, desde logo, oposto à sua demolição.

Do projeto de Raul Lino para o paço de Vila Viçosa fazia parte a instalação elétrica no interior do edifício, executada parcialmente, mas também do amplo terreiro que lhe fica em frente, que pelo menos desde os anos '80 do século XIX possuía iluminação pública a gás, com candeeiros de coluna de ferro fundido com lanterna, como se pode ver em desenhos e gravuras dessa época[103]. Para o efeito, Lino desenha um modelo de candeeiro, a adotar nos 18 que seriam distribuídos no largo do paço em redor da estátua equestre de D. João IV, entretanto inaugurada. De salientar, porém, que o modelo de Lino parece retomar um anteriormente existente em ferro fundido, conforme atestam fotografias do início do século XX, com lanterna encimada por coroa real fechada. A opção do arquiteto parece determinar, no entanto, a substituição do delgado pilar metálico assente sobre base pétrea por um robusto pilar marmóreo, a fazer lembrar o seiscentista padrão comemorativo da Batalha de Montes Claros[104].

---

[101] Dias, Gastão Sousa. "Notas sobre Uma Visita a Vila Viçosa". Sep. *Revista Occidente* XLV. Lisboa: Editorial Império, 1953.

[102] Dionísio. *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*, 46.

[103] A luz elétrica terá chegado a Vila Viçosa a 24 de janeiro de 1926. Cf. Salgueiro, Tiago. "História da luz elétrica em Vila Viçosa". *Sentir Vila Viçosa!*, 9 jan. 2017. http://sentirvila-vicosa.blogspot.com/2017/01/historia-da-luz-eletrica-em-vila-vicosa.html (acedido a 7 jan. 2019). Agradecemos os contributos do arquiteto António Cota Fevereiro acerca dos modelos de iluminação do terreiro.

[104] A alteração formal dos candeeiros do terreiro do paço é visível na diversa iconografia disponível. Assim, identificámos quatro modelos, ainda que, a falta de datação de muitas das imagens não nos permita traçar uma evolução cabal dos mesmos.

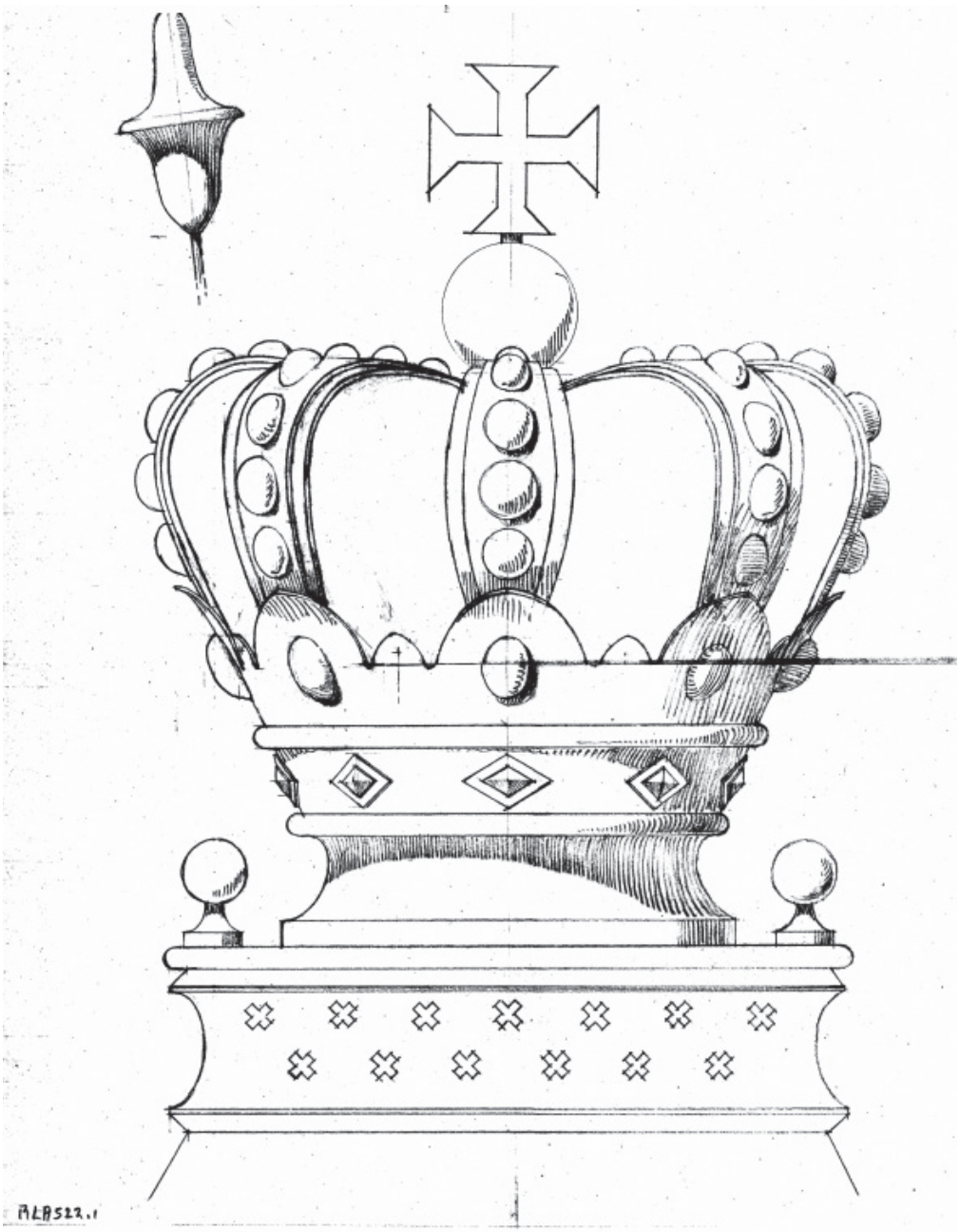


Figura 15 - BAFCG, Espólio Raul Lino, Apontamentos, 1954. Desenho original, modelo de lanterna para os candeeiros do terreiro do paço de Vila Viçosa, cota: RLA 522.1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora algo desacertadas no tempo, diante do propósito de fazer de Vila Viçosa um dos focos das celebrações centenárias de 1940, a verdade é que aquela vila alentejana seria merecedora de particular atenção durante o Estado Novo, beneficiando de um conjunto de intervenções urbanísticas que resultaram na sua reabilitação e adaptação aos propósitos turísticos que tinham feito dela uma "das primeiras terras do país a receber a designação de *estância de turismo*", em 1933[105]. As transformações na morfologia urbana, não isentas de polémica pelas demolições que promoveram no tecido urbano mais antigo[106], a criação de novas vias, como a avenida Duques de Bragança, a unir o castelo ao paço ducal, e o melhoramento de outras, o alargamento da Praça da República, a fomentação de zonas ajardinadas e de circulação pedonal, o arranjo do terreiro do paço, a edificação do monumento a D. João IV e o restauro do castelo são evidências do investimento feito em Vila Viçosa. Ficaram ligados à intervenção no núcleo urbano da vila ducal o ministro Duarte Pacheco, que chegou a ter uma rua com o seu nome e a quem se quis erigir um monumento no seu topo, o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, responsável pelo plano de urbanização da vila (1938-1941), e o escultor Francisco Franco, autor da estátua equestre do rei restaurador, transformada num dos símbolos de Vila Viçosa.

Segue-se, em 1944, a classificação de alguns edifícios históricos, como a igreja e o claustro do convento das Chagas e a igreja dos Agostinhos, enquanto monumentos nacionais, da igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, da matriz de Vila Viçosa e da igreja da Esperança, na categoria de imóveis de interesse público[107]. Paralelamente, é notória a aposta na divulgação da vila através de publicações e de folhetos turísticos, em que são colocados em particular evidência o castelo, a igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, o paço ducal, a igreja dos Agostinhos, o convento das Chagas e a igreja da Esperança com os seus "frescos quinhentistas", como "testemunho[s] vivo[s] dum grande e glorioso passado"[108], na valorização do turismo nacional[109].

---

[105] Serrão, Joaquim Veríssimo. "Vila Viçosa no Estado Novo". In *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Actas*, coord. Manuela Mendonça. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005, 19-20. Cf. Decreto n.º 22.808, *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 152 (08 jul. 1933): 1367.

[106] A construção de alguns bairros económicos, como o denominado Bairro de Casas Económicas de Vila Viçosa, visou o realojamento dos agregados familiares cujas habitações foram demolidas na sequência do arranjo urbanístico da Praça da República.

[107] Decreto n.º 33.587, *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 63 (27 mar. 1944): 339.

[108] *Vila Viçosa: Portugal: Vila Museu*. Desdobrável. Vila Viçosa: Comissão Municipal de Turismo, 1944.

[109] "As obras públicas no turismo nacional. 15 anos de obras públicas". Desdobrável. S.l.: s.n., 1948; *Vila Viçosa and Its Ducal Palace*. Desdobrável. S.l.: s.n., s.d.

A intervenção no paço ducal acabaria por não se realizar a tempo das celebrações centenárias como previsto. Porém, o investimento que a Fundação da Casa de Bragança ali faz, entre 1945 e 1953, promovendo a adaptação do edifício ducal, bastante arruinado, a museu-biblioteca aberto ao público, veio criar um importante polo de atração cultural e turística para a vila. A par das obras, a realização de novos estudos sobre o palácio e respetivas coleções, resultando em publicações como a de Sant'Anna Dionísio (1947), com ilustrações de António Lino, de Santos Simões, sobre a azulejaria (1946) ou de Alfredo Guimarães, sobre mobiliário (1949), acentuaram o interesse e a importância cultural e turística de Vila Viçosa.

Neste nosso estudo, merecem destaque os critérios de intervenção adotados no edifício, sob coordenação do arquiteto Raul Lino, ao serviço da DGEMN, pautados pela defesa da conservação do que existe e por atuações que não comprometam a "alma" e o "carácter pitoresco" dos monumentos.

Quanto à fachada palatina, "frontispício de mármore", como lhe chamou o P.e Espanca, os trabalhos de limpeza e consolidação realizados em 1945 seguiram esses mesmos critérios, respeitando a patina do tempo, razão pela qual Sant'Anna Dionísio, dois anos depois se refere à "coloração acastanhada e plúmbea (em alguns dias, cor de tejolo e ferrugem) que a face do edifício apresenta"[110].

No ano derradeiro da II Guerra Mundial, que tinha promovido dos maiores abalos de destruição patrimonial de sempre à escala global, Raul Lino pautaria a sua intervenção invocando princípios estruturais da Carta de Atenas (1931), que privilegiam a conservação em detrimento do restauro e "o respeito pela obra histórica e artistica do passado sem banir o estilo de nenhuma época", justificando, por exemplo, a manutenção da tão censurada "casa dos alfaiates".

As recomendações para a "limpeza e reparação" das cantarias de mármore são igualmente notáveis, traduzindo-se num documento da maior importância para a história do restauro monumental em Portugal. Defende-se o "caracter particular" do tempo, responsável pela "dourada patine" exibida pelas cantarias do edifício e distingue-se patina de sujidade. A primeira, que "de modo algum convem eliminar", é encarada como sinónimo, não apenas de antiguidade, mas de autenticidade. Assim, ao invés de escovas de arame ou rebolos para a limpeza da fachada, por serem demasiado abrasivos, recomenda-se a utilização

[110] Dionísio. *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*, 45-46.

apenas de água e de piaçabas. Foi esta visão conservadora e conservativa que então se perfilhou.

Mais de meio século passado, a fachada voltaria a ser alvo de uma importante intervenção de conservação e restauro, dirigida pela empresa Monumenta (2009-2011), que "mantendo a sua identidade construtiva e proporcionando a leitura estética dos seus materiais e contrastes originais à sua concepção", devolveu àquela fachada algum do esplendor perdido pelas diversas situações patológicas que o tempo e as condições do lugar lhe foram acrescentando, como colonização biológica, fraturas, abrasão e desgaste ou perda de coesão[111].

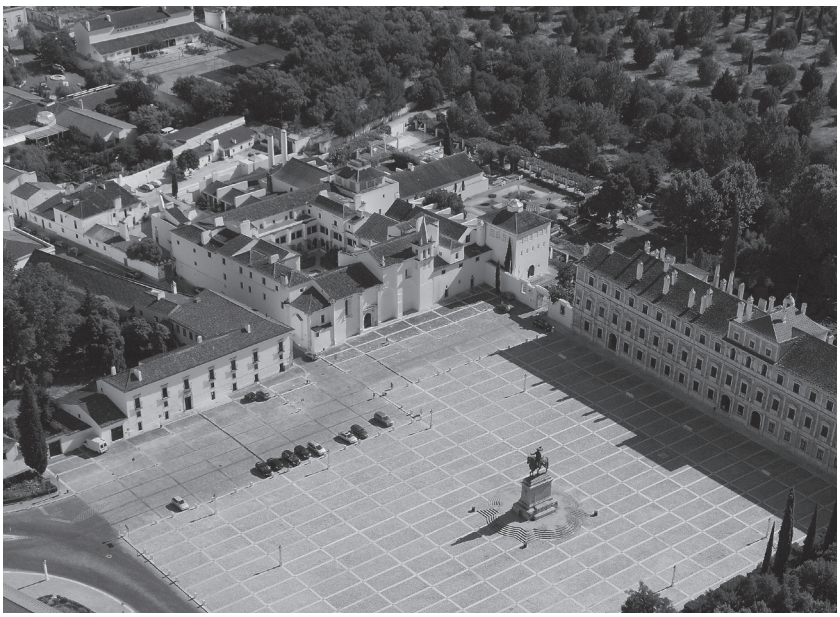


Figura 16 - BAFCG, Vista aérea do terreiro do paço de Vila Viçosa, foto de Catalão Monteiro, 2013, cota: CFT201.4.

[111] Mateus, Luís Pedro, e Joel Claro. "Monumenta. Diversidade na preservação do património edificado". *Pedra & Cal* 49 (2011), 14-15. Desta fase resultou o revestimento da "casa dos alfaiates" com lajes de mármore ruivina, criando, em nosso entender, uma maior integração daquele acrescento no conjunto arquitetónico e assegurando uma maior longevidade dessa integração, sem as marcas de humidade que rapidamente se evidenciariam na pintura de fingidos, como aconteceu no passado. Sobre a intervenção da Monumenta, agradecemos os esclarecimentos prestados pelo engenheiro António Cordeiro a algumas das nossas dúvidas.

Depois desta última obra, a fachada grandiloquente do paço ducal de Vila Viçosa, tida como "ex-libris da vila e exemplar maior da arquitectura renascentista", volta a ser o cenário de mármore escolhido para a candidatura de Vila Viçosa a património mundial[112], constituindo o seu logotipo, sob o mote "Vila Ducal Renascentista".

[112] Processo iniciado em 2016, com a inscrição do bem "Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista" na lista indicativa do Património Mundial em Portugal. http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-viver/cultura/Paginas/patrimoniomundial.aspx (acedido a 20 dez. 2018).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Histórico da Economia – Acervo das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (AHE-AOPTC), Comissão Administrativa das Obras da Praça do Império e da Zona Marginal de Belém (CAPOPI), *Base para a Estátua Equestre de D. João IV* (Memória Descritiva, Medições, Orçamentos), cx. 11, mf. bob. 12, proc. 23 (PT/AHMOP/CAPOPI/Engenharia 23/32) e cx. 32, mf. bob. 40, proc. 119 (PT/AHMOP/CAPOPI/SECRETARIA).

AHE-AOPTC, Processo Individual de Ricardo Moreira do Amaral, Código de Referência: AHMOP/PI/007/057 (cota: PI-Cx 7).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Gavetas, gav. 16, mç. 5, n.º 13, *Auto da Solene Inauguração e Entrega do Monumento a El-Rei Dom João Quarto, em Vila Viçosa*, fl. 2.

Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino, *Projecto para o Palácio de Vila Viçosa* [RL 522].

http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=192421&img=27099 (acedido a 17 dez. 2018).

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico/Direção-Geral do Património Cultural (SIPA/DGPC) [DGEMN], Estátua equestre de D. João IV, IPA.00033823. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=33823 (acedido a 12 fev. 2019).

SIPA/DGPC, Núcleo urbano de Vila Viçosa, IPA.00024847. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=24847 (acedido a 17 dez. 2018) (acedido a 17 dez. 2018)

SIPA/DGPC, Paço Ducal de Vila Viçosa, IPA.00002750. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2750 (acedido a 17 dez. 2018)

SIPA/DGPC, Processo PT DGEMN:DSARH-010/298-0060 (Palácio de Vila Viçosa).

SIPA/DGPC, Processo PT DGEMN:DSID-001/007-0815 (Paço Ducal de Vila Viçosa: Processo Administrativo).

SIPA/DGPC, Processo PT DGEMN:DSARH-010/298-0070 (Palácio de Vila Viçosa).

A Igreja Matriz da Atalaia. Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 24. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1941.

Borrões, Inês Palma. "Arquitetura Civil em Vila Viçosa durante o Estado Novo (1910-1960)". *Callipole, Revista de Cultura* 24 (2017): 225-248.

Cabral, Agostinho Augusto. *Noticia Historica e Estatistica do Palacio e Real Tapada de Villa Viçosa*. Évora: Typographia, 1889.

Cardim, Luís. *Vila Viçosa.* A Arte em Portugal 17. Porto: Marques Abreu, 1953.

Couto, João. "O escultor Francisco Franco". *Atlântico, Revista de Temas Culturais* 9 (1987): 10-11.

Costa, Sandra Vaz. *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press, 2012.

D'Arnoso, Conde. "Villa Viçosa". In *A Arte e a Natureza em Portugal*. Porto: Biel & C.ª, vol. IV, 1904.

Diário de Lisboa, 27 mar. 1938.

Diário de Lisboa, 24 dez. 1940.

Diário de Lisboa, 26 dez. 1940.

Diário da Manhã, 29 maio 1948.

Diário do Governo, I.ª Série, n.º 135 (12 jun. 1931).

Diário do Governo, I.ª Série, n.º 152 (8 jul. 1933).

Diário do Governo, II.ª Série, n.º 211 (10 set. 1938).

Diário do Governo, I.ª Série, n.º 63 (27 mar. 1944).

Diário do Governo, I.ª Série, n.º 129 (3 jun. 1970).

Dias, Gastão Sousa. *Notas sobre uma Visita a Vila Viçosa*. Sep. revista *Occidente* XLV. Lisboa: Editorial Império, 1953.

Dionísio, Sant'Anna. *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1947.

Escola Prática de Artilharia. http://dicionario.sensagent.com/Escola%20Pr%-C3%A1tica%20de%20Artilharia/pt-pt/ (acedido a 3 jan. 2019).

Espanca, Pe. Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Gráfica Calipolense, vol. 27, 1985.

Fernandes, José Manuel. "Transformações urbanísticas em Vila Viçosa no período do Estado Novo (1940-1950)". In *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista*, [202-241]. Dossiê de candidatura de Vila Viçosa à lista do Património Mundial da UNESCO. Vila Viçosa: s.n., vol. III – Estudos históricos, 2018. http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-acontece/noticias/documents/discuss%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20-%20candidatura%20patrim%-C3%B3nio%20mundial/vol.%20iii%20estudos%20hist%C3%B3ricos%20-%20revisto%20cm%20rc%20141118.pdf (acedido a 6 jan. 2019).

França, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 4.ª ed., 2009.

Gonçalves, Manuela. "Francisco Franco, estátua equestre a D. João IV". *Callipole, Revista de Cultura* 17 (2009): 83-99.

Hallett, Jessica, e Nuno Senos (coord.). *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º* Duque de Bragança, *D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta da China, vol. I, 2018.

Lapão, Manuel. *Encontros com o Património*, TSF, 20 dez. 2008.

Lino, Raul. "A propósito da Sé do Funchal – A restauração de monumentos". *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes* IX (1941): 5-15.

Macedo, Diogo de. *Subsídios para uma Análise à Obra de Francisco Franco*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1953.

Macedo, Diogo de. *Francisco Franco*. Lisboa: Artis, 1956.

Mateus, Luís Pedro, e Joel Claro. "Monumenta. Diversidade na preservação do património edificado". *Pedra & Cal* 49 (2011): 14-15.

Matos, Lúcia Almeida. *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

Monge, Maria de Jesus. *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de paço a museu*. S.l.: Fundação da Casa de Bragança, 2017.

Monge, Maria de Jesus. "Museu-Biblioteca da Casa de Bragança – O Espaço, as colecções, as personagens e o 'espírito do lugar'". In *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista*, [195-201]. Dossiê de candidatura de Vila Viçosa à lista do Património Mundial da UNESCO. Vila Viçosa: s.n., vol. III – Estudos históricos, 2018.

http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-acontece/noticias/documents/discuss%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20-%20candidatura%20patrim%C3%B3nio%20mundial/vol.%20iii%20estudos%20hist%C3%B3ricos%20-%20revisto%20cm%20rc%20141118.pdf (acedido a 6 jan. 2019).

Monteiro, João Pardal. "Para o projeto global – nove décadas de obra. Arte, design e técnica na arquitetura do atelier Pardal Monteiro". Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

Moreira, Rafael. "Uma 'cidade ideal em mármore'. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português". *Monumentos* 6 (1997): 48-53.

Neto, Maria João. *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2001.

Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo A. 3, n.º 19 (1944).

Portas, Nuno. "A formação urbana de Vila Viçosa. Um ensaio de interpretação". *Monumentos* 6 (2007): 58-63.

Quinze Anos de Obras Públicas: Livro de Ouro. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, vol. I, 1949.

Quinze Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura, vol. II, Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1949.

Raposo, Hipólito. "A propósito dum monumento. D. João IV restaurado". *Diário de Lisboa*, 26 dez. 1940, 5.

Revista dos Centenários 5, Ano I (31 maio 1939).

Revista dos Centenários 15, Ano II (31 mar. 1940).

Rodrigues, José Maria Macedo. "Francisco Franco. Contributo para a escultura portuguesa na primeira metade do século XX". Mestrado, Universidade Lusíada, 2003.

Saial, Joaquim. *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-1940)*. Lisboa: Bertrand Editora, 1991.

Salazar, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas, 1928 a 1966. Obra completa*. Coimbra: Coimbra Editora, 2015.

Salema, Rosário. "Azulejaria em Vila Viçosa (sécs. XVI-XVIII)". In *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista*, [123-141]. Dossiê de candidatura de Vila Viçosa à lista do Património Mundial da UNESCO. Vila Viçosa: s.n., vol. III – Estudos históricos, 2018.

http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-acontece/noticias/documents/discuss%C3%A30%20p%C3%BAblica%20-%20candidatura%20patrim%C3%B3nio%20mundial/vol.%20iii%20estudos%20hist%C3%B3ricos%20-%20revisto%20cm%20rc%20141118.pdf (acedido a 6 jan. 2019).

Salgueiro, Tiago. "História da luz elétrica em Vila Viçosa". *Sentir Vila Viçosa!*, 9 jan. 2017. http://sentirvilavicosa.blogspot.com/2017/01/historia-da-luz-eletrica-em-vila-vicosa.html (acedido a 7 jan. 2019).

Senos, Nuno. "A ampliação do paço de Vila Viçosa". In *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º* Duque de Bragança, *D. Teodósio I*, coord. Jessica Hallett e Nuno Senos, 109-134. Lisboa: Tinta da China, vol. I, 2018.

Santos, Luís Reis. "Artistas portugueses. Francisco Franco". *Litoral: Revista Mensal de Cultura* 2 (jul. 1944): 133-143.

Santos, Reynaldo dos. "Francisco Franco". *Colóquio* 38 (abril 1966).

Serrão, Joaquim Veríssimo. "Vila Viçosa no Estado Novo". In *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Actas*, coord. Manuela Mendonça, 11-24. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005.

Serrão, Vítor. *Arte, Religião e Imagens em Évora no Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2015.

Serrão, Vítor, "A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece". *Callipole, Revista de Cultura* 22 (2015): 13-45.

Serrão, Vítor. "De Francisco de Loreto a Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: a fachada do paço". In *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º* Duque de Bragança, *D. Teodósio I*, coord. Jessica Hallett e Nuno Senos, 135-144. Lisboa: Tinta da China, vol. I, 2018.

Silva, José Miguel Mendes Freitas. "O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea". Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

Teixeira, José. *O Paço Ducal de Vila Viçosa: sua Arquitectura e suas Colecções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.

Teixeira. José de Monterroso. "A estátua equestre de D. João IV, o Restaurador, no terreiro do paço de Vila Viçosa, no contexto das comemorações do Duplo Centenário de 1940". In *Praças reais: Passado, Presente e Futuro*, coord. Miguel Figueira de Faria, 255-270. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

Tostões, Ana. *Pardal Monteiro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.
"Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista". *Município de Vila Viçosa*, s.d. http://www.cm-vilavicosa.pt/pt/site-viver/cultura/Paginas/patrimoniomundial.aspx (acedido a 20 dez. 2018).

As rochas ornamentais nas obras do real palácio da Ajuda (1796–1865): a presença dos mármores do anticlinal de Estremoz

RUTE MASSANO RODRIGUES[1]
CLARA MOURA SOARES[2]

[1] Faculdade de Letras, ARTIS – Instituto de História da Arte, Universidade de Lisboa.
[2] Faculdade de Letras, ARTIS – Instituto de História da Arte, Universidade de Lisboa.

Les roches ornementales dans les travaux du Palais Royal d'Ajuda (1796-1865): la présence des marbres dans l'anticlinal d'Estremoz

L'oeuvre importante du Palais Royal d'Ajuda, commencée à la fin du XVIII^{ème} siècle, qui a eu pour architectes, Manuel Caetano de Sousa, José da Costa e Silva, Francisco Fabri, António Francisco Rosa ou Joaquim Possidónio Narciso da Silva, est devenue un des plus grands chantiers de Lisbonne. On y a employé un nombre significatif d'artistes, techniciens, artisans- sur beaucoup de ces chantiers-, et on y fera usage de quelques--uns des matériaux les plus distingués, alors disponibles sur le marché et considérés comme adéquats pour un édifice de cette dimension et statut.

Répondant toutefois aux contraintes découlant de circonstances complexes, politiques, économiques, financières vécues à l'époque (en lien avec les Invasions Françaises, l'exil de la Cour au Brésil et les Guerres Libérales), lesquelles ont empêché la marche normale des travaux et, sans doute, la sélection des matériaux à appliquer, l'appareil des pierres serait même pour des raisons logistiques, dans l'écrasante majorité en provenance des carrières de de Pêro Pinheiro (canton de Sintra), restant réservée aux marbres de l'anticlinal d'Estremoz, une discrète introduction dans l'édifice. Il fut possible néanmoins, à travers la documentation d'archives, d'attester du véritable intérêt qui a existé dans son application, un aspect qui n'avait pas été mis en évidence par les chercheurs. En effet, les travaux d'Ajuda prendrait un rôle important dans la connaissance des roches ornementales portugaises, dans la mesure ou cela déclencherait un intérêt pour celles-ci, rendu effectif dans l'élaboration, aux alentours de 1819, d'une *Carte des marbres nobles qui existent dans le Royaume*- présenté à Don Jean VI à Rio de Janeiro, et dans la cueillette, en 1820, d'échantillons convenablement classés, dans lesquels seraient inclus ceux provenant de Vila Viçosa, Estremoz. A l'époque, la Chapelle près de la Salle des Ambassadeurs, ou cette même salle, apparaissaient comme le destin de ces matériaux nobles.

La conjoncture de particulière sensibilité envers des sujets scientifiques liés à la minéralogie et à la géologie, une volonté de magnificence que le monarque vouait à ce palais, alliés à l'esprit d'entreprise et l'intérêt que le responsable d'alors de ces travaux, l'inspecteur Joaquim da Costa e Silva, a démontré en vue de l'enrichissement de la décoration au travers de l'utilisation de plusieurs roches ornementales ont provoqué le questionnement sur son introduction dans le projet. Le contexte politique et financier qui conduirait, peu après, à son éloignement, aura empêché ces intentions, ce qui fait que seulement avec Don Miguel au pouvoir- lequel a

stimulé la poursuite des travaux- nous trouvons une allusion à des opérations destinées à l'acquisition et à l'application de marbres de l'Alentejo.

Dans une dynamique de travaux toujours complexe y compris à cause des chiffres présents, financiers et humains, et par la logistique montée autour, qui révèle que le travail de la pierre avait dans cette construction- reflété dans la gestion générale elle-même et des carrières, dans le nombre des travailleurs, et jusqu'aux montants relativement élevés que les maîtres des chantiers, percevaient – la première référence à l'achat du marbre d'Estremoz date d'août 1830, et peu de mois après commencent à apparaître des registres en rapport avec celui qui sera le principal (pratiquement l'unique) fournisseur de marbre de l'Alentejo pour les travaux, pendant cette phase : le marbrier Jozé da Silva Teixeira, de Borba. Avec un destin non identifié, seulement "salle" ou "salles", ce furent plusieurs morceaux de marbre "pur blanc" qu'il aura fourni jusqu'en mars 1832, dans un processus marqué par les difficultés et par le retard dans la livraison, dont la documentation nous transporte vers celle qui deviendrait l'industrie du marbre pendant le règne de Don Miguel, fortement conditionnée par la politique et par la militarisation de la société.

En tant qu'œuvre se débattant depuis le commencement avec diverses contingences, qui se sont aggravées à partir de 1833, l'instauration du libéralisme et la situation financière découlant de la guerre civile, ont conduit D. Pedro IV à un effort dans l'"esprit d'économie", en suspendant des travaux et en mettant un terme à une hypothèse éventuelle d'une nouvelle utilisation du marbre.

Aux alentours de 1860 seront exécutées de nouveaux travaux, sous la direction de l'architecte Joaquim Possidónio Narciso da Silva, à l'occasion du mariage de D. Luís avec D. Maria Pia de Savoie, en vue d'adapter les pièces aux références esthétiques et de confort qui avaient cours à l'époque.

C'est ainsi que nous trouverons, parmi les salles ayant subi des travaux, la dénommée Salle de Marbre ou Jardin d'Hiver, un espace exotique de loisir, qui séparait les autres pièces du rez-de-chaussée, des appartements de la reine. Les murs et les toits étaient en albâtre, un présent du Vice-Roi d'Égypte à D. Pedro V, ce fut, essentiellement, au sol, que Possidónio da Silva utilisa, en lien avec ce matériau exotique des "marbres portugais", parmi lesquels la pierre de liais, la brèche et le marbre blanc et rose de l'Alentejo. Quant à celui-ci, il peut s'agir du même marbre acheté en 1862 au marbrier de Lisbonne José Cezario de Salles, dont l'objectif n'était pas spécifié. Au-delà du sol, il faut souligner la source qui se trouve au centre de la salle, dont les "génies" selon l'architecte seront en marbre

de Carrare, pour le restant (base, piédestal et deux coupes), il semble s'agir de marbre d'Estremoz. Au-delà des questions esthétiques, il est naturel que les contingences logistiques et financières (dont nous verrons qu'elles vont conditionner d'autres travaux ultérieurs, comme le Palais de la Cour) justifient que Possidónio Narciso da Silva n'ait pas eu recours à l'utilisation du marbre national.

Ces contraintes ont d'ailleurs marqué tous les travaux, cela s'expliquant conjointement avec les vicissitudes politiques, la multitude des architectes, les différentes directions, les intrigues et les conflits, la nécessité d'avancement des travaux, la difficulté d'exécution d'une volonté d'un programme fluide et ambitieux dans lequel seraient inclus des projets plus onéreux et difficiles à concrétiser où, certainement, seront plus présents les matériaux comme les marbres en provenance de l'anticlinal d'Estremoz.

MOTS-CLÉS: Palais d'Ajuda; Marbre; anticlinal d'Estremoz; XIX^{ème} siècle.

Ornamental rocks in the building of the Royal Palace of Ajuda (1796--1865): the presence of the marbles of the anticlinal of Estremoz

The important work of the Royal Palace of Ajuda, begun at the end of the 18th century, which included projects by the architects Manuel Caetano de Sousa, José da Costa e Silva, Francisco Fabri, António Francisco Rosa and Joaquim Possidónio Narciso da Silva, became one of the most important building projects in the capital. It would employ a significant number of artists, technicians, and craftsmen – many of whom were masons – and some of the most distinctive materials available on the market were used, as they were considered appropriate to a building of this size and status.

Considering, however, the constraints arising from the complex contemporary political, economic, financial circumstances (related to the French Invasions, the exile of the Court in Brazil and the Liberal Wars) that would hinder the normal progress of the work and, certainly, the selection of materials to be used, the masonry would overwhelming come, for logistical reasons, from quarries of Pêro Pinheiro (Sintra county), with the marbles from the anticlinal of Estremoz being reserved for a discreet introduction in the building. However, it was possible, through archival documentation, to attest to the true interest that existed in its use, an aspect that has not yet been evidenced by researchers. In fact, the construction work of Ajuda would have an important role in the knowledge of Portuguese ornamental rocks, insofar as it would trigger an interest in them, made effective in the elaboration, c. 1819, of a *Map of the noble marbles in the Kingdom* – presented to D. João VI in Rio de Janeiro – and in the 1820 survey of suitably classified samples, which would include some from Vila Viçosa and Estremoz. At the time, the Chapel, next to the Room of the Ambassadors, or this same room, were the destination of these noble materials.

The circumstance of particular sensibility towards scientific matters related to mineralogy and geology, a desire the monarch had for magnificence of this palace, together with entrepreneurship and interest that the person in charge of the works, inspector Joaquim da Costa e Silva, demonstrated towards the enrichment of the decoration by using varied ornamental stones, all contributed towards their use in the project. The political and financial context that would soon lead to his resignation, would stop these intentions, and only in 1830, during the reign of D. Miguel – who wished to continue the works – we find references to the acquisition and use of marbles from Alentejo.

In an always complex work dynamic, considering the financial and human factors in play, and by the logistics that mirrored the relevance of the stone work in this construction – reflected in the general management and in the quarries, in the number of workers, even in the high earnings of the master masons – the first reference to the acquisition of Estremoz marbles is from August 1830, and within a few months there are documents related to the main (and almost singular) dealer of marble from Alentejo who supplied the work during this phase: the mason Jozé da Silva Teixeira, from Borba. The "pure white" marble stones ordered by March 1832 were generically used for a "room" or for "rooms". The delivery of these stones were marked by delays, and the documentation paints a picture of the marble industry in the times of D. Miguel, strongly influenced by politics and the militarization of society.

In a work marked by various contingencies, which had been worsening since 1833, the establishment of liberalism and the financial situation resulting from the civil war led D. Pedro IV and that palace to a forced "spirit of economy", suspending works and aborting an eventual new use of marble.

In the 1860s, new works were executed with the style of architect Joaquim Possidónio Narciso da Silva, on the occasion of the marriage of D. Luís I with D. Maria Pia de Sabóia, in order to adapt the divisions to the contemporary aesthetic and comfort standards.

In this way, we will find, between the intervened rooms, the so-called Marble Room or Winter Garden, an exotic leisure space that separated the other rooms of the ground floor from the queen's chamber. With walls and ceilings lined with alabaster, a gift from the Viceroy of Egypt to D. Pedro V, it was essentially on the floor that Possidónio da Silva used, in conjunction with that exotic material, the "Portuguese marbles", among them lioz, brecha and white and pink Alentejo marble. It may have been the same marble bought in 1862 at the Lisbon cement factory from mason José Cezario de Salles, whose purpose was not specified. Besides the floor, we highlight the fountain at the centre of the room, made from Carrara marble, according to the architect, but part of it (such as the base, pedestal and two bowls) appear to be marble from Estremoz. In addition to aesthetic issues, it is natural that the logistical and financial contingencies (which would condition other later works, such as the Court Palace) prevented Possidónio Narciso da Silva from using a greater volume of national marble.

These constraints marked the whole work, explaining, along with the political reasons, the multiple architects, the different directions, intri-

gues and conflicts, the need to advance the work, the difficulty of executing a desirable and fluid program including more expensive and difficult-to-materialize projects in which materials such as marbles from the anticlinal of Estremoz would certainly be more present.

KEYWORDS: Palace of Ajuda; Marble; anticlinal of Estremoz; 19th century

Las rocas ornamentales en las obras del Real Palácio da Ajuda (1796-1865): la presencia de los mármoles del anticlinal de Estremoz

La importante obra del Palácio Real da Ajuda, iniciada al final del siglo XVIII, que contó con proyectos de autoría de arquitectos, como Manuel Caetano de Sousa, José da Costa y Silva, Francisco Fabri, António Francisco Rosa o Joaquim Possidónio Narciso da Silva, se volvieron uno de los más importantes astilleros de la capital. En él se emplearía un número significativo de artistas, técnicos y artífices – muchos de los cuales canteros –, y se haría uso de algunos de los más distintos materiales, entonces disponibles en el mercado, considerados adecuados a un edificio de aquella dimensión y estatuto.

Atendiendo, aunque, los condicionamientos recurrentes de las complejas circunstancias políticas, económicas, financieras entonces vividas (relacionadas con las Invasiones Francesas, el exilio de la Corte en el Brasil y las Guerras Liberales) que impedirían el normal funcionamientos de los trabajos y, ciertamente, la selección de los materiales a aplicar, la cantera seria, hasta por razones logísticas, en la aplastante mayoría proveniente de canteras de Pêro Pinheiro (concejo de Sintra), quedando reservada a los mármoles del anticlinal de Estremoz, una discreta introducción en el edificio. Con todo, fue posible, a través de la documentación archivada, demostrar el verdadero interés que existió en su aplicación, aspecto que no había sido aún evidenciado por los investigadores. De hecho, la obra de la Ajuda vendría a tener un importante papel en el conocimiento de las rocas ornamentales portuguesas, en la medida en que desencadenaría, un interés por estas, realizado en la elaboración, c. 1819, de un *Mappa dos marmores nobres que ha no Reino* – presentado a D. João VI en Rio de Janeiro – y en el regimiento, en 1820, de muestras convenientemente clasificadas, en las cuales se incluirían las provenientes de Vila Viçosa y Estremoz. A la altura, de la Capilla, junto a la Sala de los Embajadores, o esta misma sala, aparecían como o destino de estos nobles materiales.

La situación de particular sensibilidad para con asuntos científicos ligados a la mineralogía y la geología, un deseo de magnificencia que el monarca tenía para aquel palacio, aliados al desarrollo e interés que era entonces responsable por los trabajos, el inspector Joaquim da Costa e Silva, demostró por el enriquecimiento de la decoración a través de la utilización de variadas rocas ornamentales, hicieron que se repensara en su introducción en el proyecto. El contexto político y financiero que llevaría, poco después, a su alejamiento, habrá impedido estas intenciones, siendo que, apenas en 1830, con D. Miguel en el poder – que estimuló la conti-

nuación de las obras – encontramos alusión al movimiento destinadas a la adquisición y aplicación de mármoles de Alentejo.

En una dinámica de obra siempre compleja, hasta por los números envueltos, financieros y humanos, y por la logística montada en su torno, que refleja también ella la importancia que el trabajo de la piedra tenía en aquella construcción – reflejado en la propia gestión general y de las canteras, en el número de trabajadores, y hasta en los montantes relativamente elevados que los maestros canteros autoría – la primera referencia a la compra de mármol de Estremoz en la fecha de agosto de 1830, siendo que pocos meses después comienzan a surgir registros relacionados con aquel que será el principal (prácticamente el único) abastecedor de mármol alentejano a la obra, durante esta fase: el cantero Jozé da Silva Teixeira, de Borba. Con destino no identificado, apenas "sala" o "sallas", fueron varias las piedras de mármol "puro blanco" que habrán abastecido hasta marzo de 1832, en un proceso marcado por las dificultades y atrasos en las entregas, cuya documentación nos transporta para aquella que sería la industria del mármol durante el reinado de D. Miguel, fuertemente condicionada por la política y militarización de la sociedad.

En una obra que se venía debatiendo desde el inicio con contingencias diversas, que se fueron agravando, a partir de 1833, la instauración del liberalismo y la situación financiera recurrente de la guerra civil, llevan a D. Pedro IV y a aquel palacio a un forzado "espirito de economía", suspendiendo obras y abortando una eventual hipótesis de nueva utilización de mármol.

En la década del 60 del ochocientos serian ejecutadas nuevas obras, con el trazo del arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, por ocasión del casamiento de D. Luís I con D. Maria Pia de Sabóia, con vista a adaptar las divisiones a los padrones estéticos y de confort que entonces vigorizaban.

De este modo, iremos a encontrar, entre las salas intervenciones, la designada Sala de Mármol o Jardín de Inverno, espacio exótico de láser, que separaba las otras divisiones del piso térreo, de los aposentos de la reina. Con paredes y techos forrados de alabastro, presente del Vice-Rey de Egipto a D. Pedro V, fue, esencialmente, en el piso que Possidónio da Silva utilizó, en conjugación con aquel exótico material "marmores portuguezes", entre los cuales la piedra caliza brecha y mármol blanco y rosa del Alentejo. En cuanto a este, podrá tratarse del mismo mármol comprado en 1862 al cantero lisboeta José Cezario de Salles, cuya finalidad no surgía especificada. Más allá del piso, se destaca a fuente que se encuentra no centro da sala, cuyos "genios" segundo o arquitecto, serán en mármol de

Carrara, siendo que el restante (base, pedestal y dos copas) parece tratarse de mármol de Estremoz. Más allá de las cuestiones estéticas, es natural que las contingencias logísticas y financieras (que veremos condicionar otras obras posteriores, como el Palacio de las Cortes) justifiquen que Possidónio Narciso da Silva no había recurrido a una mayor utilización de mármol nacional.

Estas condicionantes marcaron de otra manera, toda la obra, explicando, juntamente con las vicisitudes políticas, los múltiplos arquitectos, las diversas direcciones, intrigas y conflictos, la necesidad de avance de los trabajos, la dificultad de ejecución de un deseable programa fluido y ambicioso en que se incluirían proyectos más onerosos y difíciles de concretizar en que, ciertamente, estarían más presentes materiales como mármoles provenientes del anticlinal de Estremoz.

PALABRAS-LLAVE: Palacio da Ajuda; Mármol; anticlinal de Estremoz; siglo XIX

INTRODUÇÃO

O palácio da Ajuda tem sido objeto de diversos estudos que vêm revelando a longa e complexa história da sua construção, expondo a importância que aquela obra teve, não apenas como marco da arquitetura neoclássica em Portugal, mas também enquanto importante "viveiro" de artistas, técnicos e artífices[1], sem que a temática do estudo da aplicação das rochas ornamentais e, em particular, dos mármores do Alentejo, tenha merecido, contudo, especial atenção.

Iniciada no final do século XVIII, a marcante obra do Palácio Real da Ajuda, com projetos da autoria de arquitetos, como Manuel Caetano de Sousa, José da Costa e Silva, Francisco Fabri, António Francisco Rosa ou Joaquim Possidónio Narciso da Silva, transformar-se-ia num dos mais importantes estaleiros da capital. Empregando um significativo número de artistas e de operários, ali se faria uso dos mais distintos materiais disponíveis no mercado, considerados compatíveis com um edifício daquela dimensão e estatuto, com destaque para os materiais rochosos. Porém, em face dos condicionamentos inerentes às complexas circunstâncias po-

[1] Para além de diversas abordagens, como resenhas históricas e roteiros que surgiram ao longo dos anos, destacam-se, entre outros, os estudos realizados por José Augusto França, Ayres de Carvalho e por Monterroso Teixeira. Veja-se, a respeito, Sequeira, Gustavo de Matos. *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*. Lisboa: Direção Geral da Fazenda Pública, 1961; Zagallo, Manuel C. de Almeida Cayolla. *Palácio Nacional da Ajuda (Roteiro)*. Lisboa: Direção Geral da Fazenda Pública, 1961; Godinho, Isabel da Silveira, e Maria José Gaivão de Tavares (coord.). *Palácio Nacional da Ajuda*. Coleção Museus de Portugal. Vila do Conde: QuidNovi, 2011; França, José Augusto. *A Arte em Portugal no S*éculo *XIX*. Venda Nova/ Lisboa: Bertrand Editora, vol. i, 1990; Carvalho, Ayres de. *Os Três Arquitectos da Ajuda: do Rocaille ao Neoclássico: Manuel Caetano de Sousa, 1742-1802: José da Costa e Silva, 1747-1819: Francisco Xavier Fabri, 1761-1817*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1979; Teixeira, José de Monterroso. "José da Costa e Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica". Doutoramento, Universidade Autónoma de Lisboa, 3 vols., 2012.

líticas, económicas, financeiras – decorrentes das Invasões Francesas, da ausência da corte e das Guerras Liberais – e logísticas que impediriam o normal andamento dos trabalhos e, decerto, a escolha de alguns dos materiais a aplicar[2], a cantaria seria proveniente da zona de Sintra, cabendo aos mármores alentejanos, apesar da sua nobreza, uma introdução muito discreta no edifício, justificada pelos seus elevados custos e dificuldades no fornecimento. A este respeito, a investigação realizada para o presente estudo permite trazer novos e importantes dados sobre o modo como se processou a introdução do mármore de Estremoz no palácio da Ajuda, contribuindo para o conhecimento da indústria extrativa do anticlinal, em particular, nos primeiros anos da década de 30 de Oitocentos, sob o reinado de D. Miguel I.

Assim, apesar de escassamente visível *in loco* e esporadicamente identificado no amplo conjunto de fontes consultadas, é possível asseverar o interesse que então existiu na aplicação de um dos mais nobres mármores mundiais no edifício da Ajuda, contribuindo para o conhecimento da sua aquisição, utilização e, consequentemente, do respetivo contexto histórico e artístico, apresentando alguns aspetos, até agora menos conhecidos, relacionados com as obras que ali tiveram lugar durante o século XIX.

A documentação, revelada ou revisitada, testemunha, igualmente, o papel que o estaleiro da Ajuda viria a ter no conhecimento das rochas ornamentais portuguesas, na medida em que originaria um interesse por estas, efetivado na elaboração, c. 1819, de um *Mappa dos marmores nobres que ha no Reino*, com a respetiva recolha de amostras devidamente classificadas, numa altura em que o termo "mármore" ainda se utilizava indistintamente na identificação dos materiais pétreos presentes na maioria dos monumentos portugueses (fig. 1).

[2] À semelhança do que sucedeu, na esmagadora maioria, com outros grandes edifícios da capital e dos arredores.

Figura 1 - Palácio da Ajuda. Fachada Nascente (principal), pormenor. 2018. Fot. RMR/CMS.

AS "PEDRARIAS" NOS PROJETOS DO REAL PALÁCIO

Iniciada em 1796, após o incêndio da Real Barraca (1794), a construção do Real Palácio da Ajuda, com traço de Manuel Caetano de Sousa (1738- 1802) – ainda sob um gosto barroco –, teve logo nessa fase uma definição da qualidade e da origem dos materiais, estabelecendo-se, de forma criteriosa, aqueles que deveriam ser utilizados. Para o enorme edifício que o então arquiteto geral das obras públicas[3], engenheiro e coronel de infantaria tinha planeado, ocupando uma área de mais de 30.000 m2, ocorria logo de início uma atitude que se coadunava com a importância da obra em causa, demonstrando, à semelhança do que tinha já sucedido e viria a suceder com a construção de outros grandes edifícios, um zeloso rigor.

Na escritura notarial feita com os mestres empreiteiros, realizada a 8 de março de 1796, a quarta condição estabelecia:

> Que as pedrarias sendo todas liozes, claras e sâans, livres de brocas, roturas, lazins, ou manchas, que se dão Muito a conhecer na sua lavoura, avermelhadas, azuladas, e pardas; devendo ser toda de

[3] A Manuel Caetano de Sousa era-lhe também dado o "título" de arquiteto dos paços e quintas reais.

> Pêro Pinheiro; e sendo necessário bastando, será de bellas, e Villa Chãan, e Monsanto, do mais firme destes continentes[4].

Restringida a Pêro Pinheiro, os mármores alentejanos nem sequer eram mencionados, apesar de conhecidos e utilizados em outros paços reais, nomeadamente, em Vila Viçosa. A distância e os custos envolvidos no seu transporte justificarão a opção tomada.

Interrompida pouco depois do seu arranque, por motivos financeiros, a obra seria reiniciada em 1802, sendo então nomeados os arquitetos formados em Itália, na Academia Clementina, o português José da Costa e Silva (1747-1819) e o italiano Francisco Fabri (1761-1817), que ali introduziriam o fôlego neoclássico, vindo a simplificar o projeto de Caetano de Sousa e a depurar a ornamentação, inspirados por Vanvitelli e Palladio. Como refere Augusto França, "O pretenso 'rocaille' de D. José, 'mau gosto alemão', foi definitivamente enterrado; e o estilo pombalino, de nítida raiz seiscentista, evoluiu logicamente para as formas de um academismo neoclássico que convinham ao seu programa"[5].

Nos pareceres que Costa e Silva – "Academico de mérito da insigne e Inclita Academia de São Lucas de Roma, Socio da Academia de Bolonha, Professor regio de Arquitectura Civil, Arquitecto Geral das Reaes Obras Publicas, e do Real Palacio da Ajuda"[6] – teceu a respeito do projeto inicial, não deixaria de mencionar que o que fazia um edifício *bello* e *elegante* eram "as boas e justas proporções, e as bem pensadas distribuições de todas as suas partes"[7]. Quanto aos materiais a utilizar, destacava então a importância "para a boa, e prompta execução, e justa economia de huma Obra", que estes fossem

> escolhidos, e tirados de taes lugares, que delles facilmente, e com toda a maior commodidade se possa transportar e conduzir para a mesma obra; e note-se bem, que os ditos materiaes hão de estar sempre preparados, e promptos em tanta quantidade, que huma vez principiada que seja a obra, não haja até ao fim della falta alguma delles, porque huma tal falta, alem de causar retardação e demora, ordinariamente porta consigo tambem augmento de despesa[8].

---

[4] *Apud* Teixeira. "José da Costa e Silva (1747-1819) [...]", vol. iii, 253-254.
[5] França. *A Arte em Portugal no* Século *XIX*, 96.
[6] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino (MR), mç. 282, cx. 377.
[7] Parecer de José da Costa e Silva, não datado: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL), Série Vermelha (SV), *Pareceres dos Arquitectos Francisco Fabré, e Jozé da Costa e Silva, Sobre o Primeiro Projeto do Real Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, que se Tinha Principiado Executar o Arquitecto Manoel Caetano*, ms. 484, s.d., fl. 8v.
[8] BACL, SV, *Pareceres dos Arquitectos* [...], ms. 484, fls. 14v.-15.

A desvantagem dos mármores alentejanos, ou outras rochas ornamentais geograficamente mais distantes, encontrava-se implícita, quer por questões financeiras, quer por possíveis atrasos no avanço da empreitada.

Noutro documento de agosto de 1803, o mesmo arquiteto dava o seu parecer a respeito das cantarias para a obra, no qual não deixava de ter em consideração a importância da componente económica[9], da escolha de pessoas zelosas que se encarregassem da escolha dos materiais, assim como de ter uma pedreira por conta da obra[10]:

> As vantagens, que resultaõ de haver pedreira por conta da obra, saõ indubitáveis, porque naõ somente sahirà a cantaria por menor custo, mas tambem haverà o commodo de poder-se mandar arrancar a que de maõ em maõ for mais necessaria para as differentes partes do Edificio, segundo o seu adiantamento, assim e naõ estará a obra obrigada a pagar pedras agora, as quaes se hajaõ de por em obra daqui a muito tempo[11].

Nas "Instruçoens que Sua Alteza Real [regente D. João] manda dar para o bom governo da Obra da reedificação do seu Real Palacio da Ajuda", datadas de 21 de janeiro de 1802, ficava definido, entre outros aspetos, que aos arquitetos cabia

> examinar se a Obra vai conforme ao Risco, e bem construída, tendo nisto mayor vegilancia, e não menos no exame da qualid.e dos Materiaes, e achando alguns que não convenhão á Obra o deverão partecipar aos Inspectores, para estes darem as providencias mais acertadas; poderão porem os mesmos Architectos reprezentar o que lhes parecer conveniente ao mesmo Prezidente do Real Erario[12].

Entre as "Determinaçoens Geraes" constantes das mesmas "Instruçens" era estabelecida a gestão dos materiais, nomeadamente, a sua compra. No caso de os géneros não serem da qualidade ajustada, os inspetores mandavam entregá-los a "seu Dono", "fazendo por Conta deste toda a Despeza de Conduçoens"[13]. Deliberações que demonstravam preocupação com a qualidade.

Com os arquitetos, tendo como ajudantes António Francisco Rosa e Manuel Joaquim de Sousa, ficaram então a dirigir a obra os inspetores João Diogo de Barros Leitão Carvalhosa[14] e Januário António Lopes da Silva[15],

---

[9] José da Costa e Silva insurge-se contra possíveis importações de materiais de construção, como tijolo proveniente de Inglaterra. Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 160.
[10] Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 159.
[11] *Apud* Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 159.
[12] ANTT, Intendência das Obras Públicas (IOP), livro 383, 21 jan. 1802, fls. 2-3.
[13] ANTT, IOP, livro 383, 21 jan. 1802, fls. 2-3.
[14] Viria a ser nomeado, em 1811, 1.º visconde de Santarém.
[15] ANTT, IOP, livro 383, 21 jan. 1802, fl. 1v.

que orientariam um "conjunto artístico", do qual fariam parte personalidades tão importantes como Machado Castro, Domingos Sequeira, Vieira Portuense, Taborda, Fuschini, entre muitos outros nomes destacados, alguns dos quais se juntariam, mais tarde, à obra da Ajuda.

A saída da corte para o Brasil, em finais de 1807, com as Invasões Francesas e a complexa conjuntura política, social, financeira e económica que se lhe seguiu, influenciou, naturalmente, a progressão da construção do real palácio, alterando definitivamente o bom ritmo dos trabalhos registado até então. No início de 1809, a obra encontrava-se quase parada pela falta de meios, levando os arquitetos responsáveis a atestarem à Intendência das Obras Públicas que os arquitetos António Francisco Rosa[16] e Manuel Caetano da Silva Gayão, ajudantes da Casa do Risco, podiam ser dispensados, processo que devia ser revisto mensalmente[17]. De facto, o príncipe regente, D. João, tinha determinado que os trabalhos daquela obra se fossem "diminuindo com prudencia, mas de sorte que se suspenda inteiramente, attendidas as actuaes circunstancias"[18].

Apesar dos constrangimentos, a obra continuaria, no entanto, a progredir, "depositada" nas mãos dos inspetores e manobrada à distância por regulares missivas entre Portugal e Brasil, que permitiam o acompanhamento régio e o consequente parecer acerca das propostas que surgiam no decorrer dos trabalhos. Estes contactos, fundamentais para manter alguma proximidade com o arquiteto José da Costa e Silva, que,

---

[16] Uma representação de 1809 referia que António Fancisco Roza era arquiteto ajudante desde 1798, trabalhando sob ordens de Fabri até 1802, ano em que passou a empregado na Casa do Risco do Palácio da Ajuda. Autorizado pelos franceses, Duarte Joze Fava, como intendente das Obras Públicas, tinha despedido os inspetores existentes a 23 de janeiro de 1808, privando Rosa e mais empregados dos ordenados que por ali venciam; o arquiteto queria ser novamente admitido na folha e receber os ordenados atrasados (ANTT, MR, mç. 282, cx. 377).

[17] ANTT, IOP, livro 36, 15 nov. 1808 e 31 jan. 1809, fls. 147 e 167v. Duarte Joze Fava viria a esclarecer que "[...] os Ajudantes da caza do Risco das Obras Publicas, são empregados no Desenho dos diversos projectos de obras, e em dirigirem as mesmas, de qualquer ordem que sejão: os seus jornaes são precarios, e so tem vencimento nos dias de effectivo trabalho, conforme as Reaes determinações do primeiro d'Agosto de mil oito centos e trez, sendo multados logo que faltem acomparecer no eu exercicio as obras determinadas. Quando os Arquitectos Geraes são encarregados de qualquer obra de concideração pedem para os ajudarem nos respectivos Desenhos, hum ou mais dos refferidos Ajudantes, e por este motivo o Arquitecto Jozé da Costa e Silva tinha por seu coadjutôr na obra do Real Palacio d'Ajuda o Ajudante Manuel Caetano da Silva Gayão; e o Arquitecto Francisco Xavier Fabri, o Ajudante Antonio Francisco Roza, Supplicante, a fim de evitar abuzos determinei que os refferidos arquitectos attestaçem mensalmente se os seus Ajudantes herão aciduos, e com este attestado se processava a respectiva folha dos seus vencimentos; no mez de Janeiro do prezente anno, derão parte os sobreditos Arquitectos que por estar a obra do ditto Palacio sem meios de progredir, julgavão desnecessario acistencia efectiva dos seus Ajudantes na ditta Obra" (ANTT, MR, mç. 282, cx. 377).

[18] *Apud* Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 164.

em 1812, foi ao encontro da corte, ajudam a perceber muitas das opções e dos trabalhos realizados. Por cá, ficou Fabri a dirigir a empreitada, uma fase do projeto que corresponderá às plantas, cópias de 1821, introduzindo alterações, inspiradas por Vanvitelli e pela sua Real Caserta de Nápoles[19], ainda que nem sempre bem aceites por Costa e Silva, efeito do conflito de gostos e mentalidades que já vinha do início da obra[20]. Apesar da planta geral ser normalmente atribuída ao português, a falta de desenhos assinados (assim como as alterações que foram sendo realizadas) torna complicado assinalar as partes do edifício delineadas por cada arquiteto, e não apenas Fabri ou Costa e Silva, mas também o "risco e dezenho do Architecto Roza"[21], que se terá apropriado da autoria de alguns desenhos que realizou enquanto ajudante, sob alçada dos arquitetos gerais[22] (fig. 2).

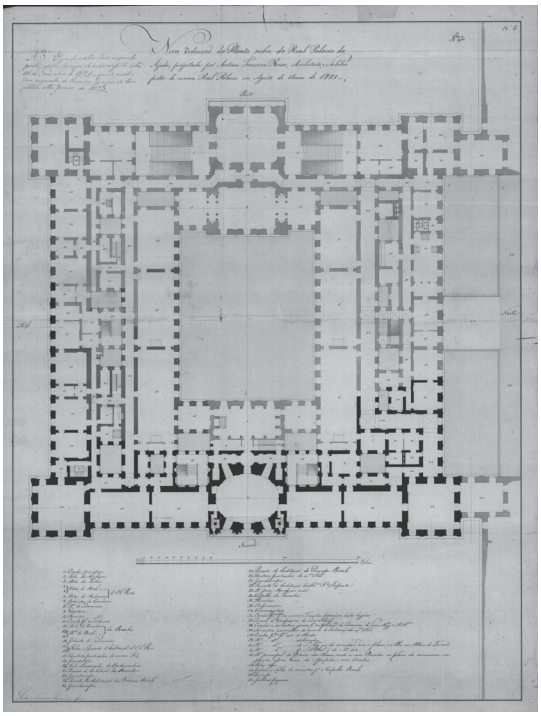


Figura 2 – "Nova reducção da Planta nobre do Real Palacio da Ajuda, projectada por Antonio Francisco Rosa, Architecto, e Sub Inspector do mesmo Real Palacio em Agosto do Anno de 1821. N. B. O que se mostra com augarella preta, e forte, he o que se achava feito athe 15 de Novembro de 1821 e o que se mostra com augarella de carmim he o que se completou athe Janeiro de 1823". Desenho a tinta da china e aguadas. ANTT, Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex AHMF, Cx.5269, n.º14.

[19] Charles Beaufoy, viajante britânico, que esteve em Portugal em 1820, descrevia "not yet finished, of a vast extent, the front magnificent, with an elevation a tone extremity, the other is not yet erected. The entrance is a good deal like the Palace of Caserta, near Napoles, with a magnificent stone stair-case" (*Journal of a Ride Post through Portugal and Spain, from Lisbon to Bayonne*. London: T. and W. Boone, 1846).

[20] França. *A Arte em Portugal no Século XIX*, 97-98.

[21] Arquivo Histórico da Economia/Acervo das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (AHE/AOPTC), Inspeção dos Paços Reais (IPR) 1, 9 set.1818.

[22] Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 158.

O falecimento de Fabri, em 1817, deixando "todo o trabalho e bom arranjo da obra [a] António Francisco Roza"[23], e o falecimento do 1.º visconde de Santarém[24], em 1818, faria emergir na direção dos trabalhos o conselheiro Joaquim da Costa e Silva, que já tinha sido tesoureiro-mor do Real Erário[25]. A sua intervenção na obra, apesar da aparente ausência de formação artística, será efetiva, ocupando o cargo entre 1818 e 1821[26]. Durante este período, estabeleceu aquilo que Augusto França designa como "notável sistema de conferências e discussões entre os responsáveis da obra, na sua generalidade"[27] (e que, de certa forma permanecerá, após a sua saída do cargo[28]), algo que constatámos ajudar, não apenas ao progresso da obra, mas também ao seu enriquecimento. Um "Conselho", sob o qual ocorriam trocas profícuas de pontos de vista, intervindo o arquiteto-chefe, o seu assistente Manuel Caetano da Silva Gayão, Xavier de Magalhães (professor da aula de desenho de arquitetura) e pintores como Cyrillo Wolkmar Machado, o qual opinaria também acerca de objetos de arquitetura[29].

A construção do palácio abrigava uma verdadeira e abrangente academia que tentava suprir os desafios e as necessidades práticas da obra, estimulada pelo conselheiro-inspetor, Joaquim da Costa e Silva[30]. Em

[23] AHE/AOPTC, IPR 1, 2 abr. 1818. Em fevereiro de 1818, o salário diário de António Francisco Rosa era aumentado de 800 para 1000 réis (ANTT, IOP, livro 383, *Aviso do Marquês de Borba*, 17 fev. 1818). Segundo Cyrilo Wolkmar Machado, Rosa "estudou as regras, e preceitos da Architectura com José Joaquim Ludovice", um dos filhos do construtor de Mafra. Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 163.

[24] João Diogo de Barros Leitão Carvalhosa.

[25] No *Supplemento á Gazeta de Lisboa*, 23 abr. 1814, n.º 95 (na Impressão Regia), surgia com os seguintes cargos: "do Conselho do Principe Regente N.S., Conselheiro Honorario de Sua Real Fazenda, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Inspector das Thesourarias das Tropas do Reino, Thesoureiro Mór do Real Erario." Terá entrado para o cargo de tesoureiro em junho de 1813.

[26] Acabaria demitido pelos vintistas. Nas suas *Memorias Escriptas*..., Joaquim da Costa e Silva referia "Desempenhei a Obra do alcance, em que se achava; dei-lhe notável crescimento; deixei-a abastecida; protegi as Artes; e afinal fui expulso para dar Contas em huma Commissão, que me julgou izempto. Alli apresentei os Documentos de tudo o que acima refiro; e até os fiz públicos para convencer, como convenci, a Perversidade, e a Ingratidão" (Silva, Joaquim da Costa e, *Memorias Escriptas pelo Conselheiro Joaquim da Costa e Silva*. Lisboa: Typ. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1823, 14-15).

[27] França. *A Arte em Portugal no S*éculo XIX, 101.

[28] Mesmo sob o domínio da obra pelo intendente das Obras Públicas, Duarte José Fava. *Vide*, por exemplo, ANTT, IOP, liv 390, Conferências, 1825.

[29] França. *A Arte em Portugal no S*éculo XIX, 102-103. Silva, Joaquim da Costa e. *Demonstraçaõ do que o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, Praticou, como Inspector que Foi da Obra do Palacio da Ajuda, desde 17 de Janeiro de 1818, até ao Dia 9 de Abril de 1821*. Lisboa: Na Regia Typografia Silviana, 1821, 10.

[30] Refere o conselheiro que "A Arte da Escultura, e Esbatimento de Ornato de pedra, hia a findar beste Reino; e até dos Alimpadores haviaõ poucos, sendo aliàs da maior urgência, para o andamento, e decoração deste Edificio. Encarreguei os Mestres Canteiros do mesmo Palacio, que escolhessem os Aprendizes mais hábeis, e de maior propensaõ para

1820, por exemplo, a respeito dos "Esbatedores ou Desbastadores de relevo de pedra, Estatuarios e Pintores de Ornato", D. João VI atestaria a importância da "Academia da Ajuda", querendo "que assim continue a praticar para o futuro pela utilidade que reszultta a Nação de ter hûa escolla da qual possão sahir officiaes habeis nas differentes Artes para fazer cessar a necessidade dos buscar em Nacoens Estrangeiras"[31].

Como já referido, os contactos com a corte do Rio de Janeiro eram muito regulares, uma vez que o rei queria estar inteirado da evolução dos trabalhos; além disso, as questões levantadas entre Rosa e Joaquim da Costa e Silva acabavam arbitradas pelos arquitetos do serviço real naquela corte, o francês Grandjean de Montigny e João da Silva Moniz[32].

O importante papel do inspetor Joaquim da Costa e Silva encontra-se espelhado no conflito travado com António Francisco Rosa[33], que gerou, entre 1821 e 1822, uma troca de acusações pessoais relacionadas com a gestão da obra, levando mesmo à impressão de belicosos folhetos. Estes documentos são, por si só, peças importantes para esclarecer muitas das opções e dos trabalhos executados. Num desses folhetos – "Demonstraçaõ do que o conselheiro Joaquim da Costa e Silva, praticou, como inspector que foi da obra do Palacio da Ajuda, desde 17 de janeiro de 1818, até ao dia 9 de abril de 1821" –, aquele destacado funcionário, que entre os seus objetivos dizia estar a "concorrer para se corrigirem os defeitos, e augmentar-lhe a beleza: [...] fomentar, e dar a maõ ás Bellas Artes"[34], assume

---

estudarem o Desenho dentro do sobredito Edificio, debaixo da direcçaõ do Architecto-Pintor Manoel Piolti. Tambem, dos outros Officios se destináraõ alguns Aprendizes para o mesmo fim, pois este Estudo he útil até nas Artes Mechanicas : Augmentei o número dos Discipulos da Casa do Risco, mandando admitir os que tinhaõ reconhecida propensaõ: E formei o princípio de huma Bibliotheca, composta dos Livros próprios, para os Estudos de que trato" (Silva. *Demonstraçaõ do que o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, Praticou* [...], 14). Rosa contesta muitas das afirmações do conselheiro: "[...] com que autoridade fez V.S. estas coisas? Prescinda-se da sua utilidade, pois nem entaõ Sua Magestade, nem depois a Naçaõ, ou o Soberano Congresso deraõ a V. S. amplos poderes para dispor dos dinheiros publicos ao seu arbítrio, e livre alvedrio. V. S. tinha Decretos, tinha Instrucções, e ordens Superiores a que devia cingir-se tinha hum Superior a que devia sugeitar-se. Logo para que despejadamente, e sem temor confessa – eu fiz, eu aconteci?" (Rosa, Antonio Francisco. *Carta de Antonio Francisco Rosa para o Senhor Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, ou Analyse a Hum Seu Papel Intitulado Demonstração*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822, 11-12).

[31] AHE/AOPTC, IPR 1, 7 fev. 1820. Acerca de Joaquim da Costa e Silva e do ensino na Ajuda, *vide* Lisboa, Maria Helena. *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*. Lisboa: Edições Colibri – IHA/Estudos de Arte Contemporânea, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 2007, 332.

[32] França. *A Arte em Portugal no Século XIX*, 102.

[33] Este arquiteto traçou a adaptação e a respetiva redução do projeto existente.

[34] Silva. *Demonstraçaõ do que o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, Praticou* [...], 7. Outro dos seus objetivos passava por "Satisfazer o Empenho em que se achava a Obra, e diminuir a despeza"; era imprescindível que não faltassem géneros como cantarias, de modo que dizia "destinei por semana, para conducções das mesmas Cantarias, de duzentos a tre-

o papel que pretendia ter na escolha dos materiais, nomeadamente, das rochas ornamentais, remetendo os arquitetos para um plano secundário. O parágrafo que, pela sua importância, transcrevemos na íntegra, inclui menção à influência que o pintor Domingos António Sequeira terá tido no processo:

> A noticia que eu tinha pela liçaõ da Historia Portugueza, de que no Reino haviaõ Marmores nobres de lindas, e exquisitas cores, e a lembrança de que poderiaõ servir para a decoração do Palacio; fez com que mandasse vir de diversas Provincias, e Sitios, amostras: E até mandei entregar, e registar no Escriptorio da Obra do referido Palacio, o Mappa das qualidades, sítios, cores, e modificações das ditas pedras; e devo declarar tambem que vieraõ Marmores negros de que se conservaõ as amostras, com veios de ouro, e prata, que naõ deixaõ de ser raros. De muito me auxiliou a noticia, que me deo por escripto o Primeiro Pintor da Camara, e Corte, Domingos Antonio de Sequeira, a quem eu tinha communicado a minha lembrança. As sobreditas amostras haõ de existir na Casa do Risco aonde as mandei guardar[35].

A "noticia" de Sequeira – certamente baseada nos seus conhecimentos e inspirada pela sua formação italiana –, que tanto poderia ajudar a compreender o conhecimento e a sensibilidade de Joaquim da Costa e Silva pelos "Marmores", não foi localizada, até à data, nos arquivos. Não deixa de transparecer, contudo, neste parágrafo, o diálogo e a abertura que aquele inspetor mantinha, de forma enriquecedora, com os artistas.

Com uma cronologia que coincide com o período de vigência de Joaquim da Costa e Silva no cargo de inspetor (1818-1821), Sequeira encontrava-se então empenhado no seu "Prospecto da Vista desta Cidade, e da Provincia do Alem-tejo", pago por aquela real obra[36] (cujo resultado final já não existe), panorama de Lisboa que tinha como objetivo ser enviado a D. João VI, persuadindo-o a regressar[37].

---

zentos mil réis, quando antes do tempo da minha Inspecção, naõ excedia de cem mil réis, e ás vezes nem isto se dava" (Silva. *Demonstraçaõ do que o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, Praticou* [...], 11).

[35] Silva. *Demonstraçaõ do que o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, Praticou* [...], 18.

[36] ANTT, IOP, livro 383 (referência a pagamentos, *e.g.*, 24 nov. 1819, fl. 63; 19 jan. 1820, fl. 64, etc.).

[37] *Sequeira, 1768-1837: Um Português na Mudança dos Tempos*. Catálogo. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1996, 116, 128, 146.

O DESEJO RÉGIO DE ENOBRECIMENTO PÉTREO DO EDIFÍCIO: ELABORAÇÃO DO "MAPPA DOS MARMORES NOBRES QUE HA NO REINO"

É através de um dos contactos estabelecidos entre o Rio de Janeiro e Lisboa, numa missiva de junho de 1819, dirigida a Joaquim da Costa e Silva, na qual D. João VI determina que este "lhe mande hum risco exacto de todo o Palacio para o Mesmo Senhor ter no seu Gabinete, e q. venha com toda a perfeição ate se a V. S.ª parecer, metido em hum cachilho"[38], que vemos, pela primeira vez, revelado um particular interesse pelo emprego das rochas ornamentais na real obra do palácio da Ajuda.

A ideia patente no documento de que "Gostou Sua Magestade de ver o Mappa dos marmores nobres que ha no Reino, e Fica na esperança de que fação muito bom effeito no adorno da Capella junto á Salla dos Embaixadores"[39] revelava, para além da realização de um mapa, de tipologia não apurada[40], no qual se sinalizavam os "mármores" existentes em Portugal, o destino então estabelecido para estes no edifício da Ajuda. Esta informação permite perceber que, pelo menos naquela altura, não se pensava restringir a decoração daquela sala aos frequentes "mármores" de Sintra e Mafra, para os quais não se tornava, certamente, necessária a realização de um mapa nacional contendo variedades de rochas ornamentais.

Em setembro do ano anterior, D. João VI aprovava os trabalhos que Joaquim da Costa e Silva tinha vindo a desenvolver, nomeadamente, relacionados com a sala dos embaixadores, desejando que o seu real palácio fosse "decorado, com aquella magnificencia devida a Sua Augusta Pessoa e Familia"[41].

---

[38] AHE/AOPTC, IPR 1, 3 jun. 1819.

[39] AHE/AOPTC, IPR 1, 3 jun. 1819. A sala dos embaixadores, no piso nobre, virá a assumir a denominação de sala dos archeiros, pela qual é, atualmente, mais conhecida.

[40] Cartográfico, ou as muito utilizadas tabelas esquemáticas que, quase sempre, ganhavam a denominação de "Mappa". Apenas em 1848 seria criada a Comissão Geológica e Mineralógica, a qual ficou sob tutela do Ministério do Reino e da Academia das Ciências; entre outros objetivos, contava-se que elaborasse uma carta geológica de Portugal continental e que remetesse para a Academia as coleções recolhidas para serem organizadas e classificadas. Em 1857, foi criada a comissão geológica do reino. Seria publicado um primeiro mapa de Portugal em 1866. Da primeira carta geológica foi apresentada uma primeira versão na Exposição de Paris, de 1867, acabando por ser impressa apenas em 1876. Leitão, Vanda. "Levantamento geológico de Portugal continental: as primeiras comissões geológicas de Portugal (1848-1868)". *Boletim das Minas* 42, n.º 2 (2007): 149-156, e Daveau, Suzanne. "A cartografia portuguesa moderna: os mapas temáticos". In *Os Mapas em Portugal da Tradição aos Novos Rumos da Cartografia*, coord. Maria Helena Dias. Lisboa: Edições Cosmos, 1995, 159-18.

[41] AHE/AOPTC, IPR 1, 9 set. 1818.

Nesse ano de 1818 – seis meses após a chegada ao Brasil da princesa Maria Leopoldina, com comprovado gosto pelo conhecimento científico –, D. João VI tinha fundado, no Rio de Janeiro, o Museu Real, onde seriam reunidas várias coleções de botânica, minerais e numismática. Já em 1810, tinha sido estabelecido o Real Gabinete de Mineralogia daquela cidade (depois incorporado no museu), que ficaria sob direção do multifacetado alemão, mineralogista, geólogo e arquiteto, barão de Eschwege (1777-1855)[42]. O Brasil vivia um interesse particular pelos assuntos científicos ligados à mineralogia e geologia, no sentido de reverter a situação do declínio do ciclo do ouro[43].

O interesse régio pela exploração, pelo conhecimento dos materiais e sua eventual utilização no palácio da Ajuda não pode ser alheado deste contexto.

Tendo em consideração o período, é possível que tenha existido uma clara intenção de enobrecer o edifício da Ajuda, prevendo o eventual regresso da corte a Lisboa, numa altura em que no paço real de São Cristóvão decorriam algumas obras de melhoramento, que Debret regista na sua *Voyage pittoresque et historique au Brésil*...

Seria o mapa que D. João VI viu no Rio de Janeiro, em junho de 1819, o mesmo que Joaquim da Costa e Silva refere na sua "Demonstraçaõ", em 1821? Muito provavelmente, sim.

AS AMOSTRAS DOS MÁRMORES

Na sequência do "Mappa dos marmores", em fevereiro de 1820 foram enviados diversos ofícios a juízes de fora e corregedores da zona centro e sul do país.

A minuta dizia ser "necessario para a obra do Novo Real Palácio da Ajuda pedras, ou Marmores", solicitando "por Serviço de ElRey Nosso Senhor" a cada destinatário

> de encarregar da diligencia de procurar, e arrancar hum pedaço della, algum Cabouqueiro capaz. Esta amostra deve ser pequena, para fazer facil a sua condução pelo Seguro do Correio; sendo-me remetida, como Inspector do dito Real Palacio.// A Despeza que com

[42] Contratado pela Coroa, e que em Portugal tinha desenvolvido estudos geológicos e viria a deixar o seu cunho no palácio da Pena. Neto, Maria João Baptista. "Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre a Alemanha, o Brasil e Portugal". In *Artistas e Artífices e Sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, 385-392. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas--e-artifices-e-sua-mobilidade-no-mundo-de-expressao-portuguesa/wilhelm-ludwig-von-eschwege-1777-1855-um-percurso-cultural-e-artistico-entre-a-alemanha-o--brasil-e-portugal (acedido a 22 nov. 2018).

[43] Furtado, João, e Eduardo Urias. *Recursos Naturais e Desenvolvimento. Estudos sobre o Potencial Dinamizador da Mineração na Economia Brasileira*. São Paulo: edição dos Autores/ IBRAM, 2013, 153.

> isto se fizer, tanto em jornaes de Cabouqueiro, ou de outras quaesquer Pessoas, assim como as mais Despezas que sejão necessarias, as mandarei logo satisfazer aqui, a quem Vossa Senhoria indicar, ou será remetida a sua importância pelo dito Correio; de maneira que esta incumbencia, não seja pezada aos Operarios, e mais Pessoas, a quem fôr encarregada. Peço a brevidade da Diligencia // [...][44].

Seguiram pedidos para Cascais ("côr cinzenta matizada, ou manchada de cores"), Vila Viçosa ("côr amarella espelhoza com matizado"), Estremoz ("amostras da côr brâca, e negra espelhozo com matiz de muitas côres maculozo"), Beja ("amostras da côr cinzenta maculozo"), Sintra ("côr verde cinzento com manchas brancas espelhozas"), Mafra ("côr cinzento com manchas brancas"), Tavira ("côr negra com manchas"), Soure/Ega ("côr amarello misclado de muitas côres") e Oeiras ("côr cinzento com mâchas brancas"), locais alvo destas prospeções[45]. Destaca-se o facto de se saber, exatamente, o pretendido em cada local, o que indicia um profundo conhecimento prévio, certamente auxiliado pelo mapa de 1819.

No caso do Alentejo, como se pode observar, Vila Viçosa, Estremoz (e Beja) estavam, naturalmente, entre os locais eleitos.

As respostas não se fizeram tardar e logo no início de março era emitida a "Portaria para se guardar na Caza do Risco as Amostras de Mármores", esclarecendo que os operários ocupados na diligência de "arrancar as ditas amostras" seriam pagos pela real obra. Estabelecia-se então que tais amostras "devem se guardar depois de polidas, na Caza do Risco da Obra do Real Palácio d'Ajuda, com Letreiro, que mostre o citio, ou Villa a que pertence; ficando-lhes unidas as cartas de explicaçoens que a respeito dos mesmos Mármores se fizerem"[46].

Teria, deste modo, sido estabelecido um verdadeiro mostruário, devidamente rotulado, contendo, inclusivamente, explicações suplemen-

---

[44] ANTT, IOP, livro 383, 21-23 fev. 1820, fl. 63.

[45] ANTT, IOP, livro 383, 21-23 fev. 1820, fl. 63.

[46] ANTT, IOP, livro 383, 5 mar. 1820, fl. 65v. Anos mais tarde, em 1849, é interessante referir que, visando auxiliar o desenvolvimento do curso de Geologia e Mineralogia da Escola Politécnica de Lisboa (que fazia parte do curso de Construção Civil), se procuraria estabelecer uma "collecção completa e convenientemente classificada de todos os materiaes empregados no nosso Paiz nos diversos generos de construcção, com a noticia das lavras de materiaes argilosas, areozas, calcareas W.a, que se executão em differentes localidades; de fornos em que se prepárão cáes, tijolos, telhas, ladrilhos, ou materiaes de construcção; dos estabelecimentos em que se fabricão pedras artificiaes, laminas metalicas, ou outras quaesquer peças empregadas como materiaes; e finalmente com uma collecção completa das amostras de quaesquer productos Mineraes de cuja existencia no Paiz haja conhecimento", ordenando-se que todos os Governadores Civis, "de accordo com os Delegados da Inspecção Geral das Obras publicas do Reino, e com os Officiaes Engenheiros em commissões Militares nos seus respectivos Districtos", empregassem as maiores diligências na aquisição destas amostras (AHE/AOPTC, Inspeção Geral das Obras Públicas (IGOP) 1-3, Duque de Saldanha, 13 fev. 1849, fls. 14-14v.).

tares, como o local onde a amostra foi recolhida e as características desta (como referido pelo "encomendante", "qualidades, sítios, cores, e modificações")[47].

Em novembro do mesmo ano de 1820, Joaquim da Costa e Silva ordenava que o arquiteto encarregado da real obra, António Francisco Rosa, juntamente com Manuel Caetano da Silva Gayão (arquiteto ajudante), os dois mestres canteiros (António Joaquim de Faria e Sebastião Joze Alves) e o mestre pedreiro (Joze Pedro de Carvalho) vissem qual a parte do palácio a que se devia então dar "mais andamento, e actividade, e qual he o que se deve seguir", lembrando "Se fôr o em que tenho falado, que he cobrir a Sala dos Embaixadores, tenha-se em lembrança as Amostras de pedras, jaspes, e marmores que tenho mandado buscar, e descubrir nas Provincias; e em diversos Sitios do Reino"[48].

Salientamos que o destino dos "mármores" já não era, aparentemente, a capela, mas a própria sala dos embaixadores, sobre a decoração da qual o inspetor tinha enviado uma *exposição* a D. João VI, em ofício de 28 de junho de 1818[49]. Esta sala que, como refere Ayres de Carvalho, corresponde pela situação e forma idêntica (elíptica), à "Sala de Conversação" de Caserta, situada nos aposentos dos príncipes reais, também ela, tal como a da Ajuda, com acesso a uma espaçosa varanda[50].

No final de 1821, queriam dar andamento a estas divisões, assim como à galeria nobre do lado sul, algo que não terá sido efetivamente, ou pelo menos, totalmente, concretizado[51]. De facto, apesar do empenho do conselheiro Joaquim da Costa e Silva (que saiu do cargo em 1821) e de, em setembro de 1824, se entender que as obras deviam focar-se na "Capella, e [em] acabar-se a Sala dos Embaixadores, e o corredor de communicação"[52], em 1825, o teto da referida sala – que estaria dependente do projeto de fecho do pórtico virado a nascente – ainda não estava executado, sendo que "a pluralidade dos Peritos declarou, que para brevidade e maior economia seria adoptavel formar o Tecto do Pedestal para cima até ao fecho de madeira e fasqueado cheio de estuque com as mesmas cores correspondentes ás paredes interiores que se achão acabadas". No entanto, o "Mestre Canteiro Antonio Joaquim de Faria, e o Ajudante Architecto Manuel Joaquim de Sousa" eram de opinião que o teto fosse "de Cantaria,

[47] Apesar de diversas diligências efetuadas, não foi possível, até ao momento, localizar este conjunto de amostras.
[48] ANTT, IOP, livro 383, 4 nov. 1820, fl. 71.
[49] Referido em ofício/resposta de 9 de setembro de 1818 (AHE/AOPTC, IPR 1).
[50] Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 159.
[51] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377, 6 dez. 1821.
[52] ANTT, IOP, livro 390, *Conferencia*, 4 set. 1824, fl. 54.

apesar de maior despesa e demora, persuadidos que assim construido poderá levar trez anos a sua promptificação [...]"[53].

O contexto político e financeiro que levou ao afastamento de Joaquim da Costa e Silva e a menor autonomia da obra[54], que ficou sob a alçada do intendente das Obras Públicas Duarte José Fava, em nada deve ter beneficiado o progresso dos trabalhos; no entanto, a denominada "Repartição das Obras d'Ajuda" continuará a surgir, como referida nas instruções de 9 de abril de 1821, a qual dava conta da suspensão da nomeação do "Thesoureiro Mór" Joaquim da Costa e Silva e, do exercício no cargo, sob o título de subinspetor, do arquiteto António Francisco Rosa, que ficava a receber 2.200 réis (2$200 réis) diários pela dita repartição[55]. A situação financeira levava a que aquele arquiteto pudesse despedir, mas não contratar operários sem a aprovação do presidente do "Thesouro Público Nacional"[56]. Em outubro de 1821, na folha da obra, António Francisco Rosa constava como arquiteto e subinspetor, com o vencimento anual de 803$000 réis (oitocentos e três mil réis)[57].

CANTEIROS E CANTARIAS

As pedreiras de Pêro Pinheiro[58] teriam, ao contrário das de qualquer outra parte do país, uma importância fundamental na construção do Real Palácio da Ajuda, dada a sua relativa proximidade da obra, bem como as qualidades que apresentavam.

Para além das pedreiras do Rio Seco, bem perto do local da construção, fornecedoras sobretudo de cal e gesso[59], era da zona de Sintra que pro-

---

[53] ANTT, IOP, livro 390, *Conferencia*, 25 jan. 1825, fl. 57v. Em abril do mesmo ano, esta era uma das salas a ser *interinamente* arranjadas, embelezadas, para um possível beija-mão a dar em maio, por ocasião do aniversário do rei. Procurar-se-ia que tudo fosse realizado da "maneira mais facil e economica para o bom êxito de tão importante objecto" (ANTT, IOP, livro 390, *Conferencia*, 14 abr. 1825, fls. 59v.-60). Como refere Ayres de Carvalho, o remate da fachada nascente ficaria truncada para sempre, uma vez que nunca se chegou a concordar em cobrir a sala dos embaixadores com uma cúpula de pedra, ou de madeira revestida de chumbo ou metal, como tinha sugerido o arquiteto Costa e Silva (Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 187).

[54] Portaria de 17 mar. 1821. Aquela obra ficava sob a alçada da Repartição das Obras da Casa Real; era suprimida a Escola de Desenho, Escultura e Pintura que ali funcionava (ANTT, IOP, livro 383, fls. 72v.-73v.).

[55] ANTT, IOP, livro 383, 9 abr. 1821, fls. 74-74v. Até então, Rosa recebia 1.200 réis pela Repartição das Obras Públicas e 1.000 réis pela obra do palácio da Ajuda.

[56] ANTT, IOP, livro 383, fls. 9 abr. 1821, 74-74v.

[57] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377, 10 out. 1821.

[58] Acerca destas pedreiras, operários, conduções, etc., *vide*, por exemplo, o interessante "Officio do escrivão da Intendencia das Obras Publicas ao escrivão da Obra do Palacio da Ajuda; o qual acompanha a Rellação das Pessoas que devem Empregar se na Pedreira de Pero Pinheiro, e mais circunstancias" (ANTT, IOP, livro 36, 29 abr. 1808, fls. 108v.-109v.).

[59] Rio Seco, nas relações de empregados da obra vem, quase sempre, dividido em dois ou três itens distintos: fornos de cal, fornos de gesso, pedreira. Existia ainda a "Pedreira de

vinha a quase totalidade da cantaria que formou o palácio. As pedreiras da Carrasqueira, dos Santos e de Lameiras foram as eleitas[60].

A título de exemplo, a respeito da pedreira dos Santos, constatamos que uma portaria de 1817 – "Pertencente ao Encarregado das conduçõez da Real obra" – determinava aspetos relativos à sua exploração, como "Conservar sempre hua Serventia amais Comoda que poder ser para a sahida das Pedras", "Não aprofundar demasiadamente esta Pedreira, visto q ella he livre por todos os lados, mas sim estender-se tirando maior partido q poder dos Bancos qe se descobrirem para o bom acerto das encomendas q. receber da real obra" e, não menos importante, "Dar parte de qualquer Banco qe achar de excessiva grandeza para o Architecto da Real Obra lhe dar o destino q. milhor convier"[61]. Neste sentido, determinava outra portaria que fosse consentido ao arquiteto responsável visitar tanto a pedreira da Carrasqueira como a dos Santos, sempre que quisesse[62].

A estrada que ligava Pêro Pinheiro e a Ajuda era a via fundamental de "alimentação" da obra, bastante utilizada e cuja conservação e cujos acessos deviam ser mantidos[63], por forma a que o encarregado das conduções da real obra conseguisse assegurar o fornecimento; uma situação nem sempre fácil, quando os invernos a deixavam esburacada e enlameada, pondo em causa a velocidade ou a efetividade do transporte[64]. A condução das pedras não era feita exclusivamente pelo pessoal da obra; de facto, vemos os lavradores da região assegurarem o transporte, sendo que as pedras com menos de 50 palmos deviam ir nos seus próprios

Lappa da Moura", onde existiam fornos de tijolo; mais comumente era identificada como "Fornos de tijolo da Lappa da Moura" (ANTT, MR, mç. 282, cx. 377; ANTT, MR, mç. 1905, cx. 1).

[60] Referidas, por exemplo, em mapas e relações de empregados ao serviço da obra, em ANTT, MR, mç. 282, cx. 377.

[61] ANTT, IOP, livro 383, 25 ago. 1817, fl. 51. Determinava a mesma portaria que o mestre das pedreiras, João Leitão, passasse com todo o seu pessoal para a Pedreira dos Santos; os trabalhos na Pedreira da Carrasqueira deveriam ser suspensos, o terreno demarcado, mantida a vigilância, não devia ser consentido que fossem deitados entulhos, devia ser feita uma relação das pedras arrancadas, e o acesso devia conservar-se "desembaraçado", uma vez que ainda se poderia vir a utilizar pedras pequenas daquela proveniência.

[62] ANTT, IOP, livro 383, 25 ago. 1817, fl. 51.

[63] ANTT, IOP, livro 383, 25 ago. 1817, fl. 51.

[64] Em conferência de 12 de novembro de 1821, era mencionado que o mestre canteiro Joaquim de Faria "reprezentou que os carreiros se queixavão, e com razão, de não poderem agora conduzir sem grande incomodo, a que se seguirá impossibilidade absoluta, pela continuação do Inverno, as Pedras que de Pero Pinheiro vem para esta Obra, em consequência do pessimo estado em que se acha a Estrada de Monsanto desde o sitio da buraca athe Ajuda; e foi uniformemente acordado que não só a dita estrada precisava com urgencia de conserto em utilidade da Real Obra, e dos que a servem, mas que athe a mesma Obra ficará parada neste Ramo se não se derem as precizas providencias [...]" (ANTT, IOP, livro 390, *Conferencia*, 12 nov. 1821, fl. 24).

carros[65]. Pontualmente, a condução de grandes pedras provenientes de Pêro Pinheiro para a Ajuda era realizada com recurso a um "carro próprio", que se encontrava no arsenal do Exército – considerado "indispensável" para itens de maior dimensão –, a que se recorreu, por exemplo, para transportar colunas para o cais das Colunas[66] e para o convento da Estrela[67].

O visconde de Santarém mandaria Fabri (tal como viria a fazer com Manuel da Silva Gayão) examinar a "qualidade de Pedra" e as dimensões, as colunas que os empreiteiros tinham cortado na Pedreira, assim como indagar "a forma do trabalho q ali se pratica, se he bem dirigido, se he susceptivel de melhoria p.a maior fornecimento de Pedras p.a a Obra"[68].

Quanto ao trabalho dos mestres canteiros (na altura Sebastião Joze Alves e António Joaquim de Faria), em 1815, sentiu-se a necessidade de emanar uma portaria que determinasse os trabalhos que cada um devia executar, salientando-se então que estes deviam sempre

> ter em vista a Pedraria q.e lhe hé preciza [...] e p.a isto terão sempre hum Mapa em q.e se veja, o estado do adiantamto, ou atrazamto. da Obra, q.e se executa, a Pedraria q.e p.a ella se tem Lavrado e a q.e falta vir da Pedreira : este obgeto será hum dos primeiros cuidados dos referidos Mestres, [...] darã huma Conta dos Canteiros, q.e percizão, quando não sejão bastantes os q.e actualm.te tem, e os repartirão com tal modo, e inteligencia, q.e não se presuma q.e há falta de Pedra p.a Lavrar [...][69].

Já durante o período de Joaquim da Costa e Silva à frente da obra, este procurou implementar algumas inovações que facilitassem os trabalhos. Desta forma, mandou "vir para as Pedreiras do Sitio do Rio Secco, hum Engenho, que levantando grandiosas pedras pela força de quatro Homens, as punha sobre os Carros de duas, tres, quatro, e mais Juntas de Bois, que as conduziaõ"[70].

Ainda que nem sempre muito detalhada quanto a alguns aspetos da atividade do estaleiro da Ajuda, a documentação consultada veicula, porém, dados de extrema relevância, ainda que não consecutivos, relativamente às equipas de canteiros envolvidas na empreitada, que procuraremos sintetizar. Pretendemos, desta forma, identificar, na medida do

---

[65] ANTT, IOP, livro 386, 1829, fls. 154, 158v., 165, 179v., 191v., 199v. Já uma portaria de 22 de fevereiro de 1817, referente a Pêro Pinheiro, determinava que "naquela Pedreira se não carregue pedra em carros da obra qe não seja de trez juntas de boijs para sima; por qe para pedras de hum tal pezo, he que se mandão emprestar aquelles carros" (ANTT, IOP, livro 383, 22 fev. 1817, fl. 50).

[66] ANTT, IOP, livro 43, 15 abr. 1828.

[67] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377, 22 jul. 1830.

[68] *Apud* Carvalho. *Os Três Arquitectos da Ajuda*, 169.

[69] ANTT, IOP, livro 383, 13 mar. 1815, fl. 43.

[70] Silva. *Demonstraçaõ do que o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, Praticou* [...], 16.

possível, alguns intervenientes, vencimentos e tarefas que contribuam, não apenas para o conhecimento das dinâmicas daquele estaleiro, mas de elementos de comparação com outras obras ativas em igual período, trabalho essencial, mas ainda em etapa embrionária.

É através das várias relações e mapas da obra que se elencam os diversos trabalhadores e os custos associados[71]. Vemos que deles constam sempre dois partidos de canteiros (o 1.º e o 2.º partidos, agrupamentos em que a classe dos canteiros surgia dividida[72]), dos quais faziam parte um conjunto de ofícios, mais ou menos especializados, essenciais para o normal desenrolar dos trabalhos nas cantarias. Integravam estes partidos, para além dos *canteiros*, *apontadores*, *aparelhadores*, *esbatedores*, *alimpadores*, *aprendizes*, *serradores de pedra*, *bornidores*, *homens de pau e corda* (carregadores), *mandadores dos ditos*, *trabalhadores* e *guardas dos tilheiros*[73], cujos números vemos oscilar consoante a fase da obra. De um modo geral, o número de *alimpadores*, *esbatedores* e *bornidores*, ligados sobretudo a trabalhos de acabamento, era sempre bem mais diminuto que o número dos canteiros.

Como mestre canteiro, em janeiro de 1802, era nomeado Joaquim dos Santos[74], sendo que em 1803 vemos o lugar ser ocupado por Sebastião Joze Alves[75], o qual viria a permanecer na função por várias décadas.

Em setembro de 1816, trabalhavam no total dos dois partidos 190 canteiros[76], número que quase duplicou com o passar dos anos. No início da década de 20, a obra do "Paço da Ajuda e seus ramos", nas quais se incluíam obras anexas, como o Jardim Botânico, Real Museu, Casa da Ópera[77], albergava, em média, cerca de 1200 pessoas, sendo que só no palácio trabalhariam mais de oito centenas.

Em 1821, constavam na "Rellação em rezumo dos empregados da Real Obra [...] com os Seus Ordenados, e seus vencim.tos que levão na folha Semanaria" como Mestres Canteiros Sebastião Joze Alves e António

[71] ANTT, MR, mç. 282, cxs. 377-378; ANTT, MR, mç. 1905, cx. 1; ANTT, IOP, livro 383.
[72] Não foi possível apurar os critérios que estabeleciam a divisão entre os dois partidos.
[73] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377.
[74] ANTT, IOP, livro 383, *Relação das Pessoas que Sua Alteza Real, Houve por bem Nomear para Servirem os Empregos abaixo Declarados na Obra da Reedificação do Seu Real Palacio da Ajuda, e dos Ordenados, e Jornaes que Hão de Vencer*, 21 jan. 1802, fl. 3.
[75] ANTT, IOP, livro 383, 26 maio 1803, fl. 72.
[76] ANTT, IOP, livro 383, 22 set. 1816.
[77] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377. Para além dos operários constantes das folhas do 1.º e 2.º partidos de canteiros, é possível, em certos meses, encontrar outros profissionais do sector a trabalhar em obras anexas (constantes dos mapas de pessoal da Real Obra da Ajuda). É o caso de dois canteiros, que durante o mês de julho de 1833, se encontravam no Ramalhão, e de outros dois que se encontravam em Belém (sendo possível encontrar ainda mais um ou dois, consoante a semana, em outras obras); o número de canteiros no serviço militar era elevado, atingindo, então os 32 (ANTT, MR, mç. 1905, cx. 1).

Joaquim de Faria[78]. Nesse mesmo ano, da "Rellação dos Aprendizes das diferentes Off.as da Real Obra do Paço d'Ajuda", datada de 10 de novembro, faziam parte 68 empregados do ofício de canteiro do 1.º partido e 71 empregados do 2.º partido, num total de 139, quase todos entrados na obra ainda através do visconde Santarém, outros pela mão de Joaquim da Costa e Silva[79].

No final de 1832, a obra passa a ter um novo mestre canteiro: Joaquim Joze Boaventura Alves[80], filho de Sebastião Joze Alves, que, em 1836, viria a ser integrado como artista agregado de 6.ª classe da aula de Arquitetura Civil da recém-fundada Academia de Belas-Artes[81].

Nesta fase, em que continuava como subinspetor Francisco António Rapozo, sendo 1.º ajudante de arquiteto Ignacio Joze de Souza[82], regista-se um notório decréscimo dos vários intervenientes na obra, resultante do abrandamento dos trabalhos, culminando na sua suspensão, em 1833.

Vejamos alguns dados das décadas de 20 e 30[83], referentes à designada folha dos canteiros, que nos permitem ter uma ideia do número de operários envolvidos neste ofício:

Quadro I

	Semana finda em 29 set. **1821**	Semana finda em 9 set. **1826**	Semana finda em 9 set. **1826**	Semana finda em 30 abr. **1831**	Semana finda em 20 jul. **1833**
1.º partido					
Apontadores	-	1	1	1	-
Aparelhadores	-	2	2	1	1
Alimpadores	3	9	10	5	4
Bornidores	-	-	-	-	-
Canteiros	104	110	111	103	57
Aprendizes[84]	65	-	-	-	-

[78] Presumimos que António Joaquim de Faria se tenha mantido na obra entre 1819, altura em que executa 10 troféus para a sala dos embaixadores, e 1821, período em que lhe é atribuída atividade na obra da Ajuda. Em 1830, já é dado como falecido. Cf. ficha de inventário da DGEMN.

[79] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377, *Rellação dos Aprendizes das Diferentes Off.as da Real Obra do Paço d'Ajuda*, 10 nov. 1821.

[80] ANTT, IOP, livro 358, dez. 1832.

[81] "Alves, Joaquim José Boaventura (Lisboa, 1810 - Cabo Verde, 1854)". *Coleção de Desenho*, s.d. http://museuvirtual.belasartes.ulisboa.pt/desenho/ficha_autor.php?id=221 (acedido a 9 jan. 2019).

[82] ANTT, IOP, livro 358.

[83] A título de exemplo, selecionámos algumas semanas que nos pareceram representativas da presença dos canteiros na obra. No quadro, com um traço (-), assinalámos a ausência de dados (ANTT, MR, mç. 282, cx. 377 e mç. 1905, cx. 1).

[84] Esta categoria não surge em todos os tipos de mapas e relações de pessoal. Nela poderiam estar englobadas algumas especialidades, como os *alimpadores*, *bornidor*es, etc.

	Semana finda em 29 set. **1821**	Semana finda em 9 set. **1826**	Semana finda em 9 set. **1826**	Semana finda em 30 abr. **1831**	Semana finda em 20 jul. **1833**
Esbatedores	-	1	3	2	2
Homens de pau e corda	-	17	12	-	-
Serradores de pedra	-	2	5	5	4
Trabalhadores	-	10	10	-	-
Guardas	-	-	2	-	-
Total	172	152	156	117	68
2.º partido					
Apontadores	-	1	1	-	1
Aparelhadores	-	2	3	3	2
Alimpadores	4	7	9	7	6
Bornidores[85]	3	-	3	3	3
Canteiros	82	111	122	116	67
Aprendizes	63	-	-		-
Esbatedores	-	4	4	3	1
Homens de pau e corda[86]	-	32	24	-	-
Serradores de pedra	-	10	4	4	2
Trabalhadores	-	13	11	-	-
Guardas	-	-	2	-	-
Total	152	180	183	136	82
Total canteiros	324	332	339	253	150
Total pessoal pago pela obra	1220	1160	1349	1007	850

Como se pode verificar pelos dados constantes do quadro acima, na década de 20, na folha dos canteiros registaram-se sempre mais de 300 indivíduos, sendo que em 1828, ano em que D. Miguel chega a habitar o palácio e as obras são incrementadas, estes atingem os 339, número que menos de dois anos depois, recua para 253, diferença que não se reflete, no entanto, com evidência na despesa com as *Jornaes*.

Através das mesmas folhas dos canteiros, também podemos percecionar os vencimentos auferidos pelos vários intervenientes na obra, bem

[85] Em 1821, encontramos a denominação "lustrador", que será o mesmo que "bornidor" (brunidor/burnidor); incluímos essa especialidade na categoria dos *bornidores*.
[86] Carregadores.

como algumas oscilações destes no decurso da empreitada. Além disso, tais dados, embora não consecutivos como dissemos, permitem igualmente compreender a expressão das despesas com os canteiros, tanto na sua relação com os demais ofícios, como com os gastos gerais da obra, conforme se expressa no Quadro II.

Quadro II

	Semana finda em 29 set. **1821**	Semana finda em 9 set. **1826**	Semana finda em 6 dez. **1828**	Semana finda em 30 abr. **1831**	Semana finda em 20 jul. **1833**
Total despesa canteiros 1.º e 2.º partidos	-	544$725	561$745	506$575	309$565
Total obra despesa Jornaes	3.770$45587	2.046$05988	2.389$09289	2.163$85190	1.720$91691

Na semana finda a 22 de julho de 1833, é notório o decréscimo dos custos com o pessoal em relação às semanas findas dos anos anteriores, tendência que já se vinha acentuando desde 1832, nomeadamente na semana finda a 1 de setembro, na qual a despesa com o 1.º e 2.º partidos de canteiro totalizou 401$525[92].

Relativamente aos vencimentos, alguns dados disponíveis[93] dão-nos conta, por exemplo, que, em 1804, o mestre canteiro Sebastião Joze Alves auferia de vencimento 200 réis diários[94], ao passo que os aparelhadores de canteiros, como Joze Antonio da Silva, Rodrigo Antonio, Manuel Jorge ou Francisco Joaquim, recebiam metade desse valor[95]. Porém, o pagamento aos mestres canteiros chega a atingir os 1.100 réis, entre 1826 e 1833[96]. Tratava-se de valores bastante elevados, no contexto da obra, próximos dos auferidos por pintores de figura, como Máximo

[87] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377.
[88] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377.
[89] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377.
[90] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377.
[91] ANTT, MR, mç. 1905, cx. 1.
[92] ANTT, IOP, livro 358, 1 set. 1832, fl. 2.
[93] Nem sempre é possível estabelecer com precisão os valores dos vencimentos ao longo da empreitada, uma vez que estes ou não constam das folhas de obra ou apresentam unidades monetárias distintas (réis, tostões, moedas em metal) ou correspondem a períodos de tempo diversificados (valores diários, mensais ou anuais), dificultando a perspetiva comparativa.
[94] Auferia o mesmo que o mestre pedreiro Joze Pedro de Carvalho (ANTT, IOP, livro 358, 9 jul. 1804, fl. 19v.).
[95] Os *aparelhadores de pedreiros* e *canteiros* tinham o mesmo vencimento.
[96] ANTT, IOP, livro 358 e ANTT, MR, mç. 282, cxs. 377-378.

Paulino dos Reis[97], e superiores aos pagos aos pintores de arquitetura e ornamento, como António Ignacio Vieira, cuja jorna se situava nos 480 réis, numa altura em que mestres canteiros auferiam 600 réis[98].

Em 1833, prestes a ser suspensa, a obra debatia-se com problemas; em março, os fornecedores já duvidavam continuar a alimentá-la, registando-se então nove meses de atraso nos pagamentos. Problemas que encontramos refletidos nos dados apresentados, como a folha de canteiros, que sofre um corte acentuado de pessoal e custos inerentes.

Em agosto, mês anterior à portaria de D. Pedro IV, de 4 de setembro, que mandava desempregar todos os pintores, suspender todos os mestres de carpinteiros, pedreiros, canteiros, e serralheiros, sortear para fiel um guarda e suspender "todos os outros"[99], o pessoal continuava, inevitavelmente, reduzido: na relação dos oficiais do 1.º e 2.º partidos dos canteiros, constavam 1 *mestre*, 1 *apontador*, 3 *aparelhadores*, 3 *esbatedores*, 11 *alimpadores*, 114 *oficiais*, 34 *aprendizes* e 3 *bornidores*[100]. Estas 170 pessoas, mesmo assim, eram mais do que a média das que ali trabalharam no mês anterior, quando quase nunca ultrapassaram a centena e meia[101].

O "CANTEIRO JOZÉ DA SILVA TEIXEIRA DE BÓRBA" E O FORNECIMENTO DE MÁRMORES DO ALENTEJO

Apenas em agosto de 1830, com D. Miguel no poder, foi possível encontrar na documentação referência a movimentações com o objetivo de aquisição e aplicação de mármore proveniente do Alentejo. Até lá, toda a obra foi sustentada, exclusivamente, pelas pedreiras de Pêro Pinheiro que acima mencionámos. Tratar-se-ia de um novo desejo de enobrecimento do palácio, indo ao encontro do "gosto" absolutista do novo monarca? De um projeto acarinhado pelo antigo inspetor, que o "rival" António Francisco Rosa não quis e ou não pôde fomentar?

O conselheiro Joaquim da Costa e Silva encontrava-se há muito afastado, juntamente com o seu empenho na utilização de rochas ornamentais variadas – que quem lhe sucedeu, de facto, não terá (nem poderia ter) cultivado, até por razões financeiras e políticas, com as Cortes a refrearem os gastos com aquele edifício. A família real tinha regressado do Brasil

---

[97] O pintor ganhava 41.250 réis por mês, em 1832. Já Joaquim Rafael auferia, na mesma altura, 75.000 réis mensais e Joze da Cunha Taborda e Archangelo Fosquini, 67.500 réis (ANTT, IOP, livro 358, ago. 1832, fls. 29v.-30).

[98] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377, s.d.

[99] Portaria de 4 de setembro de 1833 (ANTT, MR, mç. 2142). Rodrigues, Rute Andreia Massano. "Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)". Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, 102.

[100] ANTT, MR, mç. 282, cx. 378, 24 ago. 1833.

[101] Mapa de 18 de julho de 1833 (semana finda a 6 de julho, ANTT, MR, mç. 1905, cx. 1).

em 1821, mas o palácio da Ajuda, até 1826, foi destinado apenas a receber cerimónias protocolares. Durante esse período, o paço da Bemposta – a par com outros palácios, sobretudo de veraneio e lazer – seria a sua residência. Posteriormente, Queluz e, sobretudo, o palácio das Necessidades (Belém também acolheria a família real) ganhariam esse estatuto, que a Ajuda apenas alcançaria realmente, durante um breve período, com D. Miguel I e, mais tarde, de forma efetiva e prolongada, com D. Luís I.

Em 1826, após a morte de D. João VI, encontrando-se o paço da Ajuda parcialmente habitável, D. Isabel Maria, a infanta regente, escolhe-o para residência, opção que D. Miguel – que estimularia a continuação das obras – também tomou em 1828, embora habitando-o apenas durante meio ano.

António Francisco Rosa viria a falecer em 1829 (8 de maio), altura em que a obra decorria a um ritmo nem sempre constante e desejável.

Nesse mesmo ano – quando a Escola da Ajuda assume a denominação Academia de São Miguel (em honra de D. Miguel), sendo criada e pouco depois abolida[102] –, a obra conheceu uma nova direção, com a nomeação, em maio, de Francisco António Rapozo como subinspetor (brigadeiro) e de Lourenço Justiniano Lima (major do Real Corpo de Engenheiros) como encarregado de detalhe[103], homens de confiança do regime e que marcariam, de alguma forma, o início do fim. No entanto, foi sob a sua direção e durante este conturbado período que o mármore ganhou relevância na obra, conduzida ainda sob o projeto de José da Costa e Silva e Xavier Fabri, embora reduzido e adaptado por António Francisco Rosa.

A primeira referência sinalizada, relativa à entrada de mármore de Estremoz, surge no mês de agosto de 1830, no "Livro [...] para a Receita do Fiel recebedor da Real Obra do Palacio d'Ajuda Francisco Pedrozo [...]", encontrando-se entre um conjunto muito variado de géneros (pólvora, sabão, etc.) recebidos através de Caetano António Lima Pinto[104]. Tratava-se de "Pedras de Marmores de varias cores, que vierão da Villa de Estremoz, 4 pr 6$400"[105].

---

[102] Gonçalves, Mónica. "Arcangelo Fuschini (1771-1834) e a pintura do neoclassicismo em Portugal". Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. i, 2016, 130-131. Lisboa. *As Academias e as Escolas de Belas Artes* [...], 334.

[103] ANTT, MR, mç. 282, cx. 378, 18 maio 1829.

[104] Quanto a Lima Pinto, sabemos ser um dos subscritores "Para a nova Historia dos nossos dias, que vai ser publicada com o titulo de Gabinete Historico" (Conceição, Cláudio da. *Gabinete Historico, que a Sua Magestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI* [...]. Lisboa: Na Impressão Regia, t. i, 1818, 311).

[105] ANTT, IOP, livro 349, fls. 22-22v. Caetano Lima Pinto (ou "de Lima Pinto") surge associado ao fornecimento de coisas tão variadas como "tijelas da casa", "tacho concertado", corda de linho, ovos, sal, "vassouras de piassá, "Livro de Papel de Hollanda, e capa de Bezerro", etc. (ANTT, IOP, livro 349).

Esta parece ter sido uma compra isolada e, aparentemente, a única em que era mencionada a aquisição de mármores de cores. Desconhece-se qual a aplicação específica destas quatro pedras, de que não se sabe a dimensão, não sendo encontrada qualquer alusão em documentos do mesmo período.

Passaram-se, no entanto, apenas alguns meses até que o mármore de Estremoz fosse novamente notícia, sendo provável que tivesse sido procurado um fornecedor local, capaz de satisfazer as necessidades da obra. O primeiro documento encontrado, relacionado com esta "2.ª fase" de aquisição de mármore, datado de 21 de fevereiro de 1831 – tendo os primeiros contactos sido estabelecidos, provavelmente, ainda em 1830 –, constitui um ofício de resposta enviado pelo encarregado do detalhe da obra, Lourenço Justiniano Lima, ao capitão caserneiro da vila de Estremoz, Agostinho Fernandes Pereira, no qual nos são facultados dados importantes, nomeadamente, o nome do canteiro envolvido, a localidade de origem, a qualidade do mármore em causa, as medidas das pedras encomendadas e formas de pagamento:

> Acuzo a recépção do Officio de V. S.ª datado de treze do Corrente no qual me fáz ver que o Canteiro Jozé da Silva Teixeira de Bórba, quer saber quantas pedras hão de ser d'Mármore puro branco, consequentemente tenho a significar-lhe que devem ser oito pedras de oito palmos de comprido, por cinco de largo, podendo ter qualquer groçura quando não seja para menos de hum palmo, Mais quatro ditas de sette e meio palmos de coumprido, por cinco de largo, podendo ter tambem a groçura acima mencionada; e pelo que pertence a Dinheiro adiantado, não he prática nesta Real Obra; mas sim lógo que se ache arrancada alguma, póde remetter Conta, e á vista da mesma lhe mandarei pagar. Queira V.S.ª dizer quantas Cavalgaduras tem enpregado neste Serviço, assim como seu importe para ser satisfeito. = [...][106].

Apesar das práticas de pagamento da obra, a 10 de março eram enviadas pelo mesmo remetente a Agostinho Fernandes Pereira

> cinco moedas em Metal, para lhe serem entrégues; advertindo porêm a V.S.ª que antes de lhe fazer a mencionada entréga, deve fazer assignar hum Termo em que se responsabilize em dar Conta do arranque das Pedras de Mármore branco puro, encomendadas; e outro sim remeterei mais dinheiro a V.S.ª para lho entregar, em proporção do que se fôr arrancando, avizandome V.S.ª o que houvér a este respeito para meu governo[107].

Somente 11 dias depois, o pagador da obra enviava, através do contrato do tabaco, para o mesmo Agostinho Fernandes Pereira, "vinte quatro

[106] ANTT, IOP, livro 386, reg. 57, 21 fev. 1831, fl. 374.
[107] ANTT, IOP, livro 386, reg. 83, 10 mar. 1831, fl. 379v.

mil reis Metal, [...] para principio de despezas do arranque de pedra Mármore"[108], algo que indiciava, para além de tratamento especial, em face do previamente estabelecido, que ainda não se tinha iniciado o arranque da pedra.

Apesar destes incentivos, alguns meses terão passado sem obtenção de resultados. Desta forma, a 25 de junho de 1831, Justiniano Lima contactava o capitão caserneiro de Estremoz, pedindo informações acerca "da porção de palmos" que já devia estar arrancada, se naquela vila existiam "carros que a conduzão a Aldeia Galêga" (Montijo), assim como em quanto importava "cada hum palmo cúbico" que conduzissem àquele destino, começando a missiva com um explícito "Tornando-se necessario nesta Real Obra dar começo ás diversas Obras a que deve ser aplicada a pedra de Mármore branco [...]"[109].

Nova carta, dirigida, a 26 de julho, pelo mesmo remetente diretamente a Silva Teixeira, revela que este tinha estabelecido contacto escrito cinco dias antes, tornando "a participar estarem quatro pedras prontas, e duas cortadas, mostrando igualmente o ser necessario suspender o trabalho por falta de dinheiro"; participava-lhe então que "para não haver taes inconvenientes na data desta se mandar nova Letra ao capitão Cazerneiro Agostinho Fernandes Pereira, ficando na certeza de que, logo que sejão vistas, e medidas as pedras lhe será pago o restante do seu importe"[110].

Dois dias depois, desta vez uma missiva entre Justiniano de Lima e Fernandes Pereira acusava a receção de ofícios e um recibo de vinte e quatro mil réis (24$000 réis) em metal, de Silva Teixeira, por conta das pedras que lhe tinham sido encomendadas. Aparentemente, pensava-se em contratar para o transporte o carreteiro Joze da Silva Serrano, sobre o qual Lima nada podia "ajuizar" até que o destinatário lhe indicasse "os palmos que tem cada pedra, que se achão prontas, tanto de comprido, como de largo, e alto". O trabalho de "agente" do capitão não era gratuito, sendo que lhe era então enviada uma letra de onze mil e quatrocentos réis (11$400 réis), em metal.[111] Com efeito, menos de um mês depois, ser-lhe-ia remetida nova letra, desta vez de cinco mil quatrocentos e oitenta réis (5$480 réis), referente ao vencimento e aluguer de cavalgadura, dando-se conta da receção do recibo referente a "cinco moedas" recebidas por Silva Teixeira[112]. Pagamentos que continuarão a suceder-se durante

[108] ANTT, IOP, livro 386, reg. 105, 21 mar. 1831, fl. 386.
[109] ANTT, IOP, livro 386, reg. 224, 25 jun. 1831, fls. 432-432v.
[110] ANTT, IOP, livro 386, reg. 277, 26 jul. 1831, fl. 448.
[111] ANTT, IOP, livro 386, reg. 284, 28 jul. 1831, fls. 449v.-450.
[112] ANTT, IOP, livro 386, reg. 320, 18 ago. 1831, fl. 456v.

este período em que faz a ponte entre a Real Obra e o Alentejo e garante ali a fiscalização dos trabalhos.

Apesar de, em julho, já quatro pedras se encontrarem cortadas e de, em junho, se ter dado conta da falta que elas fariam para o normal andamento da obra, apenas a 6 de outubro vemos o brigadeiro subinspetor Francisco António Rapozo, dar conta ao conde de Basto (José António de Oliveira Leite de Barros), ministro assistente ao despacho, de que "nesta Real Obra se receberão as quatro Pedras Marmores, vindas do districto de Borba, segundo a encomenda que se havia feito, cujas Pedras são para a decoração das Sallas deste Real Palacio"[113].

Note-se que nesta pequena missiva não era mencionada a aplicação do mármore numa sala específica, sendo utilizado um plural muito genérico: "salas".

A condução destas quatro pedras (parte dela realizada por barco) sempre seria realizada pelo carreteiro Joze da Silva Serrano, importando num valor total de noventa e seis mil réis (96$000 réis), valor considerado caro, levando a que fosse pedido que Agostinho Fernandes Pereira procurasse quem o fizesse mais barato, "não deixando de ser ouvido o Serrano, e cazo não apareça [...] [que] suster[sse] a remessa das outras"[114]; esta atitude dava ideia, não apenas de uma tentativa de controlo dos gastos, mas também de que a falta que as pedras faziam, pelo menos ao momento, seria relativa.

As missivas seguintes, ainda de 1831 e de 1832, relacionadas com o envio de mais pedras, para além de esclarecerem que essas se destinavam à "Decoração de huma das Sallas", transportam-nos para o meio social e político do momento, militarizado – com a formação de inúmeros corpos do Exército espalhados pelo país –, que influía direta e indiretamente no andamento da vida normal e com reflexo bastante presente na obra do Real Palácio da Ajuda.

De facto, durante este período, vemos inúmeros trabalhadores da obra da Ajuda a participarem em regimentos, companhias e batalhões[115], vendo-se obrigados a deixarem o trabalho para trás, faltas essas "forçadas" e que levariam muitos a solicitar, ainda assim, o respetivo vencimento. A obra, inevitavelmente, sofreu gastos desnecessários e atrasos. Para além destes, diretos, havia o problema de fornecimento de materiais, algo que também afetará, por exemplo, as pedreiras de Pêro Pinheiro.

---

[113] ANTT, MR, mç. 282, cx. 377, 6 out. 1831. Cópia/registo em ANTT, IOP, livro 387, reg. 394, fl. 5.

[114] ANTT, IOP, livro 387, reg. 397, 7 out. 1931, fl. 6v.

[115] Nomeadamente, os corpos de vol.ntários Realistas e vol.ntários Realistas Urbanos (ANTT, MR, mç. 282, cx. 378).

O caso do fornecimento "externo" de mármore de Estremoz à obra do palácio da Ajuda é exemplar, espelhando o grau de militarização provocado pela guerra civil durante este período e a forma como este afetava a vida diária. Subentende-se, igualmente, que a escolha dos fornecedores deveria encontrar-se dependente do seu grau de simpatia e de empenho na causa miguelista; algo que talvez ajude a explicar a escolha de José da Silva Teixeira e as facilidades financeiras que lhe foram sendo concedidas e que não se coadunavam com aquilo que eram os trâmites normais que ali teriam lugar.

Designado – a respeito de justificações para os atrasos nas entregas e de pretensões que apresenta a 1 de dezembro de 1831 – pelo capitão caserneiro de Estremoz como um "homem [...] digno de attenção no que pretende, por que he tão bom Portugues que tem sinco filhos actualmente servindo hum em Milicias, e quatro nos Realistas de Villa Viçoza"[116], a carta que então envia é reveladora do estado do trabalho, para além de aspetos sociais, políticos e financeiros:

> Illustrissimo Senhor, He de meu dever partecipar a Vossa Excellencia, o progresso da Obra do arranque das Pedras a que me obriguei; e dar a Vossa Excellencia uma razão forte, e corroberada de toda a verdade,,. Não estando a meu alcance o indespençavel descobrimento das Pedras, pela ignorancia da existencia d'ellas naquellas partes a onde com cuidado as pergunto, he indespensaçavel haver demora, por quanto me vejo na colizão de fazer nova escavação, e muitas vezes n'em essa sortir effeicto, bem apezar da minha vontade, por ser o rezultado augmentar-se-me mais o meu trabalho, como algumas vezes tem prezenciado o Capitão Agostinho Fernandes Pereira; sendo porem arguido pelo dito em consequencia da dilação, e exigindo de mim a multiplicação de mais obreiros, afim de se concluir a dita obrigação m cumpre participar a Vossa Excellencia que não me he possivel dar o exigido cumprimento, por quanto sendo eu emais trez filhos quem trabalhavamos, ao prezente sou só eu pois que meus filhos, Manoel da Silva, Agostinho da Silva, e Francisco da Silva, tem praça assente no Batalhão de vol.ntarios realistas de Villa Viçoza na terceira Compania, e estes se achão fazendo o Serviço na Praça d'Estremoz, e por conseguinte|embaracados para me ajudarem, e neste termos a obra vencendo dilação, e continuará se Vossa Excellencia não providenciar huma licença ampla do senhor Duque, como Commandante emchefe, em que venhão dispencados do Serviço durante o arranque, ficando á minha honra, não demurar hum só momento; igualmente exijo de Vossa Excellencia mais Letra para receber mais algum dinheiro, sem o qual Vossa Excellencia bem sabe não pode viver o homem,, Deos Guarde a Vossa Excellencia por tantos annos como lhe dezeja quem he de Vossa Excellencia,,Servo

[116] Ofício de 27 de dezembro de 1831, de Agostinho Fernandes Pereira a Lourenço Justiniano Lima; outro ofício, do subinspetor Francisco António Rapozo ao conde de Basto, especificava que um dos filhos de Silva Teixeira estava no Regimento de Milícias e os outros quatro no Batalhão de vol.ntários Realistas de Vila Viçosa (ANTT, MR, mç. 282, cx. 378).

> attento Venerador Joze da Silva Theixeira,, Borba primeiro de Dezembro de mil oito centos trinta e hum[117].

Esta carta gerou contactos, primeiro entre Agostinho Fernandes Pereira e Lourenço Justiniano Lima e, de seguida, entre Francisco António Rapozo e o conde de Basto, nas quais se destacava que o empreiteiro era "digno da Graça que implora", "pelos seus bons sentimentos" e pelas informações dadas pelo referido capitão caserneiro[118]. Tornava-se importante "a prompta remessa de alguma porção de Pedras Marmores que hão-de servir para a Decoração de huma das Sallas do Real Palacio da Ajuda de cuja demora cauza grave prejuízo aos trabalhos que estão em andamento"[119].

A resposta, datada de 3 de janeiro de 1832, à pretensão do canteiro de Borba foi resumida (até mesmo omissa), destacando-se apenas que dela "Foi o Mesmo Augusto Senhor Servido que se esperasse melhor tempo para a conducção dos referidos Marmores"[120].

Os mármores terão sido entregues em março desse ano, sendo a última referência uma muito resumida entrada no anteriormente referido "Livro [...] para a Receita do Fiel recebedor [...]". Datada de 31 de março, resume-se a

> De Joze da Silva Teixeira
> Pedra Marmore de Estremoz
> 240.....39$419.[121]

Total que consta, igualmente, no Livro de Registo de Receita e Despesa do Pagador[122].

Coincidentemente, pela mesma altura, Filipe Eduardo, "Official de Canteiro Soldado da Terceira Companhia do Batalhão vol.ntarios Realistas de Villa Viçoza", pedia para ser admitido na Real Obra.[123]

Acerca de Joze da Silva Teixeira pouco se sabe, sendo possível que seja o mesmo "José da Silva Teixeira" que surge entre as diversas personali-

---

[117] ANTT, MR, mç. 282, cx. 378, 1 dez. 1831; cópia junta a ofícios de 27 dezembro do mesmo ano.
[118] ANTT, MR, mç. 282, cx. 378, 5 dez. 1831 e 27 dez. 1831.
[119] ANTT, MR, mç. 382, cx. 378, 27 dez. 1831.
[120] ANTT, IOP, livro 389, reg. 1, Conde de Basto a Francisco António Rapozo, 3 jan. 1832, fls. 28v.-29.
[121] ANTT, IOP, livro 349 (1830-1833), 31 mar. 1832, fl. 77v.
[122] ANTT, IOP, livro 340, 31 mar. 1832, fl. 158. 39$419. A meio do mesmo mês de março, Justiniano Lima enviava – pedindo brevidade na remessa – a Agostinho Fernandes Pereira dois documentos, relativos a quatro pedras de mármore que tinham sido remetidas para serem assinados "pelo empreiteiro Joze da Silva Teixeira nos sítios que vão notados em Lapes" (ANTT, IOP, livro 387, doc. 72, 15 mar. 1832, fl. 86).
[123] ANTT, IOP, livro 389, doc. 28, 29 mar. 1832, fls. 42-42v.

dades da Vila de Borba a quem D. Miguel, no dia 28 de setembro de 1829, no palácio de Queluz, deu a "Graça do uso da Medalha d'ouro, com a Real Effigie de Sua Magestade, pendente de fitta azul, e encarnada", que foram notícia na *Gazeta de Lisboa*.[124]

Na Ajuda, o relato das obras de pedreiro, no período que vai até maio de 1832, centra a atividade nos lados norte e nascente, embora ainda decorressem alguns trabalhos no lado poente[125], sendo possível que a pedra recebida do Alentejo se destinasse a um destes locais. No caso da ala norte, as obras efetuadas já após a morte de Francisco Rosa, sob a inspeção de Francisco Rapozo, tiveram problemas, levando a que tudo tivesse de ser desmanchado e apeado[126]. A sala dos embaixadores ou a capela, embora ricas em revestimentos pétreos, como hoje se apresentam, parecem não ter sido o destino preferencial das encomendas.

A primeira ostenta molduras e capitéis esculpidos em pedra lioz, realçados por amplas faixas de amarelo de Negrais, em particular no revestimento dos pilares, que alternam com fundos de encarnadão "fingido" (pintado sobre estuque). A rodear a sala, entre os capitéis, destaca-se uma faixa cinzenta anegrada que aparenta ser azul de Sintra ou mármore de Trigaches[127].

Em 1862, Vilhena Barbosa faz uma alusão curiosa ao salão elíptico/sala dos embaixadores, dizendo que este "[...] foi traçado pelo architecto com muito mais riqueza. Não obstante os belos marmores que lhe cobrem o pavimento em bonitos feitios"[128]. Que chão seria este, uma vez que o que hoje conhecemos é datado de 1891, da autoria de António Maria Rato & Filhos, conforme se pode ver numa inscrição ali aposta? Teria na sua composição mármore de Estremoz?

Por sua vez, na antiga capela (fig. 3) – também designada por "Oratório" na "Nova redução", estando prevista uma "Capela da Familia" na ala norte –, espaço não muito grande, mas harmonioso, muito provavelmente do risco de José da Costa e Silva[129], destaca-se uma policromia que alterna o lioz de cor creme e o encarnadão, pontuado por elementos cinzentos anegrados que aparentam ser mármore de Trigaches, a que se junta uma mais tardia decoração em estuques, em neorrenascença[130] (fig. 4).

---

[124] Cf. *Gazeta de Lisboa*, 5 out. 1829, n.º 235, 969.
[125] ANTT, IOP, livro 387.
[126] Sequeira. *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, 31.
[127] A distância a que se encontra não permite uma identificação inequívoca. Agradecemos à professora doutora Amélia Dionísio a ajuda na identificação das rochas na sala dos embaixadores e na capela.
[128] Barbosa, I. Vilhena. "Palacio da Ajuda (conclusão.)". *Archivo Pittoresco* 28 (1862): 224.
[129] Teixeira. "José da Costa e Silva (1747-1819) [...]", 416.
[130] Teixeira. "José da Costa e Silva (1747-1819) [...]", 416.

Em cima:
Figura 3 - Capela. s.d. Coleção Estúdio Mário Novais [1925-1985].
Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian© (CF T003.121218).

Em baixo:
Figura 4 - Capela, pormenor da antiga zona do altar, onde são visíveis as diferentes rochas ornamentais utilizadas. Fot. RMR/CMS.

A pouca precisão dos documentos relativamente ao destino da pedra adquirida no Alentejo, assim como de outros que referem os trabalhos na obra, dificultam a identificação precisa do local em que foi aplicada, existindo mesmo a hipótese de que, pelo menos alguma, não tenha chegado a ser utilizada, sendo desviada para outras obras sob a alçada da Real Obra do paço da Ajuda, ou requisitada para outro palácio real[131].

A instauração do liberalismo e a situação financeira decorrente da guerra civil, ditou a já referida portaria de 4 de setembro de 1833[132]; um forçado "espirito de ecconomia"[133] a que D. Pedro e aquele palácio tiveram de sujeitar-se. A mudança de regime (para além da falta de meios, cada vez mais notória) terá abortado uma eventual hipótese de nova utilização do nobre mármore alentejano.

Refere Gustavo Sequeira que "em 1841 ainda se trabalhava nos reparos que exigia a sala dos Embaixadores que ficava sobre o vestíbulo, e em 1844 ainda no palácio andavam os operários e os artistas"[134] (fig. 5).

[131] Em julho de 1838, a propósito da necessidade de fazer uma "grade de ferro para a frente do Real Palacio das Necessidades" e para tal cantaria que lhe servisse de base, era dito que "no Real Palacio d'Ajuda há immença Pedra por lavrar" (AHE/AOPTC, MR 32, bob. 22, 11 jul. 1838).
[132] ANTT, MR, mç. 2142.
[133] Expressão utilizada numa memória sobre o estado de ruína de algumas salas do palácio da Ajuda (apresentada junto, cópia da portaria de 4 set. 1833), justificando a decisão de D. Pedro (ANTT, MR, mç. 2142). Rodrigues, "Entre a salvaguarda e a destruição [...]".
[134] Sequeira. *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, 33.

Figura 5 - Ajuda (pormenor), ca. 1850, Tomás José da Anunciação (1818-1879), Lisboa; Rua Nova do Almada n.º 64: J. P. Monteiro (Lisboa: Lith. R. N. dos Martyres n.º 14); gravura: litografia, p&b., Biblioteca Nacional de Portugal © (E.A. 94//4 A. / http://purl.pt/23605)

A SALA DE MÁRMORE DE JOAQUIM POSSIDÓNIO NARCISO DA SILVA

Foi pelo traço de Joaquim Possidónio Narciso da Silva – arquiteto a quem D. Pedro IV, em 1834, ainda chegou a encarregar de projetar a conclusão harmoniosa daquele palácio (somente na área então já ocupada, e devendo contar apenas com um conto de réis por semana, ao invés dos três que anteriormente ali se gastavam)[135] – que seriam confiadas novas obras já nos anos 60[136], por ocasião do casamento de D. Luís I com D. Maria Pia de Sabóia. Com o objetivo de se tornar morada real, foram feitas reformas com vista a adaptar as salas que Narciso da Silva descreve como "tristes, nuas e desproporcionadas,

[135] França. *A Arte em Portugal no S*éculo *XIX*, 105. Martins, Ana Cristina. *Possidónio da Silva, 1806-1896 e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003, 65. Para além de um compreensível e mais que justificável "espirito de ecconomia", teria a suspensão da obra da Ajuda a intenção de repensar o projeto? A encomenda a Narciso da Silva indica esse sentido; a morte de D. Pedro IV, em setembro de 1834, não contribui para termos uma resposta concreta a esta questão.

[136] Para "confecionar o projecto das obras que forem necessarias para a conclusão do referido Real Palacio", em maio de 1862, foi nomeada uma comissão constituída pelo conselheiro Filipe Folque (presidente), pelo engenheiro civil Joaquim Júlio Pereira de Carvalho e pelos arquitetos Joaquim Possidónio Narciso da Silva, José da Costa Sequeira e Valentim José Corrêa (ANTT, Casa Real, cx. 4667).

sem graça nem confortável na sua distribuição e decoração"[137], aos padrões estéticos e de conforto que então vigoravam.

Entre as salas que aquele arquiteto, discípulo de Charles Percier, intervenciona, conta-se a sala de mármore, ou jardim de inverno (fig. 6) – que ia ao encontro dos interiores vitorianos e do espírito naturalista da época[138] –, espaço exótico de lazer, onde decorreram muitas festas, que separava as outras divisões do piso térreo dos aposentos da rainha.

Figura 6 - Jardim de Inverno. s.d. Coleção Estúdio Mário Novais [1925-1985]. Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian© (CF-T003.121263)

O vice-rei do Egito "presenteára el-rei D. Pedro V com uma pedra de preciosissimo marmore egypcio branco, similhando agatha"[139], alabastro, que Possidónio da Silva denomina de "agatha calcedonia" e cuja beleza

[137] [Silva, Joaquim Possidónio Narciso da]. *Descripção das Novas Salas no Real Palacio da Ajuda: Obras Mandadas Executar por Sua Magestade a Rainha A Senhora D. Maria Pia de Saboia nos Seus Reaes Aposentos*. Lisboa: Typographia Portugueza, 1865, 4.

[138] Godinho e Tavares. *Palácio Nacional da Ajuda*, 36. *Vide* também Burnay, Maria João Botelho Moniz, e Ana Mafalda de Castro Portugal. "A família real na Ajuda no século XIX e o gosto pela natureza – 1.ª parte". *Palácio Nacional da Ajuda, Artigos em Linha* 3, n.º 7 (dez. 2010). http://www.palacioajuda.gov.pt/Data/Documents/Familia%20Real%20e%20o%20Gosto%20pela%20Natureza.pdf (acedido a 29 nov. 2018).

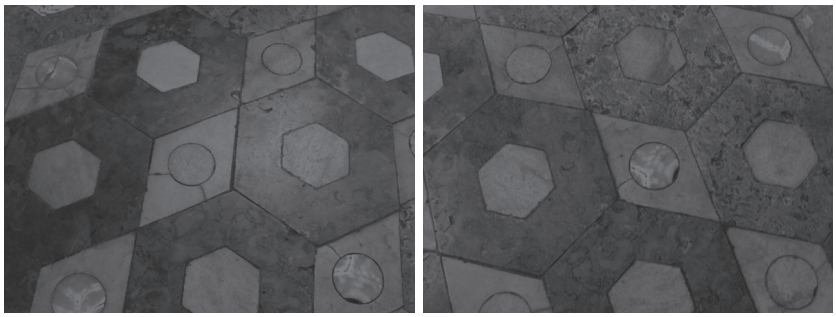
[139] *Apud* Burnay e Portugal. "A família real na Ajuda no século XIX", 7. Segundo estas autoras, será possivel-

das suas variadas manchas descreve; com este material forrou as paredes e o teto daquela sala, referindo que "A superfície revestida pelas laminas de agatha é de 175 metros quadrados!"[140].

Em conjugação com o alabastro, utilizou "Um entablamento no estylo dórico, feito de marmore avinhado da abelheira", material que, para "fazer realçar esta linda pedra calcedonia", utilizou igualmente nos alisares das janelas e socos[141].

Quanto ao chão desta sala (Figs. 7 e 8)[142], Possidónio da Silva descreve-o:

> O chão está também coberto de marmores portuguezes, formando mosaico, estando imbutidos nos centros dos exagonos e dos rhombos que os separam, outros exagonos mais pequenos, e circulos de agatha, que accusando o material empregado nas paredes e no tecto, fazem destacar melhor o xadrez do chão. Por esta fórma se aproveitaram os fragmentos de valor, que haviam ficado dos córtes feitos nas pedras pertencentes ao tecto[143].



Figuras 7 e 8 - Chão da Sala de Mármore, pormenores. Visíveis os diferentes tipos de rochas utilizadas, entre as quais, o mármore.
Fot. RMR/CMS

Pontuado pelos tais círculos de "agatha", entre os "marmores portuguezes" ali utilizados, encontram-se diversas tonalidades de lioz, assim como brecha, sendo que, no centro e na união dos hexágonos, é quase sempre aplicado mármore branco e rosa do Alentejo.

Quanto à proveniência destes mármores, sabemos que em outubro de 1862 Narciso da Silva comprou a José Cezario de Salles, canteiro de

mente o Quédive ou vice-rei Saïd, filho do pacha turco Mehemet-Ali.

[140] [Silva]. *Descripção das Novas Salas no Real Palacio da Ajuda*, 7-8.

[141] [Silva]. *Descripção das Novas Salas no Real Palacio da Ajuda*, 7.

[142] Refere Gustavo Sequeira, "Nesta sala é que foram aplicadas as pedras de ágata e de calcedónia oferecidas pelo Vice-Rei do Egipto, juntamente com os melhores mármores portugueses" (Sequeira. *O Palácio Nacional da Ajuda*, 36).

[143] [Silva]. *Descripção das Novas Salas no Real Palacio da Ajuda*, 8.

Lisboa, cinco lajes de mármore branco e rosa, sendo possível que talvez se trate do mármore utilizado neste chão.

A fatura/recibo com datas de 4 e 17 daquele mês indica tamanhos e preços, não sendo precisa, contudo, quanto à origem deste mármore, não podendo ser totalmente descartado que se tratasse de peças de lioz:

> Pr 5 Lages de Marmore branco, e côr de róza polidas, que fazem o comprimento de 3^{m},89 pr 0,73 de largo, que reduzem 2^{m}, 839 d'ária por preço de 6$300 o metro quadrado. 17$885
>
> Condução das ditas, da officina para o Palacio $600
>
> [...] Rs 18$485.[144]

Em julho de 1862, tinham sido compradas 27 varas de *lagedo* a Joaquim da Silva, assim como, em fevereiro de 1863, o arquiteto Narciso da Silva compra, entre outros itens, à Estância de Manuel Soares de Castro 12 varas do mesmo material[145]. Em qualquer uma destas compras, em quantidade superior, nunca foi mencionado a sua qualidade, devendo tratar-se de lajedo ordinário.

Também a fonte (base, pedestal e duas taças) que ocupa o centro daquela sala serão, muito provavelmente, de mármore de Estremoz (Fig. 9). De facto, apesar de quase sempre os autores o mencionarem como sendo mármore de Carrara, Narciso da Silva refere apenas que "No centro da casa ha hum repuxo tendo uma bacia sobre pedestal, com um grupo de delfins deitando a agua, e é arrematado por dois genios feitos de marmore de Carrara"[146]. Ou seja, apenas diz que os "genios" – peças adaptáveis àquela finalidade e num mármore que se distingue do restante – são de mármore de Carrara, e não toda a fonte em si.

Nas folhas de operários da obra, de 1863 e 1864, algumas assinadas pelo mestre António da Paixão Cruz (normalmente pelo partido do engenheiro Abreu), outras por João Vital (que assina pelo partido de Narciso da Silva), ou pelo próprio arquiteto, surgem como canteiros nomes como Domingos Iria, Caetano Joze (os mais utilizados pelos responsáveis das obras), José Manoel, António Leitão, Joze Dias ou Manuel Francisco. Domingos Iria é o mais presente e o que terá trabalhado pelo partido de Narciso da Silva, podendo, com muita probabilidade, ter tido alguma intervenção na confeção do chão ou da fonte[147]. Em

[144] ANTT, CR, cx. 4700.
[145] ANTT, CR, cx. 4700. Encontramos ainda no *Rezumo das contas dos Fornecedores...* a referência "Lagedo a Duarte ..... 77$640" (ANTT, CR, cx. 4715).
[146] [Silva]. *Descripção das Novas Salas no Real Palacio da Ajuda*, 8.
[147] Cada canteiro auferia a jorna diária de 600 réis (ANTT, CR, cxs. 4686-4700, 4727-4729, 4731-4732, 4734-4737). Como pedreiros que trabalham nas obras de Narciso da

Figura 9 - A Sala de Mármore com a sua fonte. Fot. RMR/CMS.

1865, o arquiteto descreve já as "novas salas no Real Palacio da Ajuda"[148]; no entanto, as obras "geraes" naquele edifício continuavam, apesar

Silva – nunca mais de quatro por semana –, encontramos Lourenço Joze (700 réis), João Pedro da Silva (700 réis), Miguel Xavier (600 réis), Joze Pedro dos Santos (600 réis), Ignacio Luis (600 réis), Geremias Joze (600 réis), Joze das Dores (600 réis), Manoel de Mattos (600 réis), Antonio Lopes (550 réis), Antonio Joze (550 réis). Com o mestre Paixão Cruz, encontramos os pedreiros Ignacio Luis (600 réis) e Alexandre Gomes (600 réis).

[148] [Silva]. *Descripção das Novas Salas no Real Palacio da Ajuda.*

de com menor número de operários e sem a presença de canteiros no denominado partido de Narciso da Silva[149].

Não foi possível apurar o porquê das opções do arquiteto em relação àquela sala, nomeadamente, a não utilização de uma maior quantidade de mármore nacional, um material mais rico; pode ter-se tratado de questões estéticas mas, mais uma vez, não podem ser esquecidas as contingências logísticas e, sobretudo, financeiras que vemos, algumas décadas depois, igual e claramente refletidas na intervenção que Ventura Terra realizou no palácio das Cortes[150].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O palácio da Ajuda exibe em toda a sua monumental estrutura uma aplicação exponencial de materiais rochosos, sobretudo pedra lioz, disponível em qualidade e em quantidade na região de Lisboa, adequada à sua nobre utilização e às suas funções. Existiram, contudo, intenções efetivas de enobrecimento do palácio com rochas ornamentais variadas, que surgiram ainda com a família real no Brasil, e que se materializaram na elaboração de um mapa e na recolha de amostras, mas que não se terão concretizado, ou que pelo menos, não tiveram a implementação desejada. A situação política e, principalmente, financeira para isso concorreram praticamente ao longo de todo o século XIX. Esta terá pesado muito nas próprias contingências logísticas, uma vez que as dificuldades e os custos de transporte, as demoras nas entregas teriam implicações financeiras numa obra que teve de ser sucessivamente reduzida e adaptada a novas circunstâncias. Os atrasos das entregas de José da Silva Teixeira são o exemplo das dificuldades que existiam em colocar mármore em Lisboa. É algo que está presente logo nas primeiras décadas, e que não terá tido alteração ao longo de Oitocentos, e que vemos suceder em outras edificações, já no século XX, como no palácio das Cortes. A par destes problemas, numa obra que se prolongou indeterminadamente, os múltiplos arquitetos, as diversas direções, as intrigas e os conflitos em nada terão ajudado à concretização de um programa fluido e ambicioso, como se pretendia. A necessidade de avanço da obra, que ia crescendo, dirigida, mas ao sabor das correntes do momento, deixou para trás projetos de mais difícil e onerosa concretização.

---

[149] ANTT, CR, cxs. 4766-4777, 1865.

[150] Rodrigues, Rute Massano, e Clara Moura Soares. "Ventura Terra e o elogio (possível) dos mármores de Estremoz na obra de reconstrução e monumentalização do palácio das Cortes (1896-1903)". In *Dinâmicas do Património Artístico. Circulação, Transformações e Diálogos*, ed. Clara Moura Soares e Vera Mariz, 90-99. Lisboa: ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018. http://artispress.letras.ulisboa.pt/index.php/artispress/catalog/view/4/2/8-1 (acedido a 30 nov. 2018).

Na intervenção dos anos 60, Narciso da Silva opta, essencialmente, por utilizar o que tem disponível – o alabastro e o lioz – limitando-se a fazer uma quase "despercebida" introdução de mármore, na sala que, ironicamente, adota o nome deste material.

No entanto, importa ressalvar que, apesar dos dados documentais, até à data, não revelarem registos de uma utilização de mármore mais efetiva, e do palácio na atualidade não apresentar mais vestígios (pelo menos, visíveis), será prematuro dizer que esta não terá acontecido a uma maior escala, uma vez que o edifício foi sofrendo sucessivas alterações.

De qualquer forma, as rochas calcárias dos arredores de Lisboa, pelas facilidades que ofereciam, eram a escolha lógica e económica que se enquadrava facilmente no programa estabelecido, como aconteceria, ao longo de todo o século XIX, noutros edifícios áulicos e monumentos da capital. Aos nobres mármores do Alentejo parece terem sido reservados destinos muito mais específicos, como a estatuária ou o adornamento de peças de mobiliário, visível em inúmeras peças hoje patentes no palácio da Ajuda (fig. 10), mas também noutros edifícios ou intervenções mais ou menos coevas, de que é exemplo o altar de homenagem a Alexandre Herculano, concebido para a sala do capítulo do mosteiro dos Jerónimos, onde se exibe uma imagem de Cristo Crucificado de Simões de Almeida[151].

Figura 10 - Aparadores da Sala dos Jantares Grandes. Tampos em Mármores de Estremoz. Fot. CF

[151] Silva, César da. *Mosteiro dos Jerónimos. História e Descripção do Monumento*. Lisboa: Henrique Torres Editor, 3.ª ed., 1925, 68.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Casa Real, cxs. 4667, 4686-4700, 4715, 4727-4729, 4731-4732, 4734-4737, 4766-4777.

ANTT, Intendência das Obras Públicas (IOP), Inspeção Geral das Obras Públicas, Registo Geral, livs. 36 e 43, *Copiadores de correspondência Expedida a Várias Entidades*, 1803-1809, 1828-1832.

ANTT, IOP, Real Obra do Palácio da Ajuda, livro 340, *Registo de Receita e Despesa do Pagador*, 1830-1832; livro 349, *Registo de receita do recebedor*, 1830-1833; livro 358, *Registo Diário de Despesa*, 1832-1833; livro 383, *Registo de Avisos e Portarias*, 1802-1822); livs. 386 e 387, *Copiadores de Ofícios Expedidos*, 1828-1832); livro 390, *Registo de Termos das Deliberações*, 1818-1826.

ANTT, Ministério do Reino (MR), Serviço e Expediente do Paço e da Casa Real, Correspondência do Provedor da Casa das Obras e Paços Reais, mç. 282, cxs. 377 e 378, 1821-1833.

ANTT, MR, Expediente Geral, Negócios Diversos, mç. 1905, cx. 1, 1833-1834.

ANTT, MR, 4.ª Repartição, Negócios Diversos, mç. 2142, 1833-1834.

Arquivo Histórico da Economia (AHME)/Acervo das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (AOPTC), Inspeção dos Paços Reais 1.

AHME/AOPTC, Ministério do Reino 32, bob. 22.

AHME/AOPTC, Inspeção Geral das Obras Públicas 1-3.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha, ms. 484, *Pareceres dos Arquitectos Francisco Fabré, e Jozé da Costa e Silva, sobre o Primeiro Projeto do Real Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, que se Tinha Principiado Executar o Arquitecto Manoel Caetano*.

"Alves, Joaquim José Boaventura (Lisboa, 1810 - Cabo Verde, 1854)". *Coleção de Desenho*, s.d. http://museuvirtual.belasartes.ulisboa.pt/desenho/ficha_autor.php?id=221 (acedido a 9 jan. 2019).

Barbosa, I. Vilhena. "Palacio da Ajuda (conclusão)". *Archivo Pittoresco* 28 (1862): 223-224.

Beaufoy, Charles. *Journal of a Ride Post through Portugal and Spain, from Lisbon to Bayonne*. London: T. and W. Boone, 1846.

Burnay, Maria João Botelho Moniz, e Ana Mafalda de Castro Portugal. "A família real na Ajuda no século XIX e o gosto pela natureza – 1.ª parte". *Palácio Nacional da Ajuda – Artigos em Linha* 3, n.º 7 (dez. 2010). http://www.palacioajuda.gov.pt/Data/Documents/Familia%20Real%20e%20o%20Gosto%20pela%20Natureza.pdf. (acedido a 29 nov. 2018).

Carvalho, Ayres de. *Os Três Arquitectos da Ajuda: do Rocaille ao Neoclássico: Manuel Caetano de Sousa, 1742-1802: José da Costa e Silva, 1747-1819: Francisco Xavier Fabri, 1761-1817*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.

Conceição, Claudio da. *Gabinete Historico, que a Sua Magestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI* [...]. Lisboa: Na Impressão Regia, t. i, 1818.

Daveau, Suzanne. "A cartografia portuguesa moderna: os mapas temáticos". In *Os Mapas em Portugal da Tradição aos Novos Rumos da Cartografia*, coord. Maria Helena Dias. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

França, José Augusto. *A Arte em Portugal no Século* XIX. Venda Nova/Lisboa: Bertrand Editora, vol. i, 1990.

Furtado, João, e Eduardo Urias. *Recursos Naturais e Desenvolvimento. Estudos sobre o Potencial Dinamizador da Mineração na Economia Brasileira.* São Paulo: edição dos Autores/IBRAM, 2013.

Gazeta de Lisboa, 5 out. 1829, n.º 235.

Godinho, Isabel da Silveira, e Maria José Gaivão de Tavares (coords.). *Palácio Nacional da Ajuda*. Coleção Museus de Portugal. Vila do Conde: QuidNovi, 2011.

Gonçalves, Mónica. "Arcangelo Fuschini (1771-1834) e a pintura do neoclassicismo em Portugal". Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.

Leitão, Vanda. "Levantamento geológico de Portugal continental: As primeiras comissões geológicas de Portugal (1848-1868)". *Boletim das Minas* 42, n.º 2 (2007): 149-156.

Lisboa, Maria Helena. *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*. Lisboa: Edições Colibri – IHA/Estudos de Arte Contemporânea, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 2007.

Martins, Ana Cristina. *Possidónio da Silva, 1806-1896 e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003.

Neto, Maria João Baptista. "Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre a Alemanha, o Brasil e Portugal". In *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, 385-392. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas-e-artifices-e-sua-mobilidade-no-mundo-de-expressao-portuguesa/wilhelm-ludwig-von-eschwege-1777-1855-um-percurso-cultural-e-artistico-entre-a-alemanha-o-brasil-e-portugal (acedido a 22 nov. 2018).

Rodrigues, Rute Andreia Massano. "Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)". Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.

Rodrigues, Rute Massano, e Clara Moura Soares. "Ventura Terra e o elogio (possível) dos mármores de Estremoz na obra de reconstrução e monumentalização do Palácio das Cortes (1896-1903)". In *Dinâmicas do Património Artístico. Circulação, Transformações e Diálogos*, ed. Clara Moura Soares e Vera

Mariz, 90-99. Lisboa: ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018. http://artispress.letras.ulisboa.pt/index.php/artispress/catalog/view/4/2/8-1 (acedido a 30 nov. 2018).

Rosa, Antonio Francisco. *Carta de Antonio Francisco Rosa para o Senhor Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, ou Analyse a hum Seu Papel Intitulado Demonstração*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822.

Santos, Mariana Penedo dos. "Numa terra de mármores: a renovação oitocentista da Capela do Paço Ducal de Vila Viçosa". In *Dinâmicas do Património Artístico. Circulação, Transformações e Diálogos*, ed. Clara Moura Soares e Vera Mariz, 83-89. Lisboa: ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018. http://artispress.letras.ulisboa.pt/index.php/artispress/catalog/view/4/2/8-1 (acedido a 29 nov. 2918).

Sequeira, Gustavo de Matos. *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*. Lisboa: Direção Geral da Fazenda Pública, 1961.

Sequeira, 1768-1837: Um Português na Mudança dos Tempos. Catálogo. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1996.

Silva, César da. *Mosteiro dos Jerónimos. História e Descripção do Monumento*. Lisboa: Henrique Torres Editor, 3.ª ed.,1925.

Silva, Joaquim da Costa e. *Demonstraçaõ do que o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, Praticou, como Inspector que Foi da Obra do Palacio da Ajuda, desde 17 de Janeiro de 1818, até ao Dia 9 de Abril de 1821.* Lisboa: Regia Typografia Silviana, 1821.

[Silva, Joaquim Possidónio Narciso da]. *Descripção das Novas Salas no Real Palacio da Ajuda: Obras Mandadas Executar por Sua Magestade a Rainha A Senhora D. Maria Pia de Saboia nos Seus Reaes Aposentos.* Lisboa: Typographia Portugueza, 1865.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, 23 abr. 1814, n.º 95 (na Impressão Regia).

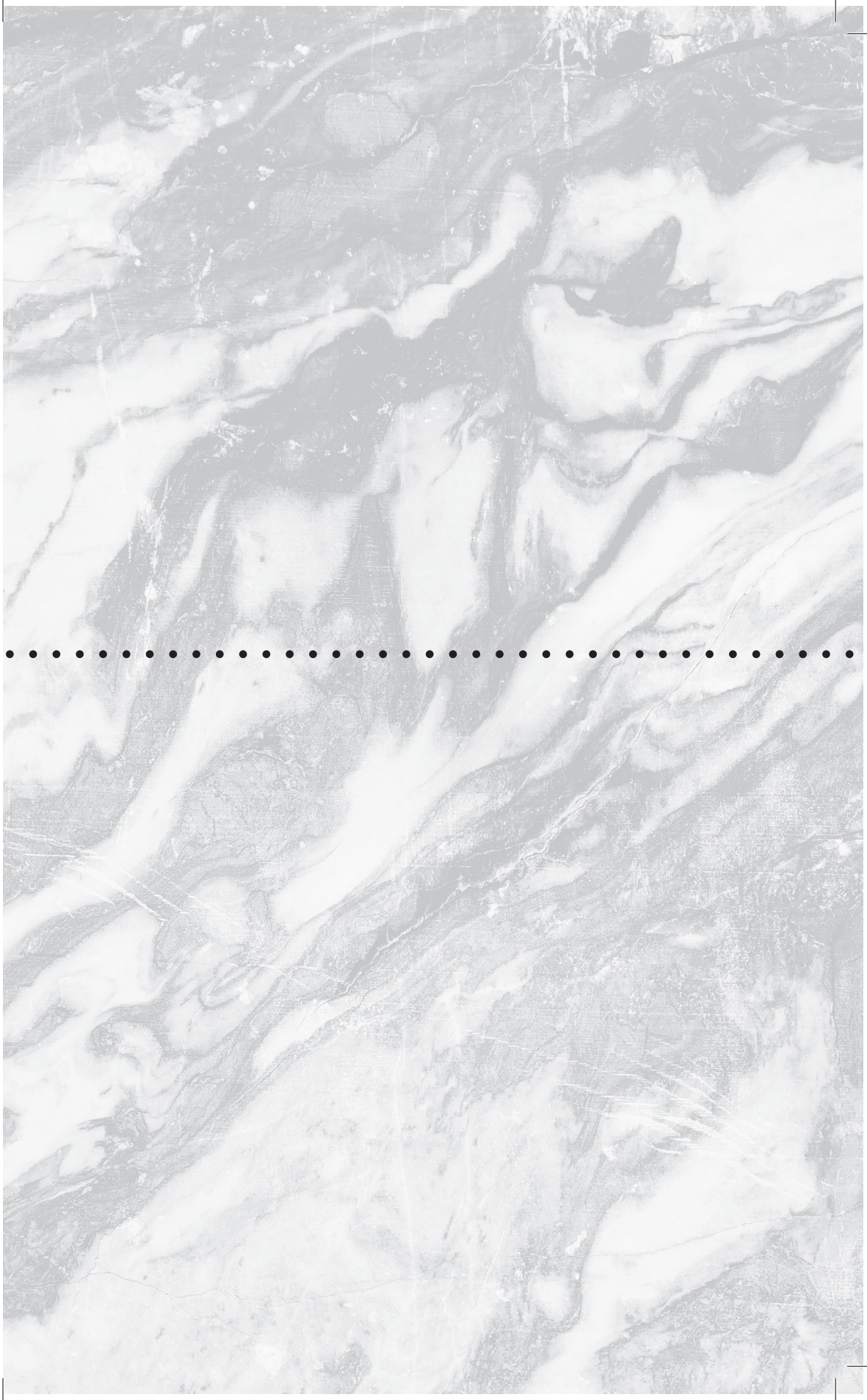
Teixeira, José de Monterroso. "José da Costa e Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica". Doutoramento, Universidade Autónoma de Lisboa, 3 vols., 2012.

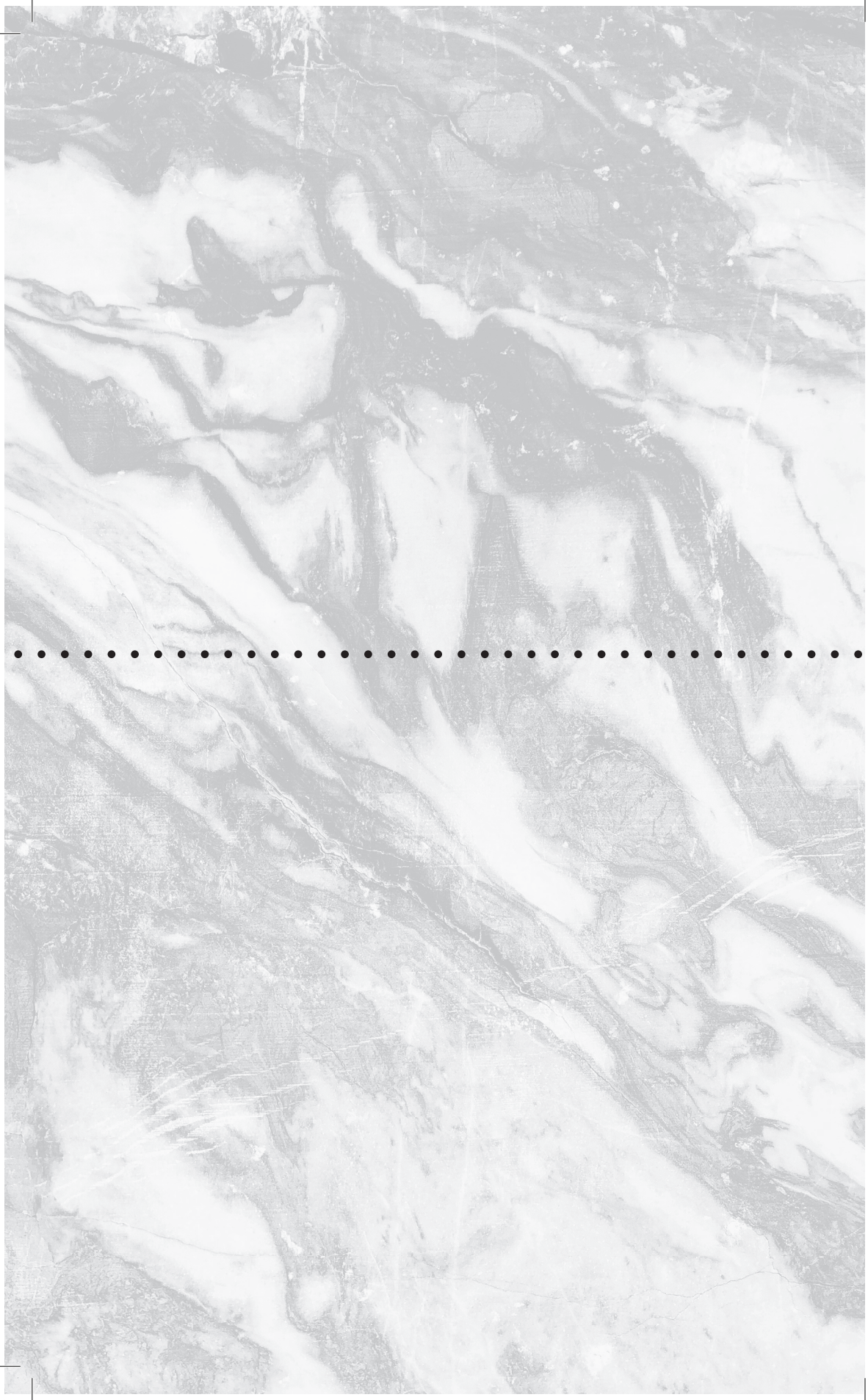
Zagallo, Manuel C. de Almeida Cayolla. *Palácio Nacional da Ajuda (Roteiro)*. Lisboa: Direção Geral da Fazenda Pública, 1961.

AGRADECIMENTOS

Estudo integrado no âmbito do Projeto PHIM – Património e História da Indústria dos Mármores – 2.ª fase (2017-2019).

Agradece-se os contributos de:
Professora doutora Amélia Dionísio
Mestre Carlos Filipe
Arquiteto António Cota Fevereiro
Mestre Lina Oliveira
Doutora Alda Vicente





PARTE III

A aplicação das
humanidades digitais
ao estudo do mármore

Humanidades digitais e investigação em história: o centro de documentação e o roteiro digital sobre a indústria do mármore

DANIEL ALVES[1]

[1] IHC – Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

Sciences Humaines Numériques et recherche en Histoire: le centre de documentation et la feuille de route numérique sur l'industrie du Marbre

RÉSUMÉ: Les Sciences Humaines numériques sont un domaine transdisciplinaire de connaissance qui met en lien la recherche en Sciences Humaines avec l'utilisation critique de méthodes et d'outils numériques. Le terme a été créé en 2004 et depuis cette époque il s'est développé au plan international. Sa diffusion est en partie le résultat d'un processus antérieur de consolidation de l'usage des ordinateurs dans les sciences humaines qui avait démarré déjà dans les années 1950. Un processus semblable est arrivé au Portugal et en particulier en ce qui concerne l'Histoire, entre les années 1970 et l'actualité.

En tirant profit de ce développement et de cette consolidation, le projet PHIM, depuis ses débuts en 2013, a implanté une stratégie de sciences humaines numériques au travers de la collecte, systématisation, organisation et divulgation des sources, bibliographie et témoignages relatifs au Patrimoine et à l'Histoire de l'Industrie du Marbre. Ce fut cette stratégie qui a permis la création d'un centre de documentation et d'une feuille de route numérique, ainsi que sa divulgation sur une plateforme online. Le résultat des deux projets développés depuis cette époque peut maintenant être consulté et utilisé par toute la communauté, qu'il soient des professeurs, des étudiants, des décideurs, des agents de l'industrie et de simples curieux voulant en savoir un peu plus, dans un format numérique, sur cette importante industrie de l'Alentejo.

Digital Humanities and History Research: the documentation centre and digital road map on the Marble Industry

ABSTRACT: The Digital Humanities are a transdisciplinary area of knowledge that connects research in Humanities to the critical use of digital methods and tools. The term was coined in 2004 and since then has become widely adopted internationally. Its dissemination is in part the result of an earlier process of consolidating the use of computing in the humanities that dates from the 1950s. A similar process occurred in Portugal and in particular in the field of History, since the 1970s.

Taking advantage of these developments and their consolidation, the PHIM project, since its inception in 2013, has implemented a strategy of Digital Humanities in the survey, systematization, organization and dissemination of sources, bibliography and testimonies related to the Heritage and History of the Marble Industry. This was the strategy that allowed the creation of a documentation centre and a digital road map, as well as its dissemination on an online platform. The results of the two projects developed since then can now be accessed and used by the entire community, including academics, students, decision makers, industry agents or simply curious people interested in learning more about this relevant Alentejo industry.

Humanidades Digitales e investigación en Historia: el centro de documentación y guía digital sobre la Industria del Mármol

RESUMEN: Las Humanidades Digitales son un área interdisciplinar de conocimiento que liga la investigación en Humanidades a la utilización crítica de métodos y herramientas digitales. El termino fue criado en 2004 y desde esa fecha han crecido en términos internacionales. Su difusión es en parte el resultado de un proceso anterior de consolidación do uso de la computación en las humanidades que venía ya de la década de 1950. Un proceso semejante ocurrió en Portugal y en particular en lo que dice respecto a la Historia, entre la década de 1970 y la actualidad. Aprovechando estos desarrollos y consolidación, el proyecto PHIM, desde su inicio en 2013, implementó una estrategia de Humanidades Digitales en recoger, sistematización, organización y divulgación de las fuentes, bibliografía y testimonios relativos al Patrimonio e Historia de la Industria del Mármol. Fue esa estrategia que permitió la creación de un centro de documentación y de un guía digital, bien como su divulgación en una plataforma online. El resultado de los dos proyectos desarrollados desde esa altura puede ahora ser consultado y usado por toda la comunidad, sean académicos, estudiantes, decisores, agentes de la industria o simples curiosos con interés en saber más, en formato digital, sobre esta relevante industria del Alentejo.

1. INTRODUÇÃO: AS HUMANIDADES DIGITAIS NO PANORAMA NACIONAL

O termo "humanidades digitais" foi internacionalmente cunhado em 2004[2]. Representando uma forte relação entre a investigação em humanidades e a incorporação de métodos e ferramentas das tecnologias digitais; a sua prática é, contudo, muito anterior, remontando aos trabalhos do padre Robert Busa sobre as obras de São Tomás de Aquino na década de 1950. Se restringirmos a análise à "história digital", este termo já circula, pelo menos, desde 1997[3].

Tendo em conta o tempo decorrido, não é possível afirmar que em Portugal estes novos conceitos tenham sido ignorados. Contudo, as humanidades digitais não se têm desenvolvido de forma independente, como campo disciplinar coerente, institucionalizado e abrangente em termos da sua penetração no meio académico. Pelo contrário, estas abordagens têm-se desenvolvido em paralelo com outras linhas de investigação, de forma mais pragmática e interdependente. Enquanto campo autónomo, as humanidades digitais podem não ser ainda uma força motriz relevante e institucionalizada no meio académico nacional, mas enquanto aspeto modulador de agendas de investigação têm tido uma importância significativa, não só na produção do conhecimento, como também na formação dos investigadores.

---

[2] Schreibman, Susan, Ray Siemens, e John Unsworth (eds.). *Companion to Digital Humanities*. Oxford: Blackwell Publishing Professional, 2004; Terras, Melissa. "Inaugural Lecture: A Decade in Digital Humanities". *Melissa Terras' Blog*, 27 maio 2014. https://melissaterras.org/2014/05/27/inaugural-lecture-a-decade-in-digital-humanities/.

[3] Cohen, Daniel J., Michael Frisch, Patrick Gallagher, Steven Mintz, Kristen Sword, Amy Murrell Taylor, William G. Thomas, e William J. Turkel. "Interchange: the promise of digital history". *Journal of American History* 95 (2008): 452-491.

Poderá não andar longe da verdade a afirmação de que em Portugal, como aliás noutros países, a interação entre o digital e as humanidades é atualmente transversal ao conjunto das disciplinas que as compõem. Será talvez difícil definir uma disciplina onde a utilização relevante das tecnologias digitais tenha sido pioneira, em face do que se estava a passar nas restantes. No geral, os primeiros exemplos, esforços de investigadores isolados, podem ser observados desde, pelo menos, o final da década de 1970. Porém, nessa altura, em Portugal, como em todo o mundo, a incorporação do computador ou da computação no trabalho do humanista não era facilitado, pois os avanços tecnológicos ainda não possibilitavam uma democratização do acesso às dispendiosas e complexas máquinas de processamento eletrónico de informação. São esporádicos, muito pontuais, os exemplos da filologia e linguística, da arqueologia ou da história, por exemplo, que se podem elencar. No conjunto, talvez estas tenham sido as áreas onde mais cedo a necessidade dessa incorporação, que a partir de 2004 classificamos de humanidades digitais, se tenha feito sentir.

Sem dúvida, a década de 1980 viu expandir essa utilização, quer ao nível da análise computacional de alguns *corpora*, quer na elaboração de bases de dados aplicadas a estudos históricos ou demográficos, por exemplo. Uma das áreas mais dinâmicas desde essa altura e onde a incorporação de metodologias digitais na investigação em humanidades tem feito um caminho assinalável é a da filologia e da linguística[4], embora só muito recentemente a expressão "humanidades digitais" lhe tenha sido associada, como o demonstra a edição, em 2013, do volume *Património textual e humanidades digitais*. Na introdução, as organizadoras do livro fazem uma análise ao impacto gerado pelo encontro entre a filologia e o digital. "Se é verdade que continua a ser discutido o estatuto deste recente domínio e,

[4] Cruz, Rogéria. "A informática linguística e o futuro do português: elementos para a definição de uma política nacional em Portugal". *Ciência da Informação* 15, n.º 1 (1986): 27-32; Parkinson, Stephen R., e António Emiliano. "Encoding medieval abbreviations for computer analysis (from latin-portuguese and portuguese non-literary sources)". *Literary and Linguistic Computing* 17, n.º 3 (2002): 345-360; Paiva, Maria Helena Pinto Novais. "Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico: contribuição da informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança". Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002; Verdelho, Evelina. "Filologia, linguística e informática: trabalhos em tempo de mudança". In *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, ed. Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo e Clara Barros, 397-411. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004; Emiliano, António."Tipo medieval para computadores: uma ferramenta informática para filólogos, historiadores da língua e paleógrafos". *SIGNO: Revista de la Historia de la Cultura Escrita* 15 (2005): 139-176; Marquilhas, Rita, e Iris Hendrickx. "Manuscripts and machines: the automatic replacement of spelling variants in a portuguese historical corpus". *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 65-80.

em concreto, a repercussão da transferência tecnológica para o âmbito da Filologia, é ponto assente que as *Humanidades Digitais* requerem equipas multidisciplinares" e que representam mais do que uma mera "transferência de ferramentas informáticas para o terreno das *Humanidades*"[5].

Ainda segundo as mesmas autoras, no caso do estudo da língua portuguesa:

> as *Humanidades Digitais* deram passos significativos graças a projetos como o *CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval* (CLUNL, http://cipm.fcsh.unl.pt/) [ativo desde 1993], o *DICIweb – Corpus Lexicográfico do Português* (Universidade de Aveiro/CLUL, http://clp.dlc.ua.pt/Projecto.aspx) e *o P.S. Post Scriptu – Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna* (http://ps.clul.ul.pt/index.php)[6].

Mas existem projetos ativos desde, pelo menos, 1988, como é o caso do CRPC – Corpus de Referência do Português Contemporâneo[7].

Estes projetos mostram também aquela que tem sido uma tendência privilegiada pela comunidade académica que integra ferramentas digitais nos seus projetos de investigação, seja na área da filologia e linguística, nos estudos literários ou nos estudos artísticos: a produção e a disponibilização de arquivos digitais de textos. Na área dos estudos linguísticos, têm sido vários os projetos dedicados à criação de arquivos digitais (documentos antigos, correspondência ou textos literários), como é exemplo, para além de alguns dos referidos, o projeto desenvolvido na Universidade do Minho, sobre o Arquivo Digital de Tomaz de Figueiredo[8], coordenado por Idalete Maria da Silva Dias, ou o projeto da Universidade de Coimbra, "Nenhum Problema Tem Solução: Um Arquivo Digital do Livro do Desassossego"[9], coordenado por Manuel Portela.

Na relação entre tecnologias digitais e estudos literários, Manuel Portela tem sido um dos investigadores mais dinâmicos na incorporação do discurso sobre as humanidades digitais, com trabalhos e projetos dedicados à edição eletrónica e à criação de arquivos digitais de textos[10]. Também os trabalhos de Pedro Barbosa sobre texto criado por computador, desenvolvidos desde meados da década de 1990, são demonstrativos dessa ligação entre texto e meios de produção e divulgação em formato digital,

---

[5] Gonçalves, Maria Filomena, e Ana Paula Banza (eds.). *Património Textual e Humanidades Digitais: da Antiga à Nova Filologia*. Évora: CIDEHUS, 2013, 4-5.
[6] Gonçalves e Banza. Património Textual e Humanidades Digitais, 4-5.
[7] Disponível em http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-crpc#history.
[8] Disponível em http://www.tomazdefigueiredo.net/Projeto_Tomaz_Figueiredo/Tomaz_Arquivo/.
[9] Disponível em https://ldod.uc.pt/.
[10] Veja-se http://www.ci.uc.pt/diglit/DigLitWebRosto.html.

uma atividade levada a cabo até recentemente por uma equipa mais ampla ligada ao Centro de Estudos em Texto Informático e Cibercultura, da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, entretanto desativado[11]. Helena Barbas, na Universidade Nova de Lisboa, tem igualmente desenvolvido um esforço de integração da cultura digital nos estudos literários e apresenta um percurso de investigação multifacetado, no qual se podem destacar os trabalhos sobre narração digital e património cultural[12]. Veja-se ainda a reflexão sobre as humanidades digitais elaborada recentemente por Rita Marquilhas e Iris Hendrickx[13].

Na área mais específica dos estudos de teatro, é de citar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos de Teatro da Universidade de Lisboa[14], existente desde 1994 e com uma presença regular *online* desde 2000, com vários arquivos digitais e bases de dados de teatro português ou apresentado em Portugal. Ainda no âmbito dos estudos literários, explorando conexões entre literatura, paisagens e ambiente, merece destaque o projeto Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental[15], concebido e coordenado por Ana Isabel Queiroz, na Universidade Nova de Lisboa, entre 2010 e 2017, sendo atualmente coordenado por Natália Constâncio (IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição) e Daniel Alves (IHC – Instituto de História Contemporânea). Projeto relevante pela perspetiva interdisciplinar, mas também pela combinação de análise de texto, bases de dados relacionais e sistemas de informação geográfica.

Mas nem só da digitalização, análise e publicação académica de textos se tem feito a relação entre as humanidades e o digital em Portugal, pois também nas áreas do património imaterial, da música e da dança, ou da história da arte têm sido dados passos relevantes nos últimos anos, com recurso a tecnologias diversificadas, com destaque para o vídeo e som digital[16], a análise multimodal de artes performativas[17], a reconstituição 3D[18]

---

[11] Disponível em http://arquivo.pt/wayback/20131105194748/http://cetic.ufp.pt/.

[12] Barbas, Helena, e Nuno Correia. "Documenting instory – mobile storytelling in a cultural heritage environment". In *First European Workshop on Intelligent Technologies for Cultural Heritage Exploitation*, ed. Luciana Bordoni, Massimo Zancanaro e Antonio Krueger, 6-12. Riva del Garda, 2006.

[13] Marquilhas, Rita, e Iris Hendrickx. "Avanços nas humanidades digitais". In *Manual de linguística portuguesa*, ed. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, 252-277. MRL Series. S.l.: De Gruyter, 2016.

[14] Disponível em http://www.tmp.letras.ulisboa.pt/cet.

[15] Disponível em http://litescape.ielt.fcsh.unl.pt/.

[16] Veja-se http://www.memoriamedia.net/index.php/en.

[17] Veja-se http://tkb.fcsh.unl.pt/. Cf. Fernandes, Carla, e Stephan Jürgens. "Video annotation in the TKB Project: linguistics meets choreography meets technology". *International Journal of Performance Arts and Digital Media* 9, n.º 1 (2013): 115-134.

[18] Martins, Manuela, e Paulo Bernardes. "A multi-disciplinary approach for research and presentation of *Bracara Augusta*'s archaeological heritage". *Archeologia E Calcolatori* XI

ou a modelação histórica em ambiente virtual[19], de que um dos exemplos mais recentes será o projeto desenvolvido na Universidade de Évora sobre a cidade de Lisboa no período pré-terramoto de 1755[20]. Também no campo da simulação e da criação dos chamados "jogos sérios" têm sido dados passos interessantes nos últimos anos, como é possível verificar pelos trabalhos desenvolvidos, por exemplo, na Universidade de Coimbra[21] e na Universidade Nova de Lisboa[22].

2. AS HUMANIDADES DIGITAIS E A INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA

Os primeiros passos no caminho das humanidades digitais no campo da investigação em história e arqueologia foram dados no final da década de 1970 e início da de 1980, mas foi a década seguinte que testemunhou aquela que terá sido a fase de maior desenvolvimento no meio académico português. Em 1983, o historiador António Hespanha publicou o texto "A micro-informática no trabalho do historiador"[23]. Com este pretendeu fazer um balanço da utilização da informática no ensino e na investigação. Depois de uma década de '70 centrada em grandes projetos de tecnologia e recursos centralizados, de uma utilização dos computadores essencialmente para operações estatísticas, a década de '80 prometia uma "revolução informática" com computadores mais acessíveis e a divulgação de pacotes de *software* prontos a usar[24]. Contudo, Hespanha sentiu ainda a necessidade de no seu artigo explicar de forma detalhada não só o funcionamento da linguagem computacional, como as características e funções dos vários componentes físicos do "computador pessoal". Em 1983, esta máquina era ainda uma desconhecida para o público em geral e era apenas reconhecida por uma minoria dos investigadores na comunidade

(2000): 347-357; Bernardes, Paulo, e Manuela Martins. "Computer graphics and urban archaeology: *Bracara Augusta*'s case study". In *Advances in Computer Graphics in Portugal* 4 (2004). http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/26638; Fernandes, Lídia, e Paulo Sales. "Teatro romano de Lisboa: projecto reconstituição virtual". *Arquitectura & Vida* 57 (2005): 28-32.

[19] Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora (CHAIA-EU). "Um novo objecto de estudo: a Lisboa pré-terramoto em mundo virtual". *APHA Newsletter* 5 (abr. 2011).

[20] Disponível em http://lisbon-pre-1755-earthquake.org/.

[21] Carvalho, Joaquim, e Filipe Penicheiro. "Jogos de computador no ensino da história". In *Livro de Actas do VIDEOJOGOS 2009 – Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências dos Videojogos*, ed. Ana Veloso, Licínio Roque e Óscar Mealha, 401-412. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.

[22] Barbas e Correia. "Documenting instory – mobile storytelling in a cultural heritage environment"; Barbas, Helena. "Narrative memory in hyperfiction and games". In *GameOn' 2010: 11th International Conference on Intelligent Games and Simulation*, ed. Aladdin Ayesh, 85-91. Leicester: Eurosis, 2010.

[23] Hespanha, António Manuel. "A micro-informática no trabalho do historiador". *História e Crítica* XI (1983): 17-28.

[24] Hespanha. "A micro-informática no trabalho do historiador", 17-18.

científica[25]. Ao perguntar o que os computadores poderiam fazer pelos historiadores ou o que os historiadores poderiam conseguir com um computador, Hespanha começou pelo óbvio à época, se o podemos dizer, o uso dos PC's no cálculo estatístico. Através da sua complexificação, potenciada pela capacidade de computação dos PC's, o historiador passava a ter ao dispor uma ferramenta de análise para operações antes impossíveis de realizar ou demasiado morosas e que, em última instância, lhe permitiriam avançar no "raciocínio historiográfico" para modelos interpretativos baseados na "modelização e [n]a extrapolação". Obviamente, Hespanha não ignorava "algum otimismo" das suas observações, mas apontava para um maior rigor na recolha e sistematização dos dados históricos, forçada pela própria dinâmica da computação, que levaria a uma aproximação da disciplina às ciências sociais[26].

Em 1985, Joaquim Carvalho procurou registar igual balanço, desta feita alargado às ciências humanas. Destacava aquilo que considerava serem ideias preconcebidas na relação entre informática e investigação em humanidades, nomeadamente que os computadores só serviam para operações com dados quantitativos e que para os usar era necessário a mediação de especialistas. Ao contrário, defendia que se privilegiavam as operações com números apenas porque eram mais simples e que os investigadores em humanidades tinham muito a ganhar em fazer um uso do computador para a análise de informação qualitativa. Para além disso, o facto de o investigador lidar diretamente com as ferramentas iria trazer vantagens, quer no controlo sobre a informação, quer num desenvolvimento de modelos interpretativos mais robustos[27].

Provavelmente fruto deste otimismo, em 1988, realizou-se o primeiro Encontro sobre História e Informática, organizado pela Associação de Professores de História. O segundo encontro foi organizado pela Associação Portuguesa de História e Informática (APHI), decorrendo no Minho em abril de 1989 (estes eventos repetiram-se anualmente até 1992). O entusiasmo pela novidade do tema em Portugal foi certamente responsável pelo sucesso da iniciativa, que terá contado com "cerca de 300" participantes na sua primeira edição, então classificada como "um dos maiores eventos do género na Europa"[28]. A APHI tinha, aliás, nascido do entusiasmo gerado pelo primeiro encontro[29].

---

[25] Hespanha. "A micro-informática no trabalho do historiador", 18-24.
[26] Hespanha. "A micro-informática no trabalho do historiador", 24-25.
[27] Carvalho, Joaquim. "Informática e ciências humanas". *Revista Vértice* 467 (1985): 25-36.
[28] Associação Portuguesa de História e Informática (APHI) (ed.). *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática* 2 (1989): 4-5.
[29] APHI (ed). *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática* 1 (1989): 3.

Com a APHI, começou a publicar-se o *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*, em março de 1989, tendo como um dos seus principais dinamizadores Joaquim Carvalho da Universidade de Coimbra. Aproveitou-se o entusiasmo que então se vivia em termos internacionais relativamente à aplicação das metodologias computacionais na investigação histórica, com a publicação, no mesmo ano, do primeiro volume da revista *History and Computing*, a sucessora da *Computing and History Today*. A APHI funcionava ainda como um ramo da *Association for History and Computing* em Portugal[30].

Nesse mesmo ano era publicado o livro *Informática e ciências humanas*, de Maria da Conceição Monteiro Rodrigues, com colaboração de Carlos Alberto Trindade. A autora, aliás, tinha sido uma das pioneiras na aplicação dos métodos informáticos à investigação em arqueologia em Portugal, através da publicação, em 1979, do livro *A Informática ao serviço da História da Arte e Arqueologia*, e da docência de uma disciplina de Introdução à Informática Aplicada à História, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no princípio da década de 1980[31]. Neste livro, a autora não só nos introduz a um certo ambiente de ceticismo em face da utilização dos meios informáticas na investigação em ciências humanas que então grassava na comunidade académica portuguesa, como produz uma reflexão sobre as mudanças mentais e de métodos necessárias para uma aplicação de "qualidade" e não apenas de "quantidade", no que diz respeito à utilização da informática na investigação[32].

Percebe-se, aqui, uma sintonia de opinião com os testemunhos de António Hespanha e de Joaquim de Carvalho. Ressaltava, uma vez mais, a ideia de que a aplicação da informática aos métodos de investigação em ciências sociais e humanas tinha necessidade de sair do espaço de conforto que representava o tratamento quantitativo, para se focar cada vez mais no domínio do qualitativo. Neste aspeto, era também evidente o alinhamento com o discurso elaborado no estrangeiro, onde se chamava a atenção para uma necessária "revolução qualitativa e quantitativa na relação entre a história e a computação"[33].

Apesar de todo o fervilhar de iniciativas e publicações, o certo era que a aplicação de tecnologias digitais, então designadas normal e generica-

---

[30] APHI. *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática* 1, 3 e 27.
[31] Rodrigues, Maria da Conceição Monteiro. *Informática e Ciências Humanas*. Lisboa: Palas, 1989, 7.
[32] Rodrigues. *Informática e Ciências Humanas*, 9-10 e 127-128.
[33] Morris, Robert John. "History and Computing: Expansion and Achievements". *Social Science Computer Review* 9, n.º 2 (1991): 215-230, 215.

mente por "computação", à investigação em história e mesmo noutras ciências sociais e humanas, de que se deram exemplos na secção anterior, gerava respostas ambíguas. Por um lado, era encarada com algum ceticismo. É o próprio Hespanha que o assume em entrevista de 2011, quando recorda o seu ingresso no Instituto de Ciências Sociais, em 1983. As suas "pesquisas empíricas fortemente apoiadas em meios computacionais" geravam então "uma certa desconfiança" ou eram encaradas como uma "bizarria"[34]. Por outro lado, para aqueles mais envolvidos na história digital, era vista como uma mais-valia, pela possibilidade de tratamento de grandes volumes de dados, "representados de forma homogénea e regular, pesquisáve[is] e comparáve[is] nuns segundos [e] redutíve[is] a grandes padrões". Mas também por um conjunto de alterações que este novo ambiente potenciava no trabalho do historiador, nomeadamente, a "necessidade de pensar modelos adequados de representar o conhecimento, [...] [de] antecipar esquemas de pensar sobre os dados empíricos, [...] [incentivando] a trabalhar em grupo"[35].

Nesta perspetiva, o recurso a bases de dados, fosse para estudos seriais, demográficos ou prosopográficos, tornou-se então uma tendência muito clara, com várias equipas em universidades um pouco por todo o país a usarem estas ferramentas informáticas nos seus projetos de investigação. Citando apenas alguns exemplos, foram representativos desta utilização os estudos sobre reconstituição de paróquias coordenados por Norberta Amorim, da Universidade do Minho[36]; os trabalhos sobre a venda dos bens nacionais no século XIX, levados a cabo por Luís Espinha da Silveira[37]; os trabalhos sobre a sociedade do Antigo Regime, desenvolvidos por Joaquim Carvalho, da Universidade de Coimbra[38]; ou ainda sobre população na primeira metade de oitocentos, igualmente por Luís Silveira[39].

Norberta Amorim, aliás, destacava, no início da década de 1990, que o recurso à "microinformática", nomeadamente às bases de dados, tinha possibilitado a evolução dos seus estudos sobre reconstituição de famílias

[34] Hespanha, António Manuel. "Entrevista a António Manuel Hespanha por Pedro Cardim". *Análise Social* 46, n.º 200 (2011): 430-445, 433.
[35] Hespanha. "Entrevista a António Manuel Hespanha [...]", 439-440.
[36] Amorim, Maria Norberta. "Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registros portugueses". *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* IX, n.º 1 (1991): 7-26.
[37] Silveira, Luís Espinha da. "Revolução liberal e propriedade. A venda dos bens nacionais no distrito de Évora (1834-1852)". Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.
[38] Carvalho, Joaquim. "Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)". Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.
[39] Silveira, Luís Espinha da (ed.). *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, Edição Crítica*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 3 vols., 2001.

que vinham já da década de '60, para uma metodologia mais ampla de reconstituição de paróquias a partir de meados da década de 1980[40]. Contudo, era uma ferramenta que só muito recentemente tinha dado os primeiros passos no meio académico ligado à história, como é visível pelo facto de esta investigadora ainda usar o termo base de dados entre aspas ao longo de todo o artigo publicado em 1991[41]. De qualquer modo, à passagem para o meio informático era atribuído um conjunto de vantagens relacionadas com a capacidade e a rapidez de processamento da informação, a facilidade de pesquisa e a automatização de um conjunto de processos que facilitariam a vida ao historiador[42].

Alguns anos depois, as aspas já tendiam a desaparecer da expressão "base de dados" e as vantagens da informatização do processo de investigação eram apresentadas com maior clareza, nomeadamente, a possibilidade de "tratar com novo fôlego a informação histórica massiva", de "fortalecimento da base científica dos estudos" desenvolvidos e do "reforço da investigação interdisciplinar"[43]. Posteriormente, fruto do desenvolvimento do projeto a partir de 1997, surgiu o Sistema para o Estudo da Evolução Demográfica[44] (SEED). Em 2004, num esboço de síntese do que tinham sido os desenvolvimentos da relação entre informática e estudos de demografia histórica, João Antero Ferreira pôde já declarar que a evolução dos últimos vinte anos se traduzia num "exemplo de sucesso"[45].

Contudo, até meados da década de 1990, com raras exceções e apesar do apelo de Joaquim de Carvalho no seu texto de 1985, a utilização das ferramentas informáticas era feita com o recurso à colaboração de engenheiros e técnicos informáticos, afastando muitas das vezes os investiga-

---

[40] Amorim. "Uma metodologia de reconstituição de paróquias [...]"; Amorim, Maria Norberta, Antero Ferreira, Fátima Rodrigues, Pedro Henriques, e Maribel Santos. "Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central". In *VI Congresso da Associação Portuguesa de Demografia Histórica: Actas*, 57-66. Lisboa, 2001, 60; veja-se ainda o trabalho anterior da mesma autora, no qual se fez uma primeira abordagem à ligação entre demografia e "micro-informática": Amorim, Maria Norberta, e Luís Lima. "Demografia histórica e micro-informática: uma experiência sobre uma paróquia açoriana". *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* XLIV (1986): 191-209.

[41] Amorim. "Uma metodologia de reconstituição de paróquias [...]", 8-9.

[42] Amorim. "Uma metodologia de reconstituição de paróquias [...]", 10.

[43] Amorim, Maria Norberta. "Informatização normalizada de arquivos: reconstituição de paróquias e história das populações: um projecto interdisciplinar". *Boletín de la Asociacón de Demográfia Histórica* XIII, n.º 2 (1995): 141-143.

[44] A última versão pode ser acedida em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2335. Cf. Félix, Rafael Fernandes, Fernanda Faria, Maribel Yasmina Santos, e Pedro Rangel Henriques. "XML na demografia histórica: anotação de registos paroquiais". In *Actas da 3.ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação*. Coimbra: Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, 2002.

[45] Ferreira, João Antero Gonçalves. "Sistemas informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica". In *Actas del VII Congreso Internacional de la ADEH*. Granada, 2004, 12.

dores do processo crítico de construção do modelo informático de dados, que hoje em dia se considera fundamental para a elaboração de bases de dados aplicadas a projetos das humanidades[46]. Uma das exceções mais significativas corresponde aos trabalhos desenvolvidos precisamente por Joaquim de Carvalho, preocupado não só com a utilização dos recursos informáticos para auxiliar na gestão "eficaz [de] uma grande quantidade de informação multivariada", mas essencialmente com a necessidade de tornar esses instrumentos "reaproveitáveis". Chamava ainda a atenção para o próprio processo da sua elaboração, que permitiria trazer esclarecimentos sobre a "lógica interna de determinados processos históricos"[47]. O trabalho desenvolvido deu origem ao projeto TimeLink, uma ferramenta *online* de acesso aberto para a análise de redes prosopográficas[48].

A importância e a relevância dos recursos digitais disponíveis para a investigação em história parecia ser cada vez maior em meados da década de 1990. Mas a imagem sobre o real impacto destes processos na transformação do trabalho do historiador mantinha-se algo ambígua, uma vez que em 1997 ainda se confessava que era "raro [o] historiador com forte *background* informático"[49]. Efetivamente, é difícil apontar muitos historiadores e menos ainda equipas de investigação amplas, para além dos já citados, que nesta altura centrassem o seu trabalho de investigação exclusivamente ou, pelo menos, em grande medida na utilização de ferramentas e métodos digitais.

Alguns anos depois, em 2005, continuava a falar-se em "microinformática" para a história e destacava-se "a constituição de bases de dados" como o "campo por excelência" de "aplicação da informática à investigação histórica"[50]. Apesar dos avanços tecnológicos, a utilização destas ferramentas ainda era pensada quase exclusivamente para o tratamento de "qualquer documento que tenha informação estruturada e serial"[51]. Contudo, a maior divulgação do seu uso (até recentemente era frequente que projetos de história financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia tivessem entre os seus objetivos a elaboração de uma base de dados), a maior familiaridade dos investigadores com estas ferramentas

---

[46] Bradley, John. "Silk purses and sow's ears: can structured data deal with historical sources?". *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 13-27.
[47] Carvalho. "Comportamentos morais e estruturas sociais [...]".
[48] Disponível através do Arquivo da Web Portuguesa: https://arquivo.pt/wayback/20160210033104/http://timelink.fl.uc.pt/.
[49] Carvalho. "Comportamentos morais e estruturas sociais [...]".
[50] Camarinhas, Nuno. "Do manuscrito ao teclado: os usos da informática na investigação histórica". In *História do teatro e novas tecnologias*. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2005, 3-4.
[51] Camarinhas. *História do teatro e novas tecnologias*, 4.

e, igualmente, a versatilidade que as mesmas atingiram, mesmo aquelas inicialmente criadas com fins puramente comerciais, têm possibilitado outros usos, inclusive com informação essencialmente textual, como é possível verificar pelos projetos apresentados num recente *workshop* de Bases de Dados para as Ciências Humanas[52]. Sobre esta temática veja-se uma análise recente publicada como resultado do projeto D. Teodósio[53] e onde se reflete sobre os prós e os contras da utilização de bases de dados na investigação em história[54], mas também outras publicações que procuraram cruzar fontes textuais, bases de dados e sistemas de informação geográfica, por exemplo[55].

Associada a alguns destes projetos que privilegiaram o recurso às bases de dados relacionais, nomeadamente àqueles que tinham uma componente territorial vincada, foi-se desenvolvendo, a partir de meados da década de 1990, a utilização de sistemas de informação geográfica (SIG). Nesta área, foi pioneira uma equipa de investigação da FCSH, coordenada por Luís Silveira[56]. Os trabalhos levados a cabo começaram por aquilo que era comum à época na ligação entre SIG e história ao nível internacional, a elaboração de grandes projetos de reconstituição dos limites administrativos históricos dos países, para servirem de base ao estudo dos dados quantitativos recolhidos em longas séries temporais. No caso de Portugal, estes esforços culminaram com a disponibilização, em 2001, do site *Atlas, Cartografia Histórica*[57], e deram origem a uma área de estudos hoje bem consolidada, com investigação desenvolvida desde a história urbana à história transnacional[58].

---

[52] Veja-se o programa em http://www.cham.fcsh.unl.pt/teodosio/files/2013_wbd.pdf.

[53] Disponível em http://www.cham.fcsh.unl.pt/teodosio/.

[54] Alves, Daniel. "Bases de dados e investigação histórica. O caso do inventário de D. Teodósio". In *Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, ed. Jessica Hallett e Nuno Senos, 17-21. Lisboa: CHAM/Fundação da Casa de Bragança, vol. 2, 2018.

[55] Alves, Daniel, e Ana Isabel Queiroz. "Studying urban space and literary representations using GIS: Lisbon, Portugal, 1852-2009". *Social Science History* 37, n.º 4 (2013): 457-481; Marques, André Evangelista, e Gabriel David. "Bases de dados relacionais enquanto ferramenta de investigação em história". In *VI Encontro Ibérico EDICIC 2013 – Globalização, Ciência, Informação – Actas*, 741-760. Porto: CETAC.MEDIA – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação, 2013.

[56] Silveira, Luís Espinha da, Margarida Lopes, e Cristina Joanaz de Melo. "Mapping portuguese historical boundaries with a GIS". In *Structures and Contingencies in Computerized Historical Research*, ed. Onno W. A. Boonstra, Geurt Collenteur e Bart van Elderen, 245-252. Hilversum: Uitgeverij Verloren, 1995; Silveira, Luís Espinha da. *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997.

[57] Disponível em http://atlas.fcsh.unl.pt/.

[58] Silveira, Luís Espinha da, Daniel Alves, Marco Painho, Ana Cristina Costa, e Ana Alcântara. "The evolution of population distribution on the Iberian Peninsula: a transnational approach (1877–2001)". *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History* 46, n.º 3 (2013): 157-174; Silveira, Luís Espinha da. "Geographic information sys-

A utilização de web-SIG para a disponibilização de investigação histórica teve ainda um outro desenvolvimento através do site *Atlas Histórico Digital do Alentejo*, projeto hoje apenas parcialmente disponível através do *Internet Archive*[59]. Mais recentemente, são também de destacar nesta vertente de ligação entre os SIG e a investigação histórica, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto DynCoopNet[60], cuja equipa portuguesa foi coordenada por Amélia Polónia, da Universidade do Porto[61].

Também na arqueologia, o recurso aos SIG tem representado uma área de investigação bastante desenvolvida, sendo possível apontar para a segunda metade da década de 1990 e para a criação do sistema Endovélico como um marco na ligação entre essa ferramenta digital e a arqueologia em Portugal. Desde essa altura, muitos têm sido os trabalhos desenvolvidos, um pouco por todas as universidades portuguesas e com perspetivas de análise temática e temporal muito diversificadas. Correndo o risco de deixar de fora trabalhos relevantes para a arqueologia digital, referem-se aqui apenas alguns exemplos, nomeadamente, os projetos e os estudos desenvolvidos por Manuela Martins, Marcos Osório, Jorge Freire ou Miguel Nogueira[62].

Na história, a vertente de criação e disponibilização *online* de arquivos digitais – de que o Portal da História e Património da Indústria do Mármore é apenas um exemplo, como detalharemos adiante – tem também gerado muito interesse no meio académico, podendo ser apontados exemplos de praticamente todas as universidades e centros de investigação em história

---

tems and historical research: an Appraisal". *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 28-45.

[59] Disponível em https://web.archive.org/web/20120101065256/http://geowebserver.xdi.uevora.pt/.

[60] Disponível em https://web.archive.org/web/20171013093757/http://www.dyncoopnet-pt.org/.

[61] Polónia, Amélia, Amândio Barros, e Miguel Nogueira. "'Now and then, here and there… on business': mapping social/trade networks on first global age". In *Mapping different geographies*, ed. Karel Kriz, William Cartwright e Lorenz Hurni, 105-128. Lecture Notes in Geoinformation and Cartography. Heidelberg: Springer, 2010; Pinto, Sara. "Geographic projections of a 16th century trade network: new meanings for historical research". In *Understanding Different Geographies*, ed. Karel Kriz, William Cartwright e Michaela Kinberger, 203-214. Lecture Notes in Geoinformation and Cartography. Heidelberg: Springer, 2013.

[62] Martins e Bernardes. "A multi-disciplinary approach for research […]"; Osório, Marcos, e Telmo Salgado. "Um sistema de informação geográfica aplicado na arqueologia do município do Sabugal". *Praxis Archaeologica* 2 (2007): 9-22; Nogueira, Miguel. "Percurso metodológico para a implementação de um SIG em arqueologia mineira: breves reflexões". In *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, ed. Carla Maria Braz Martins, 179-187. Porto: CITCEM, 2010; Freire, Jorge, José Bettencourt, e António Fialho. "Sistemas de informação geográfica na gestão do património cultural subaquático: a experiência da carta arqueológica subaquática de Cascais". In *2.as Jornadas de Engenharia Hidrográfica*, 365-368. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2012.

do país, ficando aqui uma referência a alguns dos mais recentes. É o caso do projeto Memórias Paroquiais 1758, da Universidade de Évora[63], coordenado por Fernanda Olival, do projeto MOSCA, também de Évora[64], coordenado por João Freire e Paulo Guimarães[65], ou do projeto Portugal 14-18, do Instituto de História Contemporânea, que tem a particularidade de ser um dos primeiros exemplos de recurso ao *crowdsourcing* para a recolha de documentos e memórias sobre a I Guerra Mundial[66].

3. O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E O ROTEIRO DIGITAL SOBRE A INDÚSTRIA DO MÁRMORE

O portal do Património e História da Indústria do Mármore é o resultado mais visível de um trabalho iniciado em 2013, na altura integrado no projeto Património e História da Indústria dos Mármores (PHIM)[67], financiado no âmbito do INALENTEJO (FEDER). O projeto foi novamente financiado em 2017 e, neste momento, acumula já um volume muito significativo de dados e informação em formatos muito diversos para o estudo e memória desta indústria tão relevante para a história e a economia da região alentejana. Aliás, foi esse precisamente o objetivo inicial, concentrar num único local, com acesso aberto, intuitivo e rápido, bibliografia, fontes, documentos textuais e iconográficos, entre outros dados, para todos os estudiosos ou curiosos sobre esta importante indústria. E foi esse o objetivo pois, logo no início do primeiro projeto. Verificámos aquelas que porventura são as principais razões para a ausência de estudos sobre esta temática: "a grande dispersão das fontes, aliada à dificuldade de acesso a alguns fundos e à complicada tarefa de obtenção de séries homogéneas e comparáveis, quer em termos cronológicos, quer geográficos"[68].

Pareceu-nos à partida que a melhor forma de ultrapassar estas questões era pensar num portal *online*, que fosse ao mesmo tempo um arquivo digital, um centro de documentação e com funcionalidades que apelassem ainda a uma utilização de toda aquela informação em contexto de turismo, com um roteiro digital e a criação de vários percursos, ambos com informação georreferenciada, além de uma aplicação para telemóveis. Tínhamos uma equipa multidisciplinar à partida, vinda de diferentes

[63] Disponível em http://www.portugal1758.uevora.pt/.
[64] Disponível em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/.
[65] Freire, João, e Paulo Guimarães. "Do arquivo histórico-social ao projecto Mosca". *A Ideia: Revista de Cultura Libertária* 71-72 (2013): 243-246.
[66] Veja-se http://www.portugal1914.org/.
[67] Disponível no endereço https://marmore-cechap.pt/.
[68] Alves, Daniel (ed.). *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*. Vila Viçosa: CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, 2015, 13.

áreas do saber, algo que ainda se reforçou mais no segundo projeto, com a integração de colegas da história da arte e da arqueologia, por exemplo, que se juntaram à história, ao turismo e ao património. Essa equipa tinha e tem ainda uma outra característica que é o facto de estar dispersa no território, trabalhando em quatro centros universitários distintos, em Lisboa e Évora, para a além da coordenação do projeto, centrada em Vila Viçosa, no Centro de Estudos de Cultura, História, Arte e Património[69].

Neste cenário, de informação dispersa e multifacetada, de uma equipa descentralizada e multidisciplinar, pareceu-nos evidente uma abordagem ligada às humanidades digitais e àquilo que elas podem oferecer de melhor a este tipo de projetos: uma metodologia digital para o trabalho colaborativo[70]. A ferramenta que nos pareceu ideal para atingir este objetivo foi o Zotero. Este é um *software* livre, de acesso aberto, pensado para as humanidades e criado por um centro de investigação em história da Universidade George Mason, em Washington, nos Estados Unidos[71]. Entre outras funcionalidades, permite o registo e a gestão de uma grande variedade de tipologias de referências e documentos, facilita a sua organização e classificação, bem como uma reutilização dos dados de forma simples e em múltiplos formatos de exportação.

Não tendo ainda uma noção exata, no início do primeiro projeto, de como iria ser estruturado e organizado o portal PHIM, aquelas funcionalidades do Zotero, aliadas ao facto de a base de dados do programa ser construída num modelo de dados *standard* (SQL), facilmente interoperável com outras bases de dados, reforçou a nossa escolha[72]. Tinha e tem ainda uma outra funcionalidade essencial. O Zotero permite criar grupos de trabalho onde vários utilizadores partilham uma única biblioteca de conteúdos. Depois de uma instalação do programa nos computadores dos investigadores e da criação do grupo comum, todos os dados puderam ser criados e reutilizados por toda a equipa, independentemente de onde se encontrava fisicamente. Bastava um acesso à Internet.

O grupo criado foi tornado privado, partilhado apenas com membros do projeto, com a denominação História da Indústria do Mármore, contando atualmente com 16 utilizadores e mais de 8500 referências regis-

---

[69] Veja-se https://www.cechap.com/.

[70] McCarty, Willard. "Collaborative research in the digital humanities". In *Collaborative Research in the Digital Humanities*, ed. Marilyn Deegan e Willard McCarty, 1-10. London: Ashgate, 2012.

[71] Clavert, Frédéric. "Au-delà de la gestion des références bibliographiques: Zotero". *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea* 10, n.º 2 (2012): 1-19.

[72] "dev:client coding:direct sqlite database access [Zotero Documentation]". Zotero. https://www.zotero.org/support/dev/client_coding/direct_sqlite_database_access (acedido 11 abr. 2019).

tadas. Parte desta informação, após um processo de validação, pode ser migrada para o portal PHIM pela equipa informática que dá apoio ao projeto, bastando para isso um acesso à "biblioteca" do grupo, através de uma ligação à base de dados SQLite e à elaboração de uma simples *query sql*. Deste modo, contado com a importação de dados da primeira fase do projeto (2817; 49,2 %) e da segunda (2911; 50,8 %), o portal PHIM tem atualmente 5728 itens disponíveis para consulta *online*[73].

A pesquisa pode ser feita por palavra-chave geral, ou filtrando por tipo de documento, coleção ou autor (nestes dois últimos casos, usando a pesquisa avançada). Dos resultados podemos saltar imediatamente para os registos completos e aí aceder a cópias digitalizadas de alguns dos itens, quando disponíveis.

Quadro 1 – Número e percentagem do tipo de itens presentes no Portal PHIM

Tipo de itens	Itens	%
Manuscritos	1605	28,02
Artigos em revista	1468	25,63
Livros	673	11,75
Fotografias	477	8,33
Documentos	472	8,24
Artigos em jornal	260	4,54
Mapas, cartas, desenhos e plantas	235	4,10
Legislação, regulamentos e estatutos	174	3,04
Artigos em revista científica	120	2,09
Teses académicas	56	0,98
Relatórios	53	0,93
Capítulos de livros	42	0,73
Artigos em conferência	39	0,68
Entrevistas	32	0,56
Páginas Web	9	0,16
Artigos de enciclopédia	4	0,07
Filmes e vídeos	3	0,05
Apresentações	2	0,03
Entradas em fórum	2	0,03
Gravações áudio	2	0,03
TOTAL	**5728**	**100,00**

[73] Veja-se https://marmore-cechap.pt/data.

Sendo um projeto para a criação de um centro de documentação, o que justifica a diversidade da tipologia de itens registados, o PHIM é também um projeto de investigação. Em parte, isso fica visível se atentarmos na distribuição dos tipos de itens criados na base de dados Zotero e importados para o portal, como se percebe pelo quadro 1. Se juntarmos os itens relacionados com "manuscritos", "fotografias", "documentos", "mapas", "legislação" e "entrevistas", ou seja, fontes ou informação primária recolhida pela equipa de investigação, temos uma percentagem superior a 52 % do total dos dados recolhidos. No fundo, o portal PHIM destaca-se como um ponto de acesso fundamental, diríamos mesmo, imprescindível para quem quiser desenvolver investigação sobre a arqueologia, a história e o património da indústria dos mármores no Alentejo, desde a época romana até ao final do século XX[74]. A estes dados podíamos ainda juntar os mais de 1400 itens de "artigos em revista", recolhidos em revistas especializadas de divulgação na área da indústria de extração de rochas ornamentais. Mas o portal tem ainda um volume muito considerável de informação secundária, de bibliografia que de algum modo se debruçou sobre a temática da indústria e transformação dos mármores, desde a perspetiva geológica até à exploração turística, passando por muitas outras áreas do saber. São exemplo disso os mais de 670 "livros", os 120 "artigos em revista científica" e as 56 "teses académicas" indexados na base de dados e selecionados de praticamente todas as bibliotecas nacionais, correspondendo a quase 15 % do total da informação disponível.

[74] Contudo, a maioria destes dados dizem respeito aos séculos XIX e XX.

Quadro 2 – Distribuição geográfica das localidades mencionadas nos itens do Portal PHIM

Localidade	Etiquetas	%
Vila Viçosa	1153	33,15
Estremoz	737	21,19
Borba	588	16,91
Évora	364	10,47
Bencatel	223	6,41
Elvas	115	3,31
Alandroal	38	1,09
Portel	32	0,92
Santiago do Cacém	29	0,83
Sousel	28	0,81
Campo Maior	19	0,55
Portalegre	19	0,55
Moura	18	0,52
Viana do Alentejo	18	0,52
Alter do Chão	11	0,32
Arraiolos	11	0,32
Mourão	10	0,29
Monsaraz	8	0,23
Sines	8	0,23

Localidade	Etiquetas	%
Alcácer do Sal	6	0,17
Odemira	6	0,17
Arronches	4	0,12
Monforte	4	0,12
Nisa	4	0,12
Avis	3	0,09
Beringel	3	0,09
Cabeço de Vide	3	0,09
Castro Verde	3	0,09
Almodôvar	2	0,06
Amareleja	2	0,06
Cabrela	2	0,06
Ourique	2	0,06
Castelo de Vide	1	0,03
Crato	1	0,03
Melides	1	0,03
Mértola	1	0,03
TOTAL	**3477**	**60,69**

Num portal de informação sobre a exploração do mármore, centrado na região do anticlinal de Estremoz, é muito natural que a maior parte dos dados recolhidos sejam dos três concelhos por onde este acidente geológico se espraia: Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Há mais de 500 etiquetas atribuídas a diferentes itens com a indicação para cada um destes concelhos, mas Vila Viçosa destaca-se claramente, ultrapassando as 1000 referências (quadro 2 e fig. 1).

A seguir, Évora, Bencatel e Elvas têm mais de 100 referências cada, mas para as restantes localidades, a principal característica que podemos destacar é o facto de estarem distribuídas um pouco por todo o Alentejo, de Castelo de Vide a Serpa, de Campo Maior a Sines (quadro 2 e fig. 1). Obviamente, no caso das três principais localidades, a grande maioria das referências que tem uma etiqueta com estas geografias está relacionada com a questão das pedreiras, da extração e da transformação do mármore. No caso das restantes, as referências vêm essencialmente de trabalhos sobre a aplicação de mármores da região à construção civil

e religiosa, à tumulária e à escultura, apesar desta informação também estar muito presente em Borba, Estremoz e Vila Viçosa, particularmente nesta última vila.

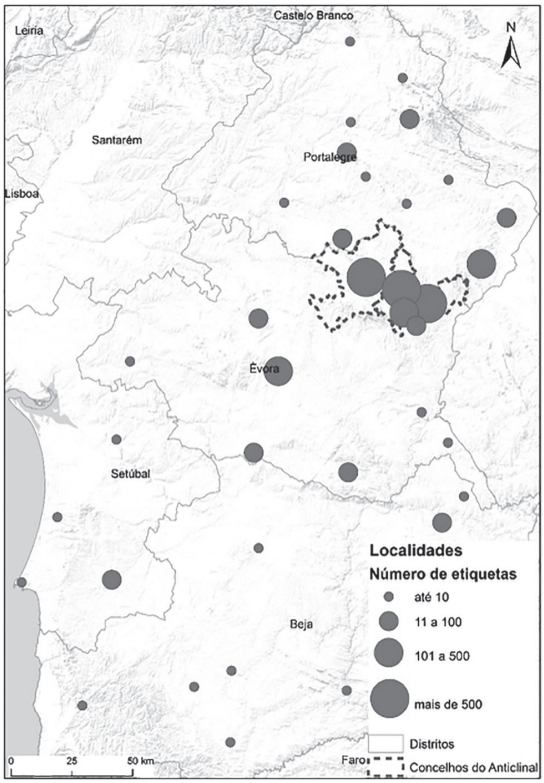


Figura 1 - Mapa da distribuição das localidades mencionadas nas etiquetas de assuntos do PHIM.

Foram registadas mais de 36 000 etiquetas associadas a todos os itens, por forma a classificá-los por assuntos, permitindo assim um conjunto de pesquisas temáticas muito diversificadas. No quadro 3, apresentamos a distribuição de apenas 15 das etiquetas de assuntos mais usadas no conjunto dos dados recolhidos e organizados, mas excluindo aquelas que se referiam à tipologia de documento e às localizações geográficas, já analisadas.

Quadro 3 – Distribuição das etiquetas de assuntos mais utilizadas nos itens do portal PHIM

Etiquetas	Itens	%
Mármore	4102	39,12
Pedreiras	1267	12,08
Granitos	1077	10,27
Licenciamento industrial	613	5,85
Oficina	528	5,04
Indústria	488	4,65
Canteiro	418	3,99
Assimagra	335	3,20
Fornos de cal	280	2,67
Serração	276	2,63
Cevalor	262	2,50
Grémio	245	2,34
Século XIX	202	1,93
Transformação	198	1,89
Século XX	194	1,85
TOTAL	**10 485**	**100,00**

Sem surpresa, são as palavras "mármore" e "pedreiras" as mais representativas, mas é também significativo que outras relacionadas com a transformação, mais ou menos, industrializada da rocha que era extraída do anticlinal sejam bastante relevantes, quando analisadas em conjunto. As etiquetas "oficina", "fornos de cal", "serração", "canteiro" e "transformação", quando somadas, verifica-se que foram atribuídas a mais de 16 % dos itens, o que significa que o portal tem informação disponível para que se possa efetuar estudos sobre estas indústrias correlativas da extração da rocha. De destacar ainda os valores para o tema do "licenciamento industrial", também com potencial de dados disponíveis para estudos históricos e económicos mais desenvolvidos.

Figura 2 – Visualização de nuvem de palavras com as etiquetas usadas no portal PHIM[75].

É interessante verificar estes mesmos destaques e relações entre assuntos através de um conjunto de visualizações produzidas com uma ferramenta de análise de texto como o *Voyant Tools*[76]. A visualização das palavras mais frequentes presentes no conjunto de todas as etiquetas (fig. 2), neste caso incluindo também as geográficas, mostra bem o escopo temático dos itens recolhidos e disponibilizados pelo projeto PHIM. O portal oferece claramente um volume muito significativo de informação sobre as pedreiras de mármores nos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa, sendo ainda relevante a temática dos granitos e dos assuntos relacionados com a indústria ou indústrias, com destaque para a questão do licenciamento. A nuvem de palavras realça ainda uma das principais

[75] Visualização elaborada com a ferramenta de análise de texto *Voyant Tools* (*corpus* disponível em https://voyant-tools.org/?corpus=b35820aa02c1f91c33e0c6e36895f5ad).
[76] Disponível em https://voyant-tools.org/. Cf. Schreibman, Susan, Ray Siemens, e John Unsworth (eds.). *A New Companion to Digital Humanities*. London: John Wiley & Sons, 2016, 273-290.

fontes de recolha de informação, a revista *A Pedra*, bem como duas das mais relevantes entidades ligadas ao sector, a Assimagra e a Cevalor.

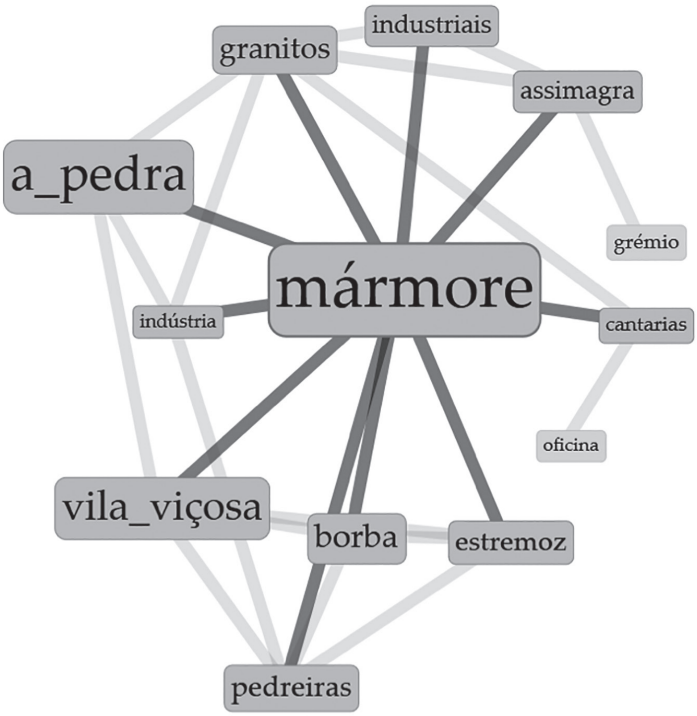


Figura 3 – Visualização das associações entre as etiquetas usadas no Portal PHIM[77].

Algo semelhante pode ser dito sobre a visualização das relações estabelecidas entre as várias etiquetas, no fundo, uma análise à forma como a equipa de investigação procedeu à associação de vários assuntos em cada um dos itens, globalmente. É óbvio que no centro de todas estas relações encontramos a palavra "mármore", fortemente associada aos três concelhos do anticlinal, mas também à entidade representativa do sector, às pedreiras e aos canteiros; neste último caso, através

[77] Visualização elaborada com a ferramenta de análise de texto *Voyant Tools* (*corpus* disponível em https://voyant--tools.org/?corpus=b35820aa02c1f91c33e0c6e36895f5ad).

de uma relação secundária estabelecida entre as palavras "oficina" e "cantarias" (fig. 3). É também curioso observar a relação direta entre a palavra "grémio" e "Assimagra", no fundo, nada mais do que a natural associação nas etiquetas de assuntos do portal entre a atual associação do sector e a designação que a mesma teve durante o Estado Novo.

4. EM JEITO DE CONCLUSÃO: ESTUDAR E PRESERVAR A MEMÓRIA DO MÁRMORE

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que o recurso às metodologias das humanidades digitais (que em Portugal têm feito um caminho lento, mas cada vez mais consolidado como se viu) se revelou determinante no sucesso do projeto, quer na sua primeira fase, quer na segunda. As ferramentas digitais disponíveis, muitas delas em acesso aberto e livre, permitiram um trabalho colaborativo durante todas as fases de desenvolvimento da investigação, recolha e análise dos dados. Permitiu ainda atualizações dinâmicas e adaptações relativamente fáceis às vicissitudes das fontes de informação, que eram muito diversificadas. Possibilitou a expansão da equipa de investigação e o alargamento do espectro temático do projeto entre as suas primeiras e segunda fase, sem necessidade de adaptações do modelo de dados ou das rotinas de trabalho já estabelecidas. Facilitou a integração entre a recolha de dados partilhada por todos os computadores e todos os investigadores ligados ao projeto e as necessidades de disponibilização *online*. Por fim, simplificou a acessibilidade a um grande volume de dados a um público não especialista.

Embora o projeto PHIM tenha nascido em Vila Viçosa e para o estudo da indústria de extração do mármore, ele não se esgota nessa geografia e temática, como se viu pelas distribuições e visualizações de dados realizadas. Os itens recolhidos e agora disponibilizados no portal permitem olhar e estudar muito para além dos três concelhos do anticlinal, estando disponível informação, mais ou menos detalhada, sobre muitos outros locais e concelhos um pouco por todo o Alentejo. O mesmo se pode dizer sobre as temáticas dos manuscritos, livros, artigos e muitos outros tipos de documentação inventariados e catalogados. Centrando-se no mármore e nas relações óbvias com a região e com a atividade de extração, o projeto procurou diversificar a informação a oferecer ao futuro utilizador, com várias temáticas que podem, em potência, levar ao desenvolvimento de estudos no âmbito das artes, das indústrias transformadoras, do património industrial e até imaterial, da história social ou ainda da história cultural e do turismo.

No fundo, cremos que a abordagem de humanidades digitais desenvolvida nas duas fases do PHIM terá, de algum modo, contribuído para

estabelecer o projeto, em conjunto com o seu portal (o seu lado mais visível), como uma referência incontornável para as instituições e os investigadores que queiram dedicar-se ao estudo, preservação e valorização do património e história da indústria do mármore.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Daniel (ed.). *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*. Vila Viçosa: CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, 2015.

Alves, Daniel. "Bases de dados e investigação histórica. O caso do inventário de D. Teodósio". In *Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, ed. Jessica Hallett e Nuno Senos, 17-21. Lisboa: CHAM, Fundação da Casa de Bragança, vol. 2, 2018.

Alves, Daniel, e Ana Isabel Queiroz. "Studying urban space and literary representations using GIS: Lisbon, Portugal, 1852-2009". *Social Science History* 37, n.º 4 (2013): 457-481.

Amorim, Maria Norberta. "Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registros portugueses". *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* IX, n.º 1 (1991): 7-26.

Amorim, Maria Norberta. "Informatização normalizada de arquivos: reconstituição de paróquias e história das populações: um projecto interdisciplinar". *Boletín de la Asociacón de Demográfia Histórica* XIII, n.º 2 (1995): 141-143.

Amorim, Maria Norberta, Antero Ferreira, Fátima Rodrigues, Pedro Henriques, e Maribel Santos. "Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central". In *VI Congresso da Associação Portuguesa de Demografia Histórica: Actas*, 57-66. Lisboa, 2001.

Amorim, Maria Norberta, e Luís Lima. "Demografia histórica e micro-informática: uma experiência sobre uma paróquia açoriana". *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* XLIV (1986): 191-209.

Associação Portuguesa de História e Informática (ed.). *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática* 1-2 (1989).

Barbas, Helena. "Narrative memory in hyperfiction and games". In *GameOn' 2010: 11th International Conference on Intelligent Games and Simulation*, ed. Aladdin Ayesh, 85-91. Leicester: Eurosis, 2010.

Barbas, Helena, e Nuno Correia. "Documenting instory – mobile storytelling in a cultural heritage environment". In *First European Workshop on Intelligent Technologies for Cultural Heritage Exploitation*, ed. Luciana Bordoni, Massimo Zancanaro e Antonio Krueger, 6-12. Riva del Garda, 2006.

Bernardes, Paulo, e Manuela Martins. "Computer graphics and urban archaeology: *Bracara Augusta*'s case study". In *Advances in Computer Graphics in Portugal* 4 (2004). http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/26638

Bradley, John. "Silk purses and sow's ears: can structured data deal with historical sources?". *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 13-27.

Camarinhas, Nuno. "Do manuscrito ao teclado: os usos da informática na investigação histórica". In *História do Teatro e Novas Tecnologias*. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2005.

Carvalho, Joaquim. "Informática e ciências humanas". *Revista Vértice* 467 (1985): 25-36.

Carvalho, Joaquim. "Comportamentos Morais e Estruturas Sociais numa Paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)". Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

Carvalho, Joaquim, e Filipe Penicheiro. "Jogos de computador no ensino da história". In *Livro de Actas do VIDEOJOGOS 2009 – Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências dos Videojogos*, ed. Ana Veloso, Licínio Roque e Óscar Mealha, 401-412. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.

Centro de História da Arte e Investigação Artística da Univeridade de Évora (CHAIA-EU). "Um novo objecto de estudo: a Lisboa pré-terramoto em mundo virtual". *APHA Newsletter* 5 (abr. 2011).

Clavert, Frédéric. "Au-delà de la gestion des références bibliographiques: Zotero". *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea* 10, n.º 2 (2012): 1-19.

Cohen, Daniel J., Michael Frisch, Patrick Gallagher, Steven Mintz, Kristen Sword, Amy Murrell Taylor, William G. Thomas, e William J. Turkel. "Interchange: the promise of digital history". *Journal of American History* 95 (2008): 452-491.

Cruz, Rogéria. "A informática linguística e o futuro do português: elementos para a definição de uma política nacional em Portugal". *Ciência da Informação* 15, n.º 1 (1986): 27-32.

Emiliano, António."Tipo medieval para computadores: uma ferramenta informática para filólogos, historiadores da língua e paleógrafos". *SIGNO: Revista de la Historia de la Cultura Escrita* 15 (2005): 139-176.

Félix, Rafael Fernandes, Fernanda Faria, Maribel Yasmina Santos, e Pedro Rangel Henriques. "XML na demografia histórica: anotação de registos paroquiais". In *Actas da 3.ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação*. Coimbra: Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, 2002.

Fernandes, Carla, e Stephan Jürgens. "Video annotation in the TKB Project: linguistics meets choreography meets technology". *International Journal of Performance Arts and Digital Media* 9, n.º 1 (2013): 115-134.

Fernandes, Lídia, e Paulo Sales. "Teatro romano de Lisboa: projecto reconstituição virtual". *Arquitectura & Vida* 57 (2005): 28-32.

Ferreira, João Antero Gonçalves. "Sistemas informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica". In *Actas del VII Congreso Internacional de la ADEH*. Granada, 2004.

Freire, Jorge, José Bettencourt, e António Fialho. "Sistemas de informação geográfica na gestão do património cultural subaquático: a experiência da carta arqueológica subaquática de Cascais". In *2.as Jornadas de Engenharia Hidrográfica*, 365-368. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2012.

Freire, João, e Paulo Guimarães. "Do arquivo histórico-social ao projecto Mosca". *A Ideia: Revista de Cultura Libertária* 71-72 (2013): 243-246.

Gonçalves, Maria Filomena, e Ana Paula Banza (eds.). *Património textual e humanidades Digitais: da Antiga à Nova Filologia*. Évora: CIDEHUS, 2013.

Hespanha, António Manuel. "A micro-informática no trabalho do historiador". *História e Crítica* XI (1983): 17-28.

Hespanha, António Manuel. "Entrevista a António Manuel Hespanha por Pedro Cardim". *Análise Social* 46, n.º 200 (2011): 430-445.

Marques, André Evangelista, e Gabriel David. "Bases de dados relacionais enquanto ferramenta de investigação em história". In *VI Encontro Ibérico EDICIC 2013 – Globalização, Ciência, Informação: Actas*, 741-760. Porto: CETAC. MEDIA – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação, 2013.

Marquilhas, Rita, e Iris Hendrickx. "Manuscripts and machines: the automatic replacement of spelling variants in a portuguese historical corpus". *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 65-80.

Marquilhas, Rita, e Iris Hendrickx. "Avanços nas humanidades digitais". In *Manual de Linguística Portuguesa*, ed. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, 252-277. MRL Series. S.l.: De Gruyter, 2016.

Martins, Manuela, e Paulo Bernardes. "A multi-disciplinary approach for research and presentation of *Bracara Augusta*'s archaeological heritage". *Archeologia E Calcolatori* XI (2000): 347-357.

McCarty, Willard. "Collaborative research in the digital humanities". In *Collaborative Research in the Digital Humanities*, ed. Marilyn Deegan e Willard McCarty, 1-10. London: Ashgate, 2012.

Morris, Robert John. "History and computing: expansion and achievements". *Social Science Computer Review* 9, n.º 2 (1991): 215-230.

Nogueira, Miguel. "Percurso metodológico para a implementação de um SIG em arqueologia mineira: breves reflexões". In *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, ed. Carla Maria Braz Martins, 179-187. Porto: CITCEM, 2010.

Osório, Marcos, e Telmo Salgado. "Um sistema de informação geográfica aplicado na arqueologia do município do Sabugal". *Praxis Archaeologica* 2 (2007): 9-22.

Paiva, Maria Helena Pinto Novais. "Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico: Contribuição da Informática para o Estudo das Relações entre Funcionamento, Variação e Mudança". Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

Parkinson, Stephen R., e António Emiliano. "Encoding medieval abbreviations for computer analysis (from latin-portuguese and portuguese non-literary sources)". *Literary and Linguistic Computing* 17, n.º 3 (2002): 345-360.

Pinto, Sara. "Geographic projections of a 16th century trade network: new meanings for historical research". In *Understanding Different Geographies*, ed. Karel Kriz, William Cartwright e Michaela Kinberger, 203-214. Lecture Notes in Geoinformation and Cartography. Heidelberg: Springer, 2013.

Polónia, Amélia, Amândio Barros, e Miguel Nogueira. "'Now and then, here and there… on business': mapping social/trade networks on first global age". In *Mapping different geographies*, ed. Karel Kriz, William Cartwright e Lorenz Hurni, 105-128. Lecture Notes in Geoinformation and Cartography. Heidelberg: Springer, 2010.

Rodrigues, Maria da Conceição Monteiro. *Informática e Ciências Humanas*. Lisboa: Palas, 1989.

Silveira, Luís Espinha da. "Revolução liberal e propriedade. A venda dos bens nacionais no distrito de Évora (1834-1852)". Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

Silveira, Luís Espinha da. *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997.

Silveira, Luís Espinha da (ed.). *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, Edição Crítica*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 3 vols., 2001.

Silveira, Luís Espinha da. "Geographic information systems and historical research: an Appraisal". *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 28-45.

Silveira, Luís Espinha da, Marco Painho, Ana Cristina Costa, e Ana Alcântara. "The evolution of population distribution on the Iberian Peninsula: a trans-national approach (1877-2001)". *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History* 46, n.º 3 (2013): 157-174.

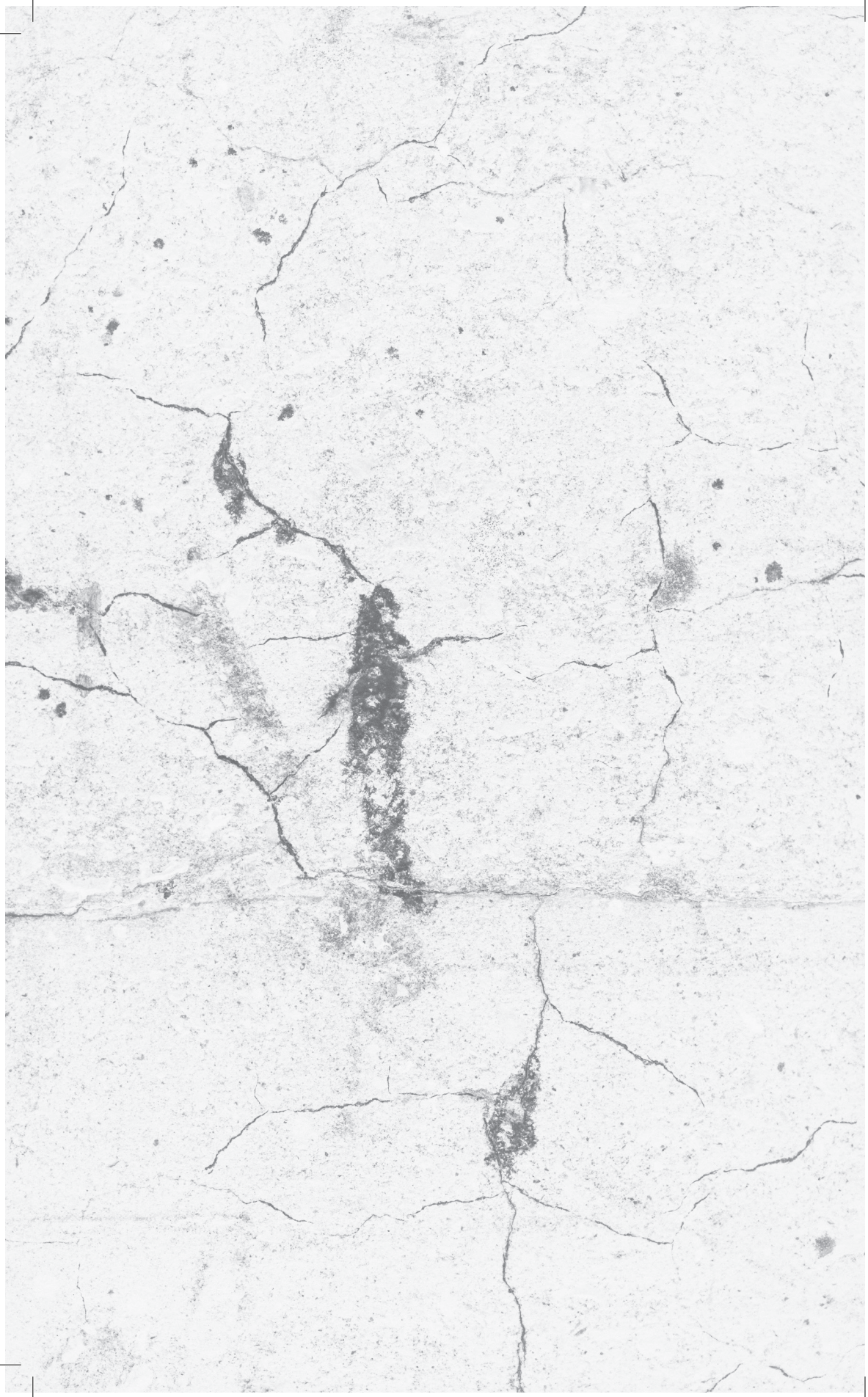
Silveira, Luís Espinha da, Margarida Lopes, e Cristina Joanaz de Melo. "Mapping portuguese historical boundaries with a GIS". In *Structures and Contingencies in Computerized Historical Research*, ed. Onno W. A. Boonstra, Geurt Collenteur e Bart van Elderen, 245-252. Hilversum: Uitgeverij Verloren, 1995.

Schreibman, Susan, Ray Siemens, e John Unsworth (eds.). *Companion to Digital Humanities*. Oxford: Blackwell Publishing Professional, 2004.

Schreibman, Susan, Ray Siemens, e John Unsworth (eds.). *A New Companion to Digital Humanities*. London: John Wiley & Sons, 2016.

Terras, Melissa. "Inaugural Lecture: A Decade in Digital Humanities". *Melissa Terras' Blog*, 27 maio 2014. https://melissaterras.org/2014/05/27/inaugural-lecture-a-decade-in-digital-humanities/

Verdelho, Evelina. "Filologia, linguística e informática: trabalhos em tempo de mudança". In *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, ed. Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo e Clara Barros, 397-411. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.



ANA CARDOSO DE MATOS

É resposável desde 2006, na Universidade de Évora do Erasmus Mundus Master TPTI-Techniques, patrimoines, territoires de l'industrie. É membro do Comité d'Histoire de l'electricite et de l'energie, Fondation EDF, do board do International Railways History Association (IRHA) e do conselho editorial ou científico das revistas TST-Transporte, Servicios y comunicaciones, HoST-International Journal of History of Science and Technology, Patrimonio Industriale, e-Phasistos.Revue d'histoire des techniques, Annales Historiques de l'Électricité e MIDAS. É coeditora de 9 livros, autora de 6 livros e de vários capítulos de livros nacionais e internacionais. Publica regularmente em revistas nacionais e internacionais.

ARMANDO QUINTAS

Doutorando em História pela Universidade de Évora, Mestre em Gestão do Património Cultural e Industrial no Programa Erasmus Mundus - Techniques, Patrimoine, Territoires de l' Industrie pelas Universidades de Paris I, Évora e Pádua. Tem desenvolvido investigação sobre o património industrial e paisagens da produção no sul de Portugal, nomeadamente sobre a indústria do mármore e a sua valorização cultural e turística. É autor de diversos artigos científicos.

CARLOS SOUSA

Carlos Alexandre Ferreira de Sousa nasceu em 1984 (Lisboa), é licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É mestrando na área de especialização de História Contemporânea na mesma Faculdade, onde se encontra a desenvolver uma dissertação sobre a indústria pedreira na segunda metade do século XIX: "As pedreiras em Portugal na segunda metade do século XIX: Estado, Obras Públicas e Indústria (1850-1890)", em fase de conclusão. Realizou algumas comunicações no âmbito do tema estudado e escreveu uma crónica: "Os homens e as pedreiras – as dificuldades que perduraram no tempo", em fase de publicação. As suas áreas de interesse incidem sobre a história económica, social e política, principalmente no século XIX.

CLARA MOURA SOARES

Professora Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora integrada do ARTIS - Instituto de História da Arte da mesma Faculdade, onde coordena o grupo de investigação Patrimonium.

Licenciou-se em História, Variante de História da Arte (1996), na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde também obteve o

grau de Mestre em Arte, Património e Restauro (1999). Doutorou-se em História, especialidade de História da Arte (2006), na mesma faculdade, com a tese "As intervenções oitocentistas do mosteiro de Santa Maria de Belém: o sítio, a história e a prática arquitetónica".

Faz parte da equipa de investigação dos seguintes projectos: CuCa_RE: Curar, Cuidar, Reabilitar - O estudo dos edifícios da saúde construídos em Portugal no século XX (2016-2019) financiado pela FCT; os Mármores da anticlinal no Alentejo - 2.000 Anos de Memória e Património (2017--2019), financiado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). É co-coordenadora do projeto Orion – Coleções de Arte e Colecionadores em Portugal, UID/EAT/04189/2016, financiado pela FCT.

Tem desenvolvido investigação e orientado dissertações de mestrado, teses de doutoramento e pós-doutoramentos em diversos domínios das Ciências do Património, nomeadamente, da sua gestão, do inventário, do colecionismo e da história e teoria do restauro.

É subdiretora e editora geral da Revista eletrónica ARTis ON http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao

DANIEL ALVES

Daniel Alves é Professor Auxiliar no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e investigador no Instituto de História Contemporânea, ambos da Universidade NOVA de Lisboa. Tem um mestrado em História do Século XIX (2001) e um doutoramento em História Económica e Social Contemporânea (2010), com uma tese intitulada "A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)". As suas áreas de interesse são a História Contemporânea, a História Económica e Social, a História Urbana, a História das Revoluções e as Humanidades Digitais. Recentemente foi editor convidado no número especial "Digital Methods and Tools for Historical Research", da revista International Journal of Humanities and Arts Computing, e do número especial "The History of Retailing on the Iberian Peninsula", da revista History of Retailing and Consumption. Lecciona Informática Aplicada à História, História Contemporânea (Século XIX), História da Revolução Francesa e História dos Estados Unidos da América, na licenciatura em História, e História das Revoluções, no mestrado em História. Colabora com frequência em projectos de investigação que usam bases de dados e sistemas de informação geográfica (SIG) na investigação histórica, nomeadamente, no "Atlas, Cartografia Histórica" (http://atlas.fcsh.unl.pt/), no "PHIM - Património e História da Indústria do Mármore" (https://marmore-cechap.pt/) e no "Atlas das Paisagens Literárias de Portugal

Continental" (http://litescape.ielt.fcsh.unl.pt/), que actualmente coordena em colaboração com Natália Constâncio

MARIANA PENEDO DOS SANTOS

Licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2016) e mestre em História da Arte e Património pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2019), com a dissertação "A renovação oitocentista da capela do paço ducal de Vila Viçosa: programas, protagonistas e materiais", que surge no decorrer da investigação para o projecto PHIM – Património e História da Indústria dos Mármores.

Desde Setembro de 2017, integra a equipa de investigação do ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, no contexto da parceria com o Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património (CECHAP) e da 2.ª fase do projeto PHIM; e no âmbito desta participação tem feito comunicações em eventos científicos e publicado textos.

RUTE MASSANO RODRIGUES

Doutorada em História, na especialidade de Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, grau que obteve com a tese "Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)". Na mesma Faculdade realizou o mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro e a Licenciatura em História, variante de História da Arte.

É investigadora integrada do ARTIS – Instituto de História da Arte da FLUL, fazendo parte do grupo de trabalho PATRIMONIUM – Ciências do Património e Mercados da Arte.

Foi bolseira de investigação do projeto Eneias - A coleção de pintura da Biblioteca Nacional de Portugal: do resgate do património artístico conventual na implantação do Liberalismo ao estudo integrado de conservação e divulgação (PTDC/HIS-HEC/113226/2009). Colabora com o CECHAP, integrada na equipa do ARTIS, no estudo PHIM - Património e História da Indústria dos Mármores, 2.ª fase.

Dedica-se, essencialmente, ao século XIX, debruçando-se, nesse âmbito, sobre temas relacionados com as alterações introduzidas pelo Regime Liberal no património artístico e arquitetónico nacional, a história e a teoria do restauro, o colecionismo, os viajantes, os paços reais, a aplicação das rochas ornamentais portuguesas na arquitetura e na escultura, entre outros. É autora e coautora de diversos artigos científicos.

Organização:

Cofinanciado por:

Entidades Parceiras:

A indústria dos mármores alentejanos (Estremoz, Borba e Vila Viçosa), que atualmente é reputada e afamada a nível nacional e internacional, passou por um longo e lento processo de afirmação desde o período clássico.
A partir do século XVIII, verificou-se uma intensa divulgação desta atividade através de testemunhos escritos, nomeadamente de vários viajantes que se deslocaram a Portugal, os quais inicialmente se limitavam a relatar a existência de algumas jazidas ou as várias aplicações do mármore.
No século seguinte, as descrições sobre esta indústria ampliaram-se e diversificaram-se e, passando a surgir referências à importância da mesma no contexto das políticas económicas da época, alusões à participação dos vários industriais nos grandes certames expositivos, nacionais ou internacionais, ou indicações sobre os países para onde era exportado o mármore.

Ana Cardoso de Matos e Armando Quintas

Embora o projeto PHIM tenha nascido em Vila Viçosa e para o estudo da indústria de extração do mármore, ele não se esgota nessa geografia e temática, como se viu pelas distribuições e visualizações de dados realizadas. Os itens recolhidos e agora disponibilizados no portal permitem olhar e estudar muito para além dos três concelhos do anticlinal, estando disponível informação, mais ou menos detalhada, sobre muitos outros locais e concelhos um pouco por todo o Alentejo.

Daniel Alves

Se, por um lado, os finais do século XIX revelaram as bases, ainda frágeis, do que viria a ser o desenvolvimento industrial desta grande indústria alentejana, foi após a I Guerra Mundial que a mesma se consolidou e ampliou, sendo que o período entre guerras, 1918-1939, marcou o verdadeiro arranque industrial destes mármores, ao nível nacional e internacional. Estavam assim criadas as condições para que, décadas depois, sobretudo entre os anos '60 e '80 do século XX, esta indústria registasse o seu último e mais recente apogeu, com centenas de pedreiras em funcionamento e milhares de braços ocupados na exploração, transformação
e aplicação destes calcários cristalinos.

Ana Cardoso de Matos e Armando Quintas

CECHAP
CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA, HISTÓRIA, ARTES E PATRIMÓNIO

PHM
PATRIMÓNIO E HISTÓRIA DA INDÚSTRIA DOS MÁRMORES

Cofinanciado por:

ALENTEJO 2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

MÁRMORE 2 000 ANOS DE HISTÓRIA. A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL, OS SEUS AGENTES ECONÓMICOS E A APLICAÇÃO NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA VOLUME II

THEYA